

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010-2011



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010-2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

São Luís
2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
Praça D. Pedro II s/nº. Centro / Cep: 65.010-905
Fone: (098) 2106-9000
São Luís - Maranhão - Brasil
www.tjma.jus.br

Maranhão. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça.

Relatório de Gestão: 2010-2011 - São Luís: TJ/MA, 2011.

224p.

1. Relatório de gestão - Poder Judiciário - Maranhão.

I. Título

CDD 808.066



Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desembargadora Cleonice Silva Freire
Vice-Presidente

Desembargador Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo

Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf

Desembargador José Stélio Nunes Muniz

Desembargador Raimundo Freire Cutrim

Desembargador Cleones Carvalho Cunha

Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa

Desembargador Benedito de Jesus Guimarães Belo

Desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desembargadora Raimunda Santos Bezerra

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

Desembargador Raimundo Nonato de Souza

Desembargador Jaime Ferreira de Araújo

Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo

Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues

Desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho

Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

Juízes Auxiliares da Presidência

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Raimundo Moraes Bogéa

Diretora Geral
Alessandra Darub Alves

Diretora Judiciária
Denyse Reis Batista

Diretor Financeiro
Luís Carlos Calvet de Aquino

Diretor Administrativo
Francisco das Chagas Rodrigues Pereira

Diretor de Recursos Humanos
Aurino da Rocha Luz

Diretor de Engenharia
Antonio José do Lago Júnior

Diretor de Informática e Automação
Paulo Rocha Neto

Diretora do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário
Celerita Dinorah Soares de Carvalho Silva

Diretor de Segurança Institucional
Carlos Eduardo Pacheco dos Santos

Chefe de Gabinete da Presidência
Bruna Barbieri Waquim

Assessora Jurídica da Presidência
Larissa Mendes Buhaten

Assessora de Comunicação da Presidência
Maria Helena Lima Barbosa

Chefe do Gabinete Militar
Tenente Coronel Pedro Ribeiro

Chefe da Auditoria da Presidência
Daniel Felipe M. Ewerton

Chefe do Cerimonial
Márcia Maria Fernandes Ribeiro Banhos

Coordenadora de Projetos Especiais
Lucileide Dias Ribeiro Gonçalves

Coordenadora da Biblioteca
Cíntia Valéria B. Costa Andrade

Coordenadora de Processos Administrativos e Disciplinares
Cláudia Katherine Bayma Anchieta

EXPEDIENTE



O Relatório de Gestão 2010-2011 é uma publicação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Assessoria de Comunicação da Presidência

Assessora-Chefe

Maria Helena Lima Barbosa

Assessores

Amanda Borges Mouzinho
Andrea Cristine Colins Martins
Antonio Carlos de Oliveira
Carla Dias da Costa Duque
Irma Hellen Ribeiro de Souza
Joelma Regina do Nascimento
Juliana de Jesus Rabelo Mendes
Luís Fernando Coelho Souza
Orquídea Fialho Félix Santos
Paulo César Araújo Lafene
Thaíse Adriana Martins Souza
Tiago Erre Cardoso

Fotos

ASSCOM
Ribamar Pinheiro

Projeto Gráfico e Editoração: Enter Propaganda e Publicidade

Impressão: QG Gráfica

Tiragem: 500 exemplares

LISTA DE SIGLAS



AMMA – Associação dos Magistrados do Maranhão

ASSCOM – Assessoria de Comunicação da Presidência

CGJ – Corregedoria Geral da Justiça

DPE – Defensoria Pública do Estado

MPE – Ministério Público Estadual

OAB/MA – Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão

TJMA – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

APRESENTAÇÃO



Em observância ao princípio constitucional da publicidade (art. 37), apresento à sociedade o Relatório de Gestão 2010-2011, com as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, de forma resumida, de modo a facilitar a leitura e a compreensão das informações.

O presente relatório é estruturado em quatro partes: Atos Normativos; Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral, onde estão descritas, ilustradas com números e gráficos demonstrativos, as ações e projetos mais relevantes, em cada área de trabalho.

Merecem relevo os investimentos realizados pela administração da Corte nos projetos de Reestruturação e Revitalização da Justiça de 1º Grau – prioridade da gestão, que consumiram recursos da ordem de 150 milhões em obras de infraestrutura e tecnologia de informação e comunicação.

Em paralelo, foram tomadas medidas visando à modernização das rotinas processuais e à capacitação de pessoal, que contribuíram para agilizar os procedimentos nas secretarias judiciais e eliminar a burocracia, impulsionando os processos, e alavancando a produtividade de magistrados e servidores, com reflexos na prestação jurisdicional.

Na área da segurança, formalizamos convênios que asseguraram a vigilância armada aos fóruns, e criamos uma diretoria para encaminhar a solução das ocorrências policiais nas comarcas e proteger nosso patrimônio material e humano.

Instituímos a Ouvidoria, cuja demanda atendida justifica a criação de um instituto para comunicar-se com o cidadão, receber e dar respostas às suas reclamações.

Na área da responsabilidade social, implementamos coordenadorias com vistas à articulação de políticas públicas específicas de apoio à mulher vítima da violência doméstica, à criança e ao adolescente e à execução penal.

Com essas e outras ações, executamos, em dois anos, cerca de 60% das metas do Planejamento Estratégico previstas para o quinquênio 2010-2014.

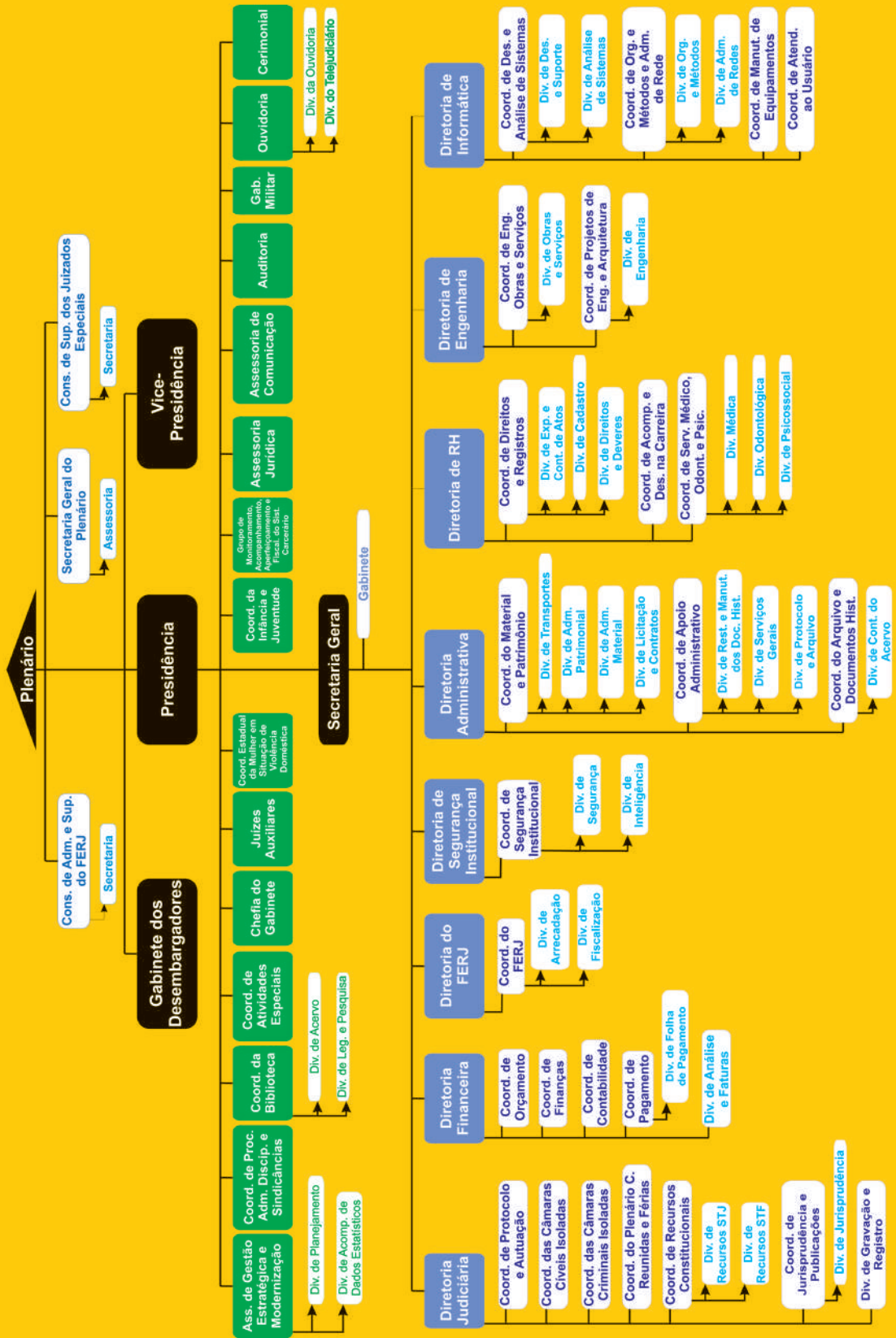
Convém ressaltar que algumas realizações ocorridas nos meses de novembro e dezembro do corrente ano deixaram de ser registradas, devido ao prazo de finalização desta publicação.

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente



- 1. ORGANOGRAMA 13**
- 2. MISSÃO / VISÃO / VALORES 15**
- 3. ATOS NORMATIVOS 17**
 - 2.1. Resoluções 19
- 4. PRESIDÊNCIA 31**
 - 4.1. Gabinete da Presidência 33
 - 4.1.1. Atos da Presidência 33
 - 4.1.2. Termos de Convênio 36
 - 4.1.3. Portarias 48
 - 4.1.4. Protocolos de Intenções 52
 - 4.1.5. Visitas às comarcas 53
 - 4.2. Assessoria Jurídica da Presidência 59
 - 4.3. Assessoria de Comunicação da Presidência 60
 - 4.4. Assessoria de Gestão Estratégica 66
 - 4.5. Auditoria 76
 - 4.6. Ouvidoria 81
 - 4.6.1. Telejudiciário 89
 - 4.7. Biblioteca 91
 - 4.8. Coordenadoria da Infância e Juventude 94
 - 4.9. Coordenadoria de Atividades Especiais 100
 - 4.10. Coordenadoria de Processo Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias 106
 - 4.11. Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário 109
- 5. VICE - PRESIDÊNCIA 115**
 - 5.1. Gabinete da Vice-Presidência 117
- 6. SECRETARIA GERAL 123**
 - 6.1. Gabinete do Diretor Geral 125
 - 6.2. Diretoria Judiciária 128
 - 6.3. Diretoria Financeira 136
 - 6.4. Diretoria Administrativa 140
 - 6.5. Diretoria de Recursos Humanos 159
 - 6.6. Diretoria de Engenharia 190
 - 6.7. Diretoria de Informática e Automação 212
 - 6.8. Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário 216
 - 6.9. Diretoria de Segurança Institucional 221

1. ORGANOGRAMA



2. MISSÃO / VISÃO / VALORES



Missão

Garantir a Justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.

Valores

Ética - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;

Transparência - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;

Excelência dos serviços - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados;

Valorização das pessoas - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho;

Justiça - Manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade das leis);

Comprometimento - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.





3 ATOS NORMATIVOS

3.1. RESOLUÇÕES



2010

Resolução nº 01/2010

Dispõe sobre o controle de frequência dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.14, de 21.01.10, p.17-19 e Republicada no D.J.E. ed.45, de 10.03.10, onde foi referendada, por unanimidade, na sessão plenária administrativa do dia 03.03.10, p.12-13)

Resolução nº 02/2010

Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do Tribunal de Justiça. (Publicada no D.J.E. ed.21, de 01.02.10, p.4-5 e Republicada por incorreção no D.J.E. ed. 45, de 10.03.10, p.13-15)

Resolução nº 03/2010

Revoga o inciso II do artigo 277 do Regimento Interno deste Tribunal. (Publicada no D.J.E. ed. 28, de 10.02.10, .16)

Resolução nº 04/2010

Altera a Resolução n.º 65/2008 e 64/2009, que regulamentam o art. 7º-A e o art. 7º-C da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007, que dispõem, respectivamente, sobre os auxílios alimentação e saúde destinados aos servidores ativos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

Resolução nº 05/2010

Institui a Coordenadoria da Infância e Juventude, nos termos da Resolução nº 94, de 27 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça. (Publicada no D.J.E. ed.45, de 10.03.10,p.15)

Resolução nº 06/2010

Institui o Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Publicada no D.J.E. ed.45, de.10.03.10,p.15-16)

Resolução nº 07/2010

Altera a redação nº 72/2008, que dispõe sobre a organização e estrutura da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM, e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. ed.45, de 10.03.10,p.16)

Resolução nº 08/2010

Homologa o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, conforme relação constante ao Anexo I. (Publicada no D.J.E. ed.45, de 10.03.10,p.16-23)

Resolução nº 09/2010

Publica nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 002/2008, conforme Anexo I. (Publicada no D.J.E. ed.50, de 17.03.10, p.7-8).

Resolução nº 10/2010

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, quinquênio 2010/2014, e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. ed.57, de 26.03.10, p.28).

Resolução nº 11/2010

Institui o Comitê das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos do art. 12 da Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009, do CNJ. (Publicada no D.J.E. ed.56, de 25.03.10, p.9).

Resolução nº 12/2010

Publica nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo edital nº 002/2008, conforme Anexo I. (Publicada no D.J.E. ed.64, de 09.04.10, p.22)

Resolução nº 13/2010

Aprova o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.69, de 16.04.10, p.7-9)

Resolução nº 14/2010

Aprova o Regulamento do Fundo Especial das Serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais - FERC. (Publicada no D.J.E. ed.69, de 16.04.10, p.9-12)

Resolução nº 15/2010

Altera a redação do art. 150 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.69, de 16.04.10, p.12)

Resolução nº 16/2010

Altera a redação do artigo 560 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.70, de 19.04.10, p.06)

Resolução nº 17/2010

Aprova o Regimento Interno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM. (Publicada no D.J.E. ed.77, de 29.04.10, p.6)

Resolução nº 18/2010

Aprova o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - PETIC. (Publicada no D.J.E nº 166, de 14.09.2010, p.9).

Resolução nº 19/2010

Homologa o resultado do V Concurso de Remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário. (Publicada no D.J.E. ed.83, de 07.05.10, p.8).

Resolução nº 20/2010

Cria a Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regulamenta-lhe o funcionamento e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10, p.5)

Resolução nº 21/2010

Delega a prática de atos ordinários à Diretoria Judiciária da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10, p.5).

Resolução nº 22/2010

Acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 221 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10,p.6).

Resolução nº 23/2010

Regulamenta a designação, lotação, relocação, remoção e permuta dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, bem como a redistribuição de cargos. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10,p.6)

Resolução nº 24/2010

Dispõe sobre a composição da Comissão de Documentos, Revista e Jurisprudência e Biblioteca. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10,p.8).

Resolução nº 25/2010

Dispõe sobre a denominação do Fórum da Comarca de Olinda Nova do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10, p.8).

Resolução nº 26/2010

Altera a redação do artigo 319 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e revoga o inciso XLV do artigo 25 do mesmo Regimento. (Publicada no D.J.E. ed.90, de 18.05.10, p.9).

Resolução nº 27/2010

Dispõe sobre a instituição do Prêmio de Gestão e Responsabilidade Ambiental do TJMA e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. ed. 90, de 18.05.10, p.9).

Resolução nº 28/2010

Aprova o regulamento do Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades Notariais e de Registro do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.98, de 28.05.10, p.29).

Resolução nº 29/2010

Regulamenta a realização de eventos internos, visando o aperfeiçoamento funcional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como a atuação de servidores como instrutores. (Publicada no D.J.E. ed.92, de 20.05.10, p.24).

Resolução nº 30/2010

Altera a redação da Resolução nº 72, de 03 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a organização e estrutura da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM, e da Resolução nº 17, de 14 de abril de 2010, que institui o Regimento Interno da ESMAM. (Publicada no D.J.E. ed.98, de 28.05.10, p.14)

Resolução nº 31/2010

Institui a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. ed. 98, de 28.05.10, p.15)

Resolução nº 32/2010

Altera a redação do inciso XI do artigo 8º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed.98, de 28.05.10, p.15)

Resolução nº 33/2010

Publica nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº. 001/2009, conforme Anexo I.

Resolução nº 34/2010

Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº. 002/2008, conforme Anexo I. (Publicada no D.J.E. nº 110, de 16.06.2010, p.26-27)

Resolução nº 35/2010

Altera o funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa do Mundo. (Publicada no D.J.E. nº 107, de 11.06.2010, p.21-22)

Resolução nº 36/2010

Publica nova Lista de classificação do Concurso Público para provimentos dos órgãos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 002/2008, conforme Anexo I. (Publicada no D.J.E. nº 112 de 18.06.2010, p.5-6)

Resolução nº 37/2010

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no Poder Judiciário do Maranhão, para o quinquênio 2010/2014, revoga a Resolução nº 10/2010 e dá outras providências. (Publicada no D.J.E. nº 121, de 06.07.10, p. 27-28)

Resolução nº 38/2010

Revoga o art. 3º. da Resolução nº. 35/2010, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa do Mundo. (Publicada no D.J.E. nº 121, de 06.07.10, p.28)

Resolução nº 39/2010

Altera a classificação de entrância da Comarca de Tuntum. (Publicada no D.J.E nº 126, de 13.07.2010, p.19)

Resolução nº 40/2010

Altera a redação do artigo 85 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 126, de 13.07.2010, p.19-20)

Resolução nº 41/2010

Altera a redação da Resolução nº 64, de 7 de novembro de 2008, que regulamenta a concessão do benefício de plano de assistência médico-social para magistrados e do auxílio saúde destinado aos servidores ativos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário. (Publicada no D.J.E nº 138, de 30.07.2010, p.13)

Resolução nº 42/2010

Dispõe sobre a Política de Gestão de Sistema de Informação do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 194 de 26.10.2010, p.39-41).

Resolução nº 43/2010

(Não foi publicada)

Resolução nº 44/2010

Regulamenta o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, alterado pelas Leis Complementares nºs 84, de 20 de junho de 2005 e 109, de 07 de dezembro de 2007. (Publicada no D.J.E. ed. 162, de 02.09.2010, p.19-20)

Resolução nº 45/2010

Institui o Banco de Talentos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 161, de 01.09.2010, p.16-17).

Resolução nº 46/2010

Dispõe sobre a nomeação dos ocupantes dos cargos em comissão na Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 165, de 13.09.2010, p.10).

Resolução nº 47/2010

Altera a redação da Resolução nº 01, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o controle de frequência dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 169, de 17.09.2010, p.13)

Resolução nº 48/2010

Altera a redação do artigo 3º da Resolução nº 03/05, que regulamenta a implementação dos subsídios dos magistrados consoante previsto na Lei Complementar nº 79/2004. (Publicada no D.J.E , de 21.09.2010 - Pag. 19)

Resolução nº 49/2010

Cria a comissão para análise das propostas de indicação de nomes para recebimento da Medalha do Mérito Judiciário “Antonio Rodrigues Vellozo”. (Publicada no D.J.E. ed. 187, 15.10.2010, p. 29)

Resolução nº 50/2010

Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 196 de 28.10.10, p. 39-44)

Resolução nº 51/2010

Aprova o Regulamento do Concurso Público para provimento do cargo inicial da carreira da Magistratura do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed; 217, de 01.12.2010, p.17-37)

Resolução nº 52/2010

Aprova o Regulamento do Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed; 217, de 01.12.2010, p.38-42)

Resolução nº 53/2010

Abre ao Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o fim que especifica (Publicada no D.J.E. ed. 215, de 29.11.2010, p.133)

Resolução nº 54/2010

Determina a suspensão dos prazos processuais, das intimações de partes e advogados e das sessões e audiências, nas justiças de 1.º e 2.º graus, no período de 07 a 20 de janeiro de 2011.(Publicada no D.J.E nº 221, de 07.12.2010, p.38)

Resolução nº 55/2010

Dispõe sobre a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual nº 9.109/2009. (Publicada no D.J.E nº 230, de 22.12.2010, p.49)

Resolução nº 56/2010

Dispõe sobre a atualização monetária do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº 130/2009. (Publicada no D.J.E nº 230, de 22.12.2010, p.66)

Resolução nº 57/2010

Institui o DigiDoc - Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E nº 234, de 29.12.2010, p.7)

Resolução nº 58/2010

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 15.158.248,00 (quinze milhões cento e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e oito reais) para o fim que especifica.(Publicada no D.J.E., ed. 234, de 29.12.2010, p.29)

Resolução nº 59/2010

Regulamenta a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ, nos termos do art. 6º da Lei 9.326, de 30 de dezembro de 2010, e dá outras providências. (Publicada no D.J.E., ed. 08, de 12.01.2001, p.7-9 , referendada por unanimidade na Sessão Administrativa do dia 04.05.2011 e republicada no D.J.E., ed. 95, de 24.05.2011, p. 14-16)

Resolução N.º 60/2010

Altera as Resoluções n.os 06, de 15 de abril de 2004; 10, de 24 de janeiro de 2008; 46, de 23 de dezembro 2007; 36, de 23 de junho de 2008, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como as Resoluções nºs 44, de 04 de julho de 2008 e 55 de 23 de novembro de 2009, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

2011

Resolução nº 01/2011

Altera a redação da Resolução nº 54, de 01 de dezembro de 2010, que determina a suspensão dos prazos processuais, das intimações de partes e advogados e das sessões e audiências, nas justiças de 1º e 2º graus, no período de 07 a 20 de janeiro de 2011. (Publicada no D.J.E., ed. 4, de 06.01.2011, p.5)

Resolução nº 02/2011

Publica nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 002/2008, conforme Anexo I. (Publicada no D.J.E. ed. 22, de 01.02.2011, p.14 e Republicada no D.J.E., ed. 26, de 07.02.2011, p.12)

Resolução nº 03/2011

Aprova a Comissão de Concurso, com vistas à delegação para o exercício da atividade notarial e de registros públicos, com a seguinte composição. (Publicada no D.J.E., ed. 40 de 25.02.2011, p. 64)

Resolução nº 04/2011

Designa os Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com a seguinte constituição. (Publicada no D.J.E., ed. 40 de 25.02.2011, p.64)

Resolução nº 05/2011

Regulamenta a Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, nos termos do art. 5º, da Lei nº. 9.326, de 03 de dezembro de 2010 e dá outras providências. (Publicada no D.J.E., ed. 39, de 24.02.2011, p.16, republicada dia 22.03.2011, 08.04.2011, ed. 67, p. 9-19 e 14.06.2011, p. 15, ed. 110)

Resolução nº 06/2011

Altera o Anexo Unico da Resolução nº 31/09, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências. (Publicada no D.J.E., ed. 43, de 02.03.11, p.47).

Resolução nº 07/2011

Altera a Resolução, que dispõe sobre o Regulamento do Concurso para Ingresso e do Concurso para Remoção de Titulares das Atividades Notariais e de Registro do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 43, de 02.03.11, p.48)

Resolução nº 08/2011

Altera a redação do artigo 288 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 54, de 22.03.2011, p.32)

Resolução nº 09/2011

(Não foi publicada)

Resolução nº 10/2011

Dispõe sobre a Política Estadual de treinamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. (Publicada no D.J.E nº 54, de 22.03.2011, p.30)

Resolução nº 11/2011

Fica extinta a Central de Inquéritos da Comarca de São Luís. (Publicada no D.J.E. ed. 89 de 16.05.2011, p. 30.)

Resolução nº 12/2011

Denomina de Desembargador Aluizio Ribeiro da Silva “O Edifício do Fórum da Comarca de Alto Parnaíba. (Publicada no D.J.E., ed. 89 de 16.05.2011, p. 30.)

Resolução nº 13/2011

Publica nova lista de classificação do Concurso para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 89 de 16.05.2011, republicada no D.J.E., ed. 95 de 24.05.2011, p. 7-13, e 27.06.2011, ed. 117)

Resolução nº 14/2011

Designa os Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com a seguinte constituição: Des. Antonio Fernando Bayma Araujo. (Publicada no D.J.E., de 30.05.2011. p. 13.)

Resolução nº 15/2011

(Não foi publicada)

Resolução nº 16/2011

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 38.015.330,00 (Trinta e oito milhões, quinze mil, trezentos e trinta reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., de 20.05.2011, p. 139.)

Resolução nº 17/2011

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 721.024,00 (Setecentos e vinte e um mil, vinte e quatro reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., de 23.05.2011, p. 140.)

Resolução nº 18/2011

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 719.629,00 (Setecentos e dezenove mil. seiscentos e vinte e nove reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., de 20.05.2011, p. 202.)

Resolução nº 19/2011

Abre ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 17.313.029,00 (Dezessete milhões, trezentos e treze mil, e vinte e nove reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., de 20.05.2011. p.141)

Resolução nº 20/2011

Denomina de “Dr. Manoel Sebastião Aguiar de Matos” o Salão Júri da Comarca de Coroatá. (Publicada no D.J.E., de 31.05.2011, p. 37).

Resolução nº 21/2011

Altera o valor mensal referente ao auxílio-alimentação para R\$330,00 (trezentos e trinta reais) a partir de 1º de agosto de 2011. (Publicada no D.J.E., ed.99, de 30.05.2011, p. 8 e republicada no D.J.E., ed. 110, de 14.06.2011, p. 17)

Resolução nº 22/2011

Altera o artigo 5º da resolução nº 27/2008 que trata da regulamentação do adiantamento do Cartão Corporativo no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 108, de 10.06.2011, p.130).

Resolução nº 23/2011

Designa os novos Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicado no D.J.E., ed. 118 de 28.06.2011, p. 24)

Resolução nº 24/2011

Designa os Membros da Comissão Examinadora do Concurso Público, com vistas ao provimento da delegação dos serviços notariais e registrais, com a seguinte composição: (Publicada no D.J.E, ed. 134, de 21.07.2011, p. 137-138)

Resolução nº 25.2011

(Não foi publicada)

Resolução nº 26/2011

Denomina de “Deputado Luciano Fernandes Moreira” o fórum da Comarca de Barreirinhas. (Publicada no D.J.E., ed. 131, de 18.07.2011, p. 6)

Resolução nº 27/2011

Publica nova lista de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, realizado por este Tribunal, nos termos da Resolução nº 22/08 e do Edital nº 02/08, com inclusão do nome do candidato Celso Serafim Júnior. (Publicada no D.J.E., de 27.07.2011, p. 18-20)

Resolução nº 28/2011

Altera dispositivos da Resolução nº 72, de 3 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a organização e estrutura da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), e do Regimento Interno da ESMAM, instituído pela Resolução nº 17, de 14 de abril de 2010. (Publicada no D.J.E., de 27.07.2011, p.20)

Resolução nº 29/2011

Regulamenta a distribuição dos cargos comissionados do quadro de Pessoal do Poder Judiciário para o Núcleo de Apoio à Justiça de 1º Grau, criado pela Resolução 25/2009 e dá outras providências. (Publicada no D.J.E, de 04.08.2011)

Resolução nº 30/2011

Institui a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, nos termos da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça. (Publicada no D.J.E., ed.142 de 04.08.2011, p.25.)

Resolução nº 31/2011

Regulamenta o auxílio alimentação disposto na Resolução nº 133, de 21 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. (Publicada no D.J.E., ed.142 de 04.08.2011, p.25-26.)

Resolução nº 32/2011

Altera dispositivos da Resolução nº 031, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 143, de 05.08.2011, p. 22)

Resolução nº 33/2011

Abre ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário crédito suplementar no valor de R\$ 22.837.933,00(vinte e dois milhões oitocentos e trinta e sete mil novecentos e trinta e três reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., ed. 144, de 18.08.2011)

Resolução nº 34/2011

Abre ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 9.487.868,00 (Nove milhões quatrocentos e oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito reais) para o fim que especifica. (Publicada no D.J.E., ed. 145, de 18.08.2011)

Resolução nº 35/2011

Designa o novo Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com a seguinte constituição:... (Publicada no D.J.E., ed. 164., de 05.09.2011, p. 43).

Resolução nº 36/2011

Altera dispositivos da Resolução nº 044, de 23 de agosto de 2010, que regulamentou o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, alterado pelas Leis Complementares nºs 84, de 20 de junho de 2005 e 109, de 07 de dezembro de 2007. (Publicada no D.J.E., ed. 164, de 05.09.2011, p. 43-44).

Resolução nº 37/2011

Altera a Resolução nº 64/2009, que regulamenta o art. 7º-C da lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que dispõem sobre o auxílio saúde destinados aos servidores ativos dos Quadros de pessoal do Poder Judiciário. (Publicada no D.J.E., ed. 164, de 05.09.2011, p. 44).

Resolução nº 40/2011

Altera os artigos 6º e 7º da Resolução n.º 05/2011, de 17 de fevereiro de 2011, que Regulamenta a Gratificação de Produtividade Judiciária-GPJ. (Publicada no D.J.E., ed. 172, de 20.09.2011, p.6)

Resolução nº 41/2011

Homologa o resultado do VI Concurso de Remoção de Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para os cargos de Analista Judiciário,...(Publicada no D.J.E., ed. 176, de 26.09.2011, p.09)

Resolução nº 42/2011

Publica nova Lista de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto, com inclusão do candidato José Jorge Figueiredo dos Anjos Junior. (Publicada no D.J.E., ed. 179, de 29.09.2011, p.21).

Resolução nº 43/2011

Publica nova Lista de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto, com inclusão da candidata Sheila Silva Cunha. (Publicada no D.J.E., ed. 179, de 29.09.2011, p.21).

Resolução nº 44/2011

Reestrutura as Turmas Recursais do Sistema de Juizados Especiais do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 179, de 29.09.2011, p. 26)

Resolução nº 45/2011

Dá nova redação ao Regimento Interno do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 179, de 29.09.2011, p.27)

Resolução nº 46/2011

Redistribuir os dois cargos de Analista Judiciário - Bibliotecário da comarca de Imperatriz para comarca de São Luis, sendo um para a Escola Superior da Magistratura - ESMAM e outro para Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos.

Resolução nº 47/2011

Altera o parágrafo único do art.4º da Resolução 23 de 6 de maio de 2010. (Publicada no D.J.E nº 201, de 03.11.2011, p.6)

Resolução nº 48/2011

Denomina Assessor de Administração, Simbologia CDAI 3, os cargos de provimento em comissão, Assistente de Administração, Simbologia CDAI 3.

Resolução nº 49/2011

Denomina de "FAUSE ELOUF SIMÃO" o Salão do Júri do Fórum da Comarca de Caxias deste Estado.

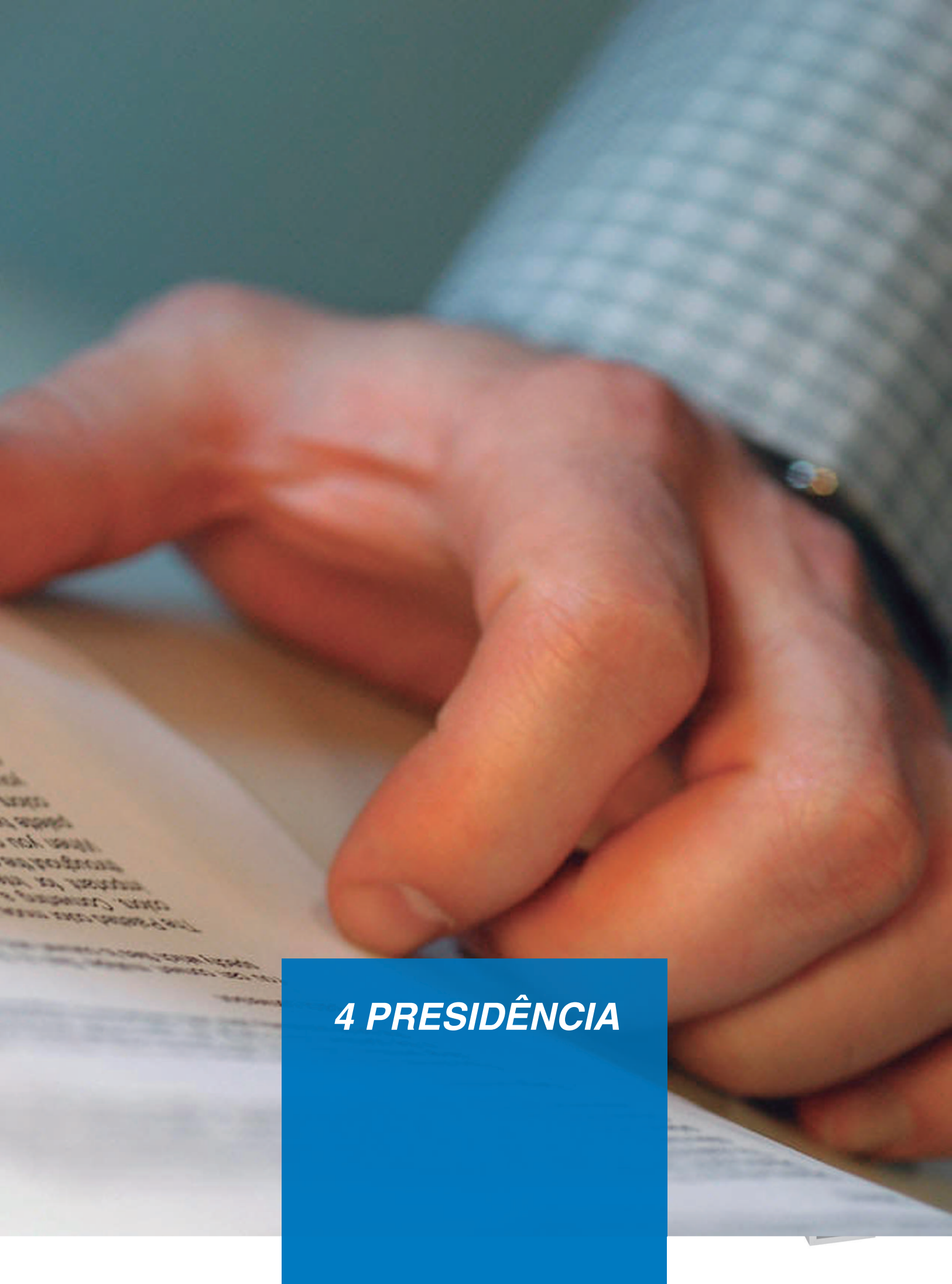
Resolução nº 50/2011

Publica nova lista de classificação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de 1ª entrância do Estado do Maranhão...

Resolução nº 51/2011

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 199, de 31.10.2011, p.26)





4 PRESIDÊNCIA

4.1. GABINETE DA PRESIDÊNCIA



4.1.1. ATOS DA PRESIDÊNCIA

2010

ATO nº 01/2010

RESOLVE que os autos recebidos neste Tribunal de Justiça, provenientes de outras unidades judiciárias não terão suas páginas renumeradas e rubricadas, permanecendo a numeração e rubrica da origem. (Publicado no D.J.E. ed.19, de 28.01.10, p.5)

ATO nº 02/2010

Dispõe sobre a utilização do meio eletrônico como veículo preferencial de comunicação e divulgação de atos e expedientes no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicado no D.J.E. em, 26/02/2010).

ATO nº 03/2010

Fica proibida a confecção, impressão e postagem de correspondências de felicitações (a exemplo de aniversários e datas comemorativas), convites, mensagens de eventos não relacionados a eventos oficiais, assim como de boletins informativos, brindes e similares. (Publicado no D.J.E. nº107, de 11.06.2010, p.5).

ATO nº 04/2010

Convênios, acordos, termos de adesão e demais instrumentos similares, firmados pelo Poder Judiciário Estadual com instituições públicas ou privadas, nacionais e/ou estrangeiras, disponibilizados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça. (Publicado no D.J.E nº 67, de 14.04.2010, p.5).

ATO nº 08/2010

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2010-PAAA/2010. (Publicado no D.J.E. nº 94, de 24.05.2010, p.51).

ATO nº 09/2010

Determinação para os responsáveis interinos das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão. (Publicado no D.J.E. nº 141/2010 de 13.08.2010, p.5-6.).

ATO nº 10/2010

Atualiza monetariamente os valores das Despesas Postais. (Publicado no D.J.E. nº 163, de 03.09.2010, p.5).

ATO nº 11/2010

Estabelece valor para cobrança da publicação de atos oficiais e de comunicações processuais. (Publicado no D.J.E. nº 163, de 03.09.2010, p.5)

ATO nº 12/2010

Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no ano de 2011.

ATO nº 13/2010

Revoga o artigo 3º do Ato da Presidência nº 01/2009 / 2011

ATO nº 17/2010

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público,... (Publicado no D.J.E. ed. 10, de 14.01.2011, p.5).

2011

ATO nº 57/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público,... (Publicado no D.J.E. ed. 36, de 21.02.2011, p.5).

ATO nº 208/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público,... (Publicado no D.J.E. ed. 72, de 15.04.2011, p.5).

ATO nº 303/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público. (Publicado no D.J.E. ed. 87, de 11.05.2011, p.6).

ATO nº 335/2011

Determina a parte que, a título de receita judicial, extrajudicial ou administrativa, recolher ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento Judicial – FERJ ou ao Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC, valor indevido ou em excesso poderá solicitar a respectiva restituição. (Publicado no D.J.E. ed. 91, de 18.05.2011, p.150).

ATO nº 386/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público. (Publicado no D.J.E. ed. 108, de 10.06.2011, p.6).

ATO nº 531/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público.(Publicado no D.J.E. ed. 128, de 13.07.2011, p.5).

ATO nº 557/2011

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2011-PAAA/2011. (Publicado no D.J.E. ed. 133, de 20.07.2011, p.6).

ATO nº 611/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público. (Publicado no D.J.E. ed. 143, de 05.08.2011, p.6).

ATO nº 668/2011

Declara extinta a delegação outorgada a BIANCA ZANATA, por meio do Ato nº 1299/2009, para os serviços notariais do 2º Ofício Extrajudicial de Colinas. (Publicado no D.J.E. ed. 153, de 19.08.2011, p.128).

ATO nº 722/2011

Homologa o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores constantes do Anexo deste Ato, para declará-los aprovados no Estágio Probatório e Estáveis no serviço público. (Publicado no D.J.E. ed. 164, de 05.09.2011, p.07).

ATO nº 761/2011

Torna sem efeito, em parte, termos do anexo do Ato nº 722/2011-TJ, datado de 01.09.2011, que homologou o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores abaixo relacionados. (Publicado no D.J.E. ed. 178, de 28.09.2011, p.51).

ATO nº 991/2011

Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2012, e dá outras providências.

4.1.2. TERMOS DE CONVÊNIO



2010 - TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 01/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ/MA.

OBJETO: cessão do Sistema de Acompanhamento de Metas (SAM), envolvendo código-fonte, o direito de portabilidade do mesmo para plataforma de “ Software Livre”, segundo a definição criada pela “Free Software Foundation”, bem como o direito de cessão do sistema;

DATA: 27.04.2010

ASSINATURAS: p/ Cessionário: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; p/ Cedente: Sr. Cláudio Jose Trinchão Santos – Secretário de Estado da Fazenda - SEFAZ/MA.

2010 - TERMO DE DOAÇÃO

RESENHA DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SAGRIMA.

OBJETO: Doação do bem a seguir descrito, de propriedade do Doador, o qual declara encontrar-se desembaraçado e isento de ônus, transferindo-o ao patrimônio do Donatário, que declara aceitá-lo.

DATA: 29.07.2010.

ASSINATURAS: p/Doador: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; p/ Donatário: Sr. Afonso Sérgio Fernandes Ribeiro – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca.

2010 - TERMO DE CONVÊNIO

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 03/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. VISANDO À INTERVENIÊNCIA NO RECOLHIMENTO DE PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS PESSOAIS, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

OBJETO: O objeto do presente CONVÊNIO consiste as obrigações e os direitos do CONVENIENTE como interveniente nas relações entre seus servidores e o BANCO, bem como a concessão de empréstimos

pessoais mediante CONSIGNAÇÃO do débito e averbação das parcelas em folha de pagamento ao servidor público efetivo, da ativa, e de acordo com a Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007;

DATA: 21.01.2010

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente, Jose Renato Rodrigues Ponte e Dimas Maintinguer – Representantes do Consórcio Estreito Energia; **p/Intervenientes:** Sr. José Gomes Coelho - Prefeito de Estreito/MA e Sr. João Alberto Martins Silva - Prefeito de Carolina/MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 04/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO COM OS MUNICIPIOS DE ESTREITO E CAROLINA.

OBJETO: parceria que se estabelecerá entre o PODER JUDICIARIO DO MARANHÃO e o MUNICIPIO, que visando a cessão de servidor(es) público(s) municipal(is) pelo Município, para atuar(em) na Comarca de Estreito.

DATA: 21.01.2010

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente, Jose Renato Rodrigues Ponte e Dimas Maintinguer – Representantes do Consórcio Estreito Energia; **p/Intervenientes:** Sr. José Gomes Coelho - Prefeito de Estreito/MA e Sr. João Alberto Martins Silva - Prefeito de Carolina/MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA DA SILVA & ALVES, CONSULTORIA EM GESTÃO GOVERNAMENTAL.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a realização do Seminário Nacional “Meios Alternativos de Resolução de Incidentes Disciplinares” nos próximos dias 02 e 03 de dezembro, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.

DATA: 19.11.2010

ASSINATURAS: p/ Convenente: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; p/Conveniada: Dra. Ana Cácia Freire da Silva Alves – Diretora Administrativa da Empresa.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 07/10 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO E A UNIÃO INTERCULTURAL BRASIL – ESTADOS UNIDOS LTDA – UNIBEU.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a celebração de convênio para ministrar aos magistrados maranhenses a segunda etapa do curso de língua alemã, por 01 (um) ano, para um grupo de 06 (seis) magistrados, cujo valor da contrapartida passa a ser de R\$ 6.264,00.

DATA: 10.12.2010;

ASSINATURAS: p/ Convenientes: Rosângela Madaschi – Sócia Administradora - Maria Cristina Araújo Prazeres – Sócia Administradora; p/Conveniada: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Lourival Serejo Sousa – Diretor da ESMAM.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 13/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a concessão de estágio curricular obrigatório e o extracurricular não obrigatório (remunerado pelo Tribunal de Justiça) a alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos da instituição de ensino superior (IES), preliminarmente mencionados.

DATA: 06.12.2010;

ASSINATURA: p/ Conveniente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. Luis Carlos de Souza Vieira – Reitor do Instituto.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 66/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA.

OBJETO: a concessão de estágio curricular obrigatório e o extracurricular não obrigatório (remunerado pelo Tribunal de Justiça) a alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos da instituição de ensino superior (IES).

DATA: 30.06.2010

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; p/Conveniado: Prof. Fernando Antonio Carvalho de Lima – Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 133/2010 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO E A UNIDADE VIRTUAL DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO - UNDB.

OBJETO: Convênio de Cooperação Técnico-Científico-Acadêmica entre a ESMAM e a UNDB para oferecer um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional aos Magistrados Estaduais.

DATA: 03.11.2010;

ASSINATURA: p/ Conveniente: Maria Ceres Rodrigues Murad – Diretora Acadêmica; p/Conveniado: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa – Diretor da ESMAM; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Junior – Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

2011 - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

RESENHA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A SERASA S.A.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre os partícipes, de forma que os magistrados do Estado do Maranhão possam, diretamente, mediante a utilização de certificados digitais e

de criptografia, determinar à Serasa Experian, por meio de transmissão eletrônica de dados, *via internet*, a realização de alterações cadastrais e/ou a exclusão e reinclusão de anotações no seu banco de dados, ou indiretamente, por intermédio de servidores por eles habilitados/ cadastrados.

DATA: 22/03/2011

ASSINATURAS: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; desembargador Antonio Guerreiro Júnior, corregedor geral da Justiça; Amador Alonso Rodrigues, diretor de captação de Dados e Serviços a Clientes e Silvânio Covas, Diretor Jurídico da Serasa Experian.

2011 - TERMO DE CONVÊNIO

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 01/11 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A UB UNISÃO LUÍS EDUCACIONAL S.A.

OBJETO: celebração de convênio para a concessão de estágio curricular obrigatório e o extracurricular não obrigatório.

DATA: 04.01.2011;

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Prof. Msc. Geraldo Demos Thenes Siqueira – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 03/11 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA - ESMAM E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA. PROCESSO Nº 48.053/2010.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a celebração do Convênio de Cooperação Técnico-Financeiro para a implantação da Política de Educação à Distância no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. UNIDADES CONVENIENTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO e ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA. CONVENIADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.

DATA: 12.09.11

ASSINATURAS: p/ Convenientes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Marcelo Carvalho Silva – Diretor da ESMAM; p/Conveniados: Natalino Salgado Filho – Reitor da UFMA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 04/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O BANCO BONSUCESSO S.A. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.121/2009.

OBJETO: obrigações e os direitos do CONVENIENTE como interveniente nas relações entre seus servidores e o BANCO, bem como a concessão de empréstimos pessoais mediante CONSIGNAÇÃO do débito e averbação das parcelas em folha de pagamento ao servidor público efetivo, da ativa, e de acordo com a Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007.

DATA: 01.02.11

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gideon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. Ricardo Noberto Ribeiro Júnior.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 07/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO / CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O PODER EXECUTIVO ESTADUAL.

OBJETO: vigilância e segurança dos edifícios-sedes das Comarcas do Estado do Maranhão, com fulcro na Lei Estadual nº. 6.839/96, que dispõe sobre a designação de policiais militares da reserva remunerada para a realização de tarefas por prazo certo.

DATA: 05.04.2011;

ASSINATURAS: p/ Convenente: Roseana Sarney Murad – Governadora; Aluísio Guimarães Mendes Filho – Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão. p/Conveniado: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Junior – Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 08/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A FACULDADE PIAUIENSE - FAP.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a concessão de estágio curricular (remunerado pelo Tribunal de justiça) a alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos da instituição de ensino superior (IES), preliminarmente mencionadas. UNIDADE CONVENIENTE: Universidade Federal do Maranhão - UFMA CONVENIADO: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

DATA: 23.03.11

ASSINATURAS: p/ Conveniado: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/Convenente: Prof. Rosany Correias Santos – Diretor-Gerente da Faculdade.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 11/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO - UNDB.

OBJETO: a prestação de serviços educacionais pelo CONVENIENTE.

DATA: 18.04.2011

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Profª Graciana Maria Rodrigues Cordeiro – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 12/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA RCM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- RIPEL ECO AMBIENTAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO 270/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Empresa RCM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - RIPEL ECO AMBIENTAL visando a reciclagem de papeis.

DATA: 25.02.2011

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sra. Augusta Santos Maciel - Sócia-Gerente da RCM Comércio e Serviços Ltda.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 13/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE ESTREITO DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 1323/2011.

OBJETO: Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Estreito considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 11.03.2011

ASSINATURAS: p/Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. José Gomes Coelho – Prefeito municipal de Estreito do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 14/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO ATRAVÉS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA E O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MATERNIDADES BENEDITO LEITE E MARLY SARNEY.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a prestação dos serviços públicos na emissão da 1ª (primeira) via da Certidão de Nascimento nas Unidades Móveis (rodoviárias, Alternativas e trem da Cidadania), bem como, nas Unidades Fixas do Viva Cidadão.

DATA: 02.06.2011

ASSINATURAS: P/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; P/ Conveniado: Sr. Francisco de Assis Castro Gomes.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 15/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O COMPLEXO EDUCACIONAL DAMÁSIO DE JESUS – UNIDADE SÃO LUIS, REPRESENTADO PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA.

OBJETO: Propiciar aos servidores as vantagens como descontos nas mensalidades dos cursos oferecidos no percentual de 15% (quinze por cento) no valor das mensalidades.

DATA: 10.05.2011

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. Leonardo Aranha de Almeida – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 16/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE SANTA INÊS-MA.

OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na parceria que se estabelecerá entre o PODER JUDICIÁRIO e o MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, visando à cessão de servidores públicos municipais para atuarem na Comarca de Santa Inês-MA, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenientes.

DATA: 06.05.2011

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. Raimundo Roberth Brigel Martins – Prefeito Município de Santa Inês-MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 20/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO DE HABILIDADES - CEDECON.

OBJETO: descontos especiais para os funcionários do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, extensivo a cônjuges e filhos solteiros até 25 anos, nos cursos de Pós-Graduação contemplados no Convênio.

DATA: 07.07.2011

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Maria da Conceição G. P. Rezende e Lionete de Souza Ladeira – Diretoras CEDECON.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 21/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMCAS.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a cooperação entre os signatários, visando propiciar referências efetivas, tanto familiares quanto comunitárias, às crianças e aos adolescentes com vínculos familiares judicialmente rompidos e/ou submetidos à medida de proteção de abrigo no Município de São Luís, Estado do Maranhão – “Projeto Padrinho.”

DATA: 01.09.2011

ASSINATURAS: p/ Concedente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/Conveniada: Sra. Roseli de Oliveira Ramos – Secretária da SEMCAS.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 22/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA MILHAS ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA. OBJETO:

O presente Convênio tem por objeto a concessão de descontos aos servidores da CONVENIADA e seus dependentes na prestação de serviços de educação em atividades físicas e práticas desportivas de corrida, caminhada e treinamento funcional, a contar da data da assinatura deste Convênio.

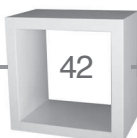
DATA: 11/05/2011

ASSINATURAS: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e Marcos Sebastião Sousa Sarmiento, representante legal da Milhas Assessoria Esportiva Ltda.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 23/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA SERVIÇOS DE HOTELARIA E TURISMO - SHT LTDA.

OBJETO: parceria para o oferecimento de descontos nos serviços de hospedagem e alimentação aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

DATA: 18.05.2011



ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: Sr. Cristiano Barroso Fernandes e Sra. Kamila Costa das Neves – Representantes Legais.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 26/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA - ESMAM E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.

OBJETO: estabelecer programas de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico-científico, com atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação para a melhoria na prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

DATA: 12.09.2011

ASSINATURAS: p/ Convenientes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Marcelo Carvalho Silva – Diretor da ESMAM; p/Conveniados: Natalino Salgado Filho – Reitor da UFMA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 28/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A A&M IDIOMAS LTDA (WIZARD/SL).

OBJETO: a colaboração e a cooperação mútua entre as partes, visando à concessão de desconto especial, não cumulativo, nos valores das mensalidades dos cursos regulares de línguas, aos BENEFICIÁRIOS comprovadamente vinculados formalmente à CONVENIADA.

DATA: 07.07.2011

ASSINATURAS: p/ Convenente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/Conveniados: Sra. Marta Granado e Sr. Jobert José Salgado Filho – Representantes Legais.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 30/2011-TJMA QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA EF VIAGENS E TURISMO LTDA. OBJETO: propiciar aos servidores da CONVENIADA, 100% (cem por cento) de desconto no valor da taxa de inscrição nos cursos ou programas de intercâmbio oferecido pela CONVENENTE.

DATA: 03.08.2011

ASSINATURAS: p/ Convenente: **Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto** – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/ Conveniado: **Sra. Virgínia Maria de Amorim Moreira Gonçalves** – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 33/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A FACULDADE SANTA TEREZINHA - FEST. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18.296/2011.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a conjugação de esforços, sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça, visando à instalação e o funcionamento do Centro judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (“Centro”), permitindo o exercício pleno dos direitos de cidadania, disponibilizando serviços de informação e orientação dos cidadãos além de serviços jurídicos, propiciando o meio mais adequado para a solução de cada conflito que se apresenta, com o acolhimento da concepção mais abrangente e contemporânea do princípio do acesso à justiça.

DATA: 07.10.2011

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; p/Conveniada: Roza Maria Soares da Silva – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 36/2011 QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO - ESMAM E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a ação conjunta entre os partícipes, relativamente à difusão do conhecimento no campo do saber específico da gestão pública, mediante a realização de Curso de Especialização em Gestão Pública do programa Nacional de Formação em Administração Pública.

DATA: 21.11.2011

ASSINATURAS: p/ Conveniente: Professor Doutor Natalino Salgado Filho – Reitor da UFMA; p/Conveniada: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Desembargador Marcelo Carvalho Silva – Diretor da ESMAM.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 27.920/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Barreirinhas/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Barreirinhas/MA, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenientes.

DATA: 12.09.2011;

ASSINATURAS: p/ Convenientes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Albérico de França Ferreira Filho – Prefeito Municipal de Barreirinhas/MA

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE DOM PEDRO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 22.632/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Dom Pedro/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Dom Pedro, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenientes.

DATA: 04.10.2011

ASSINATURAS: p/ Convenientes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Maria Arlene Barros Costa – Representante Legal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE BURITI DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 14.526/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Buriti/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Buriti considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 05.07.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Francisco Evandro Freitas Costa Morão – Prefeito Municipal de Buriti do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE PIO XII DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 28.800/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Pio XII/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Pio XII/MA, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenentes.

DATA: 13.07.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Raimundo Rodrigues Batalha Costa – Prefeito Municipal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 28.798/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Raposa/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Raposa/MA, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenentes.

DATA: 16.09.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Onacy Vieira Carneiro – Prefeito Municipal.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 3.040/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e Município de Barão de Grajaú/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Barão de Grajaú/MA considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 26/04/2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Raimundo Nonato e Silva – Prefeito Municipal de Barão de Grajaú/MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE CARUTAPERA/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 30.326/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e Município de Carutapera/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Carutapera/MA considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 07/10/2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Amin Barbosa Quemel – Prefeito Municipal de Buriticupu do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE LORETO/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 6.373/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e Município de Loreto/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Loreto/MA considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 02/03/2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Geraldo Martins Coelho – Prefeito Municipal de Loreto/MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 3.040/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Urbano Santos/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Urbano Santos/MA, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes convenentes.

DATA: 10.05.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Sr. Abdanab Silveira Leda – Prefeito Municipal de Urbano Santos/MA.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE BURITICUPU DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 18.687/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e Município de Buriticupu/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Buriticupu, considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 31.05.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Antonio Marcos de Oliveira – Prefeito Municipal de Buriticupu do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE MONÇÃO DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 24.716/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Monção/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Monção considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 06.09.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Paula Francinete da Silva Nascimento – Prefeito Municipal de Monção do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 24.560/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Senador La Rocque/MA para cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Senador La Rocque/MA considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 05/05/2011

ASSINATURAS: p/Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; João Alves Alencar – Prefeito Municipal de Senador La Rocque do Maranhão.

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA DO MARANHÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 21.201/2011.

OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Município de Zé Doca/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Zé Doca considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes.

DATA: 26.01.2011

ASSINATURAS: p/ Convenentes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Raimundo Nonato Sampaio – Prefeito Municipal de Zé Doca do Maranhão.

4.1.3. PORTARIAS



2010

Portaria nº 393/2010

Procedimento para encaminhamento de documentação à Coordenadoria de Arquivo e Documentos Históricos do TJ. (Publicada em 28/01/2010)

Portaria nº 425/2010

Dispõe sobre a instituição do Comitê de Implantação do Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento. (Publicada em 11/02/2010)

Portaria nº 714/2010

Institui Comissão para coordenar a execução do Plano de Ação referente à modernização e uniformização do fluxo de trabalho dos setores administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada em 24/02/2010)

Portaria nº 913/2010

Dispõe sobre o uso, controle, abastecimento e manutenção de veículos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada em 10/03/2010)

Portaria nº 1.420/2010

Designa os Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, José Bernardo Silva Rodrigues, José Ribamar Fróz Sobrinho, os juízes das varas criminais de São Luis, bem como o da Central de Inquéritos, para, sob a presidência do primeiro, apresentarem estudo final sob a proposta da Procuradoria Geral da Justiça no sentido de que seja adotado um sistema de tramitação direta dos inquéritos policiais entre o Ministério Público e a polícia e sobre a extinção da Central de Inquéritos.

Portaria nº 1.562/2010

Designa o Juiz de Direito DELVAN TAVARES OLIVEIRA, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz, como membro da Coordenadoria da Infância e Juventude, em razão da desistência da Juíza de Direito Teresa Cristina de Carvalho P. Mendes. (Publicada em 03/05/2010).

Portaria nº 1.581/2010

Designa magistrados como membros do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada em 03/05/2010)

Portaria nº 1.677/2010

Institui Comissão para elaborar proposta legislativa visando o cumprimento da Meta Prioritária 3 do Conselho Nacional de Justiça. (Publicada em 07/05/2010)

Portaria nº 1.823/2010

Dispõe sobre a instituição do Comitê de Implantação de Gestão por Competências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada em 20/05/2010)

Portaria nº 1.870/2010

Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do Portal do Poder Judiciário. (Publicada em 24/05/2010)

Portaria nº 2.085/2010

Dispõe sobre o acesso do público e a proibição de prática interna de atos de comércio, bem como do ingresso e permanência de vendedores diversos e assemelhados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada em 09/06/2010)

Portaria nº 2.086/2010

Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem seguidos para a concessão de diárias e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada em 09/06/2010)

Portaria nº 3.335/2010

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de membros e servidores públicos pertencentes ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E nº 169, de 17.09.2010, p.107-109)

Portaria nº 3.526/2010

Alterar a composição da Comissão instituída pela Portaria n.º 714/2010-TJ, que tem a função de coordenar a execução do Plano de Ação referente à modernização e uniformização do fluxo de trabalho dos setores administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 178 de 30.09.2010, p.14-15)

Portaria nº 3.707/2010

Designa membros do Comitê de Orientação das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação. (Publicada no D.J.E. nº 180/2010 de 04.10.2010, p. 34)

Portaria nº 4.042/2010

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 196, de 28.10.10, p.38)

Portaria nº 4.392/2010

Fluxo de Diárias e Passagens (revoga a Portaria nº 3757/2010). (Publicada no D.J.E. ed. 218, de 02.12.2010, p.26-27)

2011

Portaria nº 01/2011

Dispõe sobre a concessão da Medalha do Mérito Acadêmico ESMAM a desembargadores do TJMA e do TJSP, bem como a juiz maranhense, por seus relevantes serviços prestados à Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM. (Publicada no D.J.E 27/01/2011)

Portaria nº 221/2011

Dispõe sobre a delegação de competência ao Diretor de Recursos Humanos para praticar atos administrativos relativos à Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, nos termos do art. 3º da Resolução nº 59, de 30 de dezembro de 2010, e dá outras providências. (Publicada no D.J.E 14/02/2011)

Portaria nº 651/2011

Dispõe sobre a subdelegação de competência ao Diretor Financeiro para praticar atos administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Autorização para pagamento dos Precatórios dos exercícios de 2010 e 2011). (Publicada no D.J.E, 15/02/2011)

Portaria nº 871/2011

Dispõe sobre as metas por unidade administrativa e judiciária (1º e 2º Graus), para fins de obtenção de gratificação da produtividade judiciária - GPJ, tendo 2011 como ano-base. (Publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 24.02.2011).

Portaria nº 704/2011

Dispõe sobre a substituição de membro de comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 4743/2010-TJ. (Publicada no D.J.E 18/02/2011)

Portaria nº 1.367/2011

Institui Modelo de Carta de Crédito nos termos da Resolução nº 27/2010-TJ. (Publicada no D.J.E 25/03/2011)

Portaria nº 1.470/2011

Dispõe sobre indicadores de desempenho e metas de produtividade de algumas varas da Comarca de Imperatriz, da Central de Mandados, da Diretoria de Informática e Automação e da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Estado, para fins de obtenção de Gratificação de Produtividade Judiciária – GPJ, de que tratam a Lei 9.326/2010 e a Resolução nº 05/2011, tendo 2011 como ano base. (Publicada no D.J.E 30/03/2011)

Portaria nº 1.694/2011

Dispõe sobre o programa de reembolso financeiro para aquisição de livros e softwares. (Publicada no D.J.E 11/04/2011)

Portaria nº 3.597/2011

Dispõe sobre o fluxo dos procedimentos e rotinas a serem seguidos nos cursos ou eventos de capacitação para servidores, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Revoga a Portaria nº 3758/2010 - TJ)

Portaria nº 3.647/2011

Dispõe sobre o fluxo dos procedimentos e rotinas a serem seguidos nos Convênios Federais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Publicada no D.J.E, ed. 131/2011, 15/07/2011, p. 09-10)

Portaria nº 3.678/2011

Dispõe sobre a designação da Juíza Diva Maria de Barros Mendes, para coordenar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, nos termos do art. 9º da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. . (Publicada no D.J.E 20/07/2011)

Portaria nº 3.741/2011

Dispõe sobre o uso privativo do estacionamento de veículos na entrada principal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E 25/07/2011)

Portaria nº 3.386/2011

Extingue a Comissão de Estudos e Viabilização do Projeto “Multiportas” e designa os membros do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, nos termos da RESOL-GP 102011. (Publicada no D.J.E 07/07/2011)

Portaria nº 4.121/2011

Dispõe sobre a distribuição dos equipamentos de informática doados pelo Conselho Nacional de Justiça. (Publicada no D.J.E., 12/08/2011)

4.1.4. PROTOCOLOS DE INTENÇÕES



Protocolo de intenções firmado entre o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, para instalação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos - CEAV, no Fórum Des. Sarney Costa.

Objeto: Orientar vítimas hipossuficientes de crimes dolosos e seus familiares quanto às medidas legais cabíveis para reparar/compensar/punir violações a direitos humanos e realizar o encaminhamento processual dessas demandas, dentre outros objetivos.

Atribuições: o Tribunal de Justiça se compromete a fornecer espaço físico no Fórum Des. Sarney Costa, como mobiliário e equipamentos para a instalação do CEAV – Centro Estadual de Apoio às Vítimas.

Data: 4 de novembro de 2011.

Assinaturas: Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon (governador interino); vice-presidente do Tribunal de Justiça em exercício, desembargadora Cleonice Silva Freire; Defensor Público Geral, Aldy Mello de Araújo Filho; e a Procuradora-Geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

4.1.5. VISITAS ÀS COMARCAS



Ao longo dos dois anos de gestão, o presidente do TJMA, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, acompanhado de comitiva de magistrados e servidores, realizou diversas visitas às comarcas do Estado, com o propósito de realizar reuniões de trabalho, inspeções e instalações de novas unidades jurisdicionais, dentre outros objetivos.

2010

1. Caxias – 09/04/2010

Reunião com juízes para tratar da construção do novo fórum da comarca

2. Estreito – 22/07/2010

Inspeção à obra de construção do fórum da comarca

3. Pinheiro - 27/08/2010

Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal

4. Caxias – 20/09/2010

Reunião com os juízes do polo de Caxias

5. Bacabal – 21/09/2010

Reunião com os juízes do polo de Bacabal.

6. São João dos Patos - 15/10/2010

Reunião com os juízes do polo de São João dos Patos.

7. Chapadinha – 26/10/2010

Reunião com os juízes do polo de Chapadinha.

8. Imperatriz – 26/10/2010

Reunião com os juízes do polo de Imperatriz.

9. Pinheiro – 05/10/2010

Reunião com os juízes do polo de Pinheiro

10. Raposa – 08/10/2010

Inauguração das novas instalações do Fórum.

11. São Luís – 08/11/2010

Instalação da sede da Ouvidoria.

12. São Luís – 16/11/2010

Instalação do 4º Juizado Especial Cível e Criminal das Relações de Consumo (Bairro COHAB).

13. Olinda Nova – 19/11/2010

Instalação da Comarca.

14. Matinha – 19/11/2010
Inspeção à situação predial do fórum.
15. Codó - 22/11/2010
Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal.
16. São José de Ribamar - 18/11/2010
Inauguração das novas instalações do Juizado Especial Cível e Criminal.
17. Carolina - 26/11/2010
Inauguração das novas instalações do fórum.
18. Estreito - 26/11/2010
Inauguração das novas instalações do fórum.
19. Porto Franco - 26/11/2010
Inspeção à situação predial do fórum.
20. Imperatriz - 26/11/2010
Entrega da obra de revitalização do fórum
21. Pedreiras - 03/12/2010
Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal.
22. São Luís - 09/12/2010
Instalação da 2ª Vara de Execuções Penais “Penas e Medidas Alternativas”
23. Maracaçumé - 10/12/2010
Inauguração das novas instalações do fórum.
24. São José de Ribamar - 15/12/2010
Instalação da 3ª Vara Cível e Criminal.
25. Morros - 16/12/2010
Instalação da Comarca.

2011

26. Timon – 08/04/2011
Reunião com os juízes para tratar da implantação da Vara de Execuções Penais.
27. Parnarama - 08/04/2011
Reunião com os juízes para tratar do projeto de reforma do fórum e construção da nova sede.
28. Matões - 08/04/2011
Visita ao terreno onde será construído o novo fórum.
29. Timon - 29/04/2011
Instalação da 7ª Vara (Execuções Penais)

30. Caxias - 02/05/2011
Inspeção à obra de construção do fórum de Caxias.
31. Amarante - 03/05/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
32. Senador La Roque - 03/05/2011
Inspeção às obras de revitalização do fórum
33. João Lisboa - 03/05/2011
Inspeção às obras de construção do fórum
34. Montes Altos - 03/05/2011
Inspeção às obras de revitalização do fórum
35. Balsas – 05/05/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
36. Riachão - 05/05/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
37. São Domingos do Azeitão - 06/05/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
38. São Raimundo das Mangabeiras - 06/05/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
39. São João dos Patos - 06/05/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
40. São Mateus - 06/05/2011
Inspeção à obra de construção do fórum
41. Rosário – 09/05/2011
Inspeção ao fórum, que foi arrombado no dia 8/05.
42. Tuntum – 09/06/2011
Ato de desagravo à juíza da comarca.
43. Vargem Grande - 04/08/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
44. Itapecuru-Mirim – 04/08/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
45. Chapadinha- 04/08/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
46. Brejo - 04/08/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum

47. São Bernardo - 04/08/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum
48. Araióses - 05/08/2011
Instalação da 2ª Vara Cível e Criminal.
49. Açailândia - 19/08/2011
Instalação da 5ª Vara Cível e Criminal.
Instalação do Juizado Cível e Criminal.
50. Porto Franco - 19/08/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
51. Rosário - 02/09/2011
Instalação da 2ª Vara Cível e Criminal.
52. Morros - 02/11/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
53. Coroatá – 15/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
54. Esperantinópolis – 15/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
55. Poção de Pedras
Inspeção na situação predial do fórum - 15/09/2011
Visita ao fórum destruído por incêndio - 23/09/2011
56. Bacabal – 15/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
57. Santa Inês – 16/09/2011
Inspeção da obra de construção do fórum.
58. Pindaré Mirim 16/09/2011
Visita de inspeção à situação predial do fórum.
59. Igarapé Grande – 16/09/2011
Inspeção à obra de revitalização do fórum.
60. Arari – 16/09/2011
Inspeção à situação predial do fórum.
61. Lago da Pedra – 16/09/2011
Inspeção à situação predial do fórum e visita a terreno doado ao Judiciário para construção do fórum.
62. Mirinzal - 22/09/2011
Inauguração das novas instalações do fórum.

63. Alcântara – 22/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
64. Guimarães – 22/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
65. Cedral – 22/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
66. Pinheiro – 22/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
67. São João Batista – 23/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
68. São Vicente Férrer – 23/09/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
69. Viana – 23/09/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
70. Poção de Pedras – 23/09/2011
Visita ao fórum de Poção de Pedras destruído por incêndio.
71. São Mateus – 23/09/2011
Inspeção da obra de reforma no fórum provisório.
72. São Pedro da Água Branca – 06/10/2011
Instalação da Comarca.
73. João Lisboa - 06/10/2011
Inauguração das novas instalações do fórum
Lançamento do Projeto “Uma Sentença, uma Árvore”.
74. Imperatriz – 07/10/2011
Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos.
75. Santa Inês – 21/10/2011
Inauguração das novas instalações do fórum.
76. Icatu - 1º/11/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
77. Humberto de Campos - 1º/11/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.
78. Barreirinhas – 1º/11/2011
Entrega da obra de revitalização do fórum.

79. Caxias – 03/11/2011
Inauguração das novas instalações do fórum.
80. Tuntum – 10/11/2011
Recebimento do título de cidadania tuntuense.
81. Colinas – 11/11/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
82. São Mateus – 11/11/2011
Vistoria à obra de construção do fórum de São Mateus.
83. São José de Ribamar – 18/11/2011
Inauguração das novas instalações do Juizado Especial de Ribamar.
84. São Mateus – 17/11/2011
Inauguração das novas instalações do fórum.
85. Lago da Pedra – 17/11/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
86. Governador Nunes Freire – 23/11/2011
Entrega da obra de reforma das instalações do fórum e Casamento Comunitário.
87. Santa Helena – 24/11/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
88. Carutapera – 24/11/2011
Vistoria à obra de construção do fórum.
89. Buriticupu – 25/11/2011
Vistoria à obra de construção do fórum.
90. Parnarama – 1º/12/2011
Entrega da obra de reforma das instalações do fórum.
91. São Francisco do Maranhão – 1º/12/2011
Lançamento da pedra fundamental de construção do fórum.
91. Timon – 02/12/2011
Inauguração da galeria do fórum.

4.2. ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



PROCESSOS DESPACHADOS - 2010

	TOTAL
RECURSO ESPECIAL (admitido)	234
RECURSO ESPECIAL (inadmitido)	712
RECURSO ESPECIAL (retido)	91
RECURSO ESPECIAL (sobrestados)	16
RECURSO EXTRAORDINARIO (admitido)	63
RECURSO EXTRAORDINARIO (inadmitido)	163
RECURSO EXTRAORDINARIO (sobrestado)	185
RECURSO ORDINARIO	51
SUSPENSÃO (liminares, sentenças, tutelas antecipadas)	158
AÇÃO CAUTELAR	10
RÉPRESENTAÇÃO PARA INTERVENÇÃO	15
PRECATÓRIOS (decisão)	1057
PRECATÓRIOS (alvará)	227
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	1161
AGRAVO REGIMENTAL	20
AGRAVO DE INSTRUMENTO	09
OFÍCIO INFORMAÇÃO (STJ)	69
MANDADO DE SEGURANÇA (informações)	66
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	40
EMBARGOS À EXECUÇÃO	06
PETIÇÃO	107
ACÓRDÃO	75
DESPACHOS DIVERSOS	94
PLANTÃO JUDICIAL	93
TOTAL	4.722

PROCESSOS DESPACHADOS - 2011

	TOTAL
RECURSO ESPECIAL (admitido)	145
RECURSO ESPECIAL (inadmitido)	291
RECURSO ESPECIAL (retido)22RECURSO ESPECIAL (sobrestados)	15
RECURSO EXTRAORDINARIO (admitido)	30
RECURSO EXTRAORDINARIO (inadmitido)	109
RECURSO EXTRAORDINARIO (sobrestado)	120
RECURSO ORDINARIO	77
SUSPENSÃO (liminares, sentenças, tutelas antecipadas)	159
PRECATÓRIOS (decisão)	2.770
PRECATÓRIOS (alvará)	2.037
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	940
AGRAVO REGIMENTAL	16
AGRAVO DE INSTRUMENTO	04
OFÍCIO INFORMAÇÃO (STJ)	48
MANDADO DE SEGURANÇA (informações)	28
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	46
EMBARGOS À EXECUÇÃO	16
PETIÇÃO	87
ACÓRDÃO	56
DESPACHOS DIVERSOS	233
TOTAL GERAL	7.249

4.3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA



A Assessoria de Comunicação da Presidência desenvolveu novos projetos de comunicação voltados para os públicos interno e externo. A comunicação interna é dirigida aos magistrados e servidores. A externa, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

As iniciativas se fundamentaram nos objetivos estratégicos de N° 07 – “Melhorar a imagem do TJMA na sociedade”; N° 08 – “Ampliar a transparência da instituição” e N° 11 – “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a estratégia”.

No total, 18 produtos e serviços de comunicação foram lançados, sendo 8 deles previstos no planejamento estratégico do Tribunal para a Assessoria e os demais resultaram de inovações implementadas na gestão.

Além dessas ações específicas, a ASSCOM fomentou a cobertura jornalística diária das sessões do Pleno, câmaras, Gabinete da Presidência, diretorias e assessorias, para fins de divulgação no endereço eletrônico do TJMA na internet e aos órgãos de comunicação da capital e interior.

Produtos e serviços de comunicação lançados

Eletrônicos

1. Boletim Eletrônico Interno “Rede TJ” – boletim semanal voltado para o público interno (magistrados e servidores), enviado por e-mail;
2. Boletim Eletrônico Externo “TJMA on line” – boletim informativo online enviado diariamente, por e-mail, para o público externo;
3. Redes Sociais – redes sociais oficiais do TJMA (twitter e facebook), com acompanhamento e atualizações diárias de notícias, com fotos.
4. Mídia in door – serviço de mídia interna contratado por meio da licitação (Pregão Eletrônico 16/2011), pelo qual magistrados, servidores e visitantes podem acompanhar, através de monitores de televisor instalados na sede do Tribunal e anexos informações acerca das atividades do Poder Judiciário, durante o horário do expediente – das 8h às 18h.

Impressos



Figura 1

5. Manual de Identidade Visual – esta publicação apresentou um modelo de sinalização e identidade visual para o Tribunal de Justiça. conjunto de elementos integra uma proposta visando à uniformidade comunicação visual no Poder Judiciário. (Figura 1)

6. Outdoors – cartazes em tamanho (3m x 9m) instalados no Fórum e juizados utilizados para dar visibilidade às ações do Judiciário;

7. Calendário Forense – calendário oficial do Poder Judiciário, com telefones úteis e previsões de feriados forenses, pontos facultativos, suspensão de expediente, aniversários dos municípios, distribuídos aos magistrados e autoridades judiciárias. (Figura 2).



Figura 2

8. Informativo “TJ NOTÍCIAS” - publicação mensal que divulga os acontecimentos ocorridos no âmbito do judiciário no mês a que se refere.(Figura 3)



Figura 3

9. Revista “TJ EM REVISTA” - publicação trimestral com a finalidade de disseminar assuntos pertinentes e de interesse da comunidade jurídica, com artigos, entrevistas e matérias jornalísticas. (Figura 4).



Figura 4

10. Informativo “TJ EXTRA” – informativo planejado especialmente para eventos ou datas comemorativas, cujo conteúdo é alusivo à data ou evento em questão. (Figura 5)



Figura 5

Serviços

11. Auditoria de Comunicação

O processo de comunicação interna foi avaliado por uma Auditoria de Comunicação. Um formulário de avaliação com 10 questões foi colocado à disposição de magistrados e servidores pela Intranet. Os dados estatísticos com as respostas de 213 servidores foram apurados pela Divisão de Estatística do TJMA.

Os conceitos favoráveis foram maioria dentre as respostas (Gráfico 1). A pesquisa indicou a preferência pela rede mundial de computadores como fonte primária de informação: 75% dos respondentes preferem ler as notícias na internet e 92% dos servidores gastam pelo menos uma hora por dia navegando. As notícias de cunho administrativo são as preferidas por 50% dos respondentes.

Avaliação do processo de comunicação no TJMA:

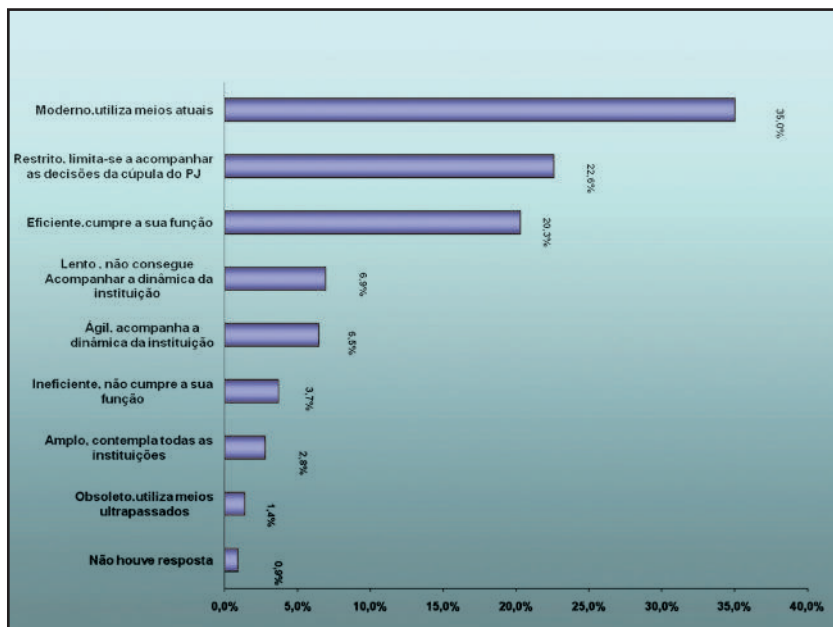


Gráfico 1

12. Seminário de Direito para a Imprensa

Dois seminários de Direito para a imprensa foram realizados nos períodos de 9 a 10 de agosto de 2010 e 8 e 9 de agosto de 2011, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), reunindo, no total, 120 participantes.

Os seminários foram direcionados aos profissionais da comunicação social que atuam nos órgãos de imprensa de São Luís (rádio, TV, jornal e site) e para os colaboradores internos, visando contribuir para a qualidade da cobertura jornalística dos assuntos relacionados às atividades do Tribunal e de seus membros.

As palestras foram ministradas por desembargadores (Lourival Serejo, Cleones Cunha, Paulo Velten, Froz Sobrinho e Marcelo Carvalho Silva) e por juizes de Direito (André Bogéa Pereira Santos e Sônia Amaral). Os palestrantes convidados foram os jornalistas Ana Zimmermann (TV Globo – PR) e Rodrigo Haidar (Site “Consultor Jurídico”).

Esse projeto recebeu o Prêmio Nacional de Educação Corporativa (PecJus), na categoria “Educação e Comunicação”. A entrega da premiação foi feita durante o Congresso Brasileiro de Educação Corporativa (ConecJus), no dia 16/09/2011, na Escola Superior da Magistratura de Goiás.

Durante a segunda edição do evento a ASSCOM lançou o guia “O Poder Judiciário em Pauta”, com informações úteis e orientações sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário do Maranhão, com 54 págs. (Figura 4)



Figura 5

13. Projeto do Portal

A ASSCOM elaborou a minuta da Portaria Nº 1.870/2010-GP, que dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do Portal do Poder Judiciário, publicada no dia 24 de maio de 2010, que disciplina o uso do site do Judiciário.

Criado o Comitê Gestor, a Assessoria coordenou reuniões com os seus integrantes para discussão e aprovação da proposta do novo Portal do Poder Judiciário. Em agosto de 2010, o projeto de lay-out e de distribuição do conteúdo do Portal foi entregue à Diretoria de Informática e Desenvolvimento (DIA), para ser desenvolvida em linguagem web.

14. Projeto da Intranet

A rede interna de computadores utilizada pelo público interno (magistrados e servidores) foi reformulada e renovada com o acompanhamento da ASSCOM, que apresentou propostas de conteúdo e serviços, como as sessões “aniversariantes do dia”; “placar do planejamento estratégico”; “mural”, etc.

15. Campanha Institucional externa

Lançada em novembro de 2011, a primeira campanha de publicidade institucional promovida por meio de licitação (Edital N° 15/2011) - na modalidade concorrência -, pelo Tribunal de Justiça. Essa ação divulgou o balanço dos investimentos da presidência do TJMA na reestruturação da Justiça de 1º grau – prioridade da gestão.

O plano de mídia contemplou inserções nas principais veículos de comunicação da Capital (rádio, TV e jornal) e utilizou-se também dos ônibus que circulam na Capital para divulgação das peças demonstrando os serviços e obras realizados na gestão.



16. Campanha Institucional interna

Conscientizar e sensibilizar os servidores para a necessidade de manter o ambiente limpo, saudável e organizado. Essa foi a proposta da campanha “Amigos da Limpeza”, lançada no dia 15/02/2011. A ASSCOM desenvolveu a campanha fazendo um apelo para que os servidores colaborem com a manutenção do ambiente limpo e saudável, livre de sujeira e lixo.

Em parceria com a SERV-SAN, foram produzidos cartazes distribuídos no TJMA, CGJ e Fórum da capital, trazendo a foto de cinco servidores terceirizados do apoio administrativo como modelo da campanha, o que contribuiu para sensibilizar os servidores para o objetivo da campanha.

Essa campanha foi adotada pelo Sistema Mirante de Comunicação, mantendo o mesmo nome, e alvo de consulta pelo Colégio Santa Teresa, a fim de ser levada aos docentes e estudantes.

17. Clipping Eletrônico

Serviço licitado, o clipping eletrônico seleciona todas as notícias divulgada nos meios de comunicação impressos e eletrônicos (rádio, TV, jornal, internet) em circulação na Capital, disponibilizando ao gestor relatório mensal de avaliação da cobertura jornalística das ações do Judiciário – espontânea e gerada.

As informações são disponibilizadas no site do TJMA e enviadas por e-mail à lista de servidores.

18. Placas setoriais

A ASSCOM providenciou o lay-out e a distribuição das placas de identificação dos setores do Tribunal de Justiça e anexos, conforme padrão adotado pela Diretoria de Engenharia e registrado no Manual de Identidade Visual . Foram instaladas as placas nos seguintes setores.

1. Assessoria de Comunicação da Presidência
2. Assessoria Jurídica da Presidência
3. Auditoria
4. Biblioteca
5. Chefia de Gabinete
6. Coordenadoria de Contabilidade
7. Coordenadoria de Orçamento
8. Coordenadoria de Pagamento
9. Coordenadoria de Finanças
10. Coordenadoria de Direitos e Registros
11. Coordenação Médica, Odontológica e Psicossocial
12. Comissão de Concurso
13. Coordenadoria de Atividades Especiais da Presidência
14. Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira
15. Coordenadoria de Atendimento ao Usuário
16. Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas
17. Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços
18. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos
19. Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração de Rede
20. Diretoria Administrativa
21. Diretoria Financeira
22. Diretoria Geral
23. Diretoria de Informática e Automação
24. Divisão de Avaliação de Desempenho
25. Divisão de Cadastro
26. Divisão de Direitos e Deveres
27. Divisão de Expedição e Controle de Atos
28. Divisão Médica
29. Divisão Odontológica
30. Divisão Psicossocial
31. Divisão de Licitação e Contrato
32. Divisão de obras e serviços
33. Divisão de estatística e publicações
34. Divisão de Engenharia Juízes Auxiliares
35. Gabinete Militar
36. Telejudiciário
37. Sala da Guarda

Curso

A ASSCOM proporcionou à equipe de jornalistas e radialistas o curso “Redação e Estilo, ministrado pelo professor Rodrigo Capella, da Escola de Comunicação Comunique-se – à distância, pela internet.

O curso, realizado no dia 16 de maio de 2011, no horário das 19h30 às 22h, abordou diversas técnicas, percorrendo sobre a produção de textos opinativos e informativos, com a apresentação de exemplos e realização de Exercícios.



MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO



O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 23 de março de 2010, através da Resolução nº 010/2010, o TJ/MA instituiu o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual, relativo ao quinquênio 2010/2014.

No referido instrumento legal, encontram-se declarados a missão, visão e os valores do Plano Estratégico do TJ/MA, além da criação e descrição das competências do Comitê Gestor e Comitê Executivo, órgãos responsáveis pela orientação, fiscalização e acompanhamento dos trabalhos de planejamento estratégicos.

O Plano Estratégico do TJ/MA contempla 03 (três) perspectivas:

a) sociedade, que fundamentou a definição da missão, da visão e dos atributos de valor da sociedade;
b) processos internos, que demonstram a forma de prestação do serviço da instituição; e
c) recursos, onde se encontram destacados a infraestrutura e tecnologia, os recursos humanos e o orçamento do TJ/MA.

Na oportunidade foram definidos 08 (oito) temas estratégicos:

1. Acesso ao Sistema de Justiça;
2. Responsabilidade Social;
3. Eficiência Operacional;
4. Alinhamento e Integração;
5. Atuação Institucional;
6. Gestão de Pessoas;
7. Infraestrutura e Tecnologia
8. Orçamento.

Na esfera destes temas, foram fixados 15 (quinze) objetivos estratégicos, que nortearam a previsão de 65 (sessenta e cinco) estratégias, consistentes em projetos e planos de ação, resultantes do que foi traçado no processo participativo de construção do planejamento estratégico do judiciário maranhense.

A missão, a visão de futuro, os atributos institucionais e os objetivos estratégicos são evidenciados a seguir:

Missão - Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão - Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Ética - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;
- Transparência - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;
- Excelência dos serviços - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados;
- Valorização das pessoas - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho;
- Justiça - Manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade das leis); e
- Comprometimento - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos funcionam como linhas fundamentais de atuação onde o seu alcance é indispensável para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

O TJ/MA direciona sua atuação institucional declarando os resultados a serem alcançados nos próximos 05 (cinco) anos com base em 15 (quinze) objetivos considerados fundamentais, a saber:

Acesso ao Sistema de Justiça

1. Facilitar o acesso à Justiça: Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir a equidade no atendimento à sociedade;

2. Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos determinados pelos Magistrados alcancem resultados concretos para a população atendida.

Responsabilidade Social

3. Promover a cidadania: Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Eficiência Operacional

4. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo e assegurar a eficiência operacional.

Alinhamento e Integração

5. Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário: Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhada à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados de curto, médio e longo prazo (continuidade).

6. Promover ações que contribuam para a interação e a troca de experiência entre Tribunais: Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas, unidades, estruturas e soluções Jurídicas e administrativas.

Atuação Institucional

7. Melhorar a imagem do TJ/MA junto à sociedade: Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

8. Ampliar a transparência da instituição: Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional;

9. Fortalecer e harmonizar relações entre os poderes, setores e instituições: Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

10. Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva: Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.

Gestão de Pessoas

11. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a estratégia: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia

12. Desenvolver competências dos magistrados e servidores: Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para os alcances dos objetivos estratégicos.

Infraestrutura e Tecnologia

13. Adequar estrutura física e segurança: Prover instalações, mobiliários e segurança que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além de proteção e manutenção dos bens, com foco na operacionalidade, acessibilidade e segurança

14. Desenvolver a tecnologia da informação: Prover os recursos tecnológicos (equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com estrutura de tecnologia da informação.

Orçamento

15. Assegurar e gerir recursos orçamentários e financeiros: Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Durante a gestão foram implementadas diversas ações para acompanhamento e execução da estratégia do TJ/MA, bem como se desenvolveu e se apoiou projetos estratégicos que visam à melhoria contínua dos processos e da prestação de serviços.

Sistema de Avaliação de Metas do Poder Judiciário do Maranhão (Samjud).

Para melhor acompanhamento das ações e metas previstas, foi desenvolvido, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz –, o Sistema de Avaliação de Metas do Poder Judiciário do Maranhão (Samjud). No sistema foram inseridas as ações previstas no planejamento estratégico, detalhadas a partir dos temas e objetivos estratégicos e com a indicação das respectivas metas, indicadores e responsáveis.

Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE’s

A Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE é realizada com o objetivo de acompanhar a execução da estratégia e avaliar os resultados obtidos no período, através do monitoramento dos indicadores e ações realizadas.

O acompanhamento da estratégia exige um monitoramento contínuo do atingimento das metas das ações executadas e da implementação de soluções e medidas para corrigir possíveis desvios.

Antes de cada RAE, são realizadas reuniões prévias com cada área para preparação e discussão das pendências, solução de problemas operacionais e observação de oportunidades de melhoria.

REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)

ANO	DATA	LOCAL
2010	17 e 18 de maio	Esmam/ Presidência
	13 de julho	Hotel Premier
	19 de outubro	Rio Poty Hotel
2011	12 de abril	Tribunal de Justiça
	26 de novembro	Hotel Veleiros

As RAE’s contaram com a participação das Diretorias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral de Justiça e da Escola de Magistratura. Na oportunidade, foram apresentados os resultados por área e as propostas de ajustes nos planos de ação com a finalidade de atingir os objetivos estratégicos traçados.

Alinhamento do Orçamento ao Planejamento Estratégico

Em parceria com a Diretoria Financeira e em conformidade com as determinações do CNJ, o orçamento do Poder Judiciário foi alinhado ao Planejamento Estratégico.

Na elaboração do orçamento de 2011 foi utilizada metodologia do orçamento participativo. Para tanto, foi disponibilizado durante 20 dias, no site do Tribunal de Justiça, um formulário estruturado de acordo com os temas estratégicos definidos no Plano Estratégico, com o propósito de colher sugestões/projetos além de identificar demandas para auxiliar na elaboração do Orçamento do Judiciário para o exercício de 2011.

Treinamentos

Manual das Secretarias Judiciais e Themis

O Núcleo de Planejamento Estratégico realizou, em parceria com as Diretorias de Recursos Humanos e de Informática e com o apoio do juiz de Direito Roberto Abreu Soares, realizou o treinamento do “Manual das Secretarias Judiciais” e Themis, no período de abril e maio de 2010.

Foram treinados cerca de 120 servidores, envolvendo secretários judiciais e demais técnicos das secretarias judiciais, com o objetivo de disseminar o Manual das Secretarias Judiciais, elaborado pelo NPE em parceria com secretários judiciais e juízes, visando capacitá-los para o uso do Themis PG. Os servidores que participaram do treinamento multiplicaram nas suas unidades os conhecimentos adquiridos.

Workshop Meta 5

O Workshop Meta 5 constituiu-se em um evento promovido pelo Núcleo de Planejamento Estratégico, nos dias 30/09 a 04/09, no Hotel Calhau, com a participação de 50 secretários judiciais, que teve como objetivo a padronização do processo ordinário cível, em atendimento à Meta 5 do Poder Judiciário Nacional – Implantar modelo de gerenciamento das rotinas nas unidades judiciárias de 1º grau.

Na oportunidade, os secretários judiciais participantes foram divididos em grupos, coordenados por facilitadores, quando discutiram e propuseram sugestões para a construção de um modelo padronizado do processo ordinário cível, visando à otimização do processo, por meio da exclusão de procedimentos repetitivos e desnecessários. Ao final do workshop, o fluxo definido foi validado por juízes.

A continuidade da implantação do fluxo padrão nas unidades jurisdicionais cíveis envolveu a multiplicação do mesmo pelos secretários judiciais que participaram do workshop. Cada secretário apresentou o fluxo a outras unidades previamente pré-estabelecidas, explicando como devem ser realizados os fluxos do processo civil ordinário, orientando a sua aplicação na unidade. A multiplicação ocorreu em 101 unidades jurisdicionais, envolvendo comarcas de entrância inicial, intermediária e final.

Capacitação para a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís

Por solicitação do juiz titular, Edimar Fernando Mendonça, o treinamento para a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís teve como objetivo, dentre outros, apresentar e discutir o tema planejamento estratégico no âmbito da respectiva unidade judicial.

Foram reinados todos os servidores da 2ª VEP em temas como mudança organizacional, análise de oportunidades e ameaças, elaboração de plano de ação e gestão de processo. O treinamento será realizado nos dias 03, 04, 08 e 09/11/2011, no Auditório do Tribunal Regional Eleitoral, em São Luís.

Reuniões nos Polos Judiciais

Foram realizadas reuniões nos polos judiciais, com vistas a discutir proposta de reestruturação das unidades jurisdicionais sugerida pela Diretoria de Recursos Humanos, bem como apresentar o balanço da gestão, com dados referentes à “Justiça em Números”, ações realizadas, obras e reformas realizadas e planejadas e materiais permanentes encaminhados a cada polo.

Reuniões nos polos judiciais:

20/09 – Caxias
21/09 – Bacabal
05/10 – Pinheiro
15/10 – São João dos Patos
18/10 – Imperatriz
26/10 – Chapadinha

Também foi feita a apresentação do Planejamento Estratégico, pela Coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico, com destaque ao que foi realizado e ao que está planejado, assim como foram entregues a cada unidade seu resultado da Meta 6 - reduzir pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).

Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental

Em 06 de maio de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 27/2010, que instituiu o Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental e tem como objetivo identificar, premiar e disseminar ações de gerenciamento bem sucedidas pelo Poder Judiciário Estadual que estejam contribuindo para o melhor gerenciamento do gasto público e uso apropriado dos recursos naturais.

O prêmio, de forma mais objetiva, visa ao alcance da Meta 6, do ano de 2010, do CNJ- Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrado, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível, tendo como referência o ano de 2009.

Para orientar as unidades na melhor gestão dos recursos, foi elaborado, com a colaboração da juíza

Ticiane Gedeon Maciel, o “Guia Prático de Gestão de Gastos Públicos e Responsabilidade Ambiental”, cujo objetivo é informar os magistrados e servidores das melhores práticas já adotadas por outras instituições e que apresentaram resultados expressivamente positivos, para aplicação nas suas respectivas unidades.

Projeto de Reestruturação do TJMA

Em atenção ao objetivo estratégico de adequar a estrutura organizacional do TJMA, foi desenvolvido o Projeto de Reestruturação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, contemplando criação, extinção e /ou reorganização de unidades visando à otimização dos processos e a melhoria da prestação de serviços.

O projeto foi entregue à Presidência do Tribunal de Justiça na 1ª RAE 2011, oportunidade em que foram explanadas as principais propostas do projeto bem como o seu processo de elaboração, para as providências necessárias ao encaminhamento do mesmo ao Plenário desse Tribunal.

Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ

O Núcleo de Planejamento Estratégico propôs a criação da Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ, visando estimular a produtividade e a melhoria dos serviços na Justiça estadual e alcançar objetivos traçados no planejamento estratégico do Tribunal de Justiça de “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia” e “Garantir a Agilidade nos trâmites judiciais e administrativos”.

A GPJ tem previsão constitucional e foi instituída pela Lei 9.326/2010, sancionada pelo Governo do Estado em dezembro de 2010.

Em se tratando de unidade judiciária, a GPJ será devida aos servidores que comprovadamente alcançarem as metas pré-estabelecidas e apresentarem o melhor desempenho do grupo a que pertencem. Em relação às unidades administrativas, a GPJ será devida às unidades que alcançarem as metas. A gratificação pode ser de até 100% do vencimento básico do cargo de cada servidor.

Acompanhamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ)

Foram realizadas reuniões em todas as sedes dos polos com o intuito de apresentar o modelo da GPJ, descrevendo a meta, a fórmula para cálculo dos resultados, critérios para o vencedor e de desempate. Após este momento, vale destacar a mudança em relação ao engajamento das unidades judiciais, que passaram a acompanhar e solicitar informações relacionadas ao seu desempenho.

Em se tratando das unidades administrativas, as reuniões de acompanhamento continuaram a ser realizadas, para monitoramento do resultado e feedback a área.

É importante destacar que as unidades participantes, tanto judiciais como administrativas, demonstram um interesse maior no cumprimento das metas, isso porque as equipes estão motivadas por entenderem que o modelo adotado pelo TJ funciona e contribui para a melhoria do desempenho institucional.

Para fins de aferição do alcance das metas, as informações são extraídas do Digidoc, para unidades administrativas, principal fonte de informação. E no que se refere às unidades judiciais os dados são extraídos do relatório mensal de atividades (RMA) e o Themis SG (unidades judiciais).

Os vencedores da GPJ 2011 estão listados na página 69.

I Encontro de Gestão Estratégica - Oficina de Metas

O I Encontro de Gestão Estratégica da Justiça do Maranhão: Oficina das Metas, realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2010, no Rio Poty Hotel – São Luís/MA, teve por objetivo a construção de indicadores e metas de desempenho das unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça e das unidades da Corregedoria Geral de justiça, para fins de pagamento da gratificação por produtividade prevista pela Lei 9.326/2010.

No encontro foram traçados os principais processos de cada unidade, com a definição dos responsáveis, dos produtos e resultados e a proposta de indicadores e metas, que, posteriormente, foram analisados e validados e/ou reformulados pelo Núcleo de Planejamento Estratégico, em conjunto com as áreas.

Apoio a projetos

O Núcleo de Planejamento Estratégico também apoiou o desenvolvimento de projetos de outras unidades, com destaque para o Comitê do Digidoc, e para a Comissão de Fluxos de Processos e Gestão Documental.

Regulamentação da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização

Conforme a Resolução Nº 60/2010, aprovada no Pleno do Tribunal, em 16 de março de 2011, foi regulamentada a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, unidade responsável dentre outras atividades, pela execução e acompanhamento do Plano Estratégico atual previsto até 2014, sendo composta pela Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos e Divisão de Planejamento.

VENCEDORES DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA – GPJ / 2011

1º GRAU

CATEGORIA I

GRUPO A – Vara Única da Comarca de RAPOSA

GRUPO B – Vara Única da Comarca de SENADOR LA ROQUE

GRUPO C – Vara Única da Comarca de GUIMARÃES

GRUPO D – Vara Única da Comarca de SÃO BERNARDO

GRUPO E – Vara Única da Comarca de SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO

GRUPO F – Vara Única da Comarca de DOM PEDRO

CATEGORIA II

GRUPO A – Vara Única da Comarca de TIMBIRAS

GRUPO B – Vara Única da Comarca de MIRADOR

GRUPO C – Vara Única da Comarca de PIO XII

GRUPO D – Vara Única da Comarca de CARUTAPERÁ

CATEGORIA III

GRUPO A – 1ª VARA da Comarca de TIMON

GRUPO B – 4ª VARA da Comarca de TIMON

GRUPO C – 2ª VARA da Comarca de CODÓ

GRUPO D – 1ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA

GRUPO E – 1ª VARA da Comarca de SANTA LUZIA

GRUPO F – 4ª VARA da Comarca de BACABAL

GRUPO G – 3ª VARA da Comarca de CODÓ

GRUPO H – 4ª VARA da Comarca de AÇAILÂNDIA

GRUPO I – 3ª VARA CRIMINAL da Comarca de IMPERATRIZ

GRUPO J – 3ª VARA da Comarca de AÇAILÂNDIA

GRUPO K – 1ª VARA da Comarca de LAGO DA PEDRA

GRUPO L – Vara Única da Comarca de VARGEM GRANDE

GRUPO M – Vara Única da Comarca de TUNTUM

CATEGORIA IV

GRUPO A – 8ª VARA CÍVEL da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO B – 5ª VARA DE FAMÍLIA da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO C – SUSPENSO
GRUPO D – 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO E – SUSPENSO
GRUPO F – 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO G – Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Da Comarca de São Luís
GRUPO H – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE da Comarca de IMPERATRIZ
GRUPO I – VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO N – VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ da Comarca de SÃO LUÍS

CATEGORIA V

GRUPO A – 9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO B – 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO C – 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO E – 2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL da Comarca de SÃO LUÍS
GRUPO F – JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL da comarca de SANTA INÊS
GRUPO G – JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL da comarca de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

2º GRAU

GRUPO A – GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
GRUPO B – GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES
GRUPO C – GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
GRUPO D – GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE RACHID MUBÁRACK MALU
GRUPO E – GABINETE DO DESEMBARGADOR MARCELO CARVALHO SILVA
GRUPO F – GABINETE DO DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA
GRUPO G – GABINETE DO DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

CENTRAL DE MANDADOS IMPERATRIZ

Posição	Oficial de Justiça
1º Lugar	GLADSTANIA MARIA SANTOS SOARES
2º Lugar	WILTON JOSÉ BARBOSA ARAÚJO
3º Lugar	RAIMUNDO DA CUNHA RODRIGUES

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
AUDITORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DO TJMA
DIRETORIA DO FERJ
DIRETORIA FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

COORDENADORIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO
COORDENADORIA DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
DIRETORIA JUDICIÁRIA
4ª CÂMARA CÍVEL
2ª CÂMARA CRIMINAL
COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS
COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES
COORDENADORIA DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA
SECRETARIA GERAL DA ESMAM
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

4.5. AUDITORIA



A Auditoria da Presidência é a unidade de controle interno do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e cumpre o papel de zelar pela legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos em todas as áreas possíveis da gestão. No desempenho de sua atividade, acompanhou a atuação administrativa para prevenir e corrigir riscos a fim de que os atos da gestão sejam praticados em consonância com as normas pré-estabelecidas e decisões previamente tomadas, sem perder de vista a missão do Poder Judiciário do Maranhão.

As ações desenvolvidas foram definidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA) para 2011, aprovado pelo Presidente desta Corte de Justiça através do Ato n.º 557/2011. A Auditoria cumpriu 80% das atividades planejadas, com a expectativa de cumprimento integral do Plano até o início do ano de 2012, tendo sido constatados adiamentos e impedimentos em alguns setores que comprometeram a realização de algumas ações no prazo inicialmente planejado.

Atividades Desenvolvidas

O Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2011 previu 14 (catorze) ações a serem desenvolvidas pela Auditoria da Presidência no exercício financeiro de 2011. Ademais, estabeleceu a necessidade de ações de desenvolvimento institucional e capacitação, para o fortalecimento da atividade de auditoria. Em relação às ações planejadas, sua consecução se deu da seguinte forma:

Assessoramento e Orientação aos Gestores Administrativos

A presente ação foi desenvolvida ao longo de 2011, por meio da elaboração de relatórios em auditorias específicas, participação em reuniões, emissão de pareceres em processos submetidos à análise da Auditoria da Presidência. As recomendações apresentadas por esta unidade de controle interno visaram assessorar tecnicamente o Presidente deste Tribunal de Justiça nas atividades de controle ao nível da entidade e ao nível dos processos. Como resultado, obteve-se a melhoria nos procedimentos administrativos deste Tribunal de Justiça. Esta ação não gerou relatório específico.

Elaboração do Relatório do Controle Interno para compor a Prestação de Contas anual do TCE/MA

A presente ação teve como escopo verificar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado. Em consequência, foi elaborado o Relatório integrante da Prestação de Contas Anual do gestor ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Divulgação da importância do trabalho da Auditoria no órgão

Esta ação possuía o escopo de apresentar a nova dinâmica de atuação da Auditoria e criar a cultura de controle preventivo em auxílio à Administração Superior do órgão. Seria disseminada a importância do controle interno para a gestão administrativa.

Vários setores deste Tribunal de Justiça já conhecem a nova dinâmica de atuação da Auditoria da Presidência, que realiza prioritariamente auditorias específicas, com a elaboração de relatórios periódicos. A divulgação das ferramentas utilizadas pela Auditoria, bem como de suas atribuições, fundamentos de sua atuação, competência, objetos de ações de auditoria, dentre outros aspectos, dar-se-á em sugestão de minuta de resolução, em elaboração, a ser encaminhada ao Presidente desta Corte de Justiça ainda esse ano.

Estão disponíveis na Intranet deste Poder Judiciário informações acerca da Auditoria da Presidência, sugestões de leitura e orientações que se fizerem necessárias, com vistas à otimização dos trabalhos e melhoria da gestão.

Atualização dos servidores

Com vistas a uma atualização constante dos servidores da Auditoria, a presente ação teve como objetivo dar conhecimento aos servidores do setor acerca das decisões, recomendações e atos normativos relevantes aos trabalhos, em ação de controle preventivo. O resultado foi a atualização dos servidores da Auditoria da Presidência.

Controle no uso do Cartão Corporativo

A presente ação de auditoria tem como escopo analisar 50% (cinquenta por cento) dos processos relativos à concessão de adiantamentos via Cartão Corporativo, com ênfase para a fase da prestação de contas dos recursos, utilizados ou desenvolvidos. Tem sido observado melhora significativa nos processos de deferimento de cartão corporativo, com o crescimento efetivo do cumprimento das disposições presentes na Resolução n.º 027/2008. Esta ação está em andamento, mediante análise dos processos físicos de adiantamento/comprovação de cartão corporativo.

Auditoria na folha de pagamento

A ação de auditoria na folha de pagamento foi desenvolvida sob três aspectos: 1) mensalmente, a partir do acompanhamento da evolução da despesa com pessoal; 2) concomitantemente ao encaminhamento dos processos de servidor a este setor, nos termos da Portaria TJ/MA n.º. 3961/2010; 3) por amostragem ao longo do ano, com a apresentação dos trabalhos em relatórios semestrais.

Neste último caso, procedeu-se à auditoria na folha de pagamento deste Poder Judiciário, por amostragem, quanto às seguintes verbas: a) vencimento cargo em comissão (VERBA 135); b) gratificação pelo exercício de cargo em comissão (VERBA 263); c) representação cargo em comissão (VERBA 143); d) adicional por tempo de serviço (VERBA 136); e) auxílio alimentação (VERBA 256); adicional de insalubridade (VERBA 116); f) adicional de periculosidade; g) hora-extra (VERBA 201); h) ajuda de custo deslocamento (VERBA 189); i) ajuda de custo moradia; j) adicional noturno (VERBA 149); l) auxílio saúde (VERBA 119); m) indenização vale transporte (VERBA 227). Ademais, foram feitas considerações e recomendações acerca da atualização da tabela do Imposto de Renda, dos Relatórios das GFIPS, bem como avaliação da aplicação dos gastos com pessoal. Foram feitas sugestões de melhorias quanto aos pontos frágeis identificados, bem como regulamentação de alguns assuntos.

Controle dos Atos de Admissão dos Servidores

A presente ação teve como escopo analisar 100% (cem por cento) dos atos de admissão dos servidores admitidos em 2010. Após análise dos atos de admissão dos servidores efetivos admitidos no ano de 2010, através de consulta às suas pastas funcionais, procedeu-se à elaboração de relatório encaminhado ao Presidente deste Tribunal de Justiça.

Controle dos Contratos Administrativos celebrados em 2010

Esta ação teve como objetivo verificar a formalização e execução dos contratos de fornecimento de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia, celebrados em 2010, incluindo sua gestão e fiscalização, em consonância com a Lei n.º 8.666/93.

O trabalho foi realizado conforme a seguinte amostragem: 30% (trinta por cento) dos contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços; 10% (dez por cento) dos contratos de obras; 5% (cinco por cento) dos contratos de locação de bens móveis e imóveis. Observou-se uma melhora significativa nos procedimentos administrativos, com a assinatura dos contratos e renovação dos mesmos em tempo hábil. A ação gerou relatório com as principais observações efetuadas.

Verificação da legalidade dos atos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais

A presente ação teve como objetivo analisar os processos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais, em consonância com a Resolução n.º 31/2009 – TJ/MA, em uma amostragem de 50% (cinquenta por cento).

Esta ação vem sendo realizada há quatro anos, tendo sido verificada diminuição significativa das constatações (achados de auditoria) relatadas em auditorias passadas. Gerou um relatório que foi encaminhado à Presidência deste Tribunal de Justiça, que imediatamente determinou o cumprimento das recomendações nele contidas, atendendo, assim, aos objetivos propostos na ação.

Auditoria nos Convênios

A ação de auditoria nos convênios visou avaliar, com base na legislação pertinente, 50% (cinquenta por cento) dos convênios celebrados pelo Poder Judiciário do Maranhão.

No desenvolvimento da presente ação foram avaliados os convênios celebrados pelo Poder Judiciário do Maranhão, conforme meta planejada. Verificou-se o estágio deste Poder Judiciário em relação à celebração de convênios, com a proposição de algumas práticas que permitirão a utilização mais acertada de tal instituto. Na oportunidade, reconheceu-se o esforço de alguns setores no intuito de adequar cada vez mais os convênios aos ditames legais, com especial destaque para a elaboração do Manual de Convênios deste Poder Judiciário.

Auditoria no FERJ e no FERC

Com o escopo de avaliar o controle da arrecadação da receita nas serventias judiciais e extrajudiciais num percentual de 30% (trinta por cento), a presente ação restou prorrogada para data oportuna, tendo em vista solicitação feita por esta Auditoria, através do Ofício – AP n.º 12011, datado de 22 de setembro de 2011, e resposta favorável do Presidente deste Tribunal de Justiça, através do Despacho - GP n.º 2782011, datado de 29 de setembro de 2011.

Auditoria nos processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a ata de registro de preços de outros órgãos

O objetivo da presente ação consiste em verificar a legalidade dos processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como adesões a atas de registro de preços de outros órgãos por parte deste Poder Judiciário, tendo em vista a legislação pertinente. Em virtude de mudanças na equipe inicialmente designada para os trabalhos, a ação iniciou-se efetivamente em outubro e encontra-se na fase de análise dos processos solicitados, por amostragem, segundo o seguinte percentual: Convite – 100%; Pregão – 20%; Dispensas e Inexigibilidades – 50% e Outros – 40%.

Auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio

A presente ação tem como objetivo avaliar os controles relacionados à existência física dos bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do Almoxarifado (onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio), especialmente estocagem e segurança do prédio. Seu escopo é melhorar os controles internos da Coordenadoria de Material e Patrimônio.

Esta ação foi iniciada em setembro, mas tendo em vista solicitação efetuada pela própria Coordenadoria de Material e Patrimônio, foi adiada para novembro. O motivo da alteração deve-se ao fato de que algumas sugestões efetuadas por esta Auditoria, no Relatório de 2010, ainda estão em processo de conclusão.

Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2012 – PAAA/2012

O objetivo da presente ação é estabelecer o planejamento das ações da Auditoria da Presidência para 2012. O planejamento anual das ações a serem desenvolvidas pela Auditoria da Presidência, enquanto unidade de controle interno deste Poder Judiciário, tem sido elaborado desde 2008. A cada ano reconhecemos a importância de uma ferramenta dessa natureza, seja pela transparência na atuação deste setor, seja pela diretriz que representa no curso dos trabalhos.

Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação para o fortalecimento da atividade de Auditoria

No planejamento da Auditoria da Presidência também foram previstas ações de capacitação. Ao longo do ano, servidores lotados neste setor realizaram cinco ações de treinamento e capacitação, quais sejam:

AÇÕES DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO - 2011		
CURSO	PERÍODO	SERVIDORES
Avaliação dos controles internos	01 e 02/03/2011	5
Elaboração de propostas - convênios e sistemas de convênios	14 a 18/03/2011	3
A eficiência nas contratações públicas	10 a 12/08/2011	5
Encontro das Unidades de Controle Interno do Poder Judiciário Estadual	12 e 13/09/2011	2
Elaboração de Relatório de Auditoria	15 e 16/09/2011	2
Auditoria em folha de pagamento para os Tribunais de Justiça	24 a 27/10/2011	2
2º Encontro dos grandes mestres: curso de licitações e contratos	09 a 11/11/2011	3

O Plano Anual de Atividades da Auditoria também previu outras medidas que tinham por finalidade o fortalecimento deste setor de controle interno, tais como: melhorar a estrutura física de trabalho da Auditoria; promover a atualização dos equipamentos de informática; padronizar e regulamentar os procedimentos dos trabalhos de auditoria.

Quanto à estrutura física e os equipamentos de informática, os objetivos pretendidos foram alcançados com excelência, tendo em vista o reconhecido esforço da atual gestão deste Tribunal de Justiça. Em relação à padronização e regulamentação dos procedimentos dos trabalhos de auditoria, reconhecemos uma fase de transição deste setor, o qual pretende sugerir a regulamentação de forma geral, mediante resolução, dos procedimentos a serem adotados pelos servidores lotados nesta unidade, além da elaboração própria de rotinas internas, baseadas em ferramentas tais como matrizes de planejamento, matrizes de achados e outras, nos termos dos manuais de auditoria e procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria Geral da União – CGU e Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Esse amadurecimento se deve à experiência acumulada pelos servidores deste setor, além do aprendizado decorrente dos cursos de capacitação recentemente realizados, com destaque para o treinamento em Auditoria em folha de pagamento para os Tribunais de Justiça, realizado pelo CNJ, em parceria com o TCU e CGU, no qual foram apresentados instrumentos facilitadores do trabalho de auditoria, a exemplo das matrizes de planejamento, de achado, relatórios e outros.

4.6. OUVIDORIA



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Maranhão foi criada pela Resolução Nº. 20/2010, por decisão plenária administrativa do dia 05/05/2010, em resposta aos anseios do Conselho Nacional de Justiça, que, em sua Resolução nº. 103/2010, determinou a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais Estaduais.

Os desembargadores José Bernardo Silva Rodrigues e Cleones Carvalho Cunha foram designados como ouvidor e ouvidor substituto, respectivamente, conforme Portaria nº. 2007/2010 publicada pelo TJMA.

A Ouvidoria foi instalada em 08/11/2010, nas dependências da Casa de Justiça e Cidadania, no subsolo do Jaracati Shopping, prestando atendimento presencial de 08h às 18h.

Em razão da necessidade de transmitir transparência e eficiência aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Maranhão, a Ouvidoria foi criada para ser um meio de comunicação entre este e o cidadão, para o recebimento de sugestões, reclamações, críticas, elogios e outras manifestações. Antes da criação desse instituto, cabia ao Telejudiciário (08007071581) receber e encaminhar as reclamações.

Equipe

A Ouvidoria é composta pelo Ouvidor, Ouvidor Substituto e por quatro servidores: um analista judiciário e três comissionados. Ressalte-se ainda, que três destes servidores têm lotação diversa da Ouvidoria, em virtude da inexistência de cargos específicos para este órgão.

Estrutura física

Dispõe de duas salas equipadas, destinadas ao ouvidor e ao coordenador. E, ainda, uma recepção, destinada ao primeiro atendimento ao público.

As atividades da Ouvidoria são desenvolvidas com o auxílio de uma linha telefônica convencional, estando disponível o acesso à internet e ao PROJUD, pelo qual são feitas as pesquisas sobre o andamento processual.

Funcionamento

A Ouvidoria recebe as reclamações através de atendimento presencial, pelo telefone, por meio do Telejudiciário (0800-7071581), que repassa as solicitações à Ouvidoria, por carta, formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça na internet; e por fim, pelo e-mail ouvidoria@tjma.jus.br.

O cadastro das manifestações é feito por meio de um sistema de informática desenvolvido pela Coordenadoria Desenvolvimento e Análise de Sistemas da Diretoria de Informática do Tribunal, no qual são cadastradas todas as manifestações.

Demanda

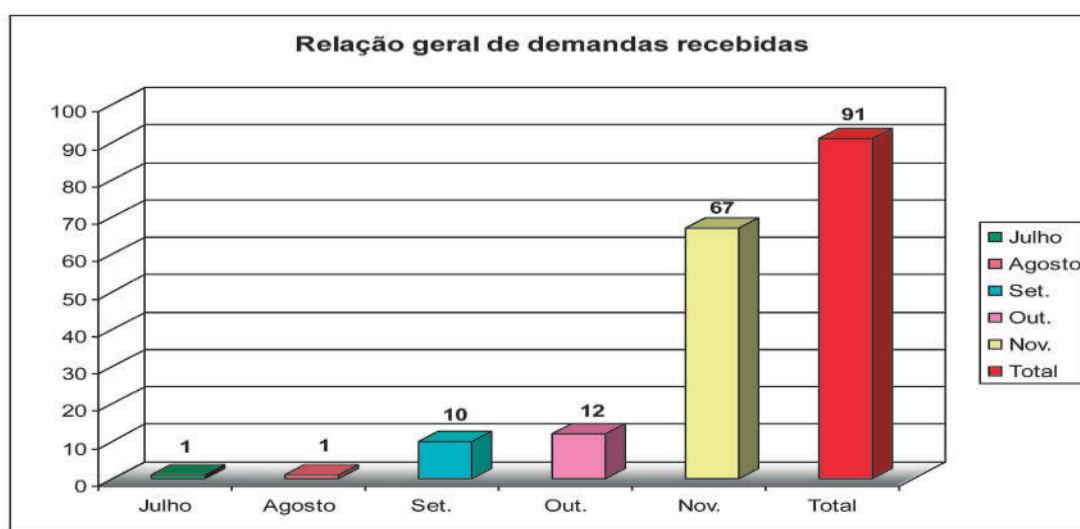
A Ouvidoria começou a receber reclamações no mês de julho de 2010, cinco meses antes de sua instalação, apenas com a divulgação do e-mail do órgão na imprensa. A partir de setembro, as ocorrências aumentaram, principalmente após a instalação do órgão.

Demandas Recebidas

Nos meses de julho e agosto de 2010, foi recebida uma reclamação em cada mês. Em setembro e outubro este número passou para 10 (dez) e 12 (doze), respectivamente. No mês de novembro, o número de manifestações aumentou mais de cinco vezes, passando para 67 (sessenta e sete), sendo que 64 (sessenta e quatro) foram recebidas após a inauguração de sua sede, ocorrida em 08/11/2010.

Assim, esta Ouvidoria computou o recebimento 91 (noventa e uma) manifestações de julho a novembro.

Mês	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Total
Quantidade	01	01	10	12	67	91



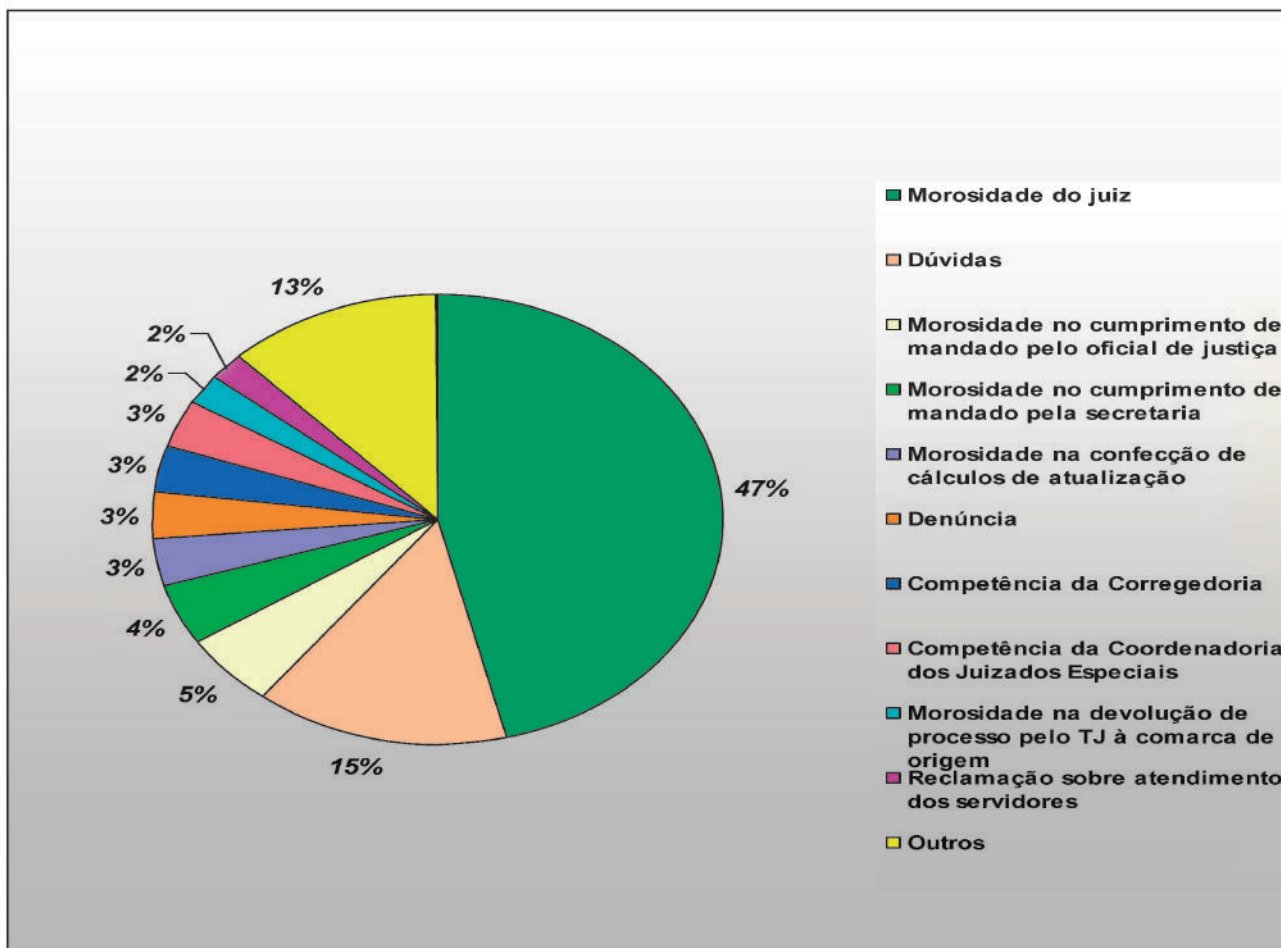
Assunto

A seguinte tabela relaciona o tipo de manifestação recebida em cada mês:

TIPOS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
Morosidade do juiz	01		03	03	35	42
Dúvidas			04	04	05	13
Morosidade no cumprimento de mandado pelo oficial de justiça		01		03	01	05
Morosidade no cumprimento de mandado pela secretaria			01		03	04

Morosidade na confecção de cálculos de atualização				01	02	03
Denúncia			01		02	03
Competência da Corregedoria					03	03
Competência da Coordenadoria dos Juizados Especiais					03	03
Morosidade na devolução de processo pelo TJ à comarca de origem			01		01	02
Reclamação sobre atendimento dos servidores				01	01	02
Outros					11	11

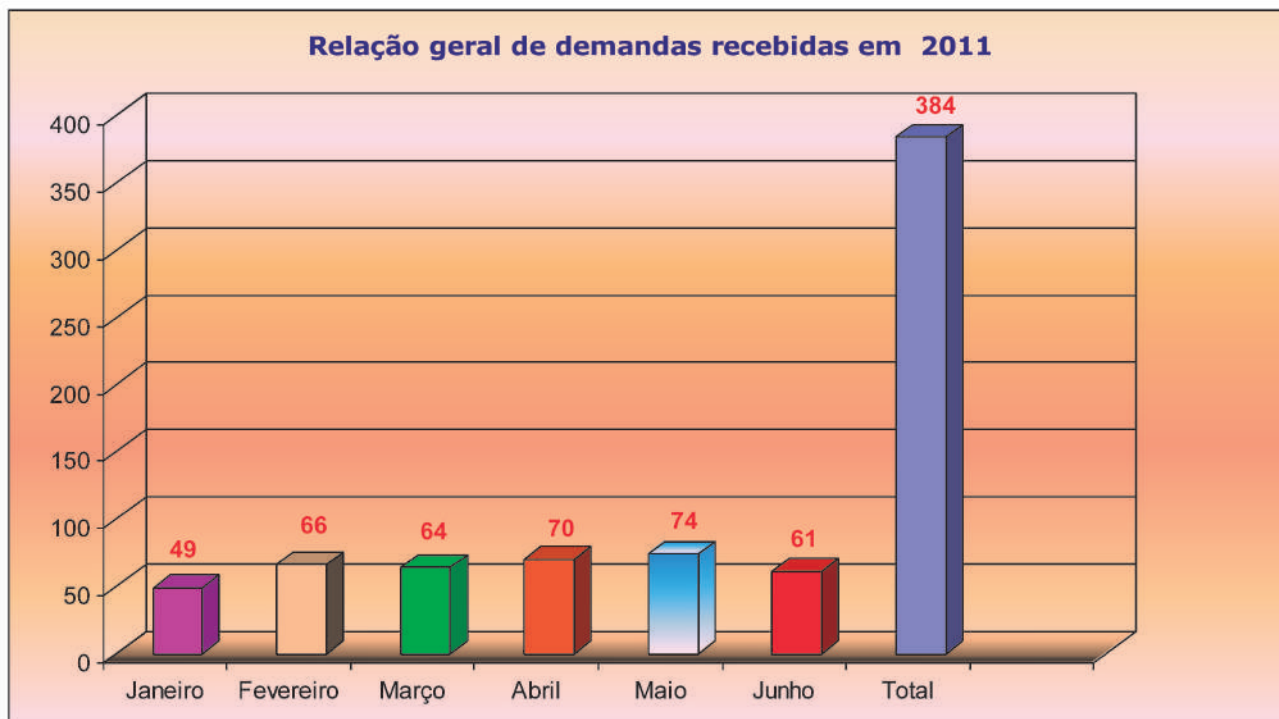
Relação de Demandas por Assunto



Demandas Recebidas - Janeiro a junho

As manifestações recebidas pela Ouvidoria no ano de 2011 têm variado de 49 (quarenta e nove) a 74 (setenta e quatro), consoante tabela abaixo:

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total
Quantidade	49	66	64	70	74	61	384



Assunto

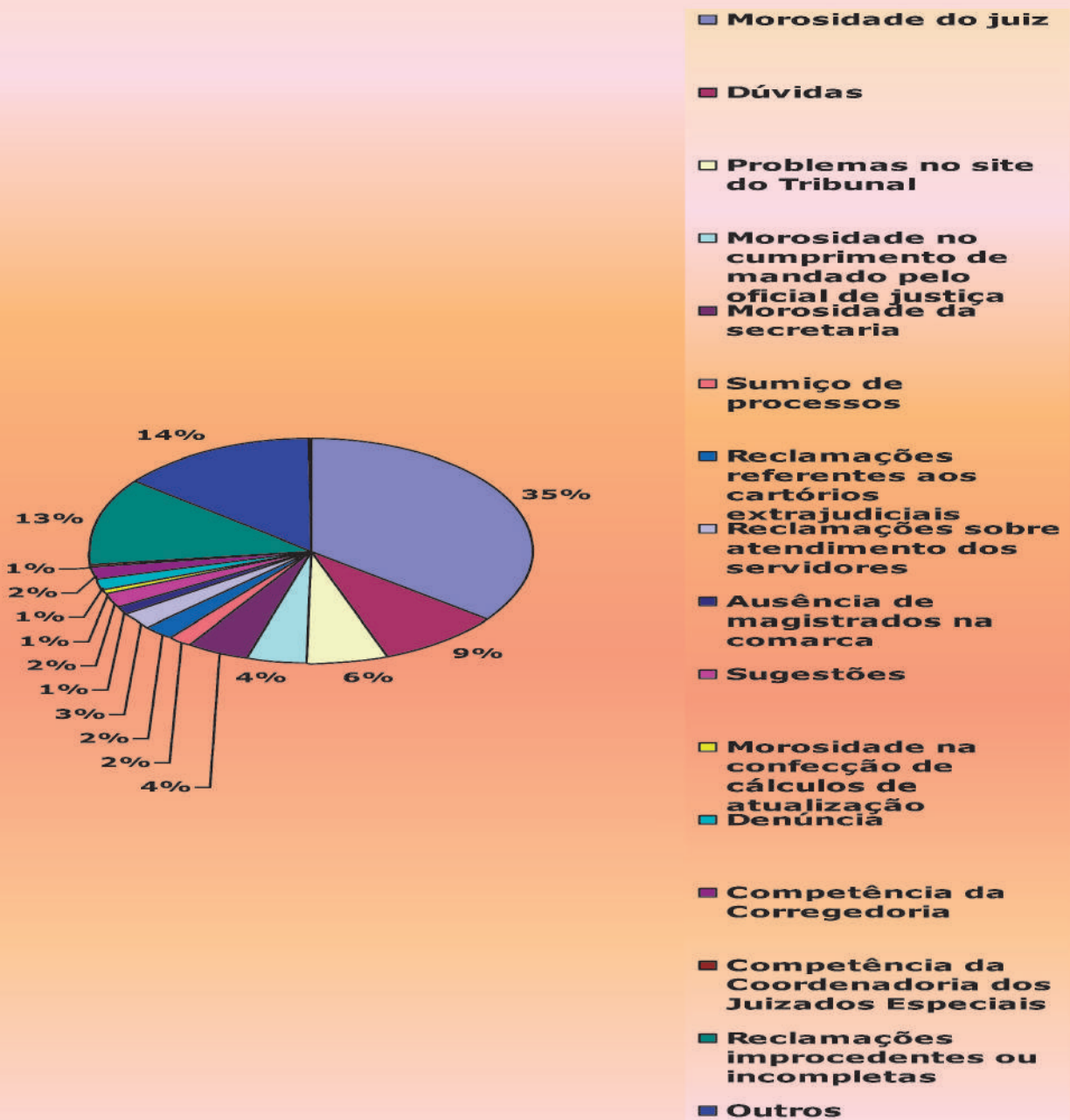
A seguinte tabela relaciona o tipo de manifestação recebida em cada mês:

TIPOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	TOTAL
Morosidade do juiz	14	16	33	24	29	19	135
Dúvidas	03	05	05	06	13	04	36
Problemas no site do Tribunal	04	03	05	02	02	06	22

Morosidade no cumprimento de mandado pelo oficial de justiça	03	03	01	05	04	01	17
Morosidade da secretaria	0	06	01	04	02	04	17
Reclamações sobre atendimento dos servidores	01	01	02	01	02	03	10
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	02	01	01	02	01	01	08
Sumiço de processos	01	03	02	01	0	0	07
Competência da Corregedoria	0	0	02	01	01	03	07
Sugestões	01	0	01	02	02	01	07
Denúncia	01	02	0	0	01	01	05
Ausência de magistrados na comarca	02	0	01	01	0	0	04
Morosidade na confecção de cálculos de atualização	01	0	01	01	01	0	04
Competência da Coordenadoria dos Juizados Especiais	01	01	0	0	0	0	02

Reclamações improcedentes ou incompletas	08	13	03	07	05	12	48
Outros	06	12	08	12	11	06	55

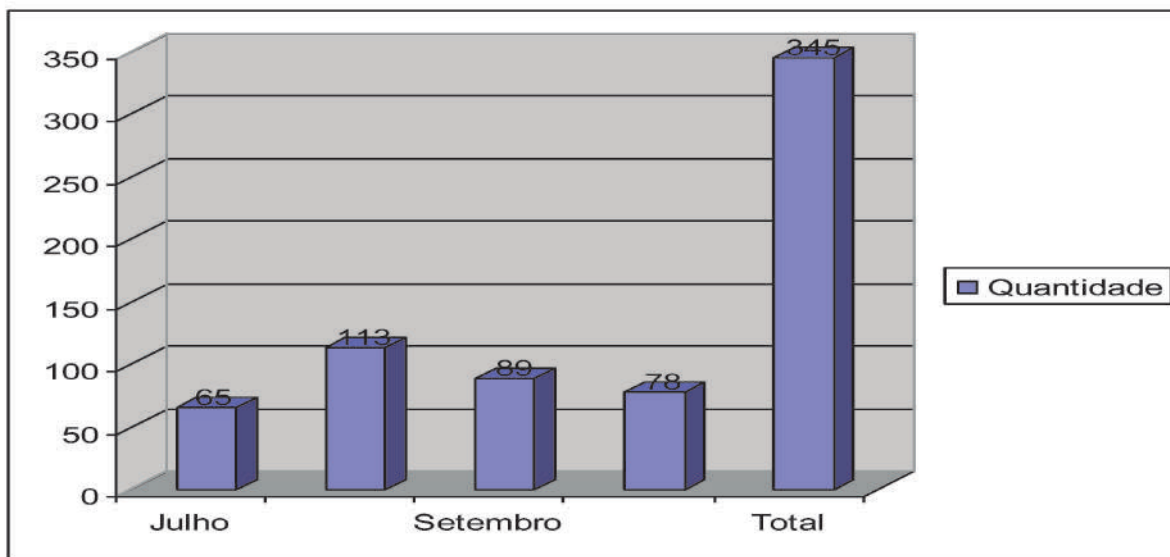
RELAÇÃO DE DEMANDAS POR ASSUNTO



Demandas Recebidas - Julho a Outubro

As manifestações recebidas pela Ouvidoria de julho a outubro do ano de 2011 variaram de 65 (sessenta e cinco) a 113 (cento e treze), consoante tabela abaixo:

Mês	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Quantidade	65	113	89	78	345



Assunto

A seguinte tabela relaciona o tipo de manifestação recebida em cada mês:

TIPOS	JUL.	AGOS.	SET.	OUT.	TOTAL	PORCENTAGEM
Morosidade do juiz	27	53	38	42	160	45,32%
Dúvidas	07	09	10	03	29	8,21%
Reclamações sobre atendimento dos servidores	0	09	05	02	16	4,53%
Morosidade da secretaria	02	05	04	04	15	4,24%
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	05	01	04	05	15	4,24%

Morosidade no cumprimento de mandado pelo oficial de justiça	01	01	05	06	13	3,68%
Dificuldade de contato com a Divisão de Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico e Recursos Humanos	0	01	04	02	07	1,98%
Competência da Corregedoria	0	05	0	0	05	1,41%
Ausência de magistrados na comarca	01	02	01	01	05	1,41%
Sumiço de processos	0	02	02	0	04	1,13%
Problemas no site do Tribunal	01	02	0	0	03	0,84%
Sugestões	02	01	0	0	03	0,84%
Morosidade na confecção de cálculos de atualização	0	0	0	01	01	0,28%
Competência da Coordenadoria dos Juizados Especiais	01	0	0	0	01	0,28%
Outros	05	08	05	07	25	7,08%
Reclamações improcedentes ou incompletas	14	15	15	07	51	14,44%

4.6.1. TELEJUDICIÁRIO



O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual. Oferece um leque de 35 serviços, destacando-se, entre estes, consultas sobre andamento de processos judiciais, orientação sobre ações cíveis e criminais, informações sobre plantões, endereços dos órgãos do Poder Judiciário, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, feriados, recepção e registro de sugestões, reclamações e denúncias.

Os serviços são prestados pela central telefônica (PABX 2106 9000) e pela plataforma 0800 707 1581, de segunda a sexta, das 08h às 18h, de forma ininterrupta, por 18 atendentes, em regime de revezamento.

Integração com outros Setores

Em março de 2010, o Telejudiciário começou a auxiliar a Coordenação da Folha de Pagamento, fornecendo senhas do sistema SISRH, possibilitando o acesso dos funcionários à Página do Servidor e desafogando aquele setor do grande volume de pedidos de informação que recebia. Com igual objetivo, firmou acordo com a Diretoria de RH, para ter acesso ao sistema MENTORH, com vistas à localização de servidores do Poder Judiciário.

Em julho de 2011, o Telejudiciário começou a fornecer senhas de acesso à nova página do servidor (MENTORH); iniciativa que possibilitou ao servidor a visualização de contracheques, fichas financeiras, sistema de ponto eletrônico, entre outros.

Reforma das instalações

A reforma das instalações do Telejudiciário teve início em 13/09/2010, durando cerca de um mês. Tal reforma proporcionou a solução de problemas hidráulicos, e possibilitou a troca de portas e janelas danificadas. A cantina e a recepção foram ampliadas. O teto recebeu novo forro e pintura as instalações elétricas e luminárias foram substituídas. A reforma tornou mais confortável o ambiente de trabalho, com reflexos positivos no comportamento dos servidores, hoje mais motivados para o exercício de suas atividades.

Antes da reforma, a infra-estrutura do setor estava comprometida, com equipamentos obsoletos e mobiliário com mais de dez anos de uso. Equipamentos essenciais, como fones de ouvido e computadores, não funcionavam, a bancada do call center estava danificada e as instalações apresentavam problemas hidráulicos, com goteiras no telhado e alagamento em período chuvoso.

Aquisição de equipamentos

A melhoria das atividades também foi propiciada com aquisição de móveis (armários, mesas, cadeiras) e de uma nova bancada de call center, e equipamentos eletrônicos e de informática. Foram adquiridos 08 (oito) novos computadores, 2 (duas) impressoras, 1 (um) scanner, 1 (um) frigobar, além de 30 (trinta) handset's com handfone's.

Novo sistema de registro

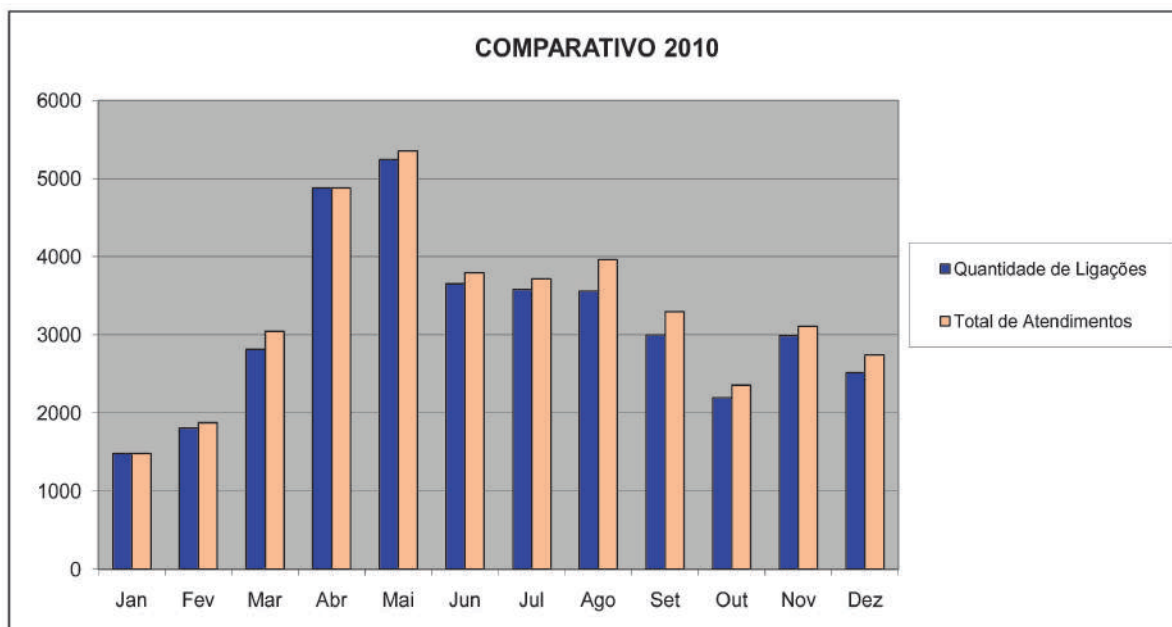
O sistema de registro das ligações, criado em 1997, foi substituído e agora permite a geração de relatórios, a apresentação de dados estatísticos de atendimento e o cadastramento de informações, evitando perdas.

Atendimento

Em decorrência dos investimentos nas instalações e equipamentos, o atendimento alcançou número considerável no biênio.

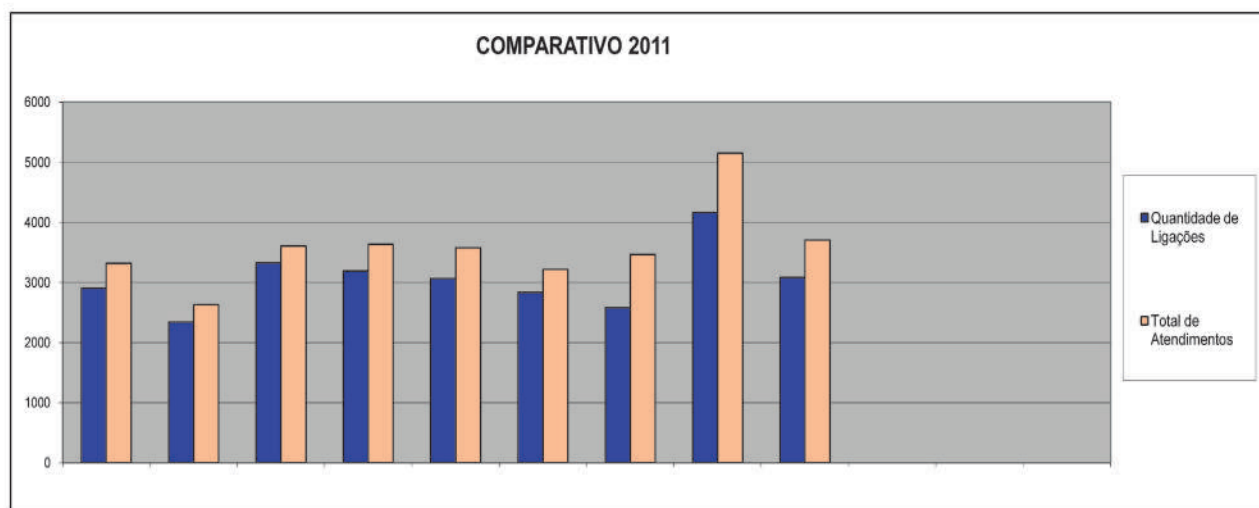
RELATÓRIO RESUMIDO DE ATENDIMENTOS - JANEIRO A DEZEMBRO/ 2010

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	MÉDIA
Quantidade de Ligações	1482	1809	2817	4881	5242	3656	3581	3560	3002	2198	2989	2516	37733	3144
Média de Atendimentos Diários	74	110	144	94	255	200	177	180	173	124	164	137	1832	153
Total de Atendimentos	1482	1877	3047	4881	5353	3793	3716	3964	3295	2360	3108	2740	39616	3300



RELATÓRIO RESUMIDO DE ATENDIMENTOS - JANEIRO A SETEMBRO/ 2011

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	MÉDIA
Quantidade de Ligações	2904	2341	3325	3191	3063	2833	2577	4163	3081				27478	3053
Média de Consultas Diárias	158	131	164	202	163	169	182	224	195				1588	176
Total de Atendimentos	3316	2628	3605	3630	3575	3217	3461	5148	3704				32284	3587



4.7. BIBLIOTECA



2010

Alteração do Regulamento da Biblioteca - Com o objetivo de regulamentar o funcionamento da Biblioteca e seus serviços de circulação (empréstimo, devolução, renovação e reserva) para melhor atender aos usuários. Aprovado no dia 14.04.2010 e publicado no DJE nº 69 de 16.04.2010.



Reforma das instalações - Pintura, reparo nas instalações elétricas; dedetização dos ambientes, limpeza e reorganização de todo o acervo.

Gestão Documental – Criação da Comissão de Avaliação Documental; levantamento do referencial teórico, proposição do curso sobre gestão documental junto ao STJ, elaboração do Programa de Gestão Documental do TJ/MA, avaliação e aplicação da tabela de temporalidade e do Plano de Classificação. (Em fase de elaboração).

Plano Anual de Capacitação dos Servidores – Normalizado a pedido da Diretoria de Recursos Humanos.

Compêndio de Resoluções – Proposta do Núcleo de Planejamento Estratégico que objetiva reunir as Resoluções do Tribunal no período de 1990-2010, em formato de publicação impressa que será distribuída para os setores e comarcas. Este trabalho pressupõe a localização, reunião e organização dos arquivos das Resoluções em sua forma original e sua classificação por assunto, elaboração do índice, normalização e apresentação final.

Cartilha da Solenidade do Dia da Justiça – Levantamento da biografia dos desembargadores que nomeiam as medalhas; seleção das resoluções que regulamentam a concessão das medalhas; reunião dos nomes dos homenageados; normalização; participação na escolha da arte gráfica e acompanhamento na impressão da Cartilha junto à Gráfica.

Projeto de reformulação do link de Legislação – Proposta de elaboração de projeto de reformulação do link da legislação do Tribunal na intranet e internet, com apresentação de telas de busca e recuperação das informações cadastradas.

Consórcio Bdjur – Objetivando disseminar os documentos jurídicos eletrônicos de interesse dos órgãos do Poder Judiciário, contribuindo para a democratização e acessibilidade da informação jurídica com a política de livre acesso ao conhecimento. O termo de cooperação do Consórcio Bdjur (STJ-TJ/MA) foi assinado no dia 01.07.2008, conforme demonstra o processo nº 37121/08. Aguarda a liberação para visita técnica ao STJ, com o intuito de participar de treinamento e posteriormente adquirir o software necessário à implantação da biblioteca digital.

Seleção e aquisição de novas publicações – Por meio do Processo nº 29665/2009 foram adquiridos 584 exemplares para a Biblioteca do TJ, Fórum e ESMAM e disponibilizados no acervo.

2011

Relatório de atuação da Coordenadoria da Biblioteca

Aquisição de novas publicações - por meio do Processo nº. 4.990/2010, a partir de sugestões de usuários e da seleção de títulos atualizados por meio de catálogos e sites de Editoras, dentre outras fontes.

Dia do Bibliotecário - para comemorar o dia do Bibliotecário, ocorrido no dia 12 de março, a Biblioteca do Tribunal de Justiça, o Departamento de Biblioteconomia da UFMA e o Conselho de Biblioteconomia promoveram um dia especial para discutir questões pertinentes à profissão. Este evento contou com a participação do Desembargador Lourival Serejo que ressaltou o desafio do bibliotecário na formação de leitores frente às novas tecnologias e da Diretora Geral Alessandra Darub que parabenizou a iniciativa da biblioteca do TJ MA, e também a Chefe de Gabinete da Presidência Bruna Barbieri Waquim.

Foram convidadas as professoras do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, Aldinar Martins Bottentuit que proferiu uma palestra sobre informação jurídica e Mary Ferreira que fez o pré-lançamento do seu livro “Os bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão”.

Curso de Gestão Documental - Realizado no período de 7 a 8 de abril, no Grand São Luís Hotel, o curso de gestão documental foi ministrado pelo profº. Renato Tarcísio Barbosa, mestre em biblioteconomia e documentação e doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UNB). O objetivo do curso foi capacitar servidores da Biblioteca do TJ, ESMAM, Fórum Des. Sarney Costa, e Arquivo do Tribunal de Justiça para criarem procedimentos quanto ao ciclo dos documentos produzidos e recebidos pelos setores, estabelecendo prazos de guarda até sua destinação final.

A comissão da Avaliação Documental terá o papel fundamental de organizar essa extensa massa documental do Poder Judiciário que requer conhecimento da correta aplicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade, instrumentos da gestão documental, no momento da eliminação dos documentos de valor secundário ou preservação daqueles que tenham valor probatório e histórico. Com isso, a economia de recursos físicos, humanos e financeiros garantirão a otimização das atividades devido à utilidade da gestão documental.

Gestão Documental do TJ/MA – Os Atos normativos elaborados pela Comissão de Avaliação Documental já foram entregues para apreciação e aprovação;

Promova uma Páscoa de Leitura – A campanha Promova uma Páscoa de Leitura foi uma ação conjunta das Bibliotecas do Tribunal de Justiça, ESMAM e Fórum para arrecadar livros de literatura infantil para a Creche Judith Pacheco, Casa da Criança e Casa Abrigo, mantidas pelo Poder Judiciário.

A entrega de cerca de 200 livros arrecadados aconteceu no dia 18 de abril, Dia Nacional do Livro Infantil e contou com a participação da Diretora Geral Alessandra Darub que destacou a importância deste evento para o incentivo da leitura e do conhecimento.

Além de receberem as doações dos livros, as crianças da Creche Judith Pacheco assistiram à peça teatral do grupo Cara de Palco. Foi um momento lúdico e de muita descontração para comemorar a páscoa dos pequeninos.

Projeto “Uma pausa para a leitura” – Este evento foi marcado pela exposição de novas aquisições da Biblioteca do TJ, em especial os livros de literatura universal e brasileira. Na ocasião foram expostos livros jurídicos e literários de juristas maranhenses e distribuídos exemplares do regulamento da biblioteca assim como realizado o cadastramento de novos usuários no SIABI.

De autoria do Desembargador Lourival Serejo, o projeto “Uma pausa para leitura” é um exemplo de boas ações de incentivo à literatura. Os livros que compõem o projeto são doados e servidores, magistrados do Poder Judiciário e público em geral poderão escolher os livros de interesse, levá-los para casa e devolver quando terminarem a sua leitura, sem se preocupar com o tempo. O objetivo é formar um público leitor capaz de desenvolver o senso crítico e estimulado a adquirir novos conhecimentos.

Compêndio de Resoluções do TJ/MA – Proposta do Núcleo de Planejamento Estratégico que objetivou reunir as Resoluções do Tribunal no período de 1990-2010, em formato de publicação impressa que será distribuída para os setores e comarcas. Este trabalho pressupõe a localização, reunião e organização dos arquivos das Resoluções em sua forma original e sua classificação por assunto, elaboração do índice, normalização e apresentação final.

Seminário de Bibliotecas Escolares – Evento realizado em parceria com o Conselho Regional de Biblioteconomia, no dia 14/09/2011, no auditório do TJ/MA

Semana da Criança – O evento “Tarde Feliz” foi realizado no Auditório da Assembléia Legislativa, no dia 14/10/2011 em comemoração ao Dia das Crianças, em parceria com a Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Assessoria de Comunicação e Biblioteca da ESMAM. A programação incluiu cantinho da leitura para as crianças, com doação de livros infantis, hora do conto com personagens e brincadeiras. Num segundo momento, todos os presentes assistiram à peça João e Maria, encenada pelo grupo Tramando Teatro.

Encontro de incentivo à leitura – Realizado no dia 21/10/2011 com as crianças da Escola Pedro Marcossine Bertol, localizada no Bairro do Jaracati, por iniciativa do Des. Lourival Serejo como incentivo à leitura e também como forma de inclusão social e cultural. A atividade reuniu cerca de 30 crianças com faixa etária entre 6 e 12 anos que assistiram à apresentação de teatro de fantoches sobre a lenda de Ana Jansen, e receberam livros infantis doados pela Biblioteca.

Sumário Corrente Eletrônico - A biblioteca do Tribunal de Justiça do MA disponibilizou a seus usuários um novo produto o Sumário Corrente Eletrônico com o objetivo de divulgar artigos das revistas especializadas na área do Direito.

Dentre os periódicos mais consultados estão a Revista Magister de Direito Penal e Processo Penal, Revista Lex do Direito Brasileiro, e Revista Brasileira de Direito das Sucessões. Com assuntos atuais, o sumário corrente é outra fonte de informação para que servidores e magistrados possam enriquecer suas pesquisas e aprimorar seus conhecimentos na área jurídica. Vale ressaltar que sua atualização é quinzenal. Para consultar basta acessar o link da biblioteca no site www.tjma.jus.br.

4.8. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE



A Coordenadoria da Infância e Juventude foi instituída em 04 de março de 2010, após a edição da Resolução nº. 94, de 27 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

É normatizada pela Resolução nº. 05/2010, de 04 de março de 2010 e Portarias nº. 1027/2010 – GP/DG, 1562/2010 – GP/DG, de 12 de março de 2010 e 26 de abril de 2010.

A Coordenadoria da Infância e da Juventude celebra parcerias e desenvolve ações de sensibilização, mobilização e capacitação dos magistrados e funcionários com atuação na área da infância e da juventude no Estado, bem como contribui para a tomada de providências nas ações que demandem o envolvimento da Justiça Maranhense.

Órgão permanente, tem como finalidade auxiliar a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por meio de assessoramento especializado na matéria e ações relativas à Infância e Juventude, contribuindo com a melhoria permanente da prestação jurisdicional na área, por meio do estabelecimento e fortalecimento das relações intra e extra institucionais do Poder Judiciário Estadual, e capacitação continuada de seus quadros de servidores e magistrados.

Composição

A composição da Coordenadoria foi designada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, de acordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº. 05/2010, pelas Portarias nº. 1027/2010 – GP/DG, 1562/2010 – GP/DG, de 12 de março de 2010 e 26 de abril de 2010, respectivamente, nomeando como seus membros os seguintes magistrados:

I - Desembargadora Cleonice Silva Freire – Presidente;

II - Juízes de Direito José Américo Abreu Costa e Wlaciir Barbosa Magalhães, titulares, respectivamente da 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luis;

III - Juíza de Direito Rosária de Fátima Almeida Duarte, titular da 11ª Vara Criminal da Comarca de São Luís;

IV - Juízes de Direito Delvan Tavares Oliveira e Karla Jeane Matos de Carvalho, titulares, respectivamente, da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz e da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

Atribuições

I - elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da Infância e Juventude;

II - dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando melhoria da prestação jurisdicional;

III - promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais;

IV - colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da Justiça da Infância e Juventude;

V - exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

Atividades desenvolvidas:

2010

Treinamento – Viabilização da participação em treinamento no Projeto Depoimento Especial, em junho de 2010, em Porto Alegre/RS, para Dr. Delvan Tavares Oliveira, Juiz de Direito, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz e 01 (uma) servidora - Assistente Social da equipe técnica multidisciplinar da Vara; Dr^a. Sara Fernanda Gama, Juíza de Direito, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Imperatriz e 01 (uma) servidora - Psicóloga da equipe técnica multidisciplinar da Vara; Dr^a. Karla Jeane Matos de Carvalho, Juíza de Direito, titular da 2^a Vara da Comarca de Coelho Neto e da Dr^a. Rosária de Fátima Almeida Duarte, Juíza de Direito, titular da 11^a Vara Criminal de São Luís.

Apresentação de Projetos – Foram apresentados ao Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça, em abril de 2010, os projetos então desenvolvidos na área da Infância e Juventude no Estado do Maranhão, dentre eles: Projeto Padrinho Solidário; Projeto Guarda Legal; Projeto Jovem Comissário; Projeto Casa da Criança “Menino Jesus”; Projeto Compartilhar; Projeto Grupo de Apoio à Adoção; Projeto Depoimento Especial; Projeto Juízes e Comunidades contra a Violência Infantil; Projeto Paternidade Responsável.

Mobilização dos magistrados da Infância e Juventude para participação da “Semana do Juiz na Escola”, em outubro de 2010, promovendo a aproximação e articulação entre instituições do Judiciário e da Educação, objetivando atuação conjunta no combate ao Bullying, violência escolar de modo geral, combate às drogas, evasão escolar e assuntos afins, com fornecimento da cartilha virtual sobre Bullying do CNJ.

Atividades Especiais (Casa da Criança “Menino Jesus” e Creche “Desembargadora Judith Pacheco”) – viabilizou junto ao Tribunal de Justiça, em maio de 2010, a mudança de espaço físico onde funcionava a Casa da Criança “Menino Jesus”, primeira casa de passagem para crianças em situação de risco mantida pelo Poder Judiciário no país, inaugurada em dezembro de 1997.

A Casa da Criança funcionava na Rua 15 de novembro, s/nº, Beira Mar, em um imóvel antigo e com instalações insalubres e impróprias para o abrigo das crianças, passando a funcionar no imóvel situado a Rua dos Afogados nº 685, Centro. A Casa passou por completa reforma e estruturação e ganhou climatização em todos os ambientes, além da criação de espaços para atendimento fonoaudiológico, médico, pedagógico, psicológico e social.

Concomitante às melhorias no espaço físico, foi viabilizada por intermédio da Coordenadoria da Infância e Juventude a disponibilização de mais 02 (dois) servidores para desenvolver suas atividades na Casa da Criança, sendo, 01 (uma) psicóloga e 01 (um) Técnico Judiciário. Igualmente, viabilizou, a mudança de espaço físico onde funcionava a Creche Judith Pacheco para o imóvel situado a Rua do Egito nº. 195, após reformado e devidamente estruturado para atender às necessidades inerentes ao setor.

Audiências Concentradas – Participação, por meio de recomendação aos magistrados e envio de relatório quantitativo relativo à mobilização nacional das audiências concentradas para verificação da situação

pessoal, processual e procedimental de crianças e adolescentes institucionalizados, ocorrida em 27.07.2010, nos termos da Instrução Normativa nº. 02 de 30 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Curso de Formação Continuada – Possibilitou junto a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM, por meio de solicitação ao então diretor, a viabilização de curso de capacitação para magistrados e servidores das equipes multidisciplinares no que tange a questão do uso de drogas, nos termos do previsto no artigo 3º, do Provimento nº. 04 do CNJ. Considerando a necessidade de uniformizar e implantar práticas e políticas de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas no âmbito das competências do Poder Judiciário.

Encontro, Mutirão e Seminário – Participação no Encontro Nacional de Coordenadorias da Infância e Juventude, em abril de 2010, no Plenário do Conselho Nacional de Justiça, tendo a Coordenadora, Desembargadora Cleonice Silva Freire, como integrante da comissão multidisciplinar, responsável por levantar informações para subsidiar a “Campanha Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas”, em especial o “crack”.

Participação em junho de 2010, no Plenário do Conselho Nacional de Justiça, do Lançamento dos “Mutirões da Cidadania”, cuja finalidade é fomentar e implementar, no âmbito dos Tribunais, ações voltadas à garantia dos direitos dos cidadãos, em especial no que tange à proteção da criança e do adolescente, do idoso, das pessoas portadoras de necessidades especiais e da efetividade da Lei Maria da Penha.

Participação no Seminário da pesquisa sobre o Sistema de Justiça Infanto-Juvenil, em junho de 2010, a fim de apresentar, debater e avaliar a situação da Justiça da Infância e Juventude no Brasil e aportar subsídios para a adoção de políticas judiciárias em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Participação do 2º Encontro Nacional de Juízes da Infância e Juventude, em novembro de 2010, em Brasília/DF, com o objetivo de promover maior alinhamento conceitual entre lideranças intelectuais da magistratura nessa área e sobre temas da atualidade jurisdicional.

Protocolo de Intenções – Representante na Rede Maranhense de Justiça Juvenil, rede de articulação de organizações governamentais e não governamentais do Estado do Maranhão que atuam na defesa dos direitos de adolescentes em conflito com a lei, conforme protocolo firmado em julho de 2010, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Tendo como principais competências: criar instrumentos efetivos para adoção de medidas socioeducativas em meio aberto; proporcionar capacitação continuada dos magistrados e servidores do Poder Judiciário sobre medidas socioeducativas em meio aberto e Justiça Juvenil Restaurativa, bem como sensibilizar os juízes para esta concepção; buscar integração entre os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e demais órgãos do Executivo para adoção de medidas atinentes à prática de Justiça Juvenil Restaurativa.

Mobilização de juízes – Realizada em 21 de maio de 2010, às 10:00 horas, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral, a 1ª Reunião com os Juízes do Estado do Maranhão que lidam com questões relacionadas à Infância e Juventude. Na ocasião foi apresentada a Coordenadoria da Infância e Juventude aos Magistrados e discutidos temas como: Plano Mater; Campanha Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas, em especial, o “Crack”; Casas Abrigo; Casas de Internação (possibilidades e alternativas de enfrentamento da questão), Comissão Multidisciplinar; Projetos (Depoimento Especial, Compartilhar, Jovem Comissário, Projeto de Acolhimento de Menores Usuários de Drogas, entre outros).

Audiências Concentradas – Recomendação aos magistrados e remessa de relatórios quantitativos finais e parciais relativos à mobilização nacional das Audiências Concentradas para verificação da situação pessoal, processual e procedimental de crianças e adolescentes institucionalizados, nos termos da Instrução Normativa nº. 02, de 30 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, em resposta ao Ofício-Circular nº. 001/CNJ/COR/2011, de 13 de janeiro de 2011, que solicita os resultados finais da mobilização nacional instituída pela Instrução Normativa acima referendada; e ao Ofício-Circular nº. 027/CNJ/COR/2010, de 20 de julho de 2010, que solicita a remessa, a cada 30 (trinta) dias, dos resultados parciais das audiências, constando o número de crianças e adolescentes atendidos, equipamentos visitados, audiências realizadas e situações mantidas e alteradas quanto às crianças e adolescentes, especificando-as.

Cadastros da Infância e Juventude – Recomendação aos Juízos da Infância e Juventude do Estado para que procedam regularmente à atualização dos Cadastros da Infância e Juventude: Cadastro Nacional de Adoção, Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos e Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a Lei.

– Cadastro Nacional de Adoção - lançado em 29 de abril de 2008, é uma ferramenta criada para auxiliar juízes das varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos de adoção e objetiva agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas, possibilitando a implantação de políticas públicas na área.

– Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos - criado por meio da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº. 93, em 27 de outubro de 2009, com a finalidade de consolidar os dados de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e/ou estabelecimentos mantidos por Organizações Não Governamentais, Igrejas e Instituições Religiosas em todo o País, visando complementar o banco de dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e contém o histórico de crianças e adolescentes, destituídos ou não do poder familiar, que se encontram em entidades de acolhimento.

– Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a Lei - Instituído pela resolução nº. 77 do Conselho Nacional de Justiça, de 26 de maio de 2009, reúne dados fornecidos pelas Varas de Infância e Juventude de todo o país sobre os adolescentes em conflito com a lei, compila as informações sobre o histórico das infrações cometidas e as medidas socioeducativas que já foram aplicadas aos jovens integram o sistema.

Campanhas – Adesão e participação da Campanha Institucional “Crack nem Pensar”, do Conselho Nacional de Justiça. Trata-se da Campanha de combate ao uso do Crack, cujo objetivo é conscientizar a população sobre as conseqüências nefastas da droga e seus efeitos devastadores para o usuário e sua família, por meio de distribuição dos cartazes e cartilhas produzidas pelo CNJ. Foram feitas recomendações aos Juízos com matéria da Infância e Juventude em todo Estado para que procedam adesão da referida Campanha, assim como, distribuição e divulgação nas escolas, grupos comunitários e entidades de classe voltadas para a população infanto-juvenil, do material (cartilhas, cartazes e mídias), disponibilizado no portal do Conselho Nacional de Justiça na internet.

Encontro – Viabilização da presença do doutor Delvan Tavares Oliveira, membro desta Coordenadoria e Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz no 3º Encontro Nacional de Juízes da Infância e Juventude, em outubro do corrente, em Brasília/DF, evento organizado pela Escola Nacional da Magistratura, com o objetivo de promover maior alinhamento conceitual entre lideranças intelectuais da magistratura nessa área, que abordarão temas relevantes de interesse para a atividade judicante na matéria da Infância e Juventude.

Programas – A Coordenadoria da Infância e Juventude estimula todos os Programas e Projetos na área da Infância e Juventude no Estado do Maranhão com fins de garantir a efetivação e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Incentivo ao Programa Integral, que reúne um grupo de ações desenvolvidas pelo Juízo da 1ª Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, com objetivo de ampliar a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes da Capital Maranhense.

O Programa abrange o Projeto Guarda Legal, que objetiva a conscientização da necessidade de regularização da guarda de crianças e adolescentes em situação de irregular; o Projeto Padrinho, que visa conscientizar à sociedade quanto a realidade das crianças abrigadas, convidando a gestos de afetividade, levando carinho, convivência familiar, social e comunitária às crianças; o Projeto Apoio à Adoção, que viabiliza orientação e preparação das pessoas interessadas em adotar e o Projeto Jovem Comissário, que objetiva conscientizar crianças e adolescentes da capital maranhense dos seus direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, por meio de capacitação e treinamento de estudantes para se tornar um agente multiplicador, com fins de promover uma conscientização social.

Projetos – A Coordenadoria da Infância e Juventude fomenta Projetos já implementados pelos Juízos Vara da Infância e Juventude no Estado, como os Projetos especificados no item anterior, o Projeto Comissários de Justiça na Escola, desenvolvido pelo Juízo da Vara da Infância e Juventude, na comarca de Imperatriz, que consiste em apresentações de palestras semanais em escolas municipais sobre temas pertinentes e previamente escolhidos, conforme as necessidades detectadas pela Equipe da Vara da Infância e Juventude em conjunto com os gestores nas escolas, como: criminalidade, gravidez precoce, prostituição infantil, uso e dependência química, etc., contando com parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, com os gestores das Unidades de Ensino e com a Fundação Cultural de Imperatriz, que promove as apresentações culturais como Rodas de Literatura, Apresentações Musicais e Teatrais e o Projeto Compartilhar, idealizado pela Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da comarca de Coelho Neto, com o propósito de realizar trabalhos em prol das crianças e adolescentes da respectiva comarca, resgatando o caráter, o moral e os valores, visando uma convivência familiar e social saudável, com programas e atividades educativas e esportivas, com parceiras com Órgãos Públicos, Privados, Não-Governamentais e Voluntários.

Implementação do Projeto Depoimento Especial, que trata-se de um procedimento de oitiva de crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de violências (física, sexual e psicológica), visando a produção antecipada de provas, de forma a não revitimizá-las, resguardando sua integridade física e emocional.

Para tanto, viabilizou treinamento e capacitação de magistrados e servidores da equipe multidisciplinar da Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz, da Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar da comarca de Imperatriz, da 2ª Vara da comarca de Coelho Neto e da 11ª Vara Criminal da comarca da Capital em Curso sobre o Projeto Depoimento Especial, realizado na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul e a implantação do referido projeto nas comarcas de Coelho Neto e Imperatriz, inicialmente.

Tendo, inclusive, o Juízo da Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar da comarca de Imperatriz, em conjunto com sua Equipe Multidisciplinar e corpo técnico funcional, lançado a Cartilha – “Depoimento Especial”, com fins de esclarecer à Comunidade e demais setores de Atendimento a respeito do referido depoimento.

A Coordenadoria da Infância e Juventude apresentou à Presidência deste Tribunal de Justiça projeto para implantação do Projeto Depoimento Especial em comarcas pólo no Estado, entretando, continua aguardando providências da para implantação de tão importante e necessário Projeto.

Além das ações acima descritas, esta Coordenadoria tem trabalhado com fins de elaboração projetos em âmbito estadual, com vistas de contribuir efetivamente para a proteção, garantia e concretização de direitos de crianças e adolescentes de nosso Estado.

Para concretização deste objetivo, elaborou o Projeto Continuar, que constitui-se de uma intervenção emergente de implantação de um espaço adequado e estruturado (Casa Lar) destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes de 02 (dois) a 18 (dezoito) anos, que encontram-se sob a custódia do Juízo da Infância e Juventude, que não tenham retornado à sua família biológica ou inseridas em família substituta, dando condições a estes de se desenvolverem física, psíquico, social e profissionalmente, com preparação para o futuro e favorecimento de sua inclusão social como verdadeiros cidadãos; e o Projeto de implantação de uma Rede de Proteção às famílias com membros usuários de drogas, através de uma ação conjunta entre organizações governamentais e não-governamentais com os Três Poderes: Executivo Municipal, Estadual e Federal, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Entidades de Classe, Entidades Religiosas, Entidades de Assistência Social, Centros Comunitários, Empresas Privadas e sociedade de modo geral, com vistas à assistência familiar.

Rede Maranhense de Justiça Juvenil – A Coordenadoria da Infância e Juventude tem participação ativa nas Plenárias mensais da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, rede de articulação de organizações governamentais e não governamentais do Estado do maranhão que atuam na defesa dos direitos de adolescentes em conflito com a lei, por representação, pelo Juízo da 2ª Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, conforme protocolo firmado em julho de 2010, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, tendo como principais competências: criar instrumentos efetivos para adoção de medidas socioeducativas em meio aberto; proporcionar capacitação continuada dos magistrados e servidores do Poder Judiciário sobre medidas socioeducativas em meio aberto e Justiça Juvenil Restaurativa, bem como sensibilizar os juízes para esta concepção; buscar integração entre os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e demais órgãos do Executivo para adoção de medidas atinentes á prática de Justiça Juvenil Restaurativa.

4.9. COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS



As ações da Coordenadoria de Atividades Especiais (CAE) abrangem 03 (três) unidades em sua estrutura organizacional: a Casa Abrigo - atende mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar que se encontra em situação de vulnerabilidade social e risco de morte; a Casa da Criança “Menino Jesus” - abriga crianças em situação de negligência, maus-tratos e/ou abandono familiar, que aguardam decisão judicial para reinserção familiar ou adoção; e a Creche “Desembargadora Judith Pacheco” - oferece suporte educacional aos filhos dos servidores do Tribunal de Justiça, do Fórum Des. José Sarney Costa e da Corregedoria.

Conforme as orientações das Políticas Nacional e Estadual de assistência às crianças vítimas de maus-tratos, abandono e/ou negligência, e mulheres vitimizadas pela violência de gênero, desenvolveu atividades e ações capazes de elevar a qualidade dos serviços prestados e de promoção do resgate de valores e direitos violados.

CASA ABRIGO

Dentre as atividades realizadas pela equipe desta unidade, Criada em 24 de setembro de 1999, cumpre destacar a escuta social individualizada; o acompanhamento às escolas para efetuar a matrícula dos filhos das abrigadas; a solicitação de transferência e/ou a guarda de vaga para os mesmos; o acompanhamento ao médico, à delegacia, às varas judiciais; o recebimento de doações, o acompanhamento de ex-abrigadas por meio da realização de visitas domiciliares; a elaboração de capacitação para as plantonistas/cuidadoras; a vacinação de crianças; a inserção das usuárias e de seus filhos em programas governamentais; o acompanhamento a exames de corpo de delito; o acompanhamento jurídico em audiências e as idas a instituições como a SEMCAS, a 1ª Vara da Infância e da Juventude, a DEM, a ESMAM e a DPCA.

No período compreendido entre janeiro de 2010 e junho de 2011, foram atendidas 82 mulheres e 125 crianças, contabilizando-se nesses números os abrigamentos que se iniciaram no ano de 2009 e que se estenderam a 2010. Isto é, se considerados apenas os abrigamentos iniciados a partir de janeiro de 2010, foram 77 mulheres e 119 crianças assistidas. Constatou-se que a maior parte (62%) das usuárias que ingressaram a partir de janeiro de 2010 são oriundas de encaminhamentos realizados pela Delegacia Especial da Mulher:

Perfil das Abrigadas

Com base nos abrigamentos realizados, no total de 82, constatou-se que a maior proporção dessas usuárias (39%) possui apenas o ensino fundamental incompleto, conforme a tabela abaixo:

Escolaridade	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Analfabeto	03	00	03	4%
Ens. Fund. Incompleto	22	08	30	39%
Ens. Fund. Completo	04	03	07	9%

Ens. Méd. Incompleto	08	03	11	14 %
Ens. Méd. Completo	03	03	06	8%
Ens. Méd (s/ Referência à Conclusão)	01	00	01	1%
Ens. Sup. Incompleto	00	02	02	3%
Ens. Sup. Completo	00	00	00	0%
Pós-Graduado	01	00	01	1%
Não consta na ficha	12	04	16	21 %

Verificou-se que a maioria das usuárias (49%) encontrava-se na faixa etária de 18 a 30 anos, em conformidade com a tabela a seguir:

Idade	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Menor de 18 anos	01	01	02	3%
18 a 30 anos	26	12	38	49%
31 a 40 anos	10	09	19	25%
41 a 50 anos	08	00	08	10%
51 a 60 anos	01	00	01	1%
Acima de 60 anos	00	00	00	0%
Não consta na ficha	08	01	09	12%

Outrossim, observou-se que 76% das usuárias eram solteiras:

Estado Civil	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Solteira	35	17	52	76%
Casada	04	03	07	11%
Separada Judicialmente	01	00	01	1%
Viúva	01	00	01	1%
Divorciada	00	01	01	1%
Não consta na ficha	05	02	07	10%

Notou-se que 33% dessas usuárias declararam-se empregadas e/ou trabalhadoras domésticas:

Experiência Profissional	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Empregada/Trabalhadora Doméstica	20	05	25	33%
Caixa	01	01	02	3%
Vendedora	03	01	04	5%
Dona de Casa	01	00	01	1%
Cartomante	00	01	01	1%
Diarista	01	01	02	3%
Declarou não possuir/nunca ter trabalhado	02	02	04	5%
Artesã	01	00	01	1%
Secretária	01	00	01	1%
Vigia de Carro	01	00	01	1%
Serviços Gerais	01	00	01	1%
Babá	02	01	03	4%
Cabeleireira	01	01	02	3%
Cambista	01	00	01	1%
Lavadeira	02	00	02	3%
Faxineira	01	01	02	3%
Vendedora de Bar	01	00	01	1%

Vendedora Autônoma	02	00	02	3%
Professora	01	00	01	1%
Comerciante	01	00	01	1%
Auxiliar de Loja	00	01	01	1%
Auxiliar de Feirante	00	01	01	1%
Servidora Pública	00	01	01	1%
Não consta na ficha da usuária	10	06	16	21%

Dentre os abrigamentos realizados, identificou-se que 82% eram decorrentes de situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, de acordo com a tabela adiante:

Motivo do Abrigamento	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	43	20	63	82%
Outro	03	01	04	5%
Não Consta na Ficha	08	02	10	13%

Considerados apenas os abrigamentos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, comprovou-se que, em 68% dos casos, o agressor era o companheiro da usuária:

Relacionamento	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Pai	02	00	02	3%
Companheiro	29	16	45	68%
Irmão	02	00	02	3%
Ex-namorado	01	00	01	2%
Marido	04	02	06	9%
Ex-companheiro	03	02	05	8%
Filho	01	00	01	2%
Familiares do ex-companheiro	00	01	01	2%
Não consta na ficha	02	00	02	3%

Dentre os casos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, 33% das usuárias declararam ter sofrido violência física; 25%, psicológica; 29%, moral; 8%, patrimonial; e 5%, sexual:

Espécie de Violência	Quantidade/2010	Quantidade/2011	Total	%
Física	37	17	54	33%
Psicológica	28	15	43	25%
Sexual	08	01	09	5%
Moral	34	15	49	29%
Patrimonial	11	03	14	8%

Ainda dentre os abrigamentos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, verificou-se que somente 20% das usuárias denunciam as agressões assim que estas se iniciam:

Reação	Quantidade/2010	Quantidade/2011	TOTAL	%
Denunciou	11	02	13	20%
Não denunciou	20	14	34	52%
Não consta na ficha	14	04	18	28%

Responsável pelo encaminhamento	Quantidade/2010	Quantidade/2011	Total
Conselho Tutelar/Cidade Operária	02	03	05
Delegacia de Polícia/Cidade Operária	02	00	02
Delegacia Especial da Mulher/São Luís	37	11	48

Centro de Referência da Mulher	02	00	02
Centro de Referência em Assistência Social/ Itaqui - Bacanga	01	00	01
Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar	02	02	04
Plantão Central do Cohatrac	01	-	01
Secretaria de Estado da Mulher	02	-	02
Conselho Tutelar/ Zona Rural	01	-	01
Secretaria Municipal da Mulher de Caxias	01	01	02
Plantão da Cidade Operária	01	-	01
Defensoria Pública do Estado	01	-	01
SEMCAS	-	02	02
Dr. Castro (Juiz de Direito)	-	01	01
Casa da Acolhida	-	01	01
Juizado de Açailândia	-	01	01
Delegacia de Polícia de São José de Ribamar	-	01	01

No período considerado, além do atendimento individualizado das mulheres e crianças acolhidas, a Casa Abrigo participou das reuniões promovidas pela Rede Amiga da Mulher (RAM), pela Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Outrossim, a sobredita Casa promoveu uma confraternização em comemoração ao “Dia das Mães” e outra, em homenagem ao Dia das Crianças.

Durante o biênio de 2010/2011, a Casa Abrigo recebeu a doação de alimentos da 1.ª Vara de São José de Ribamar; da UNICENTER; de móveis, DVDs e brinquedos da Secretaria de Estado da Mulher; de roupas, alimentos, material de higiene e brinquedos de funcionários da Casa Abrigo, da Coordenadoria de Atividades Especiais, da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e da Delegacia Especial da Mulher, dentre outros.

CASA DA CRIANÇA “MENINO JESUS”

Fundada em 08.12.1997, desenvolve seus trabalhos com base na Constituição Federal (Art. 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Arts. 4º e 6º), por meio de ações cujo objetivo é atender demandas diferenciadas, advindas de crianças em situação de risco social. Coube à equipe técnica e às cuidadoras sociais, por meio de uma ação interdisciplinar, garantir às crianças proteção, afeto, segurança, cuidados e atendimento às necessidades apresentadas e promovendo, sobretudo, o bem-estar e desenvolvimento saudável.

Durante os anos em foco, a Casa da Criança Menino Jesus funcionou de acordo com a situação descrita abaixo:

SITUAÇÃO CRIANÇA	2010	2011
INGRESSO	23	12
EGRESSO	16	09
▪ Retorno familiar	05	03
▪ Adoção	09	05
▪ Retorno ao abrigo de origem	01	-
▪ Retorno ao município de origem (próximo à família parental)	-	01
▪ Óbito	01	-

Em 2010, o abrigo permaneceu, portanto, com um número de 11 (onze) crianças, na faixa etária de 01 (um) mês a 03 (três) anos de idade, considerando, também, os remanescentes dos anos anteriores. Em 2011 foram abrigadas 17 (dezesete) crianças, das quais 07 (sete) são remanescentes.

No ano de 2010, para proporcionar melhor qualidade de vida às crianças, o projeto mudou-se para um imóvel maior e mais cômodo, que recebeu reforma, pintura, substituição do piso e dos azulejos na cozinha e instalação de divisórias separando os setores técnicos do abrigo.

Foram disponibilizadas 02 (duas) médicas-pediatras que realizam avaliações de rotina (consulta de puericultura) e disponibilizadas 04 (quatro) estagiárias de enfermagem para atuarem na área de saúde da Casa, refletindo diretamente no bem-estar das crianças.

A manutenção da Casa, também recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, dentre essas, o Hospital Infantil Juvêncio Matos, o Hospital Universitário Materno Infantil, o Unicenter, o Hospital da Criança “Odorico Amaral de Matos”, a Creche “Pinguinho de Gente”, Salão Detroit, o Juizado Cível do Anil, a (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE, o Colégio Apoio, e a Creche “Desembargadora Judith Pacheco”.

Dentre os materiais recolhidos por doação, encontram-se: vestuário; sapatos; brinquedos educativos e recreativos; utensílios de cozinha, roupa de cama; produtos de higiene e limpeza, fraldas descartáveis, colchões, alimentos, medicamentos, aparelhos de ar-condicionado e eletrônicos (CD; DVD).

A aquisição de medicamentos e materiais de higiene infantil foi facilitada pela parceria estabelecida com o 3º Juizado Especial Criminal (JECRIM), que converte alvarás em doação para a Casa da Criança, na quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

Na perspectiva de promover o acesso à educação e a socialização, a partir de 2010, as crianças da CCMJ passaram a freqüentar a Creche “Desembargadora Judith Pacheco”, e, em 2011, por meio de parceria anteriormente firmada, 02 (duas), foram matriculadas no Colégio Apoio.

No encerramento do ano de 2010, a CCMJ teve o processo de alimentação, nº 18913/2010, aprovado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, o que, efetivamente, melhora e garante uma maior qualidade de vida às crianças abrigadas durante o ano em curso.

CRECHE DESEMBARGADORA JUDITH PACHECO

A Creche Desembargadora Judith Pacheco, localizada na Rua do Egito nº 196, Centro, atendeu filhos de servidores, na faixa etária de 6 meses a 3 anos de idade completos, ressaltando a possibilidade de atendimento integral, das 8 às 18 horas, para os filhos de servidores de cargos que trabalham em horário integral, como aqueles de funções gratificadas e comissionadas.

Contamos com uma equipe multidisciplinar composta por: 4 pedagogos, sendo uma delas responsável pela supervisão da creche; uma enfermeira, que presta atendimento dois dias na semana e uma fonoaudióloga, que presta atendimento três dias da semana. Há também uma equipe de cuidadoras, terceirizadas, e uma cozinheira.

A creche tem por princípios assegurar o bem-estar das crianças, em especial, o emocional, e a satisfação de suas necessidades, assegurando-lhes o desenvolvimento de sua autonomia, comunicação e aspectos psicomotores, indicados como relevantes à criança nessa faixa etária.

Em agosto de 2010 a creche Desembargadora Judith Pacheco foi transferida da Rua Manoel Beckman para a Rua do Egito, proporcionando melhor distribuição dos setores da instituição.

Em 2011 a sede do projeto foi reformada, em razão de grave infiltração; com reparos na escada de acesso ao segundo piso, onde estão localizados: a sala de atividade pedagógica, a sala de acompanhamento fonoaudiológico e o setor de enfermagem e os dormitórios.

Neste ano assumiu a supervisão uma profissional da área da educação, com formação em pedagogia. Mais um profissional foi enviado à creche, para realizar serviços gerais.

As atividades planejadas não se restringiram apenas ao espaço da casa, mas também momentos de contato com o mundo, com a prévia autorização dos pais.

4.10. COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS



Em 2010 começou a ser implementado o projeto de reestruturação da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares, buscando adequá-la aos novos princípios que permeiam o Direito Disciplinar, para garantir reduzir possíveis irregularidades praticadas no exercício das atividades inerentes à função judicante, com a adoção de medidas eficientes visando controlar, orientar e corrigir as deficiências existentes.

Após um minucioso estudo feito em diversos tribunais do País, e visando a contínua necessidade de qualificação e melhoria dos serviços administrativos e a necessidade da Administração responder aos incidentes disciplinares com presteza, celeridade e segurança jurídica, foi instituída, por meio da Resolução nº. 31/2010-TJ, a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do TJMA, em modelo único no país e que hoje vem servindo de exemplo para vários outros órgãos e Tribunais, a exemplo do TCE/MA, Secretaria de Saúde do Estado, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e etc.

A comissão é composta por 9 membros titulares e 3 suplentes, qualificados e treinados para atuarem com procedimentos disciplinares instaurados pelas autoridades competentes em face dos servidores do poder Judiciário e dos notários e registradores do Estado do Maranhão.

Todos os membros são lotados na Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e designados pelo presidente para exercer mandato pelo período de um ano, admitida a recondução. Os membros da Comissão Permanente têm de obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser servidor estável e preferencialmente bacharel em Direito;
- b) não responder a processo disciplinar ou sindicância de caráter punitivo, nem ter sofrido qualquer penalidade administrativa nos últimos cinco anos, contados do assentamento individual do servidor;
- c) ter concluído cursos específicos sobre a matéria disciplinar e estar inserido no banco de oportunidade.

Aos membros da Comissão Permanente foram concedidas Funções Gratificadas Nível 02 (Símbolo FG-02). Todos os membros têm direito a certidão circunstanciada no período de exercício das funções, expedidas pela Diretoria Geral, a fim de comprovar o tempo de atividade jurídica.

Foi aprovado e publicado o Regulamento Disciplinar dos Servidores, que compilou todas as regras a serem seguidas e, inclusive, trouxe como inovação a possibilidade de aplicação, por parte da Administração, do “Termo de Ajustamento de Conduta”, como medida alternativa de solução de conflitos disciplinares, utilizável em casos de menor complexidade onde não comprovado o dolo do agente e que não possui caráter punitivo, mas efetivamente, educativo.

Esse trabalho mereceu reconhecimento nacional, tendo sido mencionado no livro “Estudos de Direito Disciplinar”, de autoria do especialista na matéria, Professor Léo da Silva Alves, lançado em junho de 2011, no Rio de Janeiro (RJ).

Visando aproximar o servidor da Coordenadoria e conscientizá-lo dos seus direitos e deveres, bem como das penalidades a que estariam sujeitos em caso de descumprimento de seus deveres funcionais, foi lançado em dezembro de 2010, durante a realização do Seminário Nacional de Meios Alternativos de Solução de Incidentes Disciplinares, promovida pela empresa Da Silva e Alves Consultoria em Gestão Governamental, com apoio institucional do TJMA, o “Manual Disciplinar do Poder Judiciário do Maranhão”. (Figura 1)

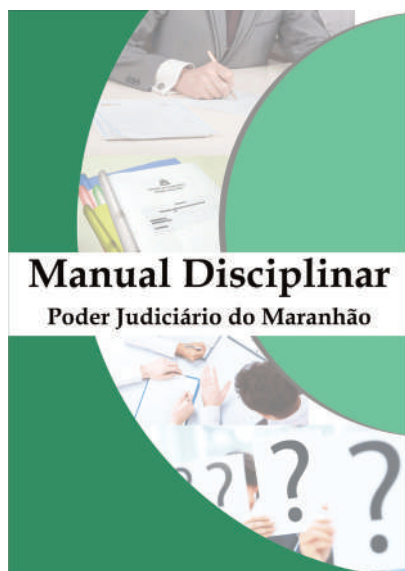


Figura 1

Distribuído em todas as comarcas, tanto da capital quanto do interior, o manual vem servindo de parâmetro e pode ser utilizado quando da necessidade de instauração de um procedimento disciplinar.

Ainda com objetivo de dar maior transparência às atividades da Coordenadoria Disciplinar, foi criado o “Ementário Disciplinar”, disponível no site oficial do TJMA, que apresenta ementas referentes a diversos procedimentos disciplinares instaurados, tramitados e concluídos. O TJMA foi o segundo tribunal do país a implantar o serviço, seguindo o modelo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

No tocante à infra-estrutura, investimentos foram feitos, como a troca de todo o mobiliário, a fim de se adequar o espaço físico às inovações e acomodar todos os membros lotados no setor. Foram adquiridos 3 notebooks, 3 scanners, aparelho de fax, 3 MP3 para gravação das audiências, quando necessário, principalmente quando feitas nas comarcas do interior.

Encontra-se em fase de instalação uma sala específica para realização das audiências feitas em procedimentos administrativos, inclusive com sistema de som e gravação próprios já adquiridos pelo Tribunal. O objetivo é oferecer melhores condições de trabalho aos membros da Coordenadoria e evitar expor os servidores que estão respondendo ao procedimento, preservando a sua dignidade.

A produtividade e a eficiência dos trabalhos, com a função primordial, de instruir e julgar sindicâncias e PADS, foi alcançada com um maior número de processos concluídos, diminuição dos prazos processuais e, principalmente, efetividade das decisões tomadas, sejam elas por aplicação de uma penalidade, aplicação de um Termo de Ajustamento de Condutas, ou mesmo recomendações a outros setores com vistas a produzir maior controle e diminuição das possíveis falhas existentes.

Em janeiro de 2010, existiam na Coordenadoria 90 procedimentos remanescentes de anos anteriores, muitos, inclusive, com grande extrapolação de prazo para suas conclusões.

A esses foram acrescidos, 113 procedimentos instaurados no ano de 2010 até a presente data, totalizando assim, 203 procedimentos entre sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados pelo Corregedor Geral da Justiça e pelo Presidente desta Corte. Destes, 140, já foram devidamente concluídos e 07 encontram-se conclusos para decisão.

Dos 32 procedimentos instaurados em face de serventias extrajudiciais, no biênio 2010/2011:

- 23 (vinte e três) foram arquivados sem aplicação de penalidade;
- 07 (sete) sindicâncias resultaram em instauração de PADS. Foi aplicada uma pena de repreensão;
- 01 (um) processo foi encaminhado ao Ministério Público.

Quanto aos procedimentos instaurados em face de servidores (PADS e sindicâncias:

- 04 resultaram na aplicação da penalidade de advertência; 01 de repreensão;
- 03 suspensões;
- 06 demissões;
- 01 em pagamento de multa;
- 04 em ressarcimento ao erário;
- 02 foram encaminhados para acompanhamento psicossocial;
- 01 foi encaminhado ao Ministério Público;
- 04 resultaram em instauração de PADS;
- 07 foram arquivados sem penalidade.

4.11. GRUPO DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO



O Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário foi instituído pela atual gestão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por meio da Resolução nº 06/2010, publicada no D.J.E de 0.03.10.

Dentre as suas atribuições destacam-se:

- cumprir as metas do Projeto Começar de Novo;
- planejar e coordenar os mutirões carcerários para verificação das prisões provisórias e processos de execução penal;
- acompanhar e propor soluções em face das irregularidades verificadas nos mutirões carcerários e nas inspeções em estabelecimentos penais;
- acompanhar projetos relativos à construção e ampliação de estabelecimentos penais, inclusive em fase de execução e propor soluções para o problema de superlotação carcerária;
- acompanhar a implantação de sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
- implementar a integração das ações promovidas pelos órgãos públicos e entidades relativas ao Sistema Carcerário;
- propor a uniformização de procedimentos relativos ao Sistema Carcerário, bem como estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;
- implementar projetos de capacitação profissional e de reinserção social dos presos, dos egressos do Sistema Carcerário e dos cumpridores de penas e medidas alternativas;
- acompanhar a instalação e o funcionamento dos Patronos e dos Conselhos da Comunidade.

A composição do Grupo é definida da seguinte forma:

- I - um desembargador, que o presidirá;
- II - três juízes de Direito, dentre eles o da Vara da Execuções Penais da Comarca de São Luis e um de comarca do interior;
- III - um representante do Ministério Público Estadual;
- IV - um representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- V - um representante da Defensoria Pública Estadual;
- VI - um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão; e
- VII - um representante da Secretaria Estadual de Direitos Humanos.

Reuniões de Trabalho

Ao longo da gestão, o coordenador do Grupo, o Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, acompanhado da equipe de assessores, visitou as cidades de Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Palmas (TO) e Vitória (ES), onde foram realizadas reuniões com o objetivo de divulgar o Programa Começar de Novo, ampliar o Sistema Começar de Novo e participar e ministrar de palestras e cursos e firmar novas parceiras, tanto em cursos, como empregos, ou benefícios, a exemplo do Bolsa Família às famílias do internos, firmada com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na comarca de Imperatriz foram realizadas reuniões visando à parceria com Empresa Suzano e na 5ª Vara Criminal de Imperatriz, no período de 12/04/2011 a 14/04/2011. O Programa Começar de Novo participou de um stand na XI FECOIMP - Feira de Comércio de Imperatriz, realizado no período de 14/09/2011 a 17/09/2011. Dias.

Parcerias

No ano de 2011, foram criadas e reafirmadas parcerias com as seguintes instituições públicas e privadas:

- Defensoria Pública do Maranhão (DPE – MA);
- Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP);
- Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (IFMA);
- Sindicato da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON – MA)/
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Estrutural – Forros PVC (empresa privada), dentre outras.

Algumas instituições oferecem empregos, outras oferecem cursos para os internos(as). Há, ainda, as que ajudam na assistência aos reeducandos.

Parcerias de empregos:

- SINDUSCON – MA - 300 vagas na construção civil;
- Estrutural – Forros PVC - vagas a internos quando precisa de mão-de-obra.

Parcerias de cursos:

- IFMA - curso de “Preservação e Congelamento de Alimentos” na Penitenciária Feminina de São Luís;
- SENAI - curso nas unidades prisionais;
- Estrutural - Forros PVC - curso na área de montagem de forros PVC;
- Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Parcerias de Assistência:

- SEJAP e DPE-MA – oferecem psicólogos, assistência jurídica, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, sociólogos, entre outras áreas, para ajudar na reinserção social do apenado.

Cursos

Foram realizados alguns cursos nas unidades prisionais, assim como ainda existem cursos em andamento e alguns que irão começar ainda esse ano.

• Decoupage

A decoupage é arte de revestir superfícies de peças como caixas e latas, dentre outros materiais.

O curso foi proporcionado as 19 internas da Penitenciária Feminina, no período de 09/05/2011 a 12/05/2011.

• Segurança do Trabalho, Elétrica e Eletrônica e Telecomunicações

O Programa “Maranhão Profissional”, idealizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Estado, oferece cursos de Segurança do Trabalho, Instalações Elétricas, Eletroeletrônica de Manutenção, Eletrônica e Telecomunicações.

Foi implantado na Penitenciária Feminina e na Penitenciária de Pedrinhas, cursos na área técnica, beneficiando 250 internos(as), de 27/07/2011 a 30/11/2011. Os professores são cedidos pela escola Electra para conduzir os trabalhos diariamente.

• Forro PVC

A empresa privada Estrutural – Forro PVC ofereceu o número de 10 vagas no curso de montagem de forro PVC. O curso acontece na sede da empresa, localizada no Centro da Capital, e os internos beneficiados são do regime semi-aberto.

• Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos

Em uma parceria firmada com o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (IFMA), através do Projeto “Mulheres Mil”, ofereceu um quantitativo de 10 vagas para o Curso Básico de “Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos”, com carga horária de 160 horas.

Foi escolhida, primeiramente, a Penitenciária Feminina, e de preferência as mulheres que já trabalham na cozinha. O curso teve início em 10/11/2011, com aulas semanais, ministradas pelos professores do instituto.

Programa “Começar de Novo” (Conselho Nacional de Justiça)

O atendimento é realizado em uma sede do Programa, próxima ao Tribunal de Justiça, no Centro de São Luís, diariamente, das 7h às 13h, pelos profissionais das áreas de assistência social, psicologia, administração, aptos a encaminharem o apenado para retirada de documentos, para ser atendido pelo psicólogo, podendo ser, ao final, encaminhado para cursos ou para o mercado de trabalho.

O Programa mantém contato permanente com os profissionais da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, atuando no atendimento dentro das unidades penitenciárias, com atendimento psicológico, assistente social, terapeuta ocupacional e socióloga, visando dar unidade dos trabalhos. Também atua em parceria com a Defensoria Pública, não apenas no atendimento jurídico, mas também com a equipe psicossocial e o NAV – Núcleo de Assistência Voluntária (Corregedoria Geral da Justiça).

As próximas atividades a serem desenvolvidas são a elaboração de projetos de capacitação para execução na Penitenciária Feminina de São Luís; atualização do Projeto de Implantação do Núcleo de Educação na Penitenciária Feminina, através da Secretaria Estadual da Mulher (SEMU), do Tribunal de Justiça (TJMA) e da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP) e a uniformização de instrumento de coleta de dados de detentos em regime semiaberto para encaminhamento para cursos de capacitação e inserção produtiva, através da Defensoria Pública, TJMA e SEJAP.

USUARIOS CADASTRADOS NO SISTEMA COMEÇAR DE NOVO - MA

REGIME SEMIABERTO	1089
REGIME ABERTO	432
PRISÃO PROVISÓRIA	6
EGRESSO	3
REGIME FECHADO	3
TOTAL	1533

Sistema Começar de Novo

O Sistema de dados sociais do Programa Começar de Novo (SCN) está em constante aperfeiçoamento. Os módulos de informação já foram implementados, sendo necessários ajustes.

Ações disponíveis no sistema:

1. Fotos/Imagem do Apenado: Banco de dados suporta imagens. Com a definição do acervo, do tipo e padrão de imagens a implementação é imediata.
2. Digitais: Definido o padrão AFIS – Automatic Fingerprint Identification System para recuperação biométrica dos registros do SCN. No aguardo das contratações e ativos necessários.
3. Digitalização de documentos: Banco de dados suporta imagens. Com a definição do acervo, do tipo e padrão de imagens a implementação é imediata.
4. O sistema do CNJ “Portal de Oportunidades” já foi incorporado no sistema do PCN do Maranhão apenas no que diz respeito à migração do cadastro de empresas e vagas para nossa base de dados. Precisando ainda discutir com o grupo do PCN/MA se estabelecemos um login individual por UF para acesso ao cadastramento das empresas/oportunidades ou criamos um usuário genérico - por exemplo - parceiropcn, para esta atividade.
5. Após a integração dos dois sistemas, foram realizadas atualizações no campo social do apenado, como frequência do apenado na escola e trabalho e outras melhorias na triagem para emissão de documentação automática. Esse trabalho desenvolvido, é possível, hoje, desativar o sistema do CNJ e permanecer somente com o sistema PCN do Maranhão, porém é preciso estabelecer políticas de divulgação, acesso, perfis e demais configurações necessárias para ativarmos para o restante do país.
6. O sistema contempla todo o conteúdo referente a oportunidades.

Virtualização da Execução Penal

Ao término do ano de 2009, foi implantado o sistema de processo eletrônico VEPCNJ - Sistema Eletrônico de Execução Penal, tendo como objetivo fundamental de acelerar a tramitação dos feitos de execução penal.

Em um primeiro momento, foram virtualizados todos os processos da 1ª e 2ª Vara de Execução Penal da Capital, que possuem um ativo de 2.255 e 1.795 processos virtuais, respectivamente. Posteriormente, a equipe deu início aos trabalhos de implantação do sistema e treinamento de servidores, promotores e magistrados, nas comarcas do interior do Estado.

O sistema já foi implantado em 56 Comarcas, o que representa 114 varas, sendo que destas, 106 são processantes, 06 de execução penal e 02 da mulher. O sistema VEPCNJ já se encontra instalado e funcionando em 50,90% das comarcas do Estado.

Redução de Percentual de Presos Provisórios

De acordo com dados do Ministério da Justiça, em 2010, o Maranhão encontrava-se com 75% de presos provisórios - um dos piores índices se comparados aos demais Estados do Brasil.

Com o intuito de solucionar tal impasse, foram detectadas as reais causas do alto índice e os mecanismos para redução desse quadro. Iniciou-se um trabalho de levantamento de dados referente aos presos provisórios de cada comarca, do quantitativo de sentenças proferidas por juízo, bem como a realização de visitas às unidades judiciais e delegacias da capital e interior.

Após a coleta e análise desses dados, constatou-se que a falta de expedição de carta de guia pelos juízes responsáveis, bem como a falta de alimentação do INFOPEN, representavam as duas grandes causas para esse problema.

Assim, fora oficiado a todos os juízes do Estado solicitando, com a máxima urgência, a expedição das guias de execução dos processos sob a sua jurisdição, em cumprimento à resolução 113 do CNJ, bem como encaminhamento das mesmas para a unidade prisional de cumprimento respectiva.

Concomitantemente, iniciou-se um trabalho de alimentação do INFOPEN. A implantação dessas ações fez com que o quantitativo de presos provisório diminuísse de 75% para 63% até agosto de 2011, melhorando a situação do Maranhão no ranking nacional.

O site (www.pcn.ma.gov.br)

O site do PCN se constitui em uma importante fonte de pesquisa e conta, atualmente, com mais de 100 reportagens do país, desde 24/09/2010, sobre o Programa, seus parceiros e ações.

The screenshot shows the website interface for the PCN (Programa Começar de Novo) in Maranhão. The header includes the PCN logo and the text 'Portal do Programa Começar de Novo', alongside the CNJ logo. Below the header, there are navigation links for different states: CNJ, TJMA, TJMG, TJMT, TJBA, TJRS. A search bar is located on the right side of the header. The main content area is divided into several sections: a 'Menu' on the left with links to 'Inicio', 'Apresentação', 'Advocacia Voluntária', 'Casas da Justiça', 'Cartilha para Presos', 'DMF - Sistema Carcerário', 'Equipe', 'Estados Participantes', 'Legislação', 'Mulheres Carcerárias', 'Notícias', 'Outros Projetos', 'Parceiros', 'Perguntas Frequentes', 'Reintegração Social', and 'Sistema PCN'; a central video player showing a man in a suit with the caption 'Maranhense que cumpriu pena, agora dá emprego a detentos'; a 'Galeria' section with links to 'Clipping', 'Fotos', 'Videos', and 'Campanhas'; an 'Enquete' (poll) asking 'O Programa Começar de Novo, deveria ser mais noticiado?' with options 'Sim', 'Não', 'Tanto faz', and 'Indiferente'; and a 'Programa nos Estados' section with a map of Brazil. At the bottom, there are logos for 'Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Maranhão', 'SEARCEL SECRETARIA DE ESTADO', and 'SEATI Secretaria Aposta de Tecnologia de Informação'. A copyright notice at the very bottom reads: 'Copyright © Todos os direitos reservados. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Praça D. Pedro II s/n - Centro - São Luís - Maranhão - Cep: 65.010-905'.



A close-up photograph of an open book, showing the dark brown cover and the edges of the pages. The pages are slightly curved, and the lighting is soft, highlighting the texture of the paper and the binding. A semi-transparent yellow rectangular box is overlaid on the bottom right portion of the image, containing the text '5 VICE-PRESIDÊNCIA' in a bold, white, sans-serif font.

5 VICE-PRESIDÊNCIA

5.1. GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA



A Desembargadora Cleonice Silva Freire tomou posse no cargo de Vice-Presidente deste Tribunal de Justiça em 18 de dezembro de 2009, desenvolvendo as seguintes atividades no biênio 2010/2011:

Produtividade

No ano de 2010, foram distribuídos à Vice-Presidência 523 processos, sendo 457 de cunho administrativo e 66 judiciais, com julgamento de 610 processos, inclusive os remanescentes da gestão anterior.

No período de janeiro a novembro de 2011, foram distribuídos 528 processos, sendo 465 de cunho administrativo e 63 judiciais, com julgamento de 563 processos.

Reuniões do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

No período de 27 a 29 de maio de 2010, a vice-presidente participou do IV Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, na cidade de Recife (PE), oportunidade em que foi eleita, por aclamação, para o cargo de Presidente da entidade.

Durante sua gestão, realizou três encontros do Colégio Permanente de Vice-Presidentes, sendo o primeiro nesta capital, no período de 11 a 13 de novembro de 2010, em que fora reconhecida a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça em relação à população infanto-juvenil, sugerindo aos Tribunais de Justiça a criação de serviços especializados (“Depoimento sem Dano”), para sua oitiva nos processos em que são vítimas de violência, dentre outros itens.

Posteriormente, foi realizada reunião do Colégio na cidade de Belém (PA), nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2011, sendo sugerido aos Tribunais de Justiça o aprimoramento de métodos para resolução de conflitos e pacificação social, bem como a mudança da composição do Conselho Nacional de Justiça, respeitando a realidade nacional de que 80% das demandas que tramitam na esfera do Poder Judiciário Estadual.

No terceiro encontro, sediado na cidade de Aracaju - SE, no período de 10 a 11 de novembro de 2011, teve manifestada a necessidade de combater o abuso no direito de recorrer, com alterações nos Códigos de Processo Civil e Penal, assim como sugerido aos Tribunais de Justiça a possibilidade de instituição de regras regimentais para o julgamento de demandas ou recursos repetitivos por um único Magistrado ou Câmara, aguardando os demais distribuídos a decisão paradigma, a bem da economia, celeridade e segurança na prestação jurisdicional. Naquela reunião, houve eleição da nova Mesa Diretora do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Participação em Eventos Oficiais

02-07/maio/2010 - a convite do Conselho Nacional de Justiça, participou de reunião que tratou da “Campanha Nacional de Prevenção a Uso do Crack” e do “XXIII Congresso da ABMP, em Brasília (DF);

14-17/abril/2011 - participou do 56º Encontro do Colégio dos Corregedores dos Tribunais de Justiça, em Recife (PE), a convite do Presidente do referido colégio;

08-14/maio/2011 - participou do “Curso de Capacitação em Poder Judiciário”, em Brasília (DF);

13-15/outubro/2011 - representou o Presidente desta Corte no 89º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em João Pessoa (PB);

17-18/novembro/2011 - representou este Tribunal de Justiça no V Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Porto Alegre (RS), ocasião em que foram votadas as metas para o ano de 2012;

Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e Comissão De Regimento Interno e Procedimentos

Em 2010, foram realizadas 16 (dezesesseis) reuniões das Comissões de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e de Regimento Interno e Procedimentos, sendo distribuídos e decididos 84 (oitenta e quatro) Processos Administrativos.

Em 2011, foram realizadas 08 (oito) reuniões das referidas comissões, sendo distribuídos, até 05/12/2011, 124 (cento e vinte e quatro) processos administrativos e decididos 120 (cento e vinte) processos.

Processos das Comissões de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos que originaram leis através das mensagens:

2010

MENSAGEM Nº 01/2010 em 14 de Abril de 2010 – Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14/91) e dá outras providências.

Objetivo: Efetuar reajustes pontuais no referido diploma legal, com vistas a garantir, aos jurisdicionados, ações mais céleres e resultados cada vez mais efetivos. Está sendo proposta a criação de novas varas, a alteração de competência de uma das varas de São Luís, 01 (uma) Vara na Comarca de Tuntum e 01(uma) vara de Execução Penal em Timon.

MENSAGEM Nº 02/2010 em 08 de Junho de 2010 – Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14/91) e dá outras providências.

Objetivo: Efetuar reajustes pontuais no referido diploma legal, com vistas a garantir, aos jurisdicionados, ações mais céleres e resultados cada vez mais efetivos. Criação de mais uma vara na comarca de Açailândia, com alteração de competência das demais varas já existentes.

MENSAGEM Nº 03/2010 em 23 de Novembro de 2010 - Projeto de Lei que autoriza o Poder Judiciário a instituir a fundação pública “Fundação da Cidadania e Justiça” e dá outras providências.

Objetivo: Promover a Cidadania, subsidiando o Tribunal de Justiça na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive com objetivos de adoção, bem como nos demais projetos sociais.

MENSAGEM Nº 04/2010 em 23 de Novembro de 2010 – Projeto de Lei Complementar que altera a redação do artigo 78 e acrescenta o artigo 78-A à Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991(Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), instituindo a Gratificação de Direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercem as funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns.

Objetivo: Compensar financeiramente os magistrados pela acumulação de atribuições em virtude do exercício de função administrativa de direção de fórum concomitante ao exercício da função jurisdicional, com conseqüente elevação da carga de trabalho.

MENSAGEM Nº 05/2010 em 23 de Novembro de 2010 – Projeto de Lei que altera a redação dos artigos 10-A e 22 da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003; altera a redação do artigo 3º e dos anexos I e II, todos da Lei nº 8727, de 07 de Dezembro de 2007; altera a redação do artigo 7º - A da lei nº8715, de 19 de Novembro de 2007; acrescenta o artigo 7º-D a essa mesma Lei; cria e extingue cargos efetivos no quadro do Poder Judiciário e dá outras providencias.

Objetivo: A nova redação do art. 10 - A da Lei nº 8.032, de 10 de Dezembro de 2003, majora a gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo simultaneamente exercidos, de vinte para quarenta por cento, ou, quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, dispõe que a gratificação de representação passa a ser de quarenta por cento do vencimento do servidor.

MENSAGEM Nº 06/2010 em 23 de Novembro de 2010 - Projeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios constantes do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, e dos Anexos I e II da Lei nº 8727, de 7 de dezembro de 2007.

Objetivo: Reduzir as distorções salariais existentes no quadro de pessoal do Judiciário

MENSAGEM Nº 07/2010 em 02 de Dezembro de 2010 - Projeto de Lei que altera a redação do artigo 93 da Lei Complementar nº14, de 17 de dezembro de 1991.; cria a Comarca de Cidelândia; transfere o termo judiciário de Buritirana e dá outras providências.

Objetivo: A nova redação proposta ao artigo 93 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991(Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), altera a exigência de curso superior para o ingresso na carreira de Oficial de Justiça inserida no referido diploma pela Lei Complementar Nº116, de 11 de abril de 2008, substituindo-a pela exigência tão somente de curso de ensino médio, tal como disposto nos concursos anteriores.

2011

Processos das Comissões de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e De Regimento Interno e Procedimentos que originaram leis através das mensagens:

MENSAGEM Nº01/2011 em 09 de Junho de 2011 – Projeto de Lei Complementar que acrescenta o artigo 78-A à Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro 1991(Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), estabelecendo o percentual de gratificação de Direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercem as funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns , instituída pelo item XI do artigo 78 do mencionado Código.

Objetivo: Compensar financeiramente os magistrados pela cumulação de atribuições em virtude do exercício de função administrativa de direção de fórum concomitante ao exercício da função jurisdicional, com conseqüente elevação da carga de trabalho, sem qualquer contrapartida financeira, em total desestímulo em aceitarem o cargo.

MENSAGEM Nº 02/2011 em 09 de Junho de 2011- Projeto de Lei Complementar que acrescenta os §§ 5º e 6º ao artigo 11 da Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil da Pessoas Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Objetivo: A inclusão do § 5º refere-se à determinação de que os valores recebidos, de modo indevido pelo registrador civil, a título de compensação automática, serão devolvidos ao Fundo, com o acréscimo de multa de 50% (cinquenta por cento), inibindo, assim, o enriquecimento ilícito e a possibilidade de fraude no ressarcimento de atos gratuitos.

A inclusão do § 6º, por sua vez, relaciona-se à possibilidade de transferência do saldo positivo, do Fundo das Serventias de Registro Civil para o Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário -FERJ, desde que, ao final do exercício financeiro, não tenha sido utilizado em despesas correntes e de capital com as centrais e postos de registro, mantidas pelo poder judiciário e em outras atividades com vistas à efetivação da gratuidade prevista em lei.

MENSAGEM Nº 03/2011 em 09 de Junho de 2011- Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a revisão geral dos valores remuneratórios constantes do anexo Único da Lei Complementar nº 125, de 16 de junho de 2009, e do Anexo IV da Lei nº. 8.715, de 19 de novembro de 2007.

Objetivo: Reduzir as distorções salariais existentes no quadro de pessoal do Judiciário.

MENSAGEM Nº 04/2011 em 01 de setembro de 2011- Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e funções gratificadas.

Objetivo: Projeto encaminhado para apreciação à melhoria salarial do Poder Judiciário para a concessão do reajuste salarial no percentual de 6,01%.

MENSAGEM Nº 05 /2011 em 01 de setembro de 2011- Projeto de Lei Complementar que cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Objetivo: Permitir a criação e instalação da Diretoria de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

MENSAGEM Nº 06/2011 em 26 de setembro de 2011- Projeto de Lei Complementar, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991), cria varas e cargos e dá outras providências no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Objetivo: Melhor estruturar os serviços e o quadro de pessoal do Poder Judiciário, por meio da redistribuição de competências e a criação de novos cargos de magistrados e servidores, visando a contínua melhoria da prestação jurisdicional.

MENSAGEM Nº 07/2011 em 29 de setembro de 2011- Projeto de Lei ,que altera a Lei Estadual nº 9.109 , de 29 de dezembro de 2009, a qual dispõe sobre Custas e Emolumentos e dá outras providências.

Objetivo: Promover ajustes no texto legal da novel Lei de Custas e Emolumentos, adaptando-a à prática do serviço cartorário e facilitando sua utilização pelos serventuários extrajudiciais e usuários dos serviços públicos .

MENSAGEM Nº 08/2011 em 24 de outubro de 2011- Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Objetivo: Viabilizar as ações de melhoria no âmbito do sistema carcerário deste Estado, em atenção aos objetivos definidos pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, criado pela Lei Federal nº. 12.106/2009, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

MENSAGEM Nº 09/2011 em 22 de novembro de 2011- Projeto de Lei Complementar, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991) em seus artigos 6º, § inclusão do § 8º; 29, XI; 30, I, “a”; 66, parágrafo único; 73, III e o art. 130; acrescenta, também, ao art .132 os §§ 5º e 6º e dá outras providências.

Objetivo: Viabilizar as ações do Judiciário no Maranhão com a definição de varas especializadas com competência para conflitos agrários, prescrição por faltas disciplinares, competência para execução de medidas socioeducativas em matéria de ato infracional e cumprimento de atos judiciais, conforme preceitos dispostos na EC 45/2004 e leis complementares que alteram o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, traduzindo princípios imprescindíveis à execução do projeto.

Outras Atividades

Substituiu o Presidente em suas ausências e afastamentos temporários por diversas ocasiões; nos seus impedimentos e suspeições em sessões; em vários processos judiciais e administrativos quando de seus impedimentos e suspeições, administrou a Distribuição dos processos do Tribunal de Justiça durante o biênio 2010/2011 efetuou Auditoria de rotina no setor de distribuição, a qual foi concluída dentro da normalidade.





6 SECRETARIA GERAL

6.1. GABINETE DO DIRETOR GERAL



As medidas adotadas e/ou tarefas realizadas sob a orientação da Diretora Geral estão resumidas a seguir:

1) Sessões Plenárias Administrativas

ANO	SESSÃO ORDINÁRIA	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	TOTAL DE SESSÕES
2010	21	02	23
2011	12	-	12 (até 03/08)
TOTAL			35

2) Resoluções

ANO	RESOLUÇÕES
2010	60
2011	32 (até 03/08)
TOTAL	92

3) Portarias

ANO	PORTARIAS
2010	31
2011	23 (até 03/08)
TOTAL	54

4) Remoções de magistrados

ANO	REMOÇÕES
2010	28
2011	16 (até 03/08)
TOTAL	44

5) Número de promoções de magistrados

ANO	PROMOÇÕES
2010	22
2011	09 (até 03/08)
TOTAL	31

6) Processos analisados pela Diretoria Geral

ANO	PROCESSOS
2010	6.026
2011	5.249 (até 31/07)
TOTAL	11.275

7) Atos da Presidência

ANO	ATOS
2010	13
2011	01 (até 03/08)
TOTAL	14

8) Projetos iniciados

ANO	PROJETO
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de diárias e passagens – Portaria 4392/2010; • Fluxo de Capacitação – Portaria 3758/2010; • Padronização dos modelos de editais e contratos de licitação; • Promoção de treinamento do DigiDoc; • Realização do "I Seminário de Qualidade de Vida no Trabalho"; • Natal das crianças da Creche; • Doações às vítimas da enchente do Rio de Janeiro.
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de convênio – SICONV; • Seminário "Meios alternativos na resolução de incidentes disciplinares"; • Convênio Serasa Experian; • Projeto de Reciclagem; • Novo Fluxo de Capacitação – Portaria 3597/2011; • Fluxo de Convênios – Portaria 3647/2011; • Manual de Convênios. (fig. 1) • 55ª EXPOEMA - Divulgação dos projetos sociais; Programa "Começar de Novo"; campanha sobre adoção; campanha contra as drogas; campanha contra a violência doméstica contra a mulher; campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, etc.
TOTAL	15



Figura 1

9) Capacitação de Servidores

	CURSO	INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE	PERÍODO
1	Padronização de livros e periódicos	ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	2	25 a 26/04/2011
2	Execução orçamentária, financeira e contábil de forma integrada na Administração Pública	Consultre – Consultoria e Treinamento Ltda	2	14 a 18/03/2011
3	Sanções administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da jurisprudência do TCU	Consultre – Consultoria e Treinamento Ltda	2	02 a 05/08/2011
4	Os fundamentos do direito administrativo disciplinar	Da Silva Alves Consultoria em Gestão Governamental Ltda	1	17 a 18/03/2011
5	III encontro nacional de direito público e privado	IMADEC - Instituto Maranhense de Defesa do Consumidor	10	31/03 a 01/04/2011
6	II Congresso Internacional de Ciências Criminais – criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	4	03 a 08/04/2011
7	Gestão de ouvidoria no serviço público – ênfase na comunicação	Instituto Nacional de Capacitação	1	30 a 31/03/2011
8	Avaliação dos controles internos - de acordo com as normas, métodos e técnicas de controle do TCU	Instituto Superior de Ensino Estudo e Pesquisa	5	01 a 02/03/2011
9	Responsabilização de agentes públicos e privados perante os tribunais de contas	Jam Jurídica Edição e Eventos Ltda	12	24 a 25/03/2011
10	Administração patrimonial no serviço público – administração direta e indireta	M M P Costa Treinamento e Desenvolvimento Humano	2	02 a 04/03/2011
11	Congresso brasileiro de pregoeiros	N.P Eventos e Servicos Ltda	2	21 a 24/03/2011
12	Formação e capacitação de pregoeiros sistema de registro de preços	N.P Eventos e Servicos Ltda	1	01 a 02/03/2011
13	19º salão internacional da construção - Feicon Batimat 2011	Reed Exhibitions Alcântara Machado AS.	2	15 a 19/03/2011
14	perícias judiciais	Rui Jesus Pena Juliano	1	29/03 a 01/04/2011
15	Formação e atualização de pregoeiros: pregão presencial e eletrônico incluindo a defesa do pregoeiro perante o TCU	Treide Apoio Empresarial Ltda	1	23 a 25/03/2011
16	Curso de Libras	ESMAM	30	04 a 05/04/2011
17	Liderança <i>Coaching</i>	TJ	52	2011
TOTAL			100	

6.2. DIRETORIA JUDICIÁRIA



Durante o biênio 2010-2011, a Diretoria Judiciária, composta por seis coordenações, responsáveis pela tramitação das ações neste Tribunal de Justiça do Maranhão, passou por várias mudanças estruturais e administrativas.

Desburocratização das rotinas nas secretarias judiciais

Atos ordinatórios (Resolução nº. 21/2010)

A resolução nº. 21/2010, de 06 de maio de 2010 contribuiu para dar celeridade às rotinas das coordenadorias vinculadas, vez que delegou aos coordenadores e secretários de câmara a prática de atos ordinatórios independente de despacho do Desembargador Relator. Dessa forma, tornou-se possível, dentre outros atos, a expedição de ofícios às partes para devolução, em 48 horas, de autos em seu poder, na situação de excesso de prazo, e a devolução de autos que se encontram em diligência ao juízo de origem, e a expedição de ofícios, fax, mandados de intimação e notificação, com a descrição sucinta do despacho, decisão ou acórdão.

Desuso de renumeração das páginas dos processos provenientes das outras unidades (Ato nº. 01/2010 – presidência)

Em atendimento ao princípio da celeridade processual, este ato possibilitou a superação de entraves burocráticos que acabavam por retardar o encaminhamento dos processos provenientes de outras unidades jurisdicionais, visto que esses anteriormente precisavam ser renumerados e rubricados novamente quando chegavam ao Tribunal. A partir de então, com base na presunção de veracidade e na fé pública conferida aos atos dos secretários judiciais de numerar, carimbar e rubricar as folhas, setor específico passou a receber os autos e, no lugar de renumerá-los, a emitir certidão atestando a conferência das páginas e informando a numeração sequencial iniciada no TJ. Essa medida diminuiu grandiosamente o tempo entre o recebimento do processo e a sua conclusão ao gabinete do relator.

Utilização de meio eletrônico para comunicação interna entre as coordenadorias e os gabinetes. (Ato da presidência nº. 02/2010)

Considerando a necessidade de redução de custos com impressão, uso de papel e serviços postais, e a necessidade da substituição da comunicação impressa pelo uso do meio eletrônico, mais célere e menos oneroso, o Tribunal instituiu por meio do Ato da presidência nº. 02/2010 o uso do meio eletrônico como veículo preferencial de comunicação e divulgação dos seus atos e expedientes, a exemplo dos ofícios, memorandos, portarias, instruções, etc. As unidades do Tribunal de Justiça passaram a encaminhar suas comunicações utilizando os e-mails institucionais.

No âmbito dos procedimentos da Diretoria Judiciária, esse ato possibilitou o encaminhamento e recebimento via e-mail de comunicações de decisões, bem como de ofícios expedidos pelos Desembargadores solicitando informações aos juízes de 1º grau, dessa forma, por exemplo, um ofício com pedido de informações que encaminhado via postal chegaria ao destinatário em dois ou três dias, via e-mail chega em minutos, dando maior celeridade ao tramite processual.

Recebimento de petições intermediárias na própria coordenação. (Portaria nº. 04/2011)

Considerando a necessidade de adoção de práticas que impliquem em agilidade processual, adequando-se à Recomendação nº. 02/2010 do CNJ, foi editada a Portaria nº.04/2011, da Diretoria Judiciária, que tornou possível o recebimento nas próprias Coordenações de petições intermediárias, ofícios e demais documentos referentes aos processos judiciais que tramitam perante o Tribunal de Justiça, que anteriormente eram protocoladas na Coordenadoria de Protocolo e Autuação.

Além de diminuir o percurso da petição até os autos do processo e sua apreciação pelo Relator, visto que após ser recebido em um setor específico, a peça era protocolado em um livro e posteriormente enviado à Coordenação respectiva, o novo procedimento também desafogou os trabalhos da Coordenadoria de Protocolo e Autuação, que passou a receber somente as petições de Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Embargos de Declaração.

Edição de Ordens de Serviço

Internamente, a Diretoria Judiciária expediu ordens de serviço, objetivando a padronização das rotinas e o uso consciente de materiais e bens públicos. As matérias regulamentadas foram:

- A utilização de veículos oficiais pelas coordenadorias da diretoria judiciária, padronizando horários de utilização de veículos e procedimentos a serem adotados.
- A padronização da forma de encaminhamento de pedidos de convocação, que conforme ficou estabelecido na Ordem de Serviço, exclusivamente via e-mail, como medida de economia, estabelecendo também os dados que deverão ser informados quando do encaminhamento dos pedidos, tais como o número de processos em pauta, o motivo do pedido de convocação, (suspeição, impedimento, ausência justificada, etc.)
- A Ordem de Serviço relativa ao Plantão judicial objetivou esclarecer dúvidas acerca dos procedimentos internos referentes ao cumprimento pelos oficiais de Justiça, dos mandados provenientes de decisões exaradas pelos desembargadores plantonistas.

Instruções normativas (14.04.2011)

Objetivando uniformizar os documentos expedidos pelas Coordenadorias vinculadas à Diretoria Judiciária, tais como ofícios, mandados (citação/intimação), cartas de ordem, precatórias, rogatórias, etc., a Diretoria Judiciária editou onze (11) Instruções Normativas que, além de conter os modelos padrões de documentos, também conceitua e apresenta a fundamentação jurídica dos mesmos, sendo importante instrumento no dia-a-dia das coordenações.

Mutirões nas coordenações

Todas as seis coordenações responsáveis pelo processamento das ações no 2º grau realizaram mutirões nos fins de semana para regularizar as movimentações e o andamento dos processos.

Portarias da Diretoria Judiciária

- Publicação da composição do TJMA – alteração no layouts, esclarecendo melhor as composições das câmaras e comissões;
- Sistema Themis SG – criação de link para sobrestar processos aguardando decisão do STF/STJ e link específico para encaminhar processos a coordenação de recursos constitucionais;
- Pautas de julgamentos, hoje, são revisadas por dois servidores diminuindo a quantidade de erros contidos;
- Oficiais de Justiça – com lotação específica dos oficiais de Justiça por coordenação, maneira mais viável para controle dos horários de cumprimento dos trabalhos.
- Melhorar a produtividade nas secretarias – reduzindo tempo de funcionários ao telefone. Portaria 08/2010 - em que proíbe aos servidores responsáveis pelos processos no 2º grau, o atendimento as partes e advogados por telefone. As informações podem ser adquiridas pela internet ou pelo Telejudiciário. (julho 2010)

Ações desenvolvidas em parceria com a Diretoria de Informatica

- Realizamos uma limpeza no sistema Themis SG, retirando todos os erros e inconsistências acumulados em 14 anos de uso do sistema. A retirada desse conteúdo inútil agilizou as movimentações nos gabinetes e secretarias das câmaras. (maio a outubro/2010).
- Busca dos dados entre os sistemas de acompanhamento de processos no primeiro grau com o segundo grau, THEMIS PG e THEMIS SG; a inserção dos dados do Themis PG no Themis SG - possibilitando a recuperação das informações já introduzidas no Primeiro Grau. Reduzindo o tempo gasto para autuação e cadastro de um processo.
- Permissão de publicação dos despachos e acórdãos diretamente do Themis SG para o sistema do Diário da Justiça Eletrônico;
- Alerta no sistema de acompanhamento de processos sobre os prazos processuais já vencidos, para fins de solicitação de devolução dos autos aos advogados e procuradores;
- Possibilidade dos advogados optarem pela inscrição para sustentação oral nos julgamentos, pela internet;

- Alerta no sistema sobre possíveis impedimentos de advogados (em relação aos desembargadores) quando da distribuição de processos e votos nos julgamentos;

- Treinamento para os servidores para uso das novas ferramentas do Themis SG –

A obrigatoriedade estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça da implantação de um novo sistema de movimentação processual, em conformidade com as tabelas unificadas, fez com que o antigo sistema utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, THEMIS SG, passasse por inúmeras alterações.

- (julho a dezembro/2010) O processo de alteração/adequação do novo sistema contou com a participação efetiva dos secretários, técnicos, auxiliares e coordenares das coordenações cíveis, criminais, do plenário, jurisprudência e publicações, protocolo, recursos constitucionais, bem como dos chefes de gabinetes, assessores e demais servidores dos gabinetes que participaram de reuniões com a Diretoria Judiciária e os profissionais da Diretoria de Informática que estavam trabalhando nas modificações dos sistemas, tanto Themis SG (movimentação de processos) quanto o sistema do Diário da Justiça Eletrônico. Nas reuniões foram colhidas sugestões e críticas que bastante contribuíram para a formulação do novo THEMIS e DJE.

- (15.04.2011) - Implantação do novo sistema de tramitação processual, em conformidade com a tabela unificada do CNJ. Antes da implantação do novo sistema, foram realizados treinamentos para os servidores das Coordenações e dos Gabinetes dos Desembargadores.

- disponibilização de relatórios concisos e conforme o solicitado pelo CNJ;

Ações voltadas à valorização e qualificação dos servidores

- Em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), foi realizado o “Seminário de capacitação de servidores responsáveis pelo processamento de ações no TJMA”, garantindo a melhoria da qualidade e eficiência no cumprimento da função jurisdicional, investindo na qualificação e atualização dos seus servidores.

I Módulo: Maestria Emocional– Antonio de Pádua, consultor empresarial. O processo civil na Segunda Instancia - seqüência processual e cronológica dos processos no 2º Grau - Desembargador Paulo Sergio Velten Pereira. “Pecados que podem destruir o clima organizacional e as Equipes”. - Antonio de Pádua. Formas de comunicação (ofícios, memorandos, atas, certidões, etc) utilizadas nas Coordenações, Secretarias e Divisões – Fabio de Oliveira.

II Módulo: Direito Processual Penal – Desembargador Jose de Ribamar Froz Sobrinho; Regimento Interno– Desembargador Cleones Carvalho Cunha; Antonio de Pádua Weber - palestra motivacional “Formando equipes vencedoras”.

III Módulo: Curso direcionado para os coordenadores, secretários e chefes, sobre liderança no estilo coaching;

IV - Reestruturação física das unidades de trabalho

Após levantamento da situação física das coordenações vinculadas à Diretoria Judiciária, foram constatadas as precárias condições em que se encontravam as instalações físicas do setor, apresentando problemas como mobília antiga/inadequada, processos amontoados em virtude da falta de armários e espaço, cadeiras quebradas, infiltrações e mofo nas paredes.

Após o referido levantamento, a estrutura física das unidades de trabalho foram reformadas, sendo realizados os seguintes serviços:

Diretoria Judiciária – substituição do piso e do forro, fechamento do calabouço que antes existia para uso da central de ar, divisão da sala com divisória, permitindo um espaço para as reuniões e pintura. Substituição de toda a mobília.

A Coordenação Cível, anteriormente localizada no primeiro andar do prédio, foi transferida para o térreo. Hoje a Coordenação conta com uma sala própria para o atendimento ao público e espaço reservado às secretarias das quatro câmaras cíveis, inclusive com banheiro.

A Coordenação do Plenário, anteriormente localizada no andar térreo, próximo à recepção principal, foi transferida para o primeiro andar. A sala foi ampliada e subdividida com divisórias que permitem o atendimento as partes sem prejudicar o trabalho interno.

Nas salas de sessões, houve troca do piso, cortinas e cadeiras. Sistema de computadores interligados com monitor para transmissão dos acórdãos.

Cumprimento das metas do CNJ

- Meta 01 - (Agosto/2010) Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010, e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
- Meta 02 - (08 processos de 2006)
 - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 - dos processos que foram para o juízo de origem e não retornaram, alguns há mais de cinco anos.
- Meta 04 - Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento;
- Meta 07- março 2010;

Iniciativas das coordenações para melhorar a organização

Coordenação das Câmaras Cíveis Isoladas

Planos de Ação: elaborados pelas Secretarias de Câmara, definindo tarefas, metas e prazos para realização;

Manuais de orientação de procedimentos e rotinas: elaborado pelos respectivos Setores, como forma de auxiliar nos trabalhos, disponibilizando informações e meios de realização dos procedimentos, além de consulta para esclarecimento de dúvidas aos servidores;

Padronização de procedimentos nas Secretarias: a padronização das rotinas vem instituindo um novo modelo de execução dos trabalhos, o que foi corroborado com o envio pela Diretoria Judiciária de instruções normativas, contendo modelos de ofícios, mandados, etc;

Localizador físico dos processos: notas apostas no Sistema Themis SG agilizaram o atendimento ao público e a localização dos processos para juntada de documentos e outras informações;

Reuniões periódicas: realizadas mensalmente, promovendo a interação entre os servidores e avaliação dos trabalhos.

Coordenação das Câmaras Criminais Isoladas

Padronização de procedimentos nas secretarias: instituiu um modelo mais dinâmico para a execução dos trabalhos, através das instruções normativas encaminhadas pela diretoria Judiciária;

Planos de Ação: as próprias Secretarias de Câmaras, criam suas metas e definem suas tarefas como meio de agilizarem seus procedimentos;

Localizador físico de processos: paralelo ao Sistema THEMIS SG foram providenciadas movimentações visando a agilização no atendimento ao público, facilitando a informações e juntadas de documentos;

Reuniões periódicas: têm por objetivo promover a interatividade e busca de soluções para eventuais problemas, bem como avaliar o resultado dos trabalhos realizados.

Coordenação do Plenário e Câmaras Reunidas

Eliminação total dos livros de protocolos dos gabinetes dos desembargadores, substituindo-os pelo protocolo eletrônico;

Eliminação parcial dos demais livros, permanecendo apenas os protocolos de vista aos advogados, PGJ e PGE;

Acompanhamento periódico do desempenho dos servidores, de forma a analisar como estão sendo desenvolvidos os trabalhos, bem como, aferir seu preparo e qualificação potencializando suas atribuições;

Reuniões periódicas; de forma a antecipar-se na ação para evitar e ou/ orientar desvio de desempenho, buscando um ambiente gerador de motivação;

Organização do ambiente de trabalho. Divisão das tarefas por meio de rodízio, de forma que todos os servidores do setor conheçam todos os trabalhos realizados;

Inovação nas pautas e resenha de julgamentos, tomando como modelos a 6ª Turma Cível do Distrito Federal, adaptados à realidade local;

Efetivação de nota a todos os atos praticados pelos oficiais de Justiça, de forma a garantir a localização dos mandados por pastas específicas;

Criação de localizadores de processos por meio de armários identificados e etiquetas nomeadas com cores diferenciadas e padronização de todas as pastas da Coordenadoria;

Coordenadoria de Recursos Constitucionais

1. Devido à falta de espaço físico nesta Coordenação, os processos digitalizados que aguardam decisões dos Tribunais Superiores foram relacionados e encaminhados para a Coordenadoria de Arquivos e Documentos Históricos, totalizando 1.581 (mil, quinhentos e oitenta e um) processos.

2. Redistribuição das tarefas entre os servidores, devido à falta de pessoal e a saída de alguns funcionários do setor, em virtude de aposentadoria e pedido de demissão.

3. Catalogação dos processos do setor, com sua localização exata, para um atendimento rápido aos advogados, às partes e ao público em geral.

5. Acompanhar, diariamente, o processamento dos recursos, bem como as publicações e o envio dos Recursos admitidos e dos Agravos para o STF e/ou para o STJ, o que consiste em digitalizar por meio de um aparelho scanner e do envio propriamente dito, através da conexão com os sistemas e-STJ e e-STF após a conferência, validação e indexação das peças digitalizadas;

6. A organização do setor contribuiu para agilizar a baixa dos processos julgados pelos tribunais superiores ao juízo de origem e arquivo geral.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO Dados atualizados até 06/12/2011

Processos Distribuídos

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2010	1225	887	1228	1162	1392	1124	1386	1142	1083	1038	1076	908	13651
2011	1191	1260	1147	972	1474	1180	1115	1384	1314	1269	1377	215	13898
Total	2416	2147	2375	2134	2866	2304	2501	2526	2397	2307	2453	1123	27549

Fonte:

Processos Julgados

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2010	788	771	1113	1181	1238	1125	994	1293	1176	1287	1130	976	13072
2011	957	1570	1277	1367	1464	1338	1148	1625	1387	1330	1443	224	15130
Total	1745	2341	2390	2548	2702	2463	2142	2918	2563	2617	2573	1200	28202

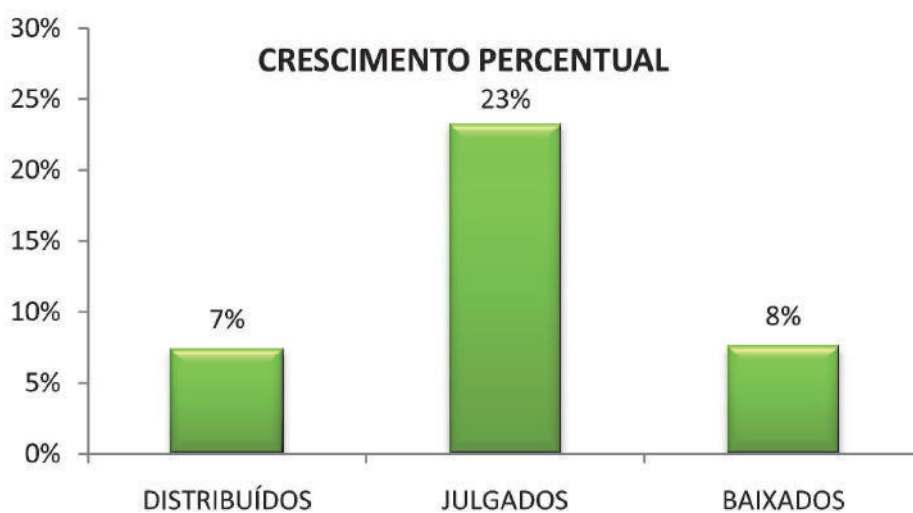
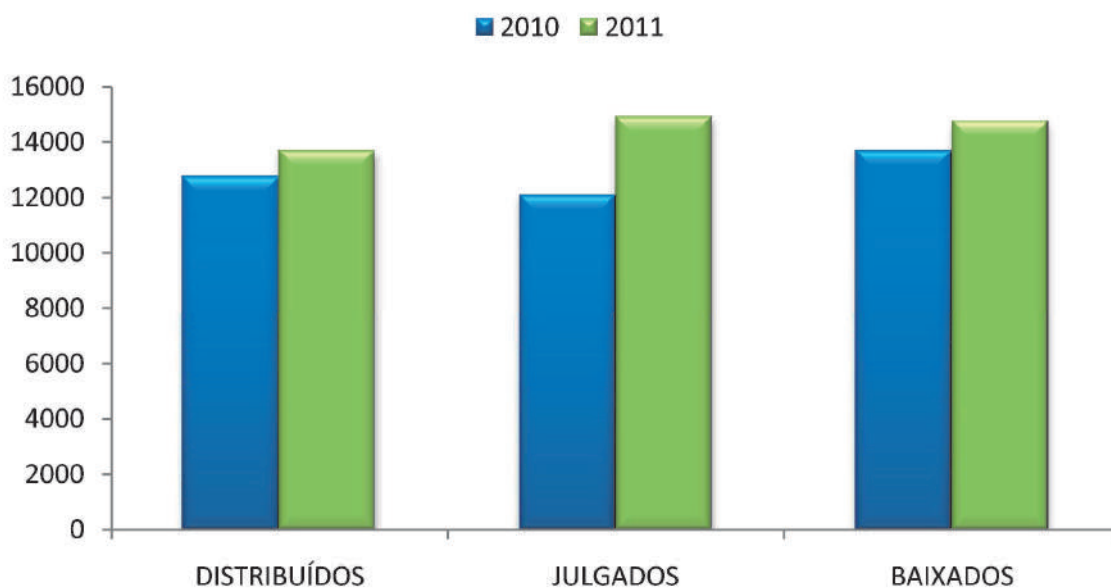
Processos Baixados

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2010	949	1208	2885	1016	924	1118	923	1338	1023	1082	1241	1345	15052
2011	497	902	1481	1464	1350	1867	1302	1829	1294	1833	927	235	14981
Total	1446	2110	4366	2480	2274	2985	2225	3167	2317	2915	2168	1580	30033

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
Atividades Jurisdicionais

Comparativo 2010 e 2011
Período de janeiro a novembro

	2010	2011	Variação %
DISTRIBUÍDOS	12743	13683	7%
JULGADOS	12096	14906	23%
BAIXADOS	13707	14747	8%



6.3. DIRETORIA FINANCEIRA



As atividades desenvolvidas nesta diretoria foram pautadas pelo estrito cumprimento dos regramentos legais que regem as finanças públicas, assim garantiu-se a lisura de todo o processo de gestão de recursos públicos.

A principal ferramenta utilizada foi a tecnologia da informação, sendo automatizados os procedimentos de rotina realizados anteriormente de forma manual; desenvolvidos relatórios gerenciais essenciais ao processo de tomada de decisão e disponibilizados recursos orçamentários em volume recorde para consecução de todos os compromissos assumidos pela gestão, que tornaram o Judiciário mais moderno e efetivo.

O Portal das Finanças Online, disponibilizado pela Diretoria Financeira no link Transparência do site do TJMA, publicou toda a movimentação orçamentária, contratos celebrados, relação de precatórios pagos com nomes dos respectivos credores e a lista de veículos oficiais utilizados pelo Tribunal: tudo em tempo real, possibilitando o acesso imediato de qualquer interessado aos dados.

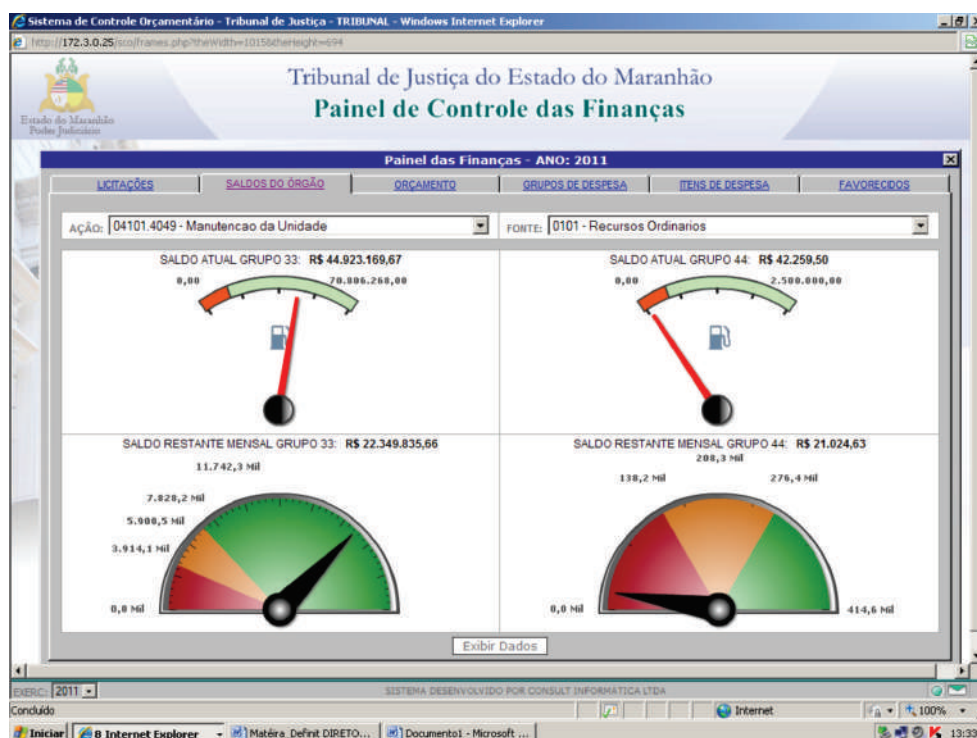
O Tribunal de Justiça tornou-se pioneiro no Maranhão na disponibilização de ordem bancária eletrônica e nota de empenho no Portal. Com a inovação, os dois documentos digitais passaram a ser assinados eletronicamente, via certificação digital fornecida pelo Banco do Brasil, o que lhes garante legitimidade ao serem gerados.

O gasto com papel foi significativamente reduzido, pois a impressão de notas de empenho e de ordens bancárias se tornou desnecessária, já que pode ser realizada diretamente pelo credor e/ou anexada em arquivo ao sistema interno (virtual) de tramitação de processos. Apenas para se avaliar o volume dessa redução, em 2010 foram emitidas 5.924 notas de empenho e 7.827 ordens bancárias, que deixaram de ser impressas em 2011. Com a iniciativa, o TJMA cumpriu a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2011, de redução de gastos com papel, e o credor passou a contar com a facilidade de consultar e imprimir os documentos diretamente do site do Tribunal.

Some-se a isso a publicação de informações e relatórios extras em relação ao que era antes exigido na legislação, especificamente quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo à Resolução nº. 102/2009 do CNJ para todos os tribunais do país. São informações sobre quantitativo e remuneração de todos os cargos, nomes de membros, agentes públicos e terceirizados lotados no TJMA, além das informações orçamentárias que já vinham sendo publicadas no site. Todos os dados foram disponibilizados pelo Tribunal de Justiça antes mesmo do encerramento do prazo dado pelo CNJ.

Cabe destacar que todos os documentos e relatórios citados estão disponíveis livremente a qualquer cidadão que tenha acesso à internet e praticamente em tempo real, pois são realizadas duas atualizações diárias.

As inovações resultaram também em economia e celeridade em setores do Tribunal. Por meio do “Painel de Finanças”, um instrumento interno de geração de informações gerenciais em forma de gráficos, o gestor pode avaliar todo o planejamento e execução orçamentária instantaneamente. Isto possibilita o acompanhamento diário de saldos existentes, o controle de custos e o apoio no momento de tomar decisões.



A melhoria na gestão de recursos financeiros passa também pelo processo de contratação de bens e serviços, com acentuada economia na aplicação dos recursos. Procurou-se adotar o pregão eletrônico, reconhecidamente a melhor prática em termos de modalidade de licitação, que permite uma ampla concorrência e garante maior lisura e transparência em todo o processo.

ORÇAMENTO – Em termos orçamentários, o principal foco foi gerir os recursos orçamentários e financeiros visando assegurar a execução dos objetivos estratégicos traçados no Planejamento Estratégico. O planejamento proporciona maior homogeneidade na aplicação de recursos e continuidade de projetos de longo prazo, mesmo com a troca de gestores a cada dois anos.

A principal estratégia para elaborar um orçamento mais próximo da realidade, que atendesse às reais necessidades do Judiciário, foi a de envolver as unidades administrativas e as entidades de representação na elaboração e gestão do orçamento através do orçamento participativo.

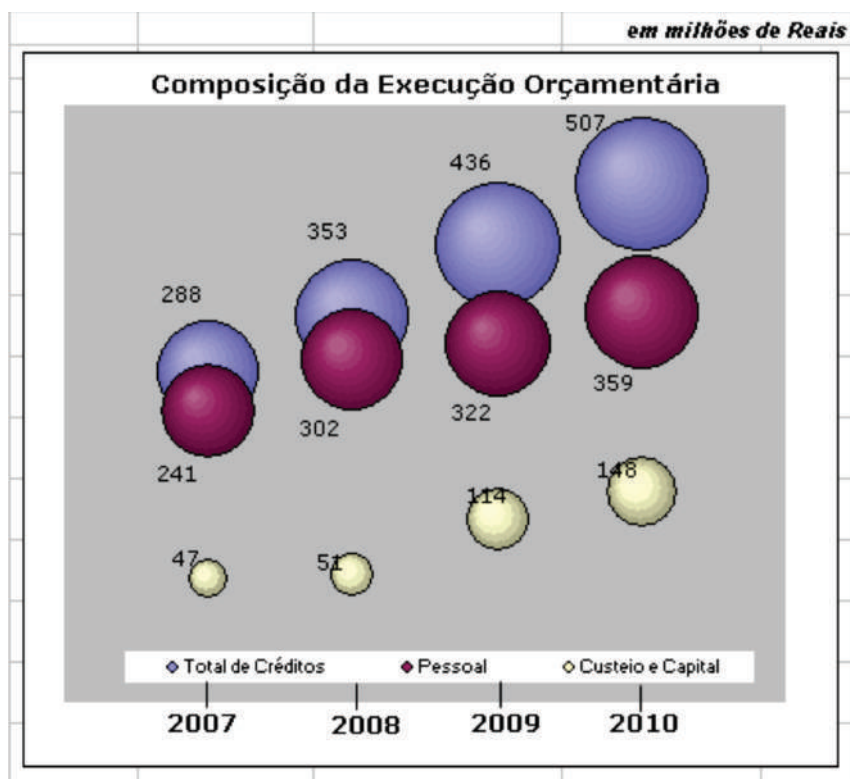
Num primeiro momento, foi disponibilizado um formulário na internet, com perguntas objetivas e subjetivas, para acesso de qualquer interessado. Foram utilizadas as respostas com maioria de votos na construção do orçamento. Num segundo momento, as entidades representativas de classe e os diretores foram convocados a dar opinião sobre as prioridades a serem atendidas.

O planejamento e o aprimoramento dos mecanismos de controle da despesa possibilitaram o redimensionamento dos gastos do Judiciário e viabilizaram os recursos suficientes para a realização dos

investimentos necessários. Somente em 2010 foram investidos pouco mais de R\$ 65 milhões em construção e reforma de fóruns e unidades administrativas no interior e na capital, além de aquisição de bens permanentes (equipamentos, móveis, veículos e outros) para reaparelhamento dos mesmos.

Em 2011 estão previstos investimentos de cerca R\$ 140 milhões, mais do que o dobro do ano anterior e correspondente a pouco mais de 22% do orçamento do Judiciário. Números significativos, já que, historicamente, as despesas do Tribunal e de outros órgãos públicos giram em torno de 90% com pessoal.

A título de comparação, de todas as despesas do Judiciário em 2007 – cerca de R\$ 287 milhões – 84% foram realizadas com pagamento de pessoal, o equivalente a R\$ 240 milhões, restando algo em torno de R\$ 47 milhões para custeio e investimentos. Já em 2010, no primeiro ano da gestão do presidente Jamil Gedeon, o índice de despesas com pessoal ficou em 71% do total realizado. Isto não representa que está havendo a redução de investimentos em pessoal, pois durante esta gestão foram assegurados e criados muitos benefícios: reajustes anuais pela inflação, gratificações de produtividade e atividade judiciária, dentre outros. O que se tem é um aumento significativo das outras despesas correntes e de capital, decorrentes da ampliação da atuação da Justiça no Maranhão.



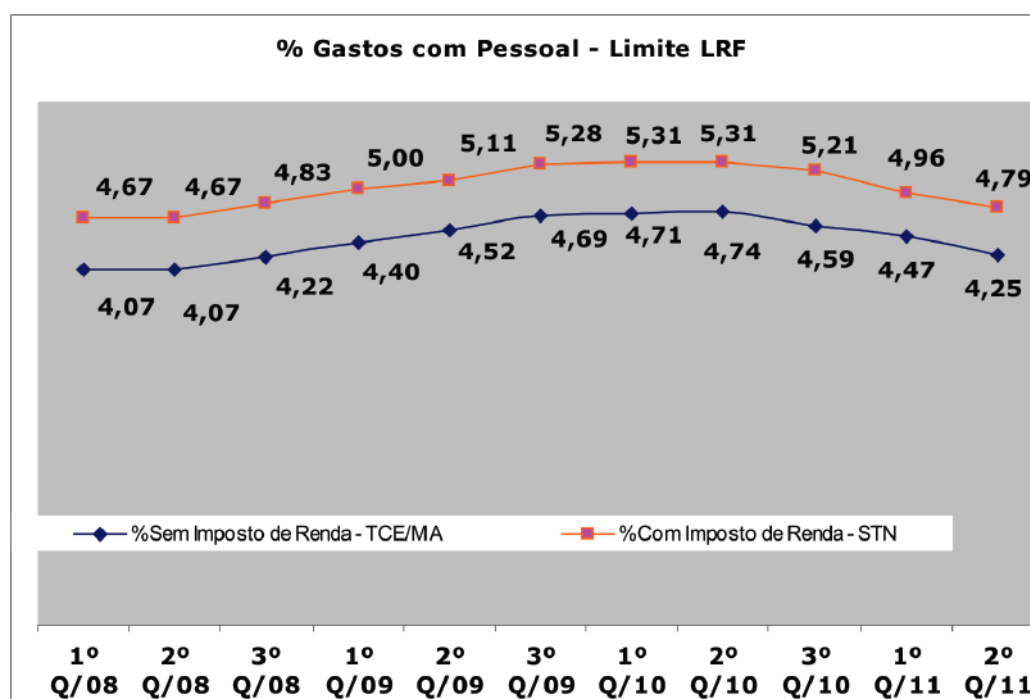
Apesar da redução do percentual de dependência, o investimento em capacitação de servidores e magistrados cresceu nesta gestão. Recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,15 milhões foram empenhados em 2010 em cursos de capacitação internos e externos (palestras, seminários, congressos, cursos), passagens, hospedagens e diárias, pagamentos de instrutores, monitores e outras ações de educação corporativa voltadas a uma melhor qualificação profissional e aperfeiçoamento dos serviços prestados. O valor já comprometido para 2011 até o mês de setembro foi de R\$ 2,12 milhões.

A construção de fóruns e a instalação de comarcas ou varas implicam em gastos que acompanham os novos investimentos e exigem uma gestão mais eficiente de recursos. São novos servidores, custos com energia elétrica,

água, segurança, dentre outras despesas. O esforço da Diretoria Financeira para gerir os recursos orçamentários atendeu à maioria das demandas e preservou o equilíbrio nas contas durante a gestão 2010-2011.

LRF - A ampliação de despesas no setor público deve estar sempre atenta à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu limites às despesas dos gestores. Um deles, que vem sendo fielmente cumprido ao longo da gestão, é o de despesas com pessoal. O limite prudencial estabelecido para o Judiciário é de 5,7% da Receita Corrente Líquida do estado.

Apesar de vigorar no Maranhão uma decisão normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) que permite a exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte para fins de cálculo deste limite, reduzindo o percentual de realização da despesa, tem-se seguido essa decisão em termos de publicação, mas se acompanha esta despesa rotineiramente pelo limite previsto na LRF. O histórico é demonstrado no gráfico a seguir.



PRESTAÇÃO DE CONTAS – A atitude de adotar as melhores práticas em matéria de licitação, garantindo eficiência e economia nas contratações, preservando o equilíbrio nas contas públicas e atentando ao cumprimento das leis, facilitou a prestação de contas. A do primeiro ano da gestão foi entregue em tempo recorde, cerca de 30 dias antes do final do prazo. Foi o primeiro órgão do estado a cumprir essa obrigação ao TCE.

6.4. DIRETORIA ADMINISTRATIVA



COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

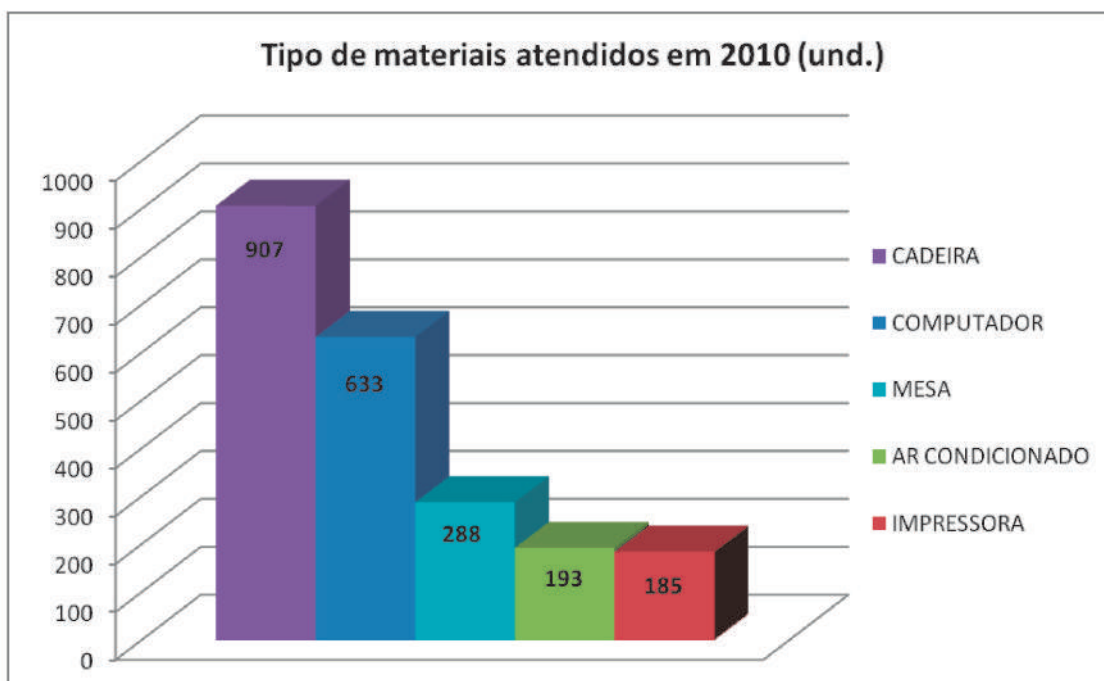
Divisão de Administração Patrimonial

Divisão de Administração de Materiais

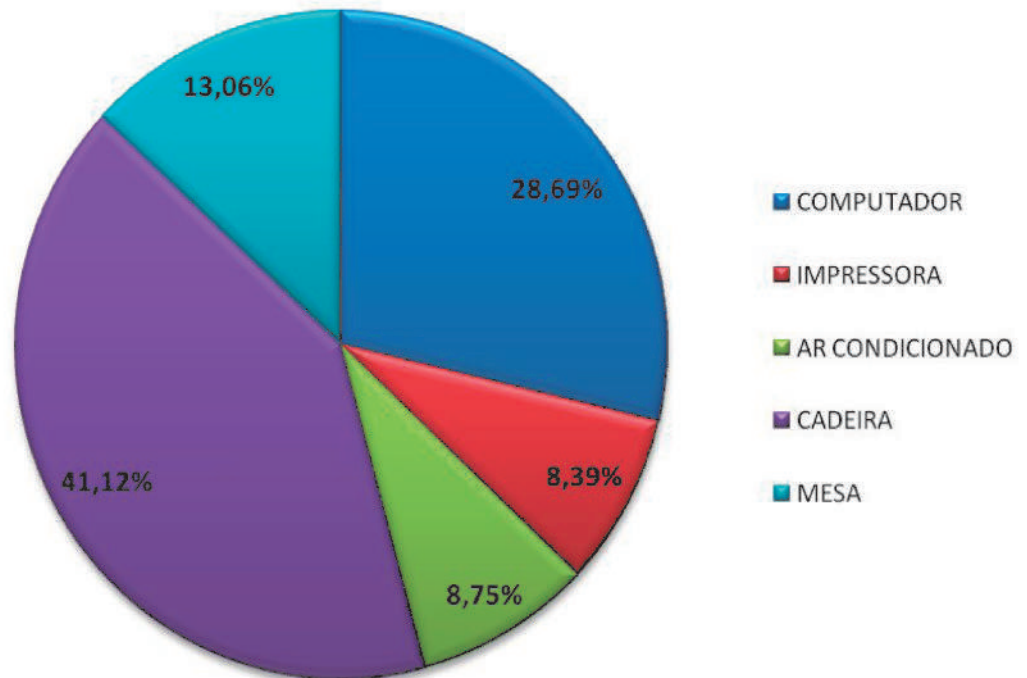
O Tribunal de Justiça intensificou o envio de móveis e equipamentos às comarcas novas e antigas dos 7 polos judiciais do Estado. Os materiais incluíram itens como computadores, impressoras, móveis, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, fax e telefone. Os equipamentos foram adquiridos com recursos próprios do Tribunal de Justiça, oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), referentes ao orçamento de 2010 e 2011.

Ressalte-se a aquisição de 02 (dois) novos caminhões tipo baú para esta divisão e que, além de melhorar substancialmente o atendimento dos pedidos, atenderão, respectivamente, a demanda das unidades do interior do Estado e da capital. Somando-se aos que já estavam em atividade, a divisão conta agora com 04 (quatro) caminhões: 03 (três) tipo baú (dois grandes e um pequeno) e 01 (um) caminhão de carroceria aberta (tamanho grande).

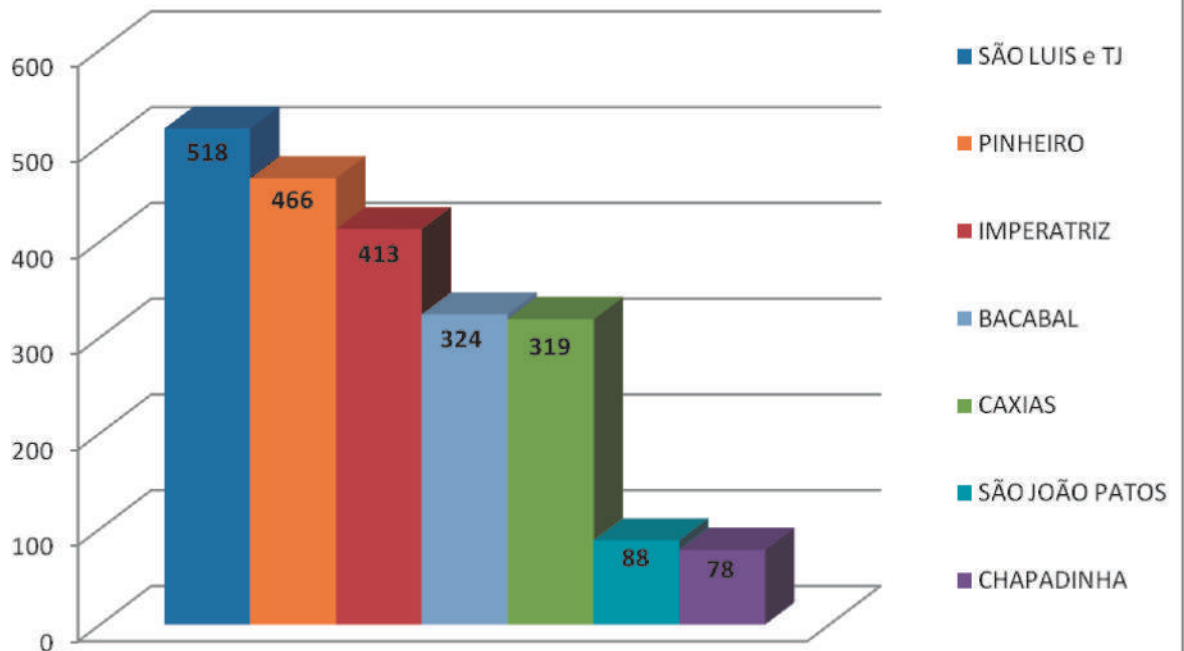
Procurou-se facilitar a visualização dos itens distribuídos, dos polos e dos respectivos quantitativos distribuídos. Evidentemente que não estão relacionados todos os itens, afinal, são dezenas de bens patrimoniais catalogados que são distribuídos diariamente, uns com maior frequência que os outros. Deu-se prioridade aos itens com maior fluxo de saída e que são essenciais ao funcionamento das unidades (computadores, impressoras, condicionadores de ar, mesas (1,00m, 1,20m, 1,50m, 2,00m etc.) e cadeiras (secretária, diretor, presidente, longarina, fixa, interlocutor) e que possuem maior representatividade no universo de bens patrimoniais disponíveis.

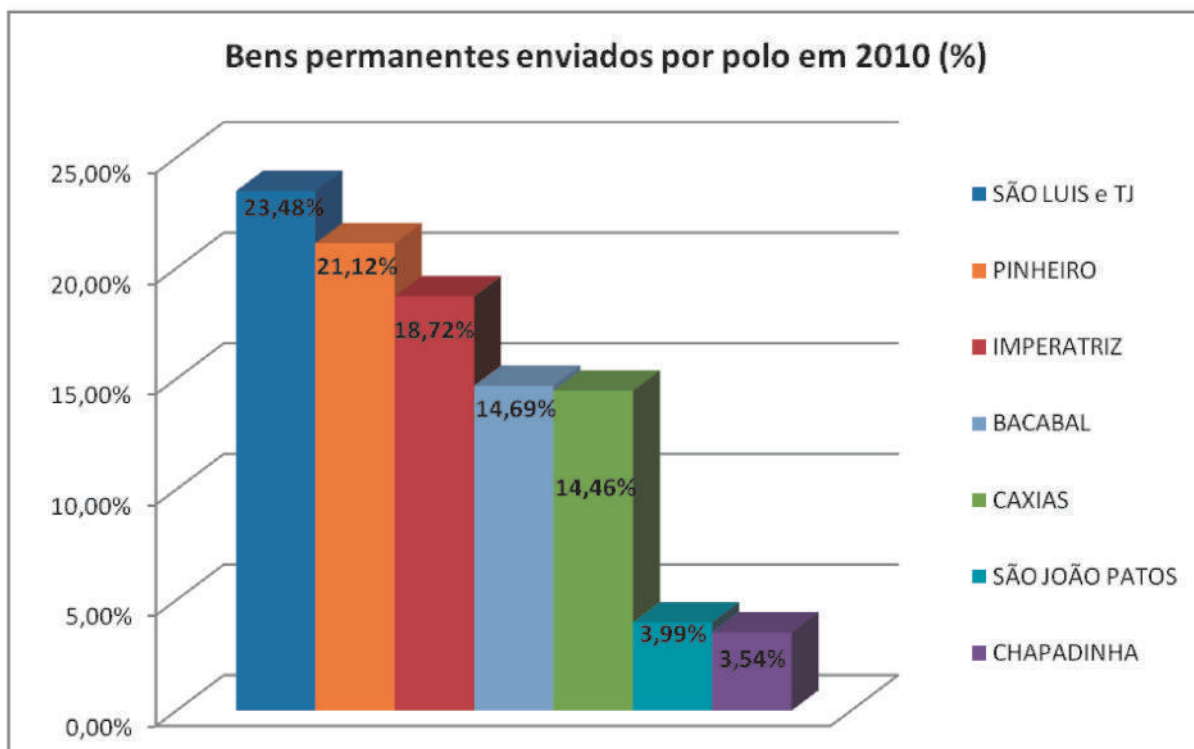


Tipo de materiais atendidos em 2010 (%)



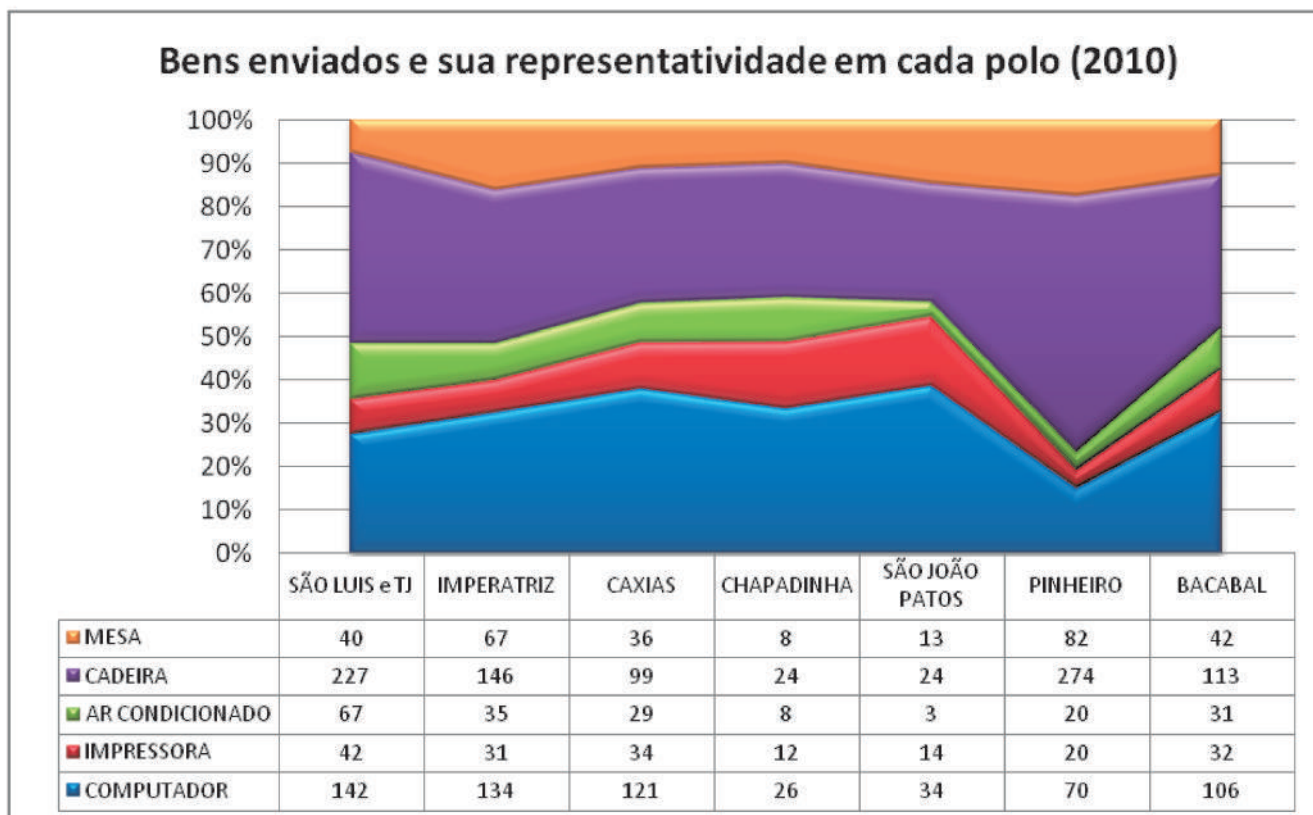
Bens permanentes enviados por polo em 2010 (und.)





Pelos gráficos acima se percebe que:

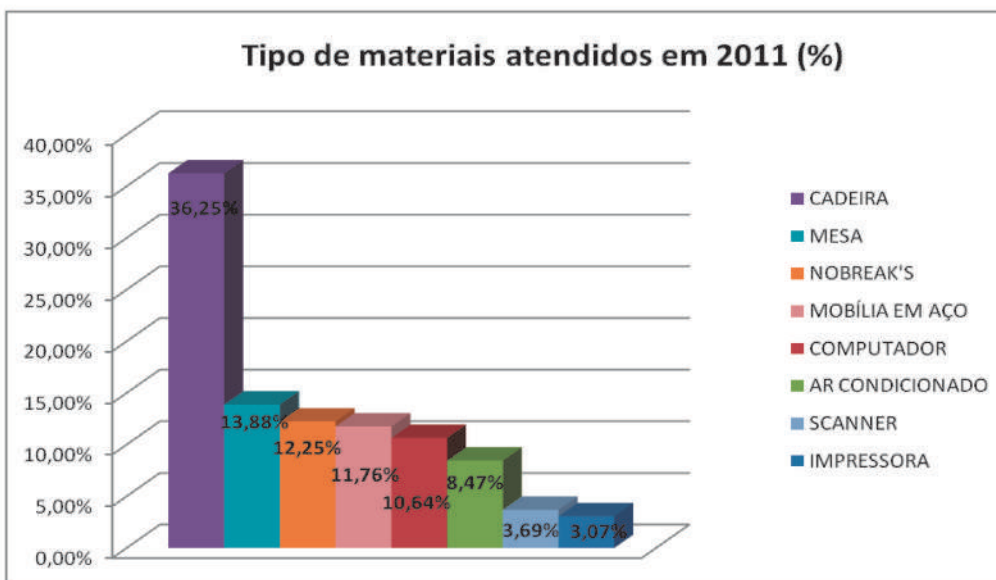
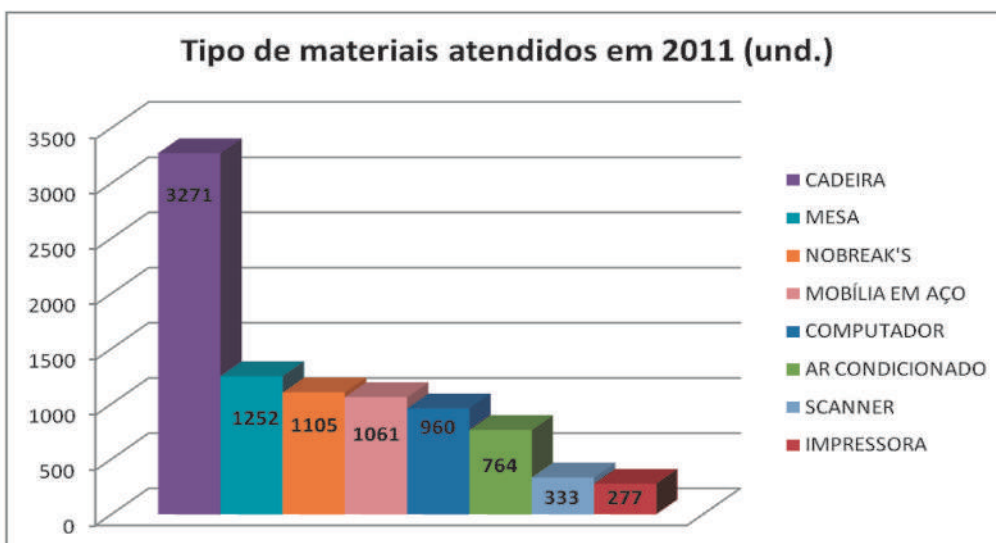
- Os bens de mobília (móveis e cadeiras) representam mais da metade dos bens distribuídos (54,18%);
- Os polos que mais receberam bens, respectivamente, foram São Luís (incluindo TJ), Pinheiro e Imperatriz;
- Bens de informática ocupam o segundo lugar na distribuição de bens, alcançando 37,8% do total.



Este último gráfico nos dá informações relevantes acerca da distribuição dos materiais em 2010, sobretudo quando cotejamos os quantitativos dos materiais entre si ou entre os polos. O polo de Pinheiro, por exemplo, foi aquele que mais recebeu móveis (mesas e cadeiras), seguido pelos polos de São Luís (incluindo TJ) e Imperatriz. Por outro lado, estes dois polos se destacam no recebimento de bens de informática (computadores e impressoras), acompanhados de perto pelo polo de Caxias. A propósito, esta divisão entre itens de informática e de mobília é nítida quando examinamos os ares condicionados distribuídos no período, pois estes se apresentam no gráfico acima como divisor entre estas categorias de bem.

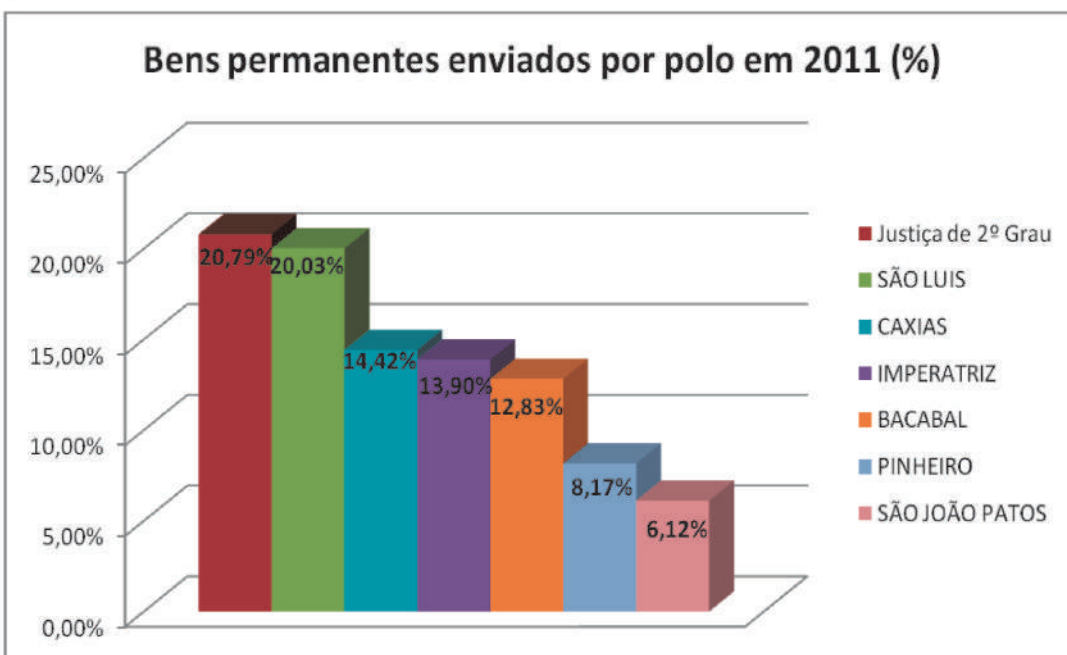
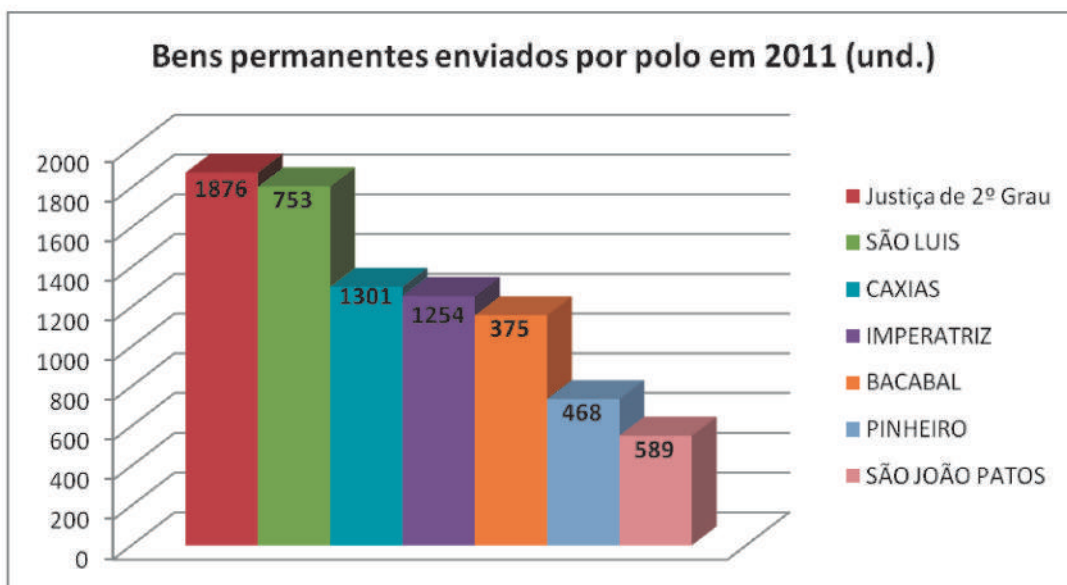
De um modo geral, em termos relativos, essa distribuição foi homogênea, isto é, considerando todos os bens que foram enviados para as comarcas, os bens de mobília representam, na maioria dos casos, praticamente a metade (entre 45% e 50%) dos bens permanentes, exceto o polo de Pinheiro no qual a mobília representa mais de 75% dos bens recebidos pelas comarcas deste polo. Deduz-se ainda que nos polos de Caxias, Chapadinha e São João dos Patos, a soma de computadores, impressoras e ares condicionados superam a de mobília.

Adiante, os dados referentes a 2011, no período de janeiro a outubro.

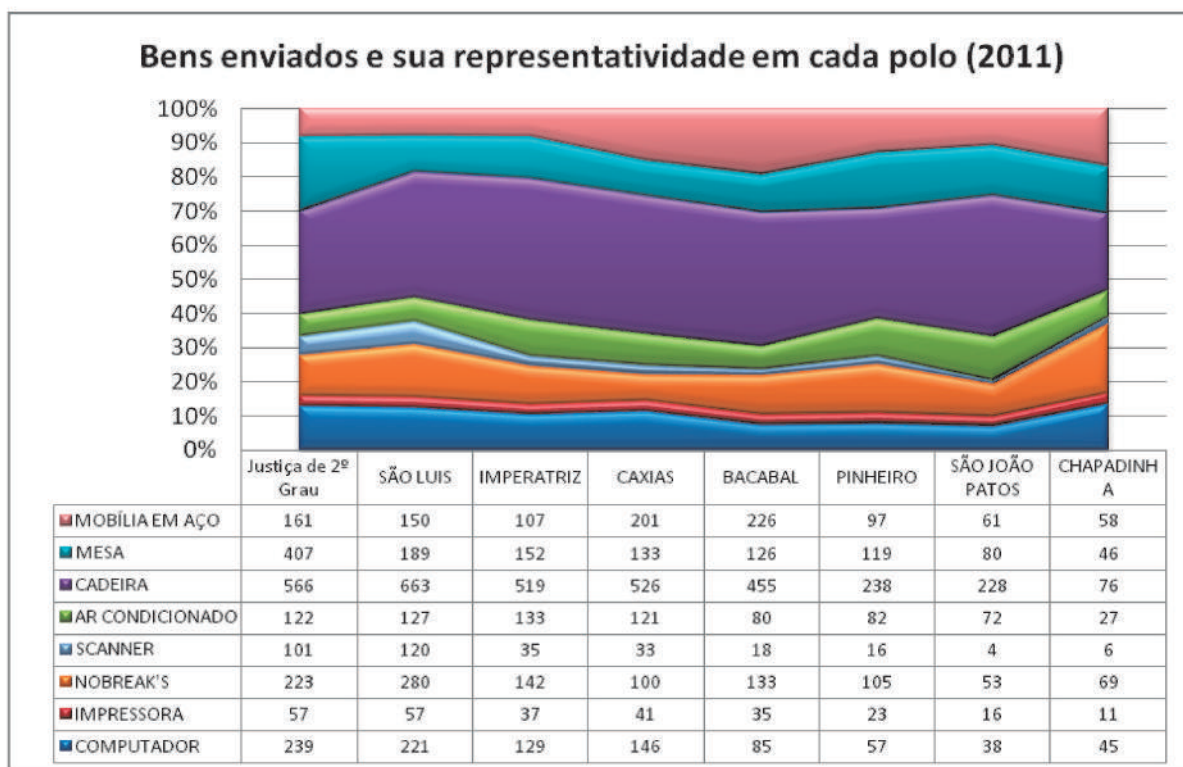


Ambos os gráficos revelam a tendência do ano anterior: os bens de mobília respondem por mais da metade dos bens distribuídos (61,89%). Deste total, mais da metade são cadeiras (36,25%). A novidade em relação ao 2010 é a distribuição de estantes e armários de aço, no total de 1.061 unidades (11,76%), que contribuíram consideravelmente para que esta categoria de bens superasse as demais.

Os bens de informática (computador, impressora e scanner), por seu turno, tiveram um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior, representando em 2011, 38,75% dos bens distribuídos.



Até outubro de 2011 as unidades do Tribunal de Justiça e o polo de São Luís representam mais de 40% dos bens distribuídos. No entanto, 79,21% dos bens foram alocados nas comarcas, isto é, no quadro da Justiça de 1º Grau, no qual se destacam os polos de São Luís, Caxias e Imperatriz como aqueles que mais receberam bens.



Neste gráfico percebe-se que, em cada polo, os bens de mobília sempre superam os demais. Isto significa que de todos os bens recebidos mais da metade são mobiliário (cadeiras, mesas, armários e estantes de aço). Não houve nenhum polo em que outro tipo de bem superasse estes, pois os bens de informática somados aos ares condicionados não atingem em nenhum momento a metade dos bens distribuídos, ficando sempre abaixo dos 50%. Os polos de Caxias e Bacabal são os que possuem o quantum mais representativo de tais bens, alcançando a média de 65% dentro o total de itens enviados para as comarcas destes polos.

Em termos absolutos, as unidades do Tribunal de Justiça foram as que mais receberam mesas, cadeiras, computadores e impressoras; o polo de Bacabal destacou-se no recebimento de estantes e armários de aço; o de Imperatriz, por sua vez, foi o que mais recebeu ares condicionados; já a maior parte dos no-breaks e scanners ficou no polo de São Luís.

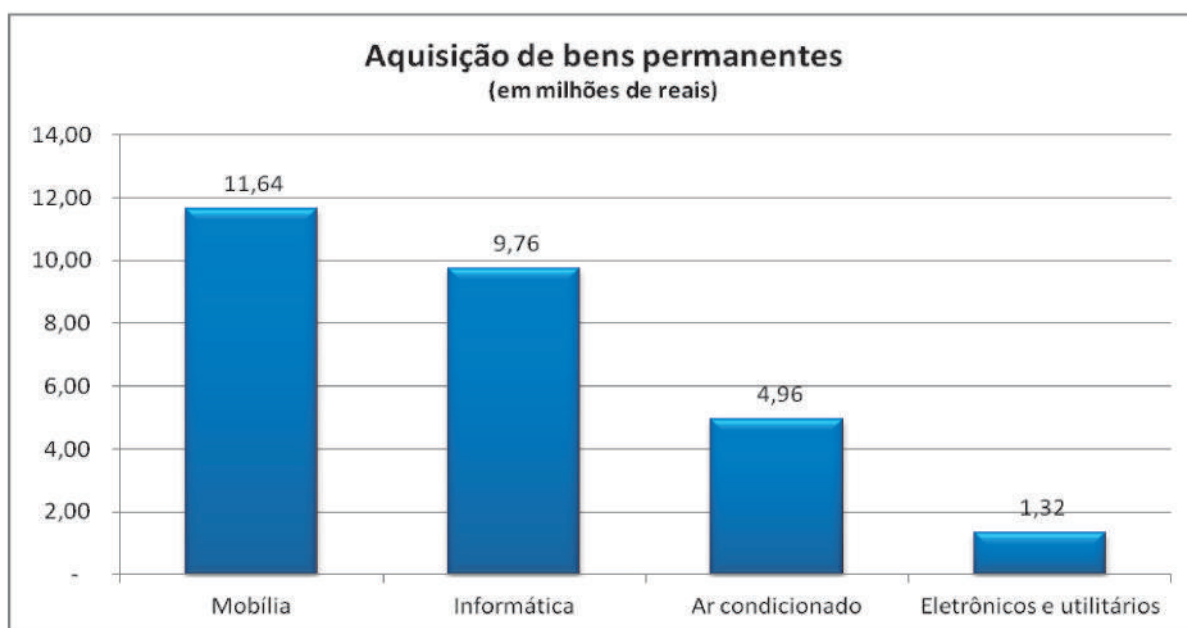
Aquisição de Bens Permanentes

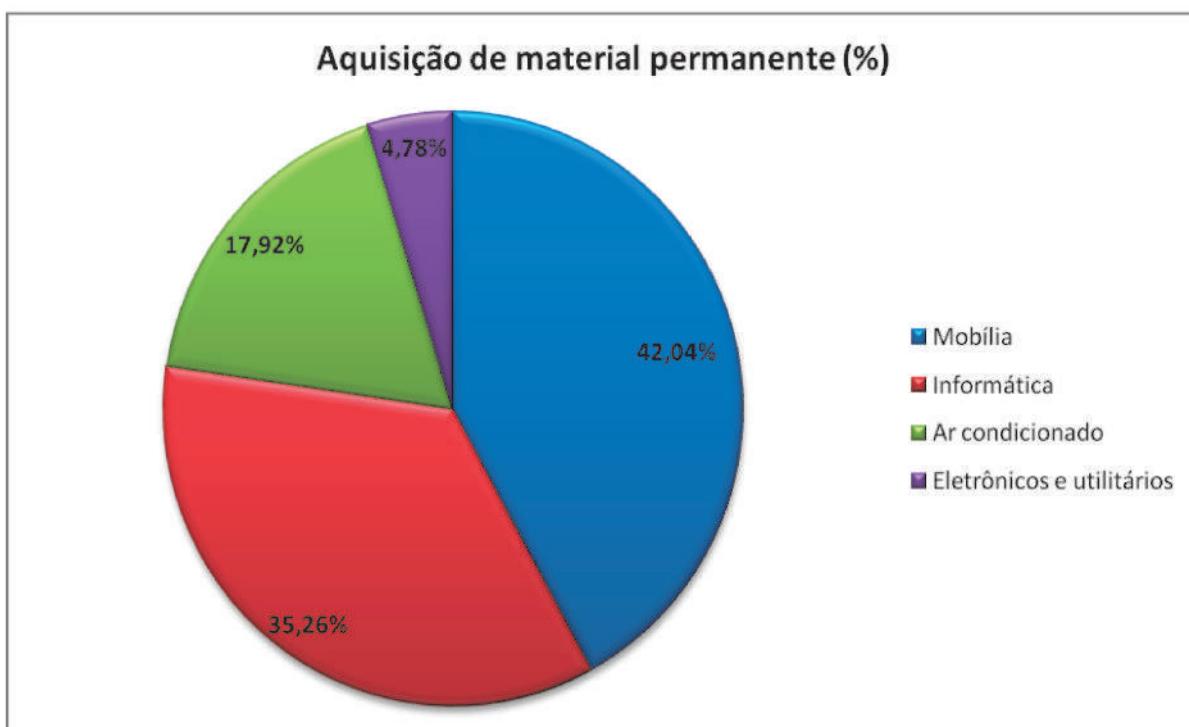
2.1 Processos de compra finalizados

Item	Discriminação da Ata/Adesão	Valores Unitários (R\$)
1	ATA 01/2010 - Notebook HP Probook 4310S	R\$ 1.989.000,00
2	ATA 06/2010 - Computadores, Fax, Nobreaks, Switchs e Impressoras a laser	R\$ 3.249.999,90
3	ATA 07/2010 - Ar condicionados Splits (12.000, 18.000 e 36.000), e Janela (10.000 e 18.000)	R\$ 820.999,90
4	ATA 12/2010 - Scanner HP G2710	R\$ 111.000,00
5	ATA 20/2010 - Ar condicionados Splits (9.000, 12.000, 18.000, 24.000, 36.000, 48.000 e 60.000)	R\$ 1.600.000,00

6	ATA 21/2010 - Ar condicionados Janela (7.500, 10.000, 12.000, 18.000, 21.000)	R\$ 379.000,00
7	ATA 42/2010 - Lote 01 - Móvelia em geral (Armários, Estação de trabalho, Gaveteiros, Mesas e Teclados)	R\$ 3.812.899,50
8	ATA 42/2010 - Lote 02 - Móvelia em geral (Cadeiras, Poltronas, Longarinas e Sofás)	R\$ 5.400.000,00
9	ATA 43/2010 - Armários (2 portas e Pastas Suspensas)	R\$ 965.300,00
10	CONTRATO 114/2010 (Quadros de aviso)	R\$ 3.780,00
11	CONTRATO 115/2010 (Fragmentadoras de Papel)	R\$ 92.000,00
12	CONTRATO 116/2010 - TV LCD 32" e 42"	R\$ 218.000,00
13	CONTRATO 117/2010 - Bebedouros Garrafão e Pressão	R\$ 119.249,00
14	CONTRATO 118/2010 - Telefones com e sem fio; cafeteira e fogão	R\$ 62.663,20
15	CONTRATO 119/2010 - Aparelhos de Fax Linea	R\$ 67.339,50
16	CONTRATO 25/2011 - Ventiladores de Coluna e Parede	R\$ 11.499,00
17	CONTRATO 27/2011 - Geladeiras e Frigobares	R\$ 170.250,00
18	CONTRATO 40/2011 - Scanner Alimentador Automático	R\$ 594.000,00
19	CONTRATO 41/2011 - Nobreaks e Estabilizadores	R\$ 294.000,00
20	CONTRATO 42/2011 - Projetores Multimídia e Telas de Projeção	R\$ 39.540,00
21	CONTRATO 127/2011 - Impressoras Samsung 4551ND	R\$ 2.940.000,00
22	ADESÃO À ATA CONTRATO 81/2010 - Módulos Terminais e Suportes para Pastas Pendulares	R\$ 476.247,33
23	ADESÃO À ATA CF 184 - Poltronas para Auditório e Espaldar Alto	R\$ 602.274,89
24	ADESÃO À ATA CF 204 - Armários, Cadeiras, Gaveteiros, Longarinas, Mesas e Poltronas	R\$ 65.751,10
25	ADESÃO À ATA CF 205 - Mesas, Gaveteiros e Armários	R\$ 391.481,60
26	ADESÃO À ATA CF 206 - Poltronas, Longarinas e Apóia-Braços	R\$ 402.731,09
Valor Total		R\$ 24.879.006,01

Agrupamos os objetos de compra em quatro grupos distintos: 1) Móvelia; 2) Informática (computador, scanner, impressora, fax, nobreaks, projetores etc.); 3) ar condicionado; 4) Eletrônicos e utilitários (TVs, fragmentadoras, quadro de avisos, telefone, eletrodomésticos etc.). Assim, podemos visualizar de forma clara e sintética quanto foi investido por categoria de bens.





Processos de compra em andamento

Alguns processos se encontram em andamento, seja em fase licitatória seja aguardando apenas o recebimento dos materiais, dos quais podemos destacar:

Processo (Nº)	Descrição
18968/2011	Registro de preço de 2.400 ares condicionados splits e 420 ares condicionados tipo janela
39065/2010	Registro de preço de 1.500 estantes ³
6642/2011	Registro de preços de computadores ⁴ , impressoras ⁵ , estabilizadores e no-breaks (2.000 itens de cada).
25165/2011	Aquisição de eletrodomésticos (cafeteira, fogão, microondas, refrigerador etc.), eletrônicos (TV, fax etc.) e utilitários em geral (fragmentador, telefone etc.)

Bens doados pelo CNJ

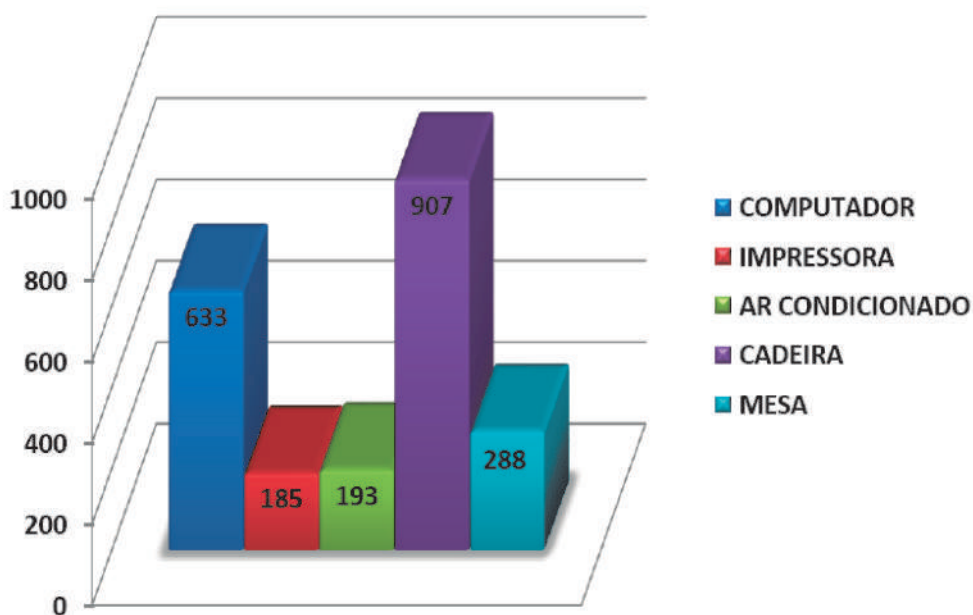
Nestes dois anos, além de adquirirmos vários bens com recursos próprios também recebemos doação de vários equipamentos do Conselho Nacional de Justiça, dentre os quais podemos destacar 909 (novecentos e nove) computadores, 909 (novecentos e nove) no-breaks e 222 (duzentos e vinte e dois) scanners.

BENS PERMANENTES ENVIADOS POR POLO EM 2010

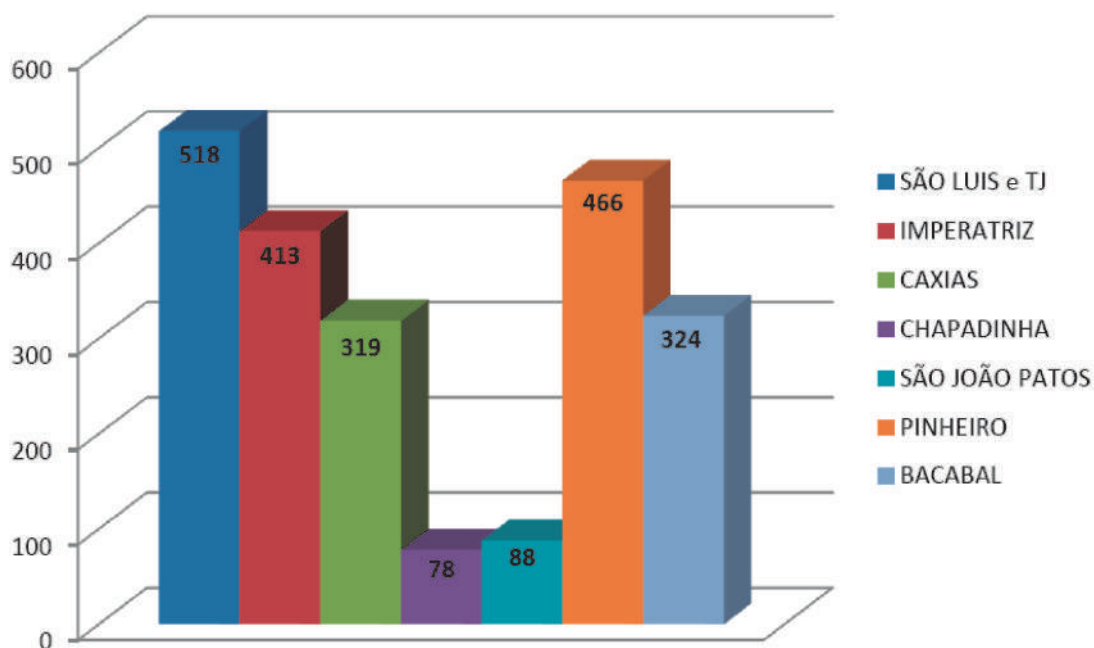
POLO	COMPUTADOR	IMPRESSORA	AR CONDICIONADO	CADEIRA	MESA	SUBTOTAL ABSOLUTO	SUBTOTAL RELATIVO
SÃO LUIS e TJ	142	42	67	227	40	518	23,48%
IMPERATRIZ	134	31	35	146	67	413	18,72%
CAXIAS	121	34	29	99	36	319	14,46%
CHAPADINHA	26	12	8	24	8	78	3,54%
SÃO JOÃO PATOS	34	14	3	24	13	88	3,99%
PINHEIRO	70	20	20	274	82	466	21,12%
BACABAL	106	32	31	113	42	324	14,69%
TOTAL ABSOLUTO	633	185	193	907	288	2206	100,00%
TOTAL RELATIVO	28,69%	8,39%	8,75%	41,12%	13,06%	100,00%	

BENS PERMANENTES ENVIADOS EM 2010

Tipo de materiais atendidos em 2010 (und.)



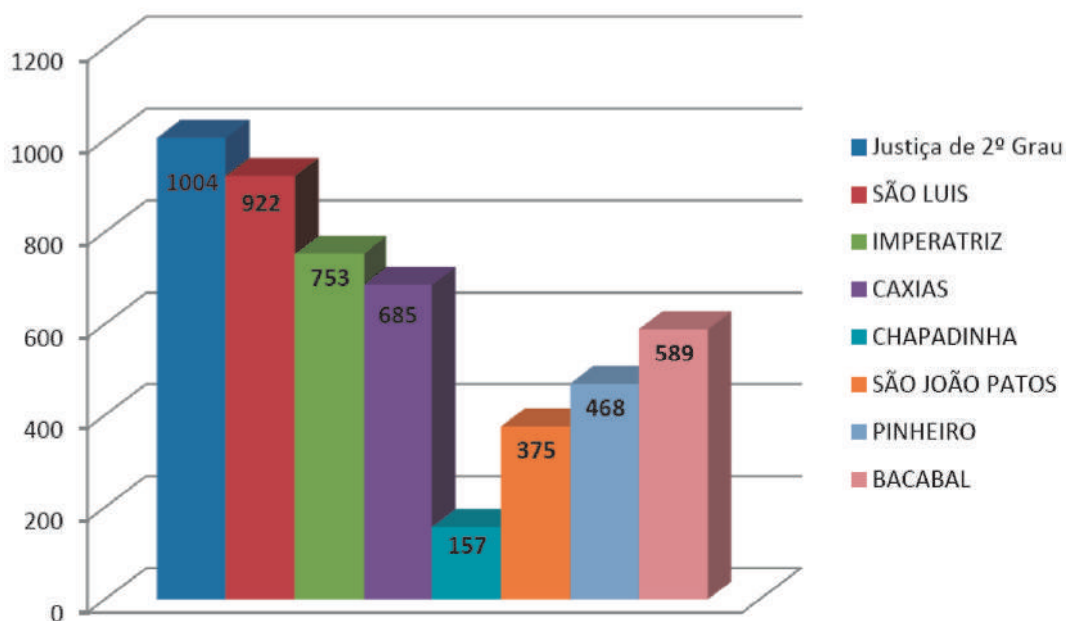
Bens permanentes enviados por polo em 2010 (und.)



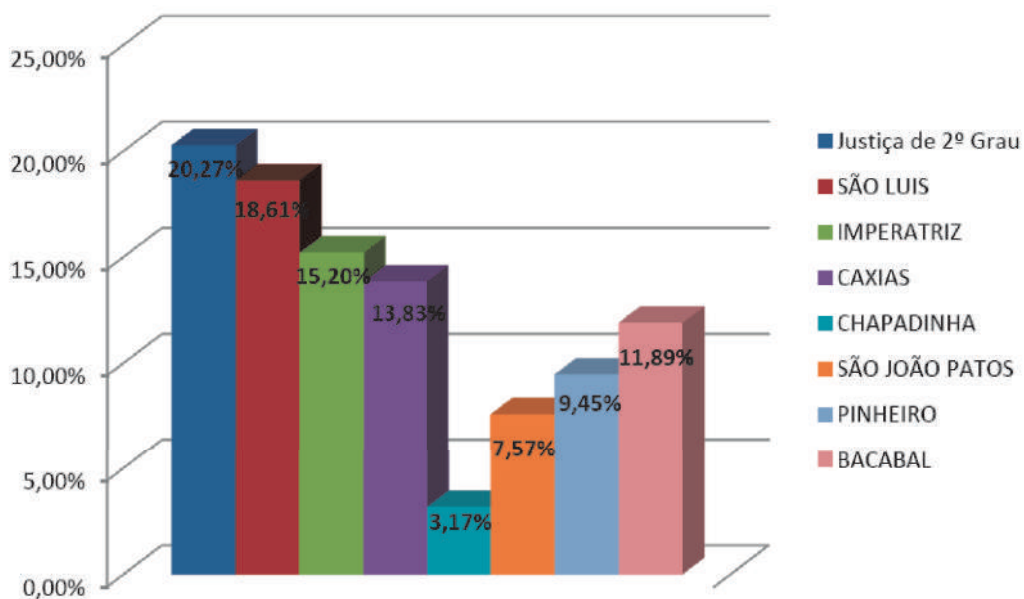
BENS PERMANENTES ENVIADOS POR POLO EM 2011

TOTAL ANUAL (Até agosto de 2011)									
POLO	COMPUTADOR	IMPRESSORA	AR CONDICIONADO	CADEIRA	MESA	NOBREAK'S	SCANNER	SUBTOTAL ABSOLUTO	SUBTOTAL RELATIVO
Justiça de 2º Grau	144	44	71	333	184	143	85	1004	20,27%
SÃO LUIS	63	41	80	445	127	102	64	922	18,61%
IMPERATRIZ	9	29	112	396	132	48	27	753	15,20%
CAXIAS	74	31	88	314	100	52	26	685	13,83%
CHAPADINHA	17	10	9	63	24	31	3	157	3,17%
SÃO JOÃO PATOS	13	16	34	214	73	23	2	375	7,57%
PINHEIRO	18	20	71	197	105	47	10	468	9,45%
BACABAL	38	28	67	307	62	76	11	589	11,89%
TOTAL ABSOLUTO	376	219	532	2269	807	522	228	4953	100,00 %
TOTAL RELATIVO	7,59 %	4,42 %	10,74 %	45,81 %	16,29 %	10,54 %	4,60 %	100,00 %	

Bens permanentes enviados por polo em 2011 (und.)



Bens permanentes enviados por polo em 2011 (%)



Divisão de Licitação e Contrato

Os pregões eletrônicos passaram a ser adotados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão preferencialmente a partir do exercício de 2010. Tal modalidade licitatória permitiu ao Judiciário maranhense seguir o princípio da economicidade, possibilitando o registro do percentual de 27,21% de economia nas compras e contratações com terceiros.

PREGÕES (2010)	
Eletrônicos	58
Presenciais	03

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (2010)	
Fornecimento	119
Prestação de Serviço	58
Locação de Imóveis	14
Aditivos Contratuais	102

OUTRAS ATIVIDADES (2010)	
Concorrências	11
Tomadas de Preço	13
Cartas Convite	04
Convênios realizados	12

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A qualidade na prestação do serviço jurisdicional depende também do apoio às atividades administrativas do Tribunal de Justiça. O correto gerenciamento dos serviços gerais, de protocolo, arquivo e transporte é indispensável para o bom funcionamento dos diversos setores do Judiciário.

No biênio de 2010 e 2011, a Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA) buscou a melhoria contínua dos processos e métodos de controle, identificando os tipos de recursos consumidos e as formas de racionalizar o consumo. Além disso, as atividades da área se concentraram na movimentação diária de documentos de expediente e processos administrativos oriundos das diversas unidades administrativas e jurisdicionais, distribuição de correspondências internas, soluções de logística, disponibilização de veículos para a execução de tarefas externas e diligências; e a prestação de serviços hidráulicos, elétricos, de refrigeração, carpintaria, carroto, limpeza, controle de fotocópias solicitadas, entre outros, realizados na capital e nas comarcas de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e as que necessitem de serviços específicos, como instalação de condicionadores de ar.

Também coube à CAA elaboração de Termos de Referências, necessários e suficientes para caracterizar e descrever bens e serviços a serem adquiridos ou contratados através de procedimento licitatório, favorecendo a segurança do certame. Para organizar e otimizar a dinâmica dos serviços gerais de limpeza e higienização do prédio-sede e seus anexos, foi criado o Manual de Padronização da Limpeza. Funcionários terceirizados prestam serviços elétricos, hidráulicos, de marcenaria, de pintura, de carroto e de reparos.

TERMOS DE REFERÊNCIAS ELABORADOS (2010)

OBJETO	PROCESSO	DOCUMENTO	POSIÇÃO
Aquisição de Bombas d' água.	15891/2010	Memo 202/10 – CAA	Concluído
Aquisição de carrinhos para carregar processos.	3616/2010	Memo 007/2010 –	Concluído
Aquisição de extintores de incêndio	13470/2010	Memo 178/10 – CAA	DLC
Recarga de extintores de incêndio	11039/2010	Memo 157/10 – CAA	Arquivado
Aquisição e instalação de tapetes e fitas antiderrapantes.	19980/2010	Memo 231/10 – CAA	Concluído
Contratação de serviços de vigilância armada.	5643/2010	Memo 028/10 – DA	Arquivado – DA
Contratação de serviços de mão de obra terceirizada.	7567/2010	Memo 032/10 – DA	DLC
Instalação de condicionadores de ar	21289/2010	Memo 248/10 – CAA	Concluído
TOTAL		08	

CONTRATOS GERIDOS (2010)

CONTRATO	OBJETO	T. A.	VIGÊNCIA
111/09	Contratação da empresa W.B Ripardo & Cia Ltda para instalação de ar.	–	15/07/2010
106/08	Contratação da empresa W.B Ripardo & Cia Ltda para manutenção corretiva e preventiva de ar condicionado.	2º	22/08/2010
128/07	Contratação da empresa Servi-San (12 postos de vigilância armada).	3º	12/11/2010
25/07	Contratação da empresa Servi-San (serviços gerais).	6º	28/10/2010
84/05	Contratação da empresa Potencial (postos de vigilância armada).	4º	23/11/2010
93/07	Contratação da empresa Elevadores OK para manutenção de elevadores.	2º	18/09/2010
49/10	Serviços de locação de máquinas copiadoras. Tricom Alliance Ltda.	–	14/05/2010
186/10	Contratação emergencial da empresa Congelseg (12 postos de vigilância armada).	–	23/12/2010

DIVISÃO DE TRANSPORTES

Na gestão 2010-2011, a Divisão de Transportes atingiu significativos avanços nas áreas financeira, administrativa e de manutenção e renovação da frota do Poder Judiciário.

Gestão Financeira

Cabe ressaltar, que no ano de 2010 foram pagos R\$ 993.365,86 em notas pendentes referente a serviços prestados ainda no ano de 2009, sendo, como se pode observar R\$ 1.517.913,74 o valor gasto pela atual gestão no ano de 2010. Assim, é possível observar uma redução na ordem de 63,59% já no ano de 2010, com perspectiva de 52,12% para 2011, em relação ao ano de 2009. Em 2009, a frota era de 145 veículos, 139 em 2010 e 158 veículos em 2011 (veja Tabela 01).

Ano	Valor Pago	Valor médio Mensal
2008	R\$ 1.941.035,00	R\$ 161.752,91
2009	R\$ 4.169.263,31	R\$ 347.438,60
2010	R\$ 1.517.913,74	R\$ 126.492,80
2011	R\$ 1.663.557,85 ⁶	R\$ 166.355,78

Tabela 01: Gastos Quadriênio 2008/2011

Tais avanços só foram possíveis graças ao efetivo controle da gestão de manutenção e abastecimento da frota do Poder Judiciário, através de ações como: manutenção preventiva da frota, reduzindo as manutenções corretivas e, por conseguinte os gastos com manutenção; adoção de cartões de abastecimentos em substituição às notas, possibilitando o controle da gestão de abastecimento e a busca de postos variados, levando-se em conta os preços praticados.

Com a contratação de empresa especializada, foi possível agilizar os processos de manutenção (preventiva e corretiva), identificando as melhores oficinas e consultando os melhores preços de mercado associados ao melhor serviço prestado.

Gestão Administrativa

Na área administrativa, tornou-se possível o atendimento mais célere das demandas de logística de transportes dos usuários de diversos setores do Tribunal de Justiça, além do atendimento de demandas do Fórum da Capital e algumas comarcas do interior. Com o controle diário das saídas, foi possível gerenciarmos a demanda dos setores, diminuindo o tempo de espera por transportes e priorizando os serviços mais urgentes. De janeiro de 2010 até o mês de outubro de 2011, foram atendidas 8.806 solicitações.

Gráfico 01: Relatório de Atendimento Diário - 2010

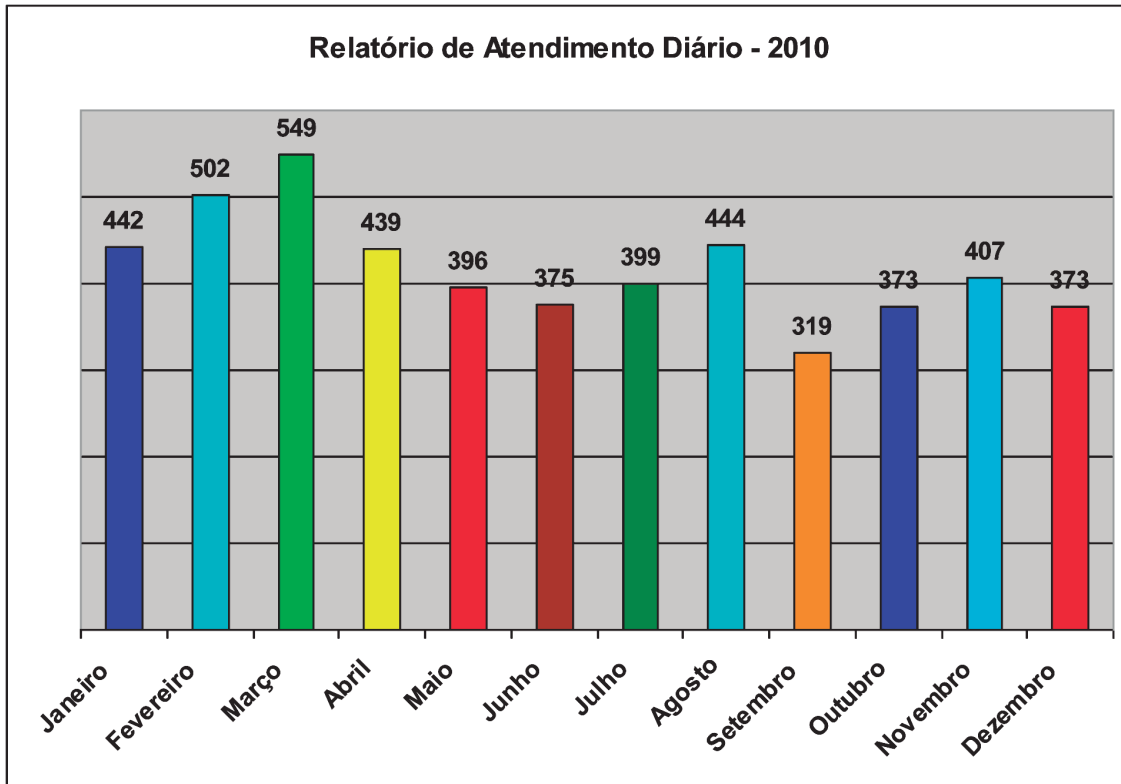
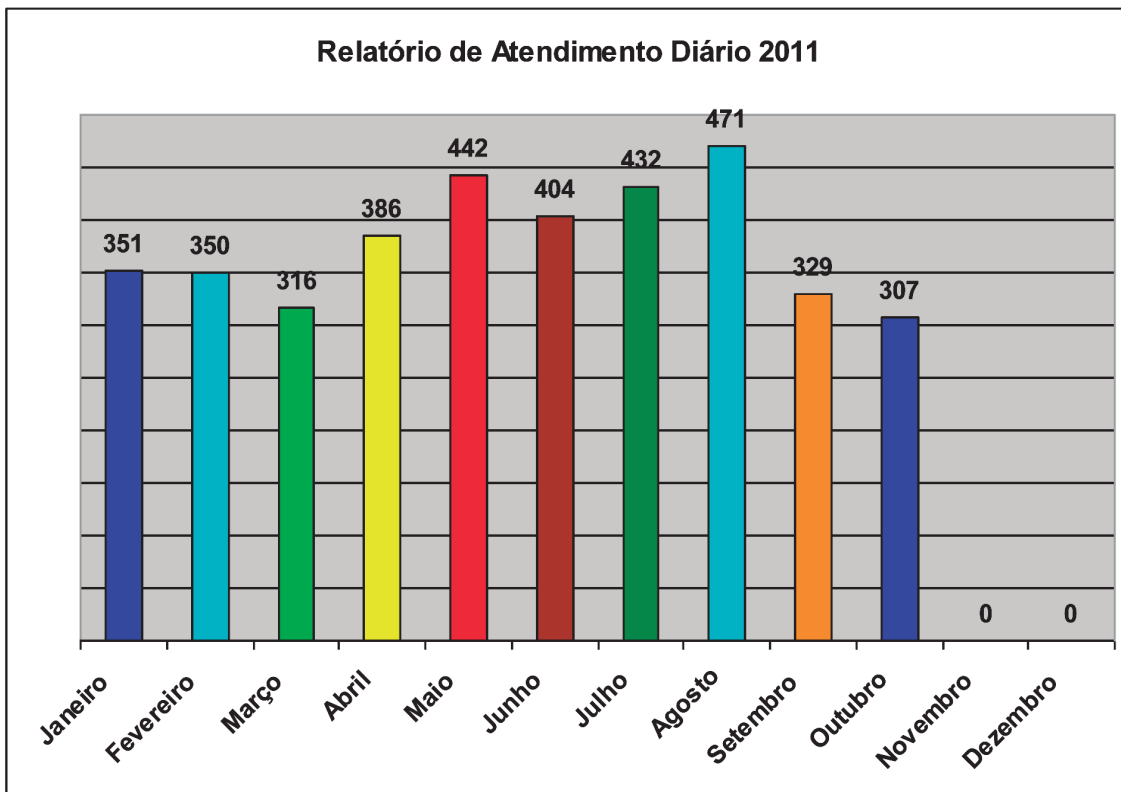


Gráfico 02: Relatório de Atendimento Diário – 2011



Fonte: Divisão de Transportes - TJMA

Com o gerenciamento das viagens às comarcas do interior, passou-se a avaliar o tipo de veículo a ser utilizado, o itinerário, além do tempo do deslocamento. Foram realizadas 168 viagens em 2010 e 317 viagens em 2011. Cabe ressaltar que com as recentes aquisições de caminhonetes, vans, microônibus, caminhões mais viagens puderam ser atendidas.

A escolha dos motoristas para realização das viagens passou a ser feita através de rodízio, estabelecendo iguais condições aos profissionais, evitando que haja sobrecarga de viagens.

Manutenção e Renovação da Frota do Poder Judiciário

Com a utilização do sistema on-line de Gestão de Frota, passaram a ser emitidos relatórios contendo o histórico da manutenção por veículo, identificando as oficinas e também os melhores preços de mercado associados ao melhor serviço prestado. Passou-se ainda a privilegiar-se as manutenções preventivas, reduzindo-se desta forma, as manutenções corretivas, isto por sua vez, teve como reflexo direto a redução dos gastos com manutenção, o que propiciou a redução do custo total com o contrato de manutenção e abastecimento da frota.

Seguindo a política de reaparelhamento implantada pela presidência do Tribunal de Justiça, nos últimos dois anos houve um aumento da frota própria na ordem de 41,61%, evoluindo de 101 veículos em dezembro de 2009 para os atuais 158 (veja tabela 02). Através de pregão eletrônico, foram adquiridos 57 veículos, destinados, em sua maioria, ao atendimento de demandas de comarcas do interior do Estado e da Corregedoria Geral de Justiça. Neste período 36 veículos novos de passeio substituíram os locados, sendo 20 destinados à Corregedoria e 16 ao Tribunal de Justiça.

Evolução da Frota Poder Judiciário Maranhense		
Ano	2010	2011
Veículo	Quantidade	Quantidade
Bandeirante	1	1
Bongo	0	2
Caminhão	2	4
Corrolas	27	27
Corsa Hatch	1	1
Corsa Sedan	4	4
Ducato	0	4
Frontier	6	6
Gol (Locado)	36	36 ⁷
Gol (Próprio)	36	36
Hilux	0	10
Kia Besta	2	2
Kombi	3	3
Logan	0	36
Micro-Onibus	0	1
Motos	6	6
Parati	1	1
Pegout Boxer	2	2
S-10	1	1
Sanggyong	2	2
Saveiro	4	4
Van Citroën	1	1
Van Master	2	2
Van Transit	2	2
Total	139	158

Tabela 02:

Evolução da Frota Poder Judiciário Maranhense

Fonte: Divisão de Transportes – TJMA

COORDENADORIA DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

No biênio de 2010-2011, as ações foram concentradas no planejamento e gestão documental do Judiciário. O trabalho permitiu a definição da missão, visão e valores da área, e a descrição das rotinas dos principais processos, assim como a fixação das metas a serem alcançadas para cada um desses.

A remessa e arquivamento de documentos pelas diversas unidades administrativas do TJMA receberam nova regulamentação, com a adoção de técnicas que definem detalhadamente os procedimentos relativos à remessa, consulta, arquivamento e desarquivamento de autos processuais judiciais, administrativos e outros documentos.

Com a implantação do Programa de Gestão Documental do Judiciário, a CADH, como integrante da Comissão de Avaliação Documental (CAD), assumiu a responsabilidade de elaborar e desenvolver o Plano/Código de Classificação e as Tabelas de Temporalidade Documental, além do Manual de Aplicação desses instrumentos.

Para profissionalizar as atividades da coordenadoria, foi recomendada à Diretoria de Recursos Humanos a criação dos cargos de Historiador e Arquivista no quadro funcional de servidores do Tribunal, apontando os ganhos que serão obtidos em relação à gestão, preservação, conservação, acesso e disseminação do acervo documental do judiciário maranhense.

A aquisição de dois conjuntos de arquivos deslizantes possibilitou a adequada acomodação dos acervos administrativo e judicial. Um dos arquivos é composto por 22 faces, com capacidade para, aproximadamente, 3.500 caixas e 12.000 pastas pendulares. O outro, destinado aos documentos judiciais, possui 18 faces de 8 estantes de 7 prateleiras, com capacidade para 7.500 caixas.

Como parte da programação comemorativa do Dia do Servidor Público (2011), foi realizada a I Mostra de Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Também foi publicado o primeiro volume da Coleção Pontos de História, referente à Comarca de Guimarães, com o título “Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão”. Tal coleção contemplará os catálogos de documentos de todas as comarcas do Estado que fazem parte do acervo da CADH, para divulgar e promover o rico acervo permanente custodiado e facilitar o trabalho de historiadores e pesquisadores na localização e acesso aos documentos.

Por meio de parceria, acadêmicos da disciplina Iniciação à Pesquisa Histórica do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) participaram das atividades de identificação e descrição arquivística da documentação da comarcas de Caxias e São Luís.

Os dados do acervo registrados em listas manuscritas, passaram a ser transferidos para planilhas no programa Excel, a fim de agilizar a busca e recuperação dos documentos solicitados pelos clientes internos (servidores) e externos.

Através de aprovação em processo seletivo realizado pela ESMAM, 5 estagiários do Curso de História participaram dos trabalhos de identificação e descrição da documentação histórica do acervo permanente, propiciando assim a elaboração dos catálogos.

Os documentos históricos do acervo da CADH foram fonte de pesquisa para elaboração de 13 trabalhos apresentados durante o X Encontro Humanístico, realizado entre os dias 22 e 26 de dezembro de 2010, no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Campus do Bacanga.

Dentre os autores desses trabalhos apresentados figuraram um servidor e duas estagiárias do Curso de História que exercem suas atividades nesta unidade. A busca e localização de documentos ganharam maior agilidade com a transferência dos dados existentes para planilhas do aplicativo Excel. O programa permitiu a realização da conferência do acervo.

Com o apoio do TJMA, servidores da coordenadoria participaram dos cursos de Liderança no Estilo Coaching, Gestão Administrativa, Análise e Melhoria de Processos Administrativos, Relações Humanas no Trabalho e Gestão Documental, ministrado em São Luís pelo Profº Dr. Renato Sousa da Universidade de Brasília – UNB, custeado pelo Tribunal.

Visitas e vistorias técnicas

Com o apoio da Divisão de Controle do Acervo (DCA), foram realizadas visitas técnicas de apoio à Diretoria Judiciária, para orientação na metodologia de organização e acondicionamento do acervo judicial corrente. Além disso, em caráter provisório, foi disponibilizado nas dependências da CADH um espaço físico para guarda do acervo corrente da Coordenadoria de Recursos Constitucionais devido à falta de espaço físico na Diretoria Judiciária.

As comarcas de São Bento, Pinheiro, Guimarães, Caxias e Barra do Corda passaram por vistorias técnicas para levantamento e recolhimento de documentos e processos de caráter histórico. As peças receberam tratamento técnico para incorporação definitiva ao acervo da CADH, visando sua preservação.

Serviços e atendimentos

Organização, catalogação, indexação, conservação preventiva (higienização), e acondicionamento dos documentos pertencentes ao acervo permanente (histórico), conforme quadros a seguir, apresentando o quantitativo de documentos arquivisticamente tratados por comarca e ano:

DOCUMENTOS TRATADOS POR COMARCA E SÉCULO (2010)					
COMARCA	SÉC. XIX	SÉC. XX	TOTAL	AUTOS CÍVEIS	AUTOS CRIMES
Itapecuru-mirim	569	50	619		
Cururupu	52	45	97		
Alcântara	294	9	303		
Caxias*	-	-	546	673	148
Coroatá	14	5	19		
Matões	16	5	21		
Rosário	7	8	15		
Vargem Grande	26	178	204		
Icatu*	-	-	610	194	25
Imperatriz*	-	-	720	671	171
Viana**	160	178	338		
TOTAL	1.138	478	3.492	1.538	344

DOCUMENTOS TRATADOS POR COMARCA E SÉCULO (2011)					
COMARCA	SÉC. XIX	SÉC. XX	TOTAL	AUTOS CÍVEIS	AUTOS CRIMES
Guimarães	152	43	195	181	14
Alcântara	485	238	723	529	194
Vargem grande	97	695	792	688	104
Viana	1.248	573	1.821	1.602	219
Itapecuru-mirim	423	240	663	605	58
Cururupu	460	315	775	754	221
São Luís	941	93	1.034	1.034	0
Icatú	331	489	820	790	30
Imperatriz	225	500	725	694	31
TOTAL	4.362	3.186	7.548	6.877	871

EMPRÉSTIMOS	
UNIDADES/SETORES	QUANT.
Corregedoria Geral da Justiça	6
Diretoria Administrativa	4
Dir. de Recursos Humanos	409
Dir. Judiciária	333
Diretoria do FERJ	4
Diretoria Financeira	5
Diretoria Geral	10
Gabinetes	4
Juizados	1
Presidência	79
Arquivo Público do Estado do MA	1
SUB-TOTAL	857
Atendimentos Externos (Cópias)	121
TOTAL GERAL	978

FINALIDADE DAS PESQUISAS REALIZADAS	
Trabalhos acadêmicos e artigos científicos	23
Especialização	2
Mestrado	6
Doutorado	3
Livro	3
Trabalhos em eventos	4
Outros	10
TOTAL	51

Outras Atividades

Pesquisadores cadastrados: 98 em 2010 e 51 em 2011 com a finalidade de elaboração de artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado e pós-doutorado.

Acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação: 82

Pesquisadores particulares: 13

Atendimento geral a pesquisadores: 236

Documentos históricos restaurados (2010): Os Inventários de Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina; e o de Josephe Martins, datado do ano de 1947.

6.5. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS



A consolidação do sistema de gestão de pessoal MentoRH e a avaliação médica dos servidores do Tribunal de Justiça são consideradas as principais conquistas da Diretoria de Recursos Humanos nos últimos dois anos.

O Sistema MentoRH, é uma ferramenta que agrupa, em módulos, informações sobre pagamento, previdência, férias e aposentadoria, controle de cargos, benefícios, frequência, tempo de serviço e progressão, agilizando o trâmite dos procedimentos e facilitando a gestores e servidores o acompanhamento dos registros funcionais.

A avaliação médica dos servidores permite que o órgão tenha um perfil de saúde ocupacional traçado sobre cada um dos seus funcionários, para que se possa implantar políticas de saúde e ainda identificar os grupos de risco.

Dentre outras ações previstas no planejamento estratégico da DRH já estão executadas, o RH Responde e o Portal do Servidor (Figura 1) e a Gestão por Competência.

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão **Portal do Servidor** Usuário: Matrícula:

Gestor Relatórios Gerenciais Consultas Senha Sair

MENTORH

PESSOAL	FUNCIONAL	FREQUÊNCIA	FINANCEIRO
<ul style="list-style-type: none">Dados CadastraisDependentesBenefíciosPensão AlimentíciaCurriculumTreinamento	<ul style="list-style-type: none">Vínculos FuncionaisCargo EfetivoCargo Comissão / Função ComissionadaDireitos AdquiridosMovimentaçãoHistórico Funcional	<ul style="list-style-type: none">Mapa DemonstrativoFériasAfastamentosAposentadoria - SimulaçãoPonto Eletrônico	<ul style="list-style-type: none">ContrachequeFicha FinanceiraHistórico FinanceiroConsignaçõesComprovante de Rendimentos

Outra grande inovação foi o sistema de tramitação de documentos Digidoc. A movimentação de processos administrativos tornou-se mais ágil, e deu mais segurança aos documentos com a assinatura por certificação digital. Dentre outras ações previstas no planejamento estratégico e executadas estão o RH Responde, o Portal do Servidor e a Gestão por Competência.

COORDENADORIA DO SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOSSOCIAL

Compete a esta Coordenação dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas médica, odontológica, psicológica e de serviço social aos magistrados, servidores e dependentes, bem como exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Dentre as atividades mais relevantes, destaca-se a adequação de um setor do almoxarifado para os serviços e saúde do TJMA, a fim de armazenar os itens específicos das unidades: Odontoclínica, Divisão Médica do TJ e do Fórum da capital, Casa da Criança e Casa Abrigo.

Com o intuito de colaborar com o projeto social “Casa da Criança”, a Coordenação disponibilizou uma médica pediatra para o atendimento semanal às crianças da instituição, em um consultório instalado no local e equipado adequadamente. (Tabela 1)

ITENS	EQUIPAMENTO / MATERIAL DO CONSULTÓRIO
1	Otoscópio (aparelho para exame de ouvido)
2	Esterilizador de ambiente
3	Esfignomanômetro (aparelho de verificação de pressão)
4	Balança digital
5	Nebulizador
6	Régua Antropométrica
7	Estadiômetro de parede
8	Máscara para nebulização
9	Agulha, seringa, jelco e scalp descartável
10	Álcool 70º
11	Sonda de aspiração descartável
12	Coletores de material perfurocortante
13	Termômetro digital e de mercúrio
14	AventaKL / touca descartável
15	Óculos de proteção
16	Luva descartável cirúrgica e para procedimentos –

(Tabela 1)

Para a Divisão Médica do fórum da Capital, foram fornecidos os seguintes equipamentos:

ITENS	EQUIPAMENTOS FÓRUM
1	Carro de emergência / parada
2	Estadiômetro de parede
3	Réguas antropométricas
4	Unidades portáteis para oxigenação com capacidades para 3 e 5 litros
5	Carro auxiliar para transportar cilindro de oxigênio
6	Balança digital
7	Nebulizador
8	Eletrocardiógrafo digital
9	Otoscópio

ITENS	EQUIPAMENTOS FÓRUM
1	Desfibrilador cardíaco com monitor
2	Desfibrilador cardíaco portátil
3	Estadiômetro de parede
4	Unidade portátil para oxigenação
5	Bomba de infusão volumétrica
6	Carro de emergência / parada
7	Réguas Antropométricas
8	Otoscópio
9	Aspirador cirúrgico
10	Eletrocardiógrafo digital
11	Balança digital

DIVISÃO MÉDICA

A Divisão Médica realiza o atendimento médico ambulatorial nas áreas Clínica Geral, Cardiologia e Pediatria, que inclui consultas, intercorrências/emergências, atendimento de enfermagem, avaliação médica de candidatos aprovados em concurso, perícia médica para licença de saúde de servidores e magistrados para processos de remoção e outro procedimentos.

Os atendimentos de enfermagem incluem o auxílio ao médico nas intercorrências/emergências, em consultas eletivas e em pessoas com doenças crônicas que necessitam de monitoramento; aplicação de medicamentos injetáveis, administração de medicamentos orais, verificação de pressão arterial e glicemia, medição de temperatura corporal, altura e peso, dentre outros procedimentos.

Após a aprovação em concurso, os candidatos são submetidos a exames médicos e laboratoriais e à avaliação biométrica para verificação das condições para o exercício da função. A perícia médica avalia as necessidades de afastamento nas solicitações para tratamento de saúde do servidor ou magistrado fato

relacionado aos seus dependentes. Atestados apresentados são avaliados e, se necessário, são solicitadas informações adicionais ou avaliação pericial.

Nesta gestão, a Divisão deu início ao treinamento em perícia médica da equipe e à normatização do atendimento, organização, e ao acompanhamento estatístico dos processos de licença saúde.

A partir de novembro de 2011, a Divisão Médica começou a funcionar no 1º andar do anexo I do Tribunal, onde o espaço é mais amplo, respeita as normas de acessibilidade e ainda permite o oferecimento do serviço de pronto atendimento (SPA). As novas instalações são compostas por recepção, 3 consultórios médicos (2 para adultos e 1 para crianças), arquivo, copa, banheiros.

Consultas médicas realizadas nos anos de 2010 / 2011			
Meses	2010	2011	TOTAL
Janeiro	239	153	392
Fevereiro	201	210	411
Março	251	128	379
Abril	339	53	392
Maio	265	82	347
Junho	325	45	370
Julho	285	86	371
Agosto	323	129	452
Setembro	314	98	412
Outubro	209	0	209
Novembro	244	0	244
Dezembro	220	0	220
Intercorrências / emergências médicas	0	487	487
Total Anual	3.215	1471	4.686

Atendimentos de Enfermagem realizados no ano de 2010 / 2011			
Meses	2010	2011	TOTAL
Janeiro	141	422	563
Fevereiro	118	278	396
Março	276	131	407
Abril	278	253	531
Maio	142	198	340
Junho	191	162	353
Julho	155	184	339
Agosto	219	156	375
Setembro	175	197	372
Outubro	127	0	127
Novembro	491	0	491
Dezembro	45	0	45
Total Anual	2.358	1981	4339

Avaliação de candidatos aprovados em concurso do TJMA realizadas no ano de 2010 / 2011		
Cargo de aprovação	2010	2011
Auxiliar Judiciário	33	Ainda em fase de avaliação da nova lista de convocados.
Técnico Judiciário	146	
Comissário de Menores	28	
Oficial de Justiça	94	
Analista Judiciário	74	
Magistrado	0	
Notário	0	
Total Anual	375	

Perícia médica em documentos/servidores com solicitações de licença saúde realizadas no ano de 2010 / 2011			
Meses	2010	2011	TOTAL
Janeiro	79	148	227
Fevereiro	157	145	302
Março	192	166	358
Abril	197	149	346
Mai	164	199	363
Junho	163	181	344
Julho	183	121	304
Agosto	171	138	309
Setembro	122	109	231
Outubro	154	0	154
Novembro	139	0	139
Dezembro	122	0	122
Total Anual	1.843	1.356	3199

DIVISÃO PSICOSSOCIAL

Os servidores em licença e os seus dependentes, que precisam de acompanhamento psicossocial identificados pela Coordenação Médica são encaminhados para atendimento por psicólogos e assistentes sociais.

A Divisão desenvolve ações de caráter preventivo, curativo e promocional, para garantir-lhes melhor qualidade de vida. Os atendimentos são feitos uma vez por semana ou na própria residência do servidor, caso o deslocamento deste esteja impossibilitado.

Quanto à assistência social prestada, a maioria refere-se ao auxílio na concessão de benefícios e ainda, ao aconselhamento e orientação. Dentre os serviços realizados constam a avaliação psicológica, a elaboração de laudos técnicos e a emissão de pareceres.

SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	
PSICOLOGIA	Atendimentos psicológicos aos servidores e seus dependentes, em sessões terapêuticas;
	Realização de palestras e treinamentos;
	Avaliação psicológica de servidores encaminhados pela junta médica do Tribunal;
	Avaliação psicológica como um processo de compreensão e de intervenção;
	Elaboração de relatórios, laudos e pareceres psicológicos para respaldo de processos administrativos, licenças e/ou afastamentos;
	Elaboração, execução e avaliação de projetos psicossociais;
	Realização de visitas domiciliares e/ou hospitalares aos servidores em licença médicas e seus dependentes;
	Suporte técnico à CSMOP e demais setores quando necessário.
SERVIÇO SOCIAL	Auxiliar servidores em processo de readaptação no ambiente de trabalho.
	Realização de visitas domiciliares e/ou hospitalares aos servidores de licença médica e seus dependentes;
	Prestação de assistência e auxílio por meio de benefícios e serviços sociais;
	Realização de atendimentos, aconselhamentos, orientações e encaminhamentos, quando necessário;
	Intervenções de mediação em questões de conflitos sócio-familiares;
	Visitas e articulações institucionais;
	Realização de estudo social;
	Elaboração de relatórios e pareceres técnicos;
TÉCNICOS E AUXILIARES JUDICIÁRIOS	Execução e avaliação de projetos sociais desenvolvidos pela Divisão;
	Suporte técnico à CSMOP e demais setores em situações que demandaram tais intervenções.
	Auxiliar servidores em processo de readaptação no ambiente de trabalho.
	Realização de marcação e remarcação de atendimentos psicológicos, sociais e psicossociais;
	Elaboração de documentos administrativos (ofícios, memorandos e outros);
	Realização de encaminhamentos administrativos e operacionais (solicitação de materiais, envio, recebimento e arquivamento de documentos, etc.);
Atualização do registro diário de atividades.	

DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES			
	2010	2011	TOTAL
Atendimento psicológico	375	230	605
Atendimento social	83	26	109
Atendimento psicossocial	14	18	32
Visita domiciliar	41	15	56
Visita institucional	8	10	18
Acompanhamento de servidores em licença médica	100	41	141
Contato externo	78	53	131
Contato interno	613	313	926
Realização de campanha / evento	1	-	1
Elaboração de relatório social	31	6	37
Elaboração de relatório psicológico	6	11	17
Elaboração de relatório psicossocial / visita	12	17	29
Elaboração e reestruturação de projetos	5	-	5
Elaboração de documento administrativo	65	79	144
Reunião técnica	31	14	45
Cadastro de servidores para doação de sangue	39	-	39
Liberação de bolsas de sangue	4	5	9
Projeto Doe Sangue (doação de sangue)	-	4	4
Participação em treinamento	1	1	2
Participação em eventos	2	-	2
Encaminhamento administrativo e operacional	113	43	156
Visita Hospitalar	-	1	1
TOTAL	1.622	887	2509

DIVISÃO ODONTOLÓGICA

A Divisão Odontológica realiza ações de saúde bucal de magistrados e servidores ativos e inativos, bem como de seus dependentes legais e econômicos. Atua na prevenção de doenças da boca mais prevalentes, como cárie e doença periodontal, diagnosticando, precocemente, por exemplo, lesões na mucosa.

Os serviços desta Divisão foram suspensos no período de janeiro de 2010 a março de 2011, devido a uma reforma que ocasionou a mudança do setor para o Fórum, após a visita da Vigilância Sanitária, durante a qual foram recomendados ajustes na estrutura do setor.

Com as melhorias realizadas, o setor foi modernizado e adaptado às normas legais, possibilitando melhor atendimento aos pacientes. A estrutura da Divisão ficou composta de recepção, sala de espera, 3 consultórios, central de esterilização, copa, sanitário adaptado para deficiente e sala para chefia. Foram adquiridos os equipamentos: 2 aparelhos de Raio X, microscópio, cadeiras odontológicas, estufa e autoclave.

Durante a suspensão do atendimento, a equipe da Divisão realizou as seguintes atividades: elaboração do Termo de Referência de móveis planejados; elaboração de Termo de Referência para contratação de auxiliares bucais especializados; elaboração do Manual de Atendimento, com novos procedimentos;

PRODUTIVIDADE DO PERÍODO 2010 / 2011

BOLETIM DE PRODUTIVIDADE - 2010 / 2011 ODONTOCLÍNICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO		
Nº	PROCEDIMENTO REALIZADO	TOTAL
1	Ajuste oclusal AO	10
2	Aplicação tópica de flúor ATF	295
3	Aumento de coroa clínica ACC	0
4	Capreamento direto CD	9
5	Capreamento indireto CI	57
6	Cimentação de provisório CP	5
7	Drenagem de abscesso DA	6
8	Exame clínico EC	398
9	Exodontia dente decíduo EXO D	23
10	Exodontia permanente EXO P	19
11	Gengivectomia GECT	0
12	Orientação de higiene bucal OHB	426
13	Perícia odontológica PER	0
14	Polimento de restauração POLRA	139
15	Prescrição medicamentosa PM	64
16	Profilaxia oral PO	464
17	Pulpotomia de decíduo PULPO	9
18	Radiografia periapical RX	141
19	Raspagem aberta RA	0
20	Raspagem fechada RF	1702
21	Remoção de sutura RS	21
22	Restauração de amálgama RAM	25
23	Restauração de ionômero RI	21
24	Restauração de resina fotopolimerizável RRF	1417
25	Restauração provisória RP	132
26	Selante SE	52
27	Ulotomia ULT	0
*	URGÊNCIA URG	40
*	TOTAL DE PROCEDIMENTOS T.P	5435

Com a implementação do novo projeto da Intranet, a marcação de consultas agora é feita via on line, por meio da página dos serviços de saúde, para magistrados, servidores (ativos e inativos) e seus dependentes.

COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS

As mudanças nas rotinas de trabalho efetuadas facilitaram a elaboração de termos de referência, minutas, atos normativos, ordens de serviço, portarias, resoluções e projetos de lei, dando celeridade aos processos.

Esta Coordenadoria atuou na elaboração dos seguintes Termos de Referência:

1. Aquisição de pastas suspensas para organização, conservação e guarda dos documentos funcionais dos servidores;
2. Contratação de serviços gráficos para confecção das carteiras de identidade funcional dos servidores;

3. Aquisição de uma balança digital infantil destinada ao atendimento médico dos dependentes dos servidores e magistrados;
4. Aquisição de fitas de impressão destinadas à confecção de carteiras funcionais dos servidores;
5. Aquisição de equipamentos de proteção individual e acessórios ergonômicos;
6. Contratação de serviços de gerenciamento de estagiários do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, englobando as atividades de recrutamento, seleção, admissão, controle, acompanhamento e desligamento.

Também atuou na elaboração de minutas dos seguintes atos normativos:

ORDENS DE SERVIÇO

1. Ordem de Serviço nº XX/10/DRH – dispõe sobre a instituição da comunicação interna eletrônica relacionada às questões de ordem administrativa da Diretoria de Recursos Humanos; (MINUTA)

PORTARIAS

1. Portaria nº 425/10-GP/DRH – dispõe sobre a instituição do Comitê de Implantação do Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;
2. Portaria nº XX/10-GP/DRH – delega competências ao Diretor de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça; (MINUTA)
3. Portaria nº XX/10-GP/DRH – regulamenta a restituição de valores remuneratórios descontados em razão da identificação de faltas pelo sistema eletrônico de controle de frequência; (MINUTA)
4. Portaria nº XX/10-GP/DRH – regulamenta o procedimento destinado ao pagamento das substituições de secretários judiciais e do auxílio-transporte em dobro aos oficiais de justiça; (MINUTA)
5. Portaria nº XX/10-GP/DRH – regulamenta os procedimentos destinados à concessão de direitos aos magistrados e servidores do Poder Judiciário; (MINUTA)
6. Portaria nº XX/10-GP/DRH – regulamenta a expedição de certidões de tempo de contribuição e tempo de serviço; (MINUTA)
7. Portaria nº XX/10-GP/DRH – dispõe sobre o procedimento administrativo destinado ao recolhimento de valores pagos indevidamente a servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; (MINUTA)
8. Portaria-Conjunta nº XX/10-GP/DRH – regulamenta a concessão de licenças e afastamentos concedidos aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; (MINUTA)
9. Portaria Nº. 3988/2011-TJ – regulamenta os critérios para a manutenção e renovação do benefício de plano de assistência médico-social para magistrados, e auxílio-saúde destinado aos servidores ativos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

RESOLUÇÕES

1. Resolução n.º XX/2010 – dispõe sobre a requisição e a cessão de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; (MINUTA)

2. Resolução n.º XX/2010 – altera a Resolução n.º 71, de 19 de novembro de 2008, que regulamenta o programa de estágio no Poder Judiciário do Estado do Maranhão, para estudantes universitários e de ensino profissionalizante de nível médio; (MINUTA)

3. Resolução n.º XX/2010 – altera o art. 5º da Resolução n.º 44, de 23 de agosto de 2010, que regulamenta o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 48, de 15 de dezembro de 2000, alterado pelas Leis Complementares nos 84, de 20 de junho de 2005, e 109, de 07 de dezembro de 2007 (auxílio-transporte); (MINUTA)

PROJETOS DE LEI

1. Alteração da Lei n.º 8.032, de 10 de dezembro de 2003, para destinar 50% dos cargos em comissão aos servidores efetivos;

2. Reajuste de 4,5% nos vencimentos dos cargos e as funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão.

3. Pagamento das substituições por dias trabalhados (Processo n.º 39.707/10);

4. Contratação temporária de servidores públicos (Processo n.º 46.658/10).

A atuação desta Coordenadoria também incluiu serviços realizados pela Divisão de Expedição e Controle de Atos Administrativos, Divisão de Cadastro e Divisão de Direitos e Deveres, tais como: a elaboração de despachos, memorandos, cadastro de atos/decisões, ofícios da presidência, carteiras funcionais, cópias de pastas funcionais, certidões, declarações, ocorrências do BAF, BAF de férias, cadastro de férias (inclusão, interrupção, suspensão e transferência) e organização de processos de auxílio-saúde. (Tabelas 1-2-3)

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Concurso de Ingresso de Servidores

Esta coordenadoria, durante o ano de 2010 gerenciou a realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Justiça. Outro processo seletivo encontra-se em andamento: o Concurso Público para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA - Edital 002/2011.

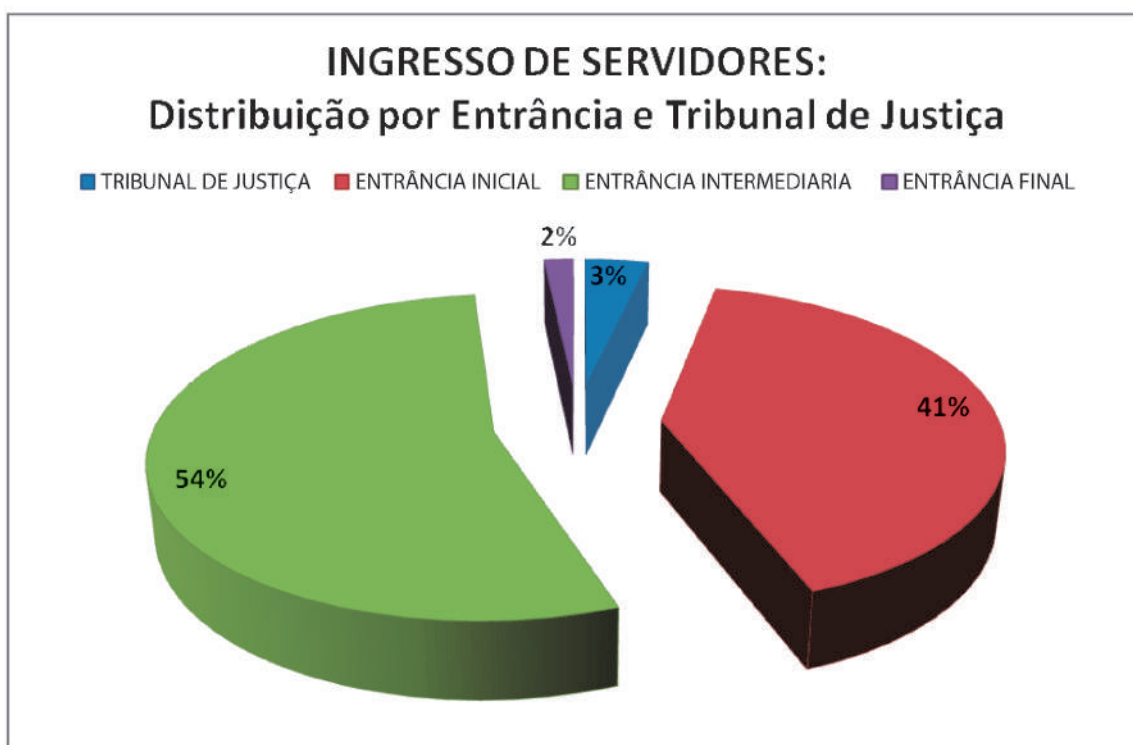
Apesar de ser conduzido por empresa especializada, a responsabilidade pelo planejamento, acompanhamento e avaliação do processo do concurso coube à esta Coordenadoria, a área de Recursos Humanos legalmente designada, que, o processo de realização dos concursos, articulou-se com a instituição realizadora, orientando e acompanhando a organização e a realização do concurso, fornecendo subsídios e apoio, analisando e propondo a aprovação de editais, comunicados, cronogramas e instrumentos correlatos, dentre outras atividades pertinentes ao concurso público.

Nomeação de Cargos Efetivos

Objetivando o atendimento das necessidades de pessoal na Justiça de 1º Grau, bem como acatar orientação do Conselho Nacional de Justiça nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Maranhão direcionou as nomeações do concurso público para o primeiro grau, privilegiando as entrâncias intermediária e inicial.

Distribuição por entrância e Tribunal e Justiça

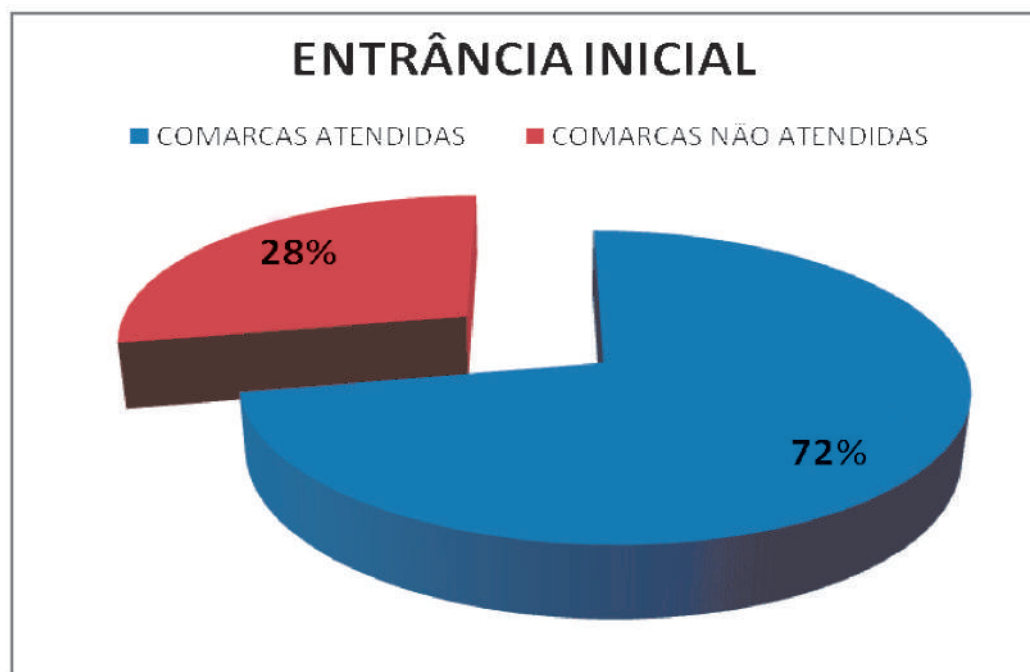
LOCAL	Nº SERVIDORES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	13
ENTRÂNCIA INICIAL	148
ENTRANCIA INTERMEDIÁRIA	196
ENTRÂNCIA FINAL	6
TOTAL	363



Distribuição dos Cargos nas entrâncias e Tribunal

As vagas destinadas à Justiça de 1º Grau foram distribuídas com o intuito de atender as comarcas das entrâncias quantitativa e qualitativamente, conforme a necessidade de pessoal e especialidade requerida.

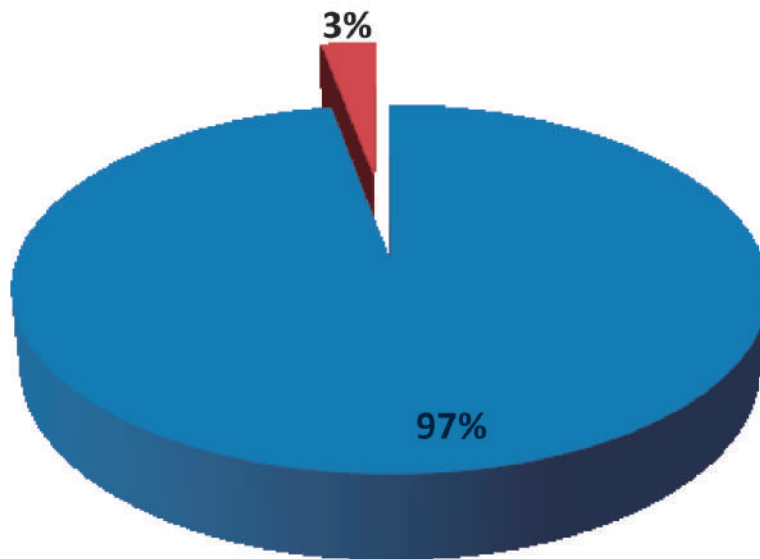
ENTRÂNCIA INICIAL	
AUXILIAR JUDICIÁRIO - APOIO ADMINISTRATIVO	15
OFICIAL DE JUSTICA	55
TECNICO JUDICIÁRIO - APOIO TÉC. ADMINISTRATIVO	78
TOTAL DE SERVIDORES NOMEADOS	148
TOTAL DE COMARCAS	75
COMARCAS ATENDIDAS	54



ENTRÂNCIA INTERMEDIARIA	
ANALISTA JUDICIÁRIO - ASSISTENTE SOCIAL	1
ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO	52
ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO	3
AUXILIAR JUDICIÁRIO - APOIO ADMINISTRATIVO	6
COMISSARIO DE JUSTICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	20
OFICIAL DE JUSTICA	38
TECNICO JUDICIÁRIO - APOIO TÉC. ADMINISTRATIVO	76
TOTAL DE SERVIDORES NOMEADOS	196
TOTAL DE COMARCAS	35
COMARCAS ATENDIDAS	34

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

■ COMARCAS ATENDIDAS ■ COMARCAS NÃO ATENDIDAS



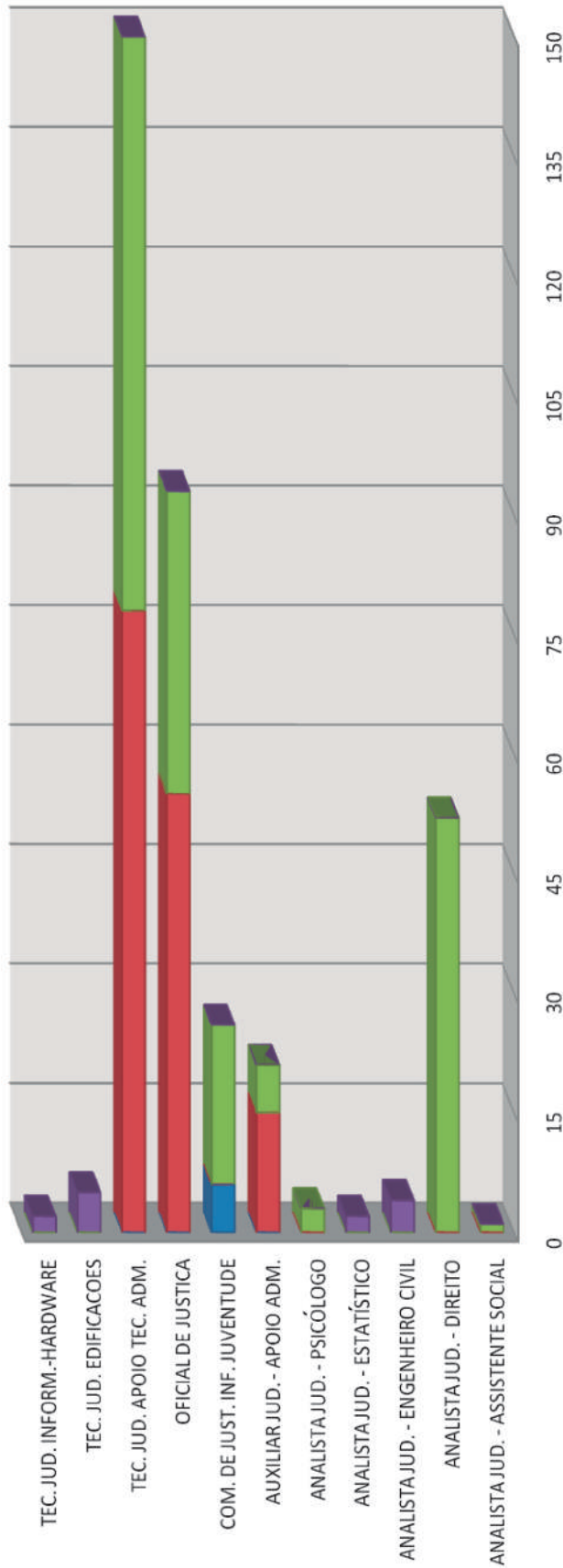
ENTRÂNCIA FINAL

COMISSÁRIO DE JUSTICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	6
TOTAL DE SERVIDORES NOMEADOS	6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANALISTA JUDICIÁRIO - ENGENHEIRO CIVIL	4
ANALISTA JUDICIÁRIO - ESTATISTICO	2
TECNICO JUDICIÁRIO - TEC. EM EDIFICAÇÕES	5
TECNICO JUDICIÁRIO - TEC.EM INFORMÁTICA- HARDWARE	2
TOTAL DE SERVIDORES NOMEADOS	13

Distribuição dos Cargos na Justiça de 1º Grau e Tribunal de Justiça



	ANALISTA JUD. - ASSISTENTE SOCIAL	ANALISTA JUD. - DIREITO	ANALISTA JUD. - ENGENHEIRO CIVIL	ANALISTA JUD. - ESTATÍSTICO	ANALISTA JUD. - PSICÓLOGO	AUXILIAR JUD. - APOIO ADM.	COM. DE JUST. INF. JUVENTUDE	OFICIAL DE JUSTICA	TEC. JUD. APOIO TEC. ADM.	TEC. JUD. EDIFICACOES	TEC. JUD. INFORM.- HARDWARE
■ ENTRÂNCIA FINAL	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0
■ ENTRÂNCIA INICIAL	0	0	0	0	0	15	0	55	78	0	0
■ ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	1	52	0	0	3	6	20	38	76	0	0
■ TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0	0	4	2	0	0	0	0	0	5	2

Concurso de remoção de servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão tem entendimento de que, de regra, no caso de vaga, antes da nomeação, deve-se dar a oportunidade de remoção dos servidores que já integram os quadros funcionais. Dessa forma, a preferência para a remoção é concedida aos servidores que estejam há certo tempo em determinadas áreas e desejem ser transferidos para outros locais.

Durante esta Gestão realizou-se o V Concurso de Remoção de Servidores, que foi aberto aos servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, Oficial de Justiça, Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão. O VI Concurso de Remoção de Servidores encontra-se em andamento. Divulgado o resultado preliminar, aguarda-se a análise dos recursos para a divulgação do resultado final.

Inscrição dos servidores no concurso de remoção

QUADRO DE INSCRIÇÕES DO V CONCURSO DE REMOÇÃO	
Inscrição Deferida	328
Inscrição Indeferida	25
Desistentes	21
TOTAL DE INSCRITOS	374

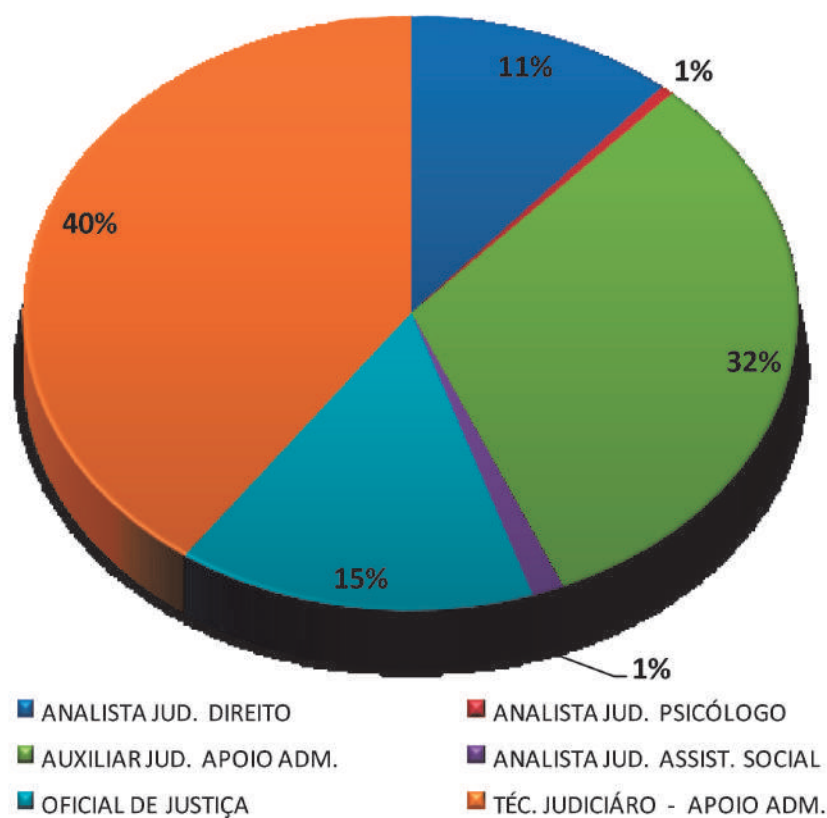


Participação de servidores por cargo

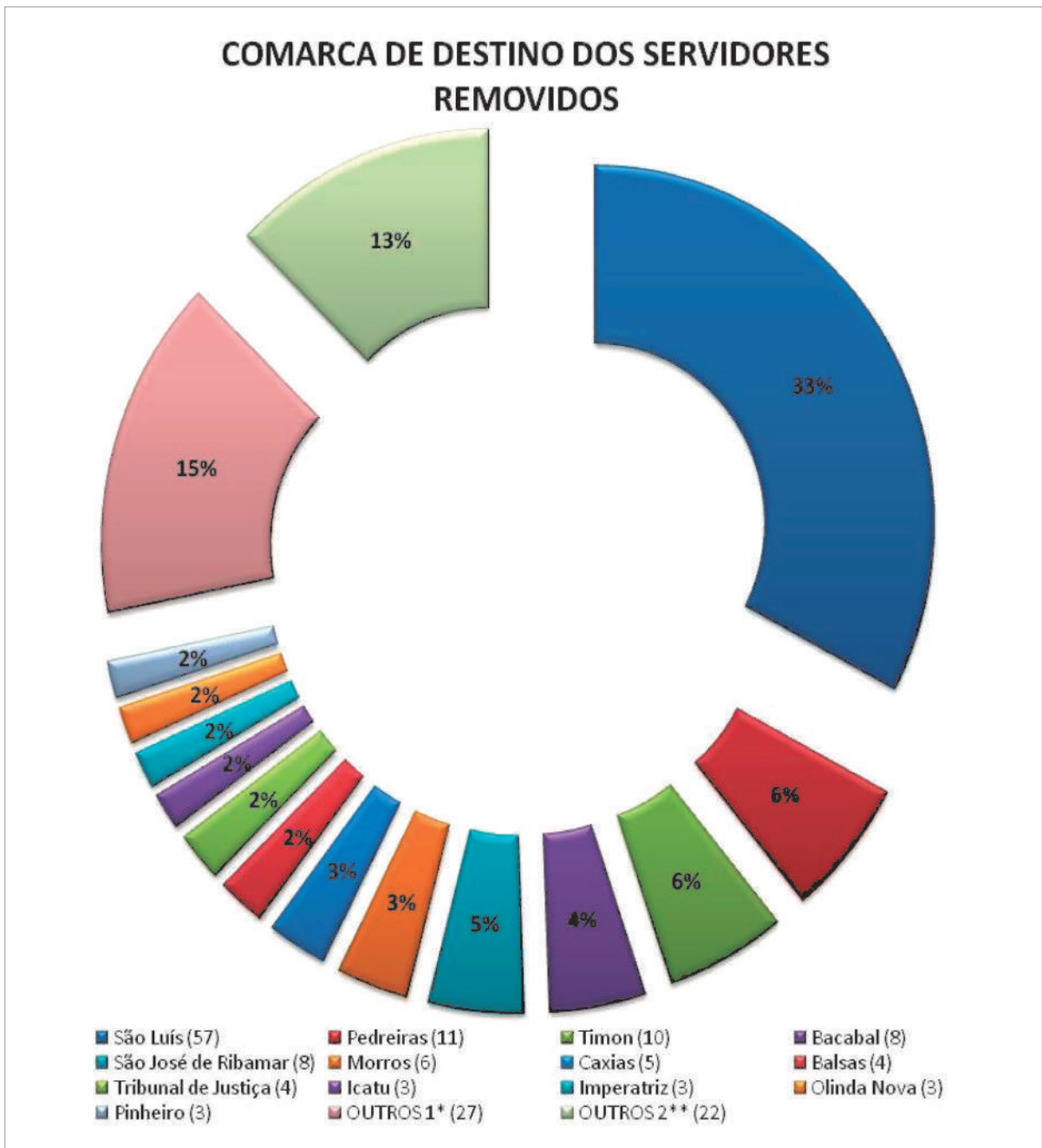
PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES POR CARGO V CONCURSO DE REMOÇÃO

ANALISTA JUD. DIREITO	42
ANALISTA JUD. PSICÓLOGO	2
AUXILIAR JUD. APOIO ADM.	119
ANALISTA JUD. ASSIST. SOCIAL	5
OFICIAL DE JUSTIÇA	56
TÉC. JUDICIÁRIO - APOIO ADM.	150

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES POR CARGO



Comarcas de destino dos servidores removidos



* **OUTROS 1:** Comarcas com apenas 01 servidor concorrendo (Açailândia, Alcântara, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Barão de Grajaú, Bom Jardim, Brejo, Cândido Mendes, Cantanhede, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Cururupu, Humberto de Campos, Lago da Pedra, Magalhães de Almeida, Matinha, Olho d' água das Cunhãs, Presidente Dutra, Raposa, Santa Quitéria, Tasso Fragosso, Turiaçu, Urbano Santos, Vargem Grande e Vitorino Freire)

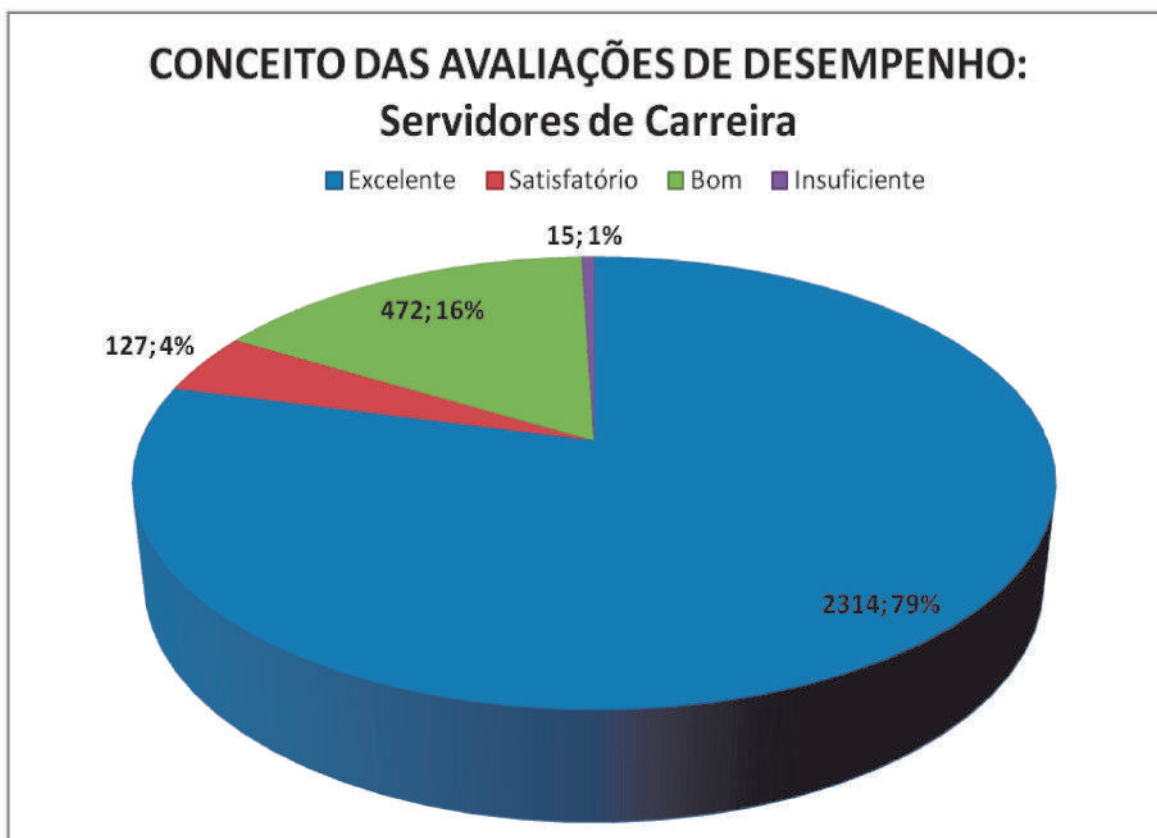
* **OUTROS 2:** Comarcas com 02 servidores concorrendo (Araioses, Dom Pedro, Itapecuru-Mirim, Paço do Lumiar, Parnarama, Rosário, Santa Inês, Santa Rita, Senador La Roque, Viana e Vitória do Mearim)

Avaliação de desempenho dos servidores

A avaliação de desempenho de servidores do Tribunal de Justiça tem por finalidade apreciar, de modo sistemático e formal, as diferenças individuais de desempenho na situação de trabalho. A avaliação de desempenho é uma etapa que integra um todo maior, a gestão estratégica das pessoas que atuam na organização. A avaliação de desempenho é importante tanto para o órgão que avalia quanto para o servidor avaliado, pois aquele passa a conhecer seus servidores, podendo extrair deles um melhor e maior rendimento e este conhece as suas qualidades e pontos fracos.

Quadro das avaliações de desempenho dos servidores de carreira

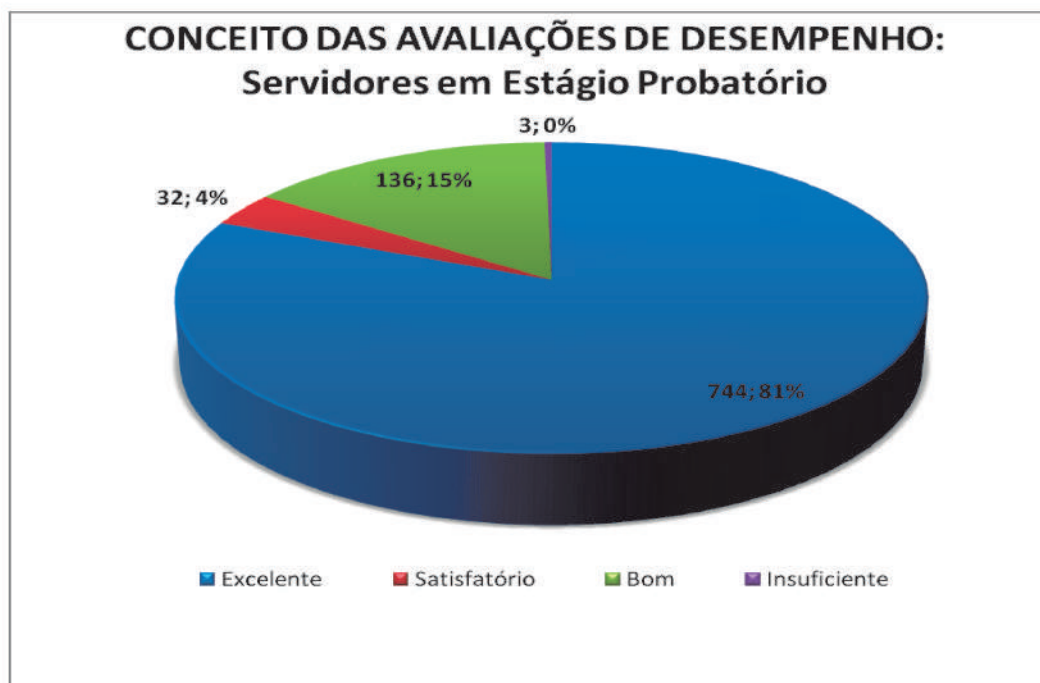
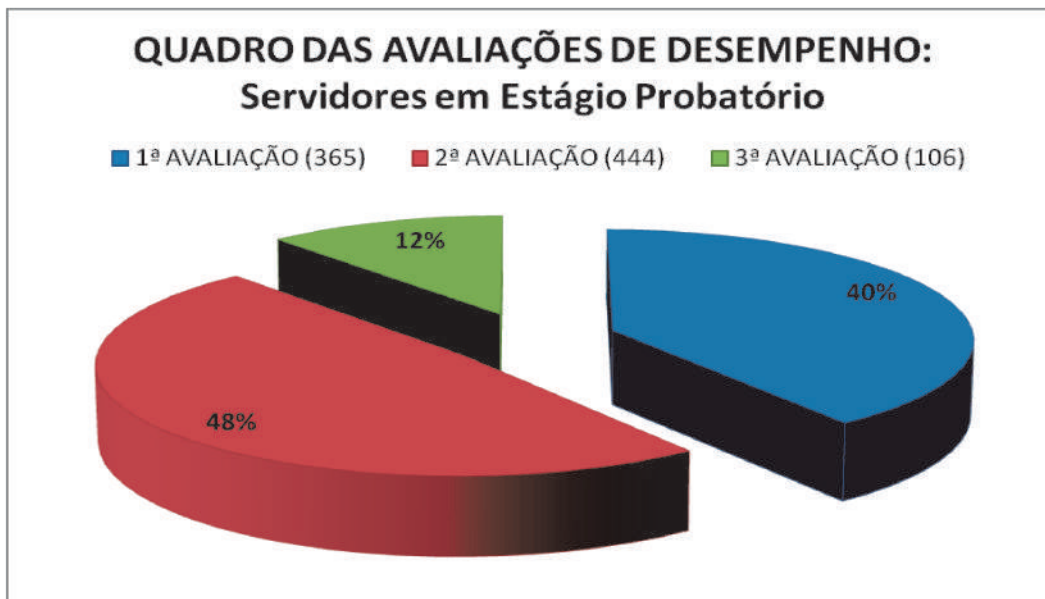
Avaliações dos Servidores de Carreira	
Excelente	2314
Satisfatório	127
Bom	472
Insuficiente	15
Total de Avaliações	2928



Avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório

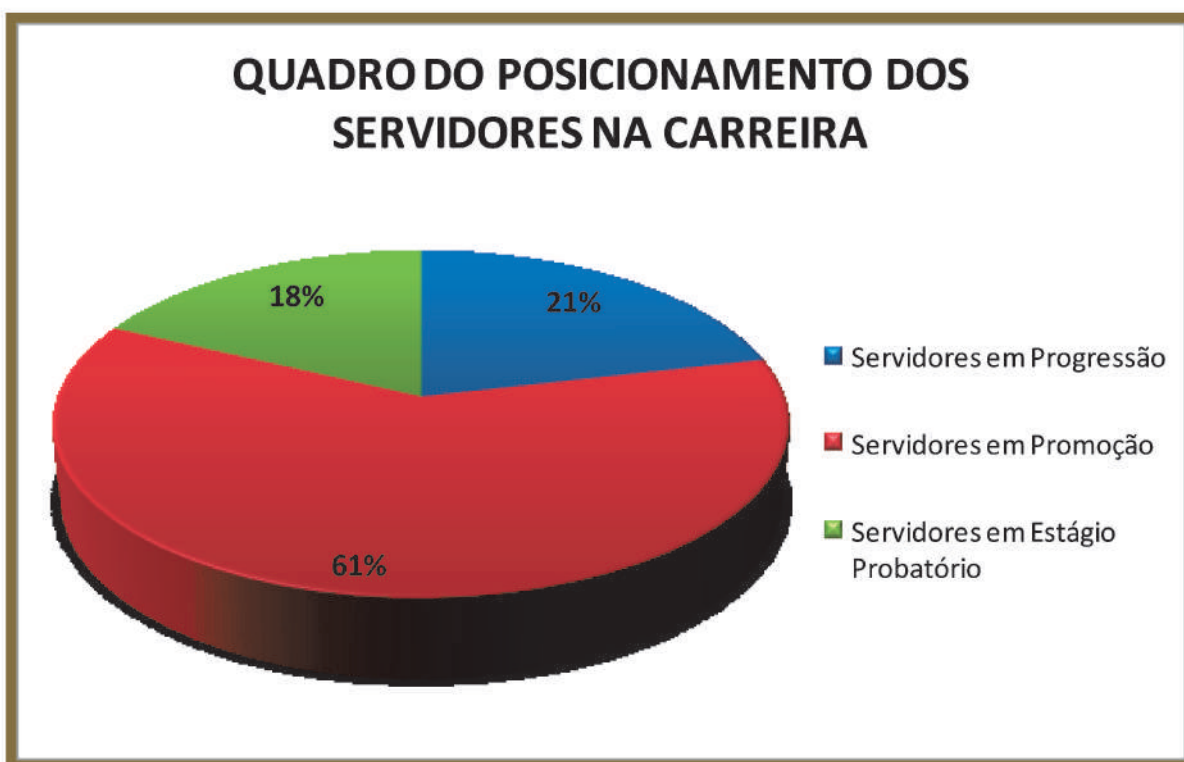
Quadro quantitativo das avaliações do estágio probatório

Servidores em Estágio Probatório	
1ª AVALIAÇÃO	365
2ª AVALIAÇÃO	444
3ª AVALIAÇÃO	106
Total de Avaliações	915



Posicionamento atual dos servidores na carreira

QUADRO DO POSICIONAMENTO DOS SERVIDORES NA CARREIRA	
Servidores em Progressão	662
Servidores em Promoção	1880
Servidores em Estágio Probatório	554
TOTAL DE SERVIDORES DE CARREIRA	3096

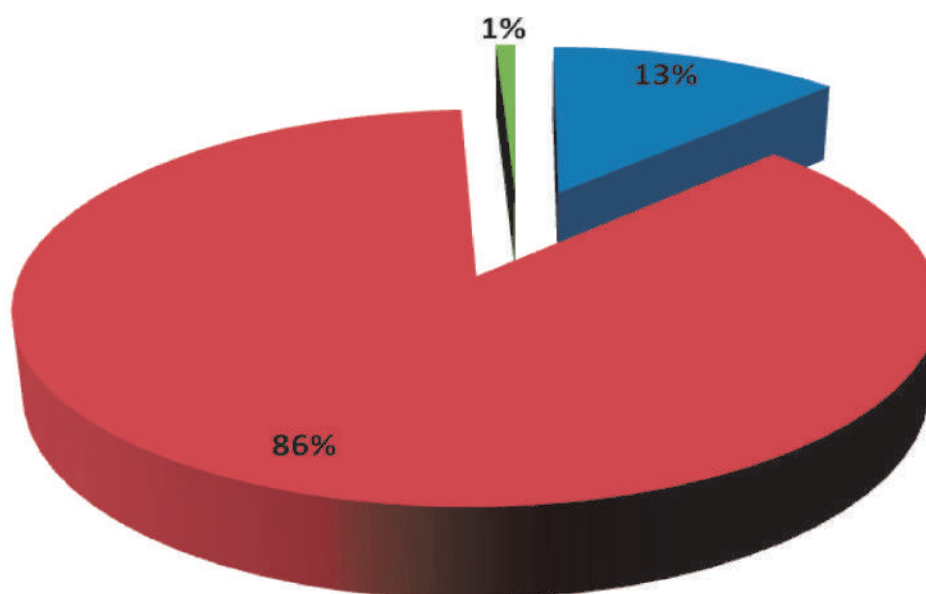


Movimentação na carreira dos servidores

QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES NA CARREIRA	
ATO DE ESTABILIDADE	512
PROGRESSÃO	3511
PROMOÇÃO	34
TOTAL DE SERVIDORES	4057

QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES NA CARREIRA

■ ATO DE ESTABILIDADE ■ PROGRESSÃO ■ PROMOÇÃO



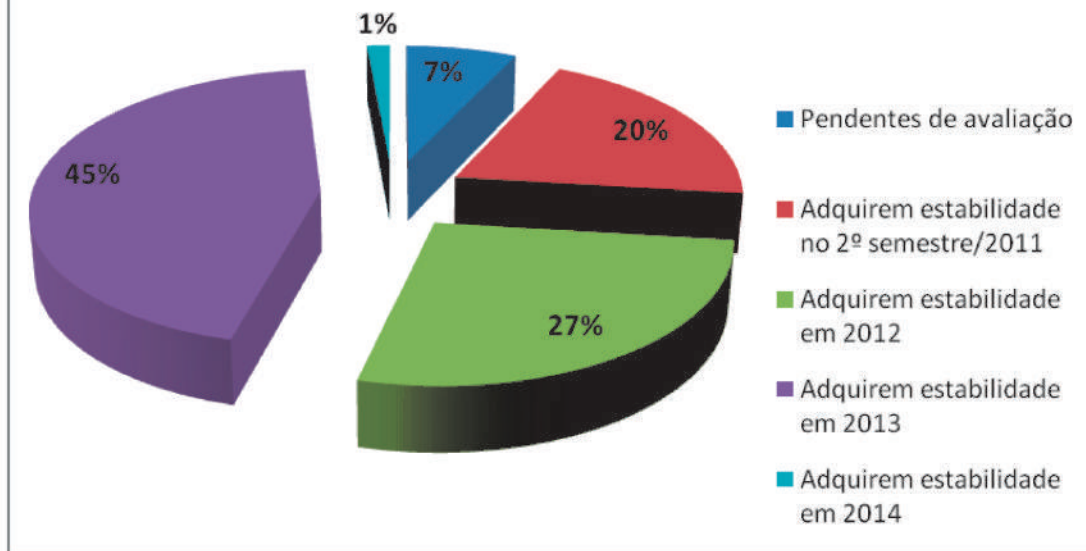
Estágio Probatório

Durante o período de estágio probatório, o servidor é submetido a 03 (três) avaliações de desempenho, no 10º, 20º e 30º mês. Após o decurso deste tempo e de obter o conceito mínimo satisfatório, o servidor é declarado estável na carreira através do ato de estabilidade e considerado apto para a primeira progressão funcional (A01 para o A02).

Situação dos servidores em estágio probatório

SITUAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	
Pendentes de avaliação	39
Adquirem estabilidade no 2º semestre/2011	110
Adquirem estabilidade em 2012	150
Adquirem estabilidade em 2013	247
Adquirem estabilidade em 2014	8
TOTAL DE SERVIDORES	554

SITUAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO



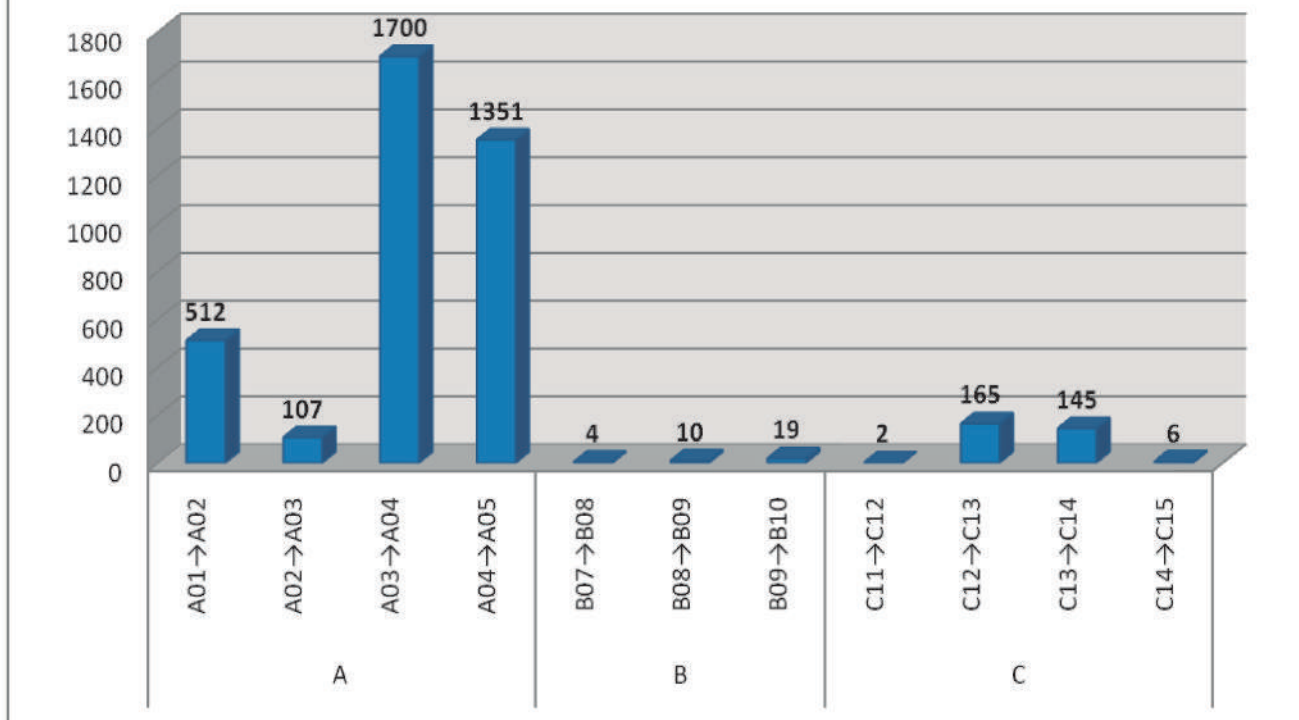
Progressão Funcional

A progressão funcional é o crescimento funcional do servidor estável no exercício do cargo de provimento efetivo, nos níveis e referências do cargo, na classe da carreira, conforme o plano de cargos e vencimentos estabelecido, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional. É a mudança de nível dentro da mesma classe, feita anualmente, após o servidor ser avaliado, no 10º mês do período aquisitivo, com conceito mínimo satisfatório.

Quantitativo das progressões funcionais dos servidores

CLASSE	PROGRESSÃO	QUANTIDADE
A	A01→A02	512
	A02→A03	107
	A03→A04	1700
	A04→A05	1351
B	B07→B08	4
	B08→B09	10
	B09→B10	19
C	C11→C12	2
	C12→C13	165
	C13→C14	145
	C14→C15	6

QUADRO DAS PROGRESSÕES IMPLANTADAS

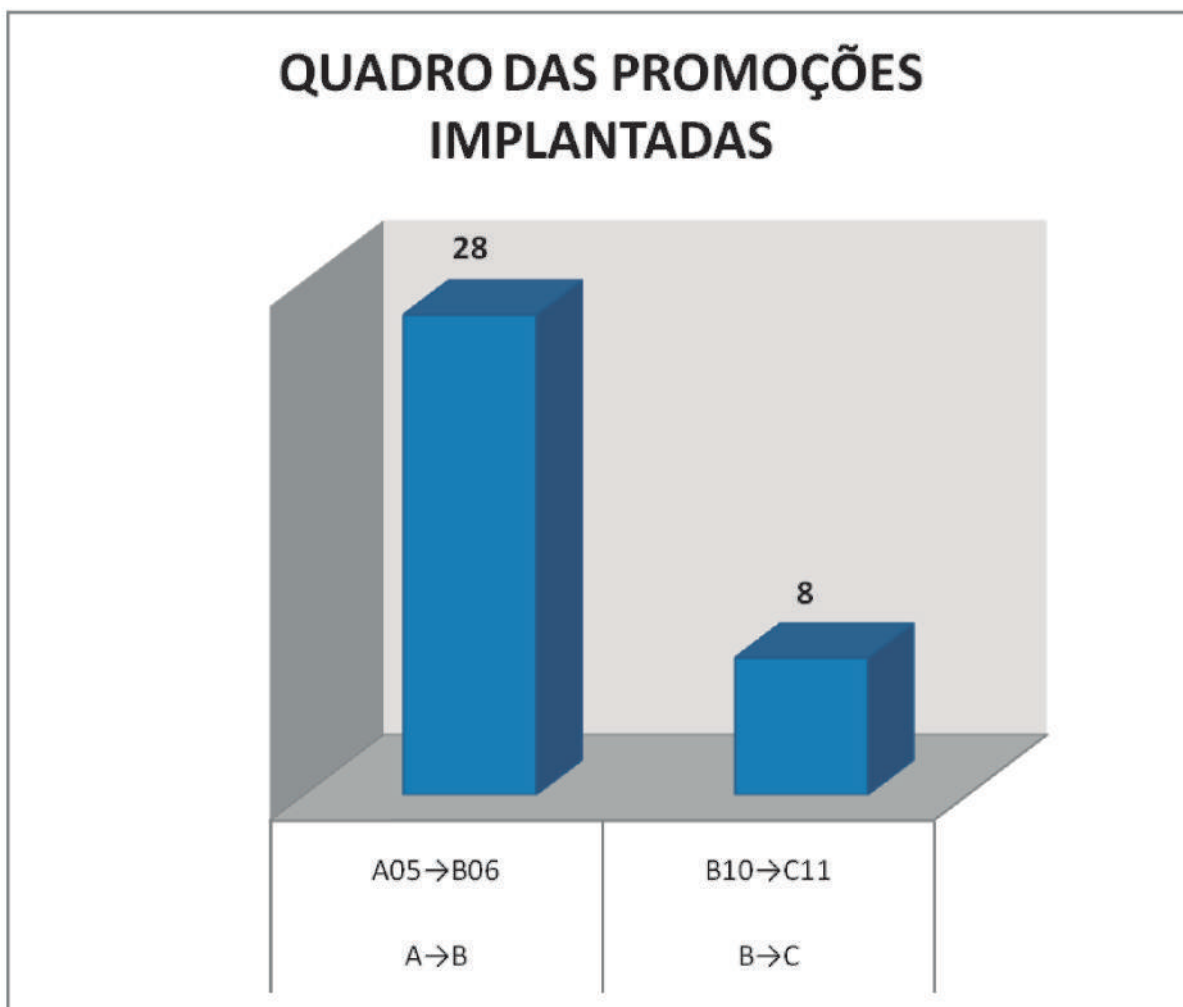


Promoção Funcional

A promoção funcional consiste na mudança do servidor da classe em que se encontra para a imediatamente superior do mesmo cargo, sempre que alcançar o último padrão da mesma classe. São critérios para admissibilidade da promoção funcional: dois anos de permanência no nível A5 ou B10, o servidor ser avaliado com conceito mínimo satisfatório, no 22º mês do período aquisitivo e Comprovar o mínimo de 80(oitenta) horas de treinamentos (cursos) nas áreas de interesse do Tribunal de Justiça do Maranhão, relacionadas com as atribuições do cargo do servidor.

Quantitativo das promoções funcionais dos servidores

CLASSE	PROMOÇÃO	QUANTIDADE
A → B	A05 → B06	28
B → C	B10 → C11	8



Capacitação de Servidores

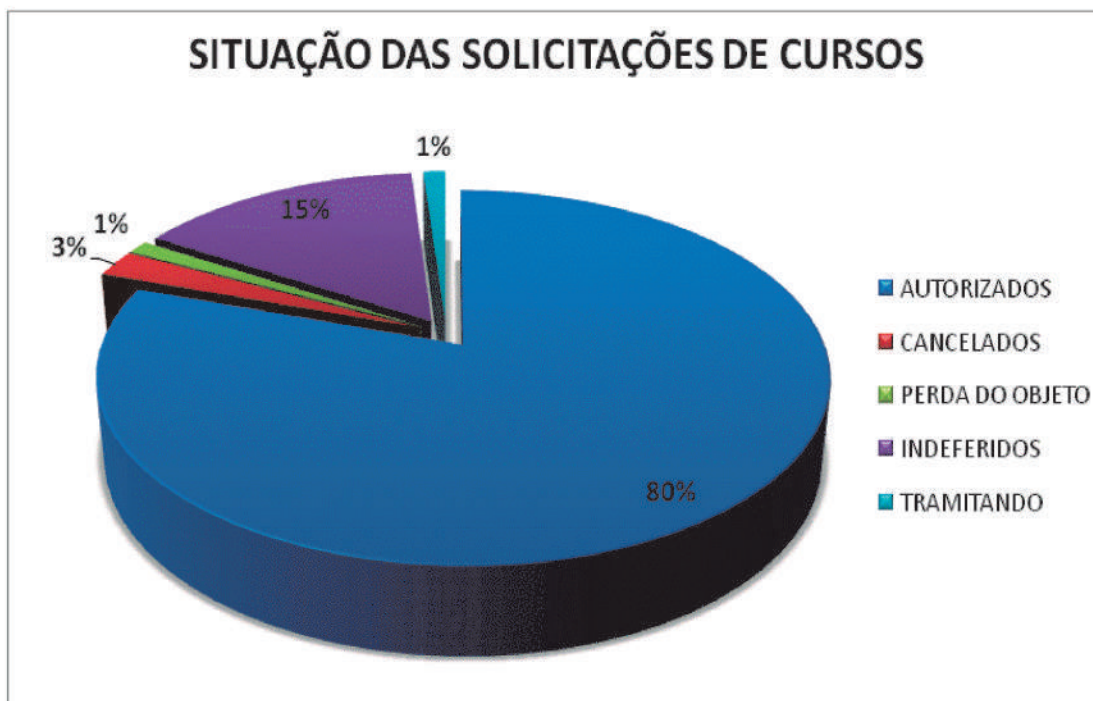
Atualmente no âmbito dos Tribunais perpetuam-se novos paradigmas de racionalização de tarefas, informatização e otimização do trabalho, integração e compartilhamento de informações. A modernização do processo produtivo e a valorização das pessoas tornaram-se premissas de uma política voltada para superação das práticas obsoletas que comprometiam a qualidade e a produtividade no serviço público.

As ações recentes do Poder Judiciário do Estado do Maranhão demonstram estar em consonância com esta nova postura gerencial de recursos humanos, baseada em uma administração pública com vistas na eficiência, na eficácia e numa melhor prestação de serviço à população.

Conforme o que dispõe o art. 4 da Resolução nº. 70 a Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira fica responsável pela viabilização do Plano Institucional de Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento, bem como o gerenciamento e operacionalização de seus instrumentos.

Quantitativo situacional das solicitações de cursos

SOLICITAÇÕES DE CURSOS	
AUTORIZADOS	69
CANCELADOS	2
PERDA DO OBJETO	1
INDEFERIDOS	13
TRAMITANDO	1
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	86



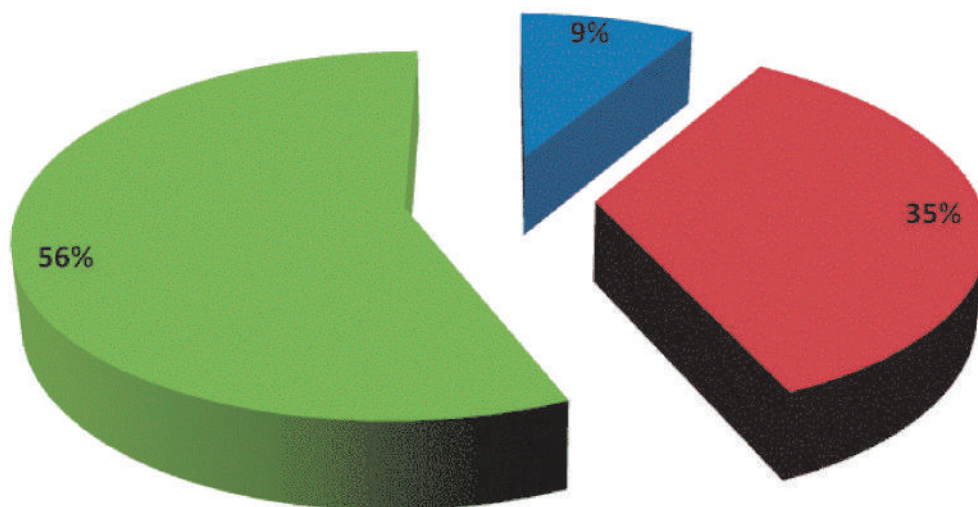
Cursos de Capacitação Autorizados

Quadro as modalidades de cursos de capacitação

MODALIDADES DOS CURSOS AUTORIZADOS	
ON LINE	6
IN COMPANY	24
EXTERNO	39
TOTAL DE CURSOS	69

MODALIDADES DOS CURSOS AUTORIZADOS

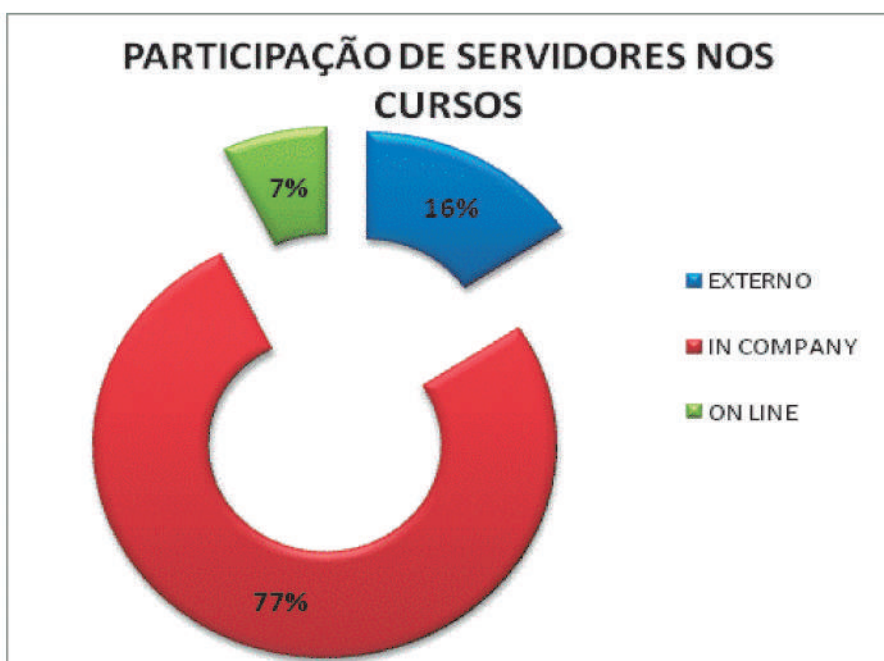
■ ON LINE ■ IN COMPANY ■ EXTERNO



PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

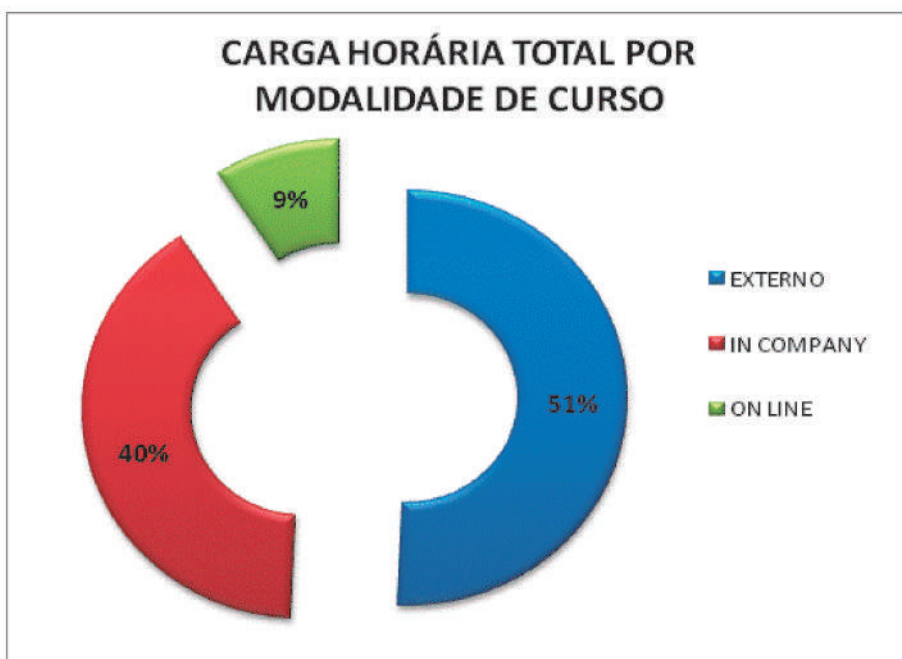
MODALIDADE DE CURSO	SERVIDORES PARTICIPANTES
EXTERNO	128
IN COMPANY	626
ON LINE	60
TOTAL DE SERVIDORES	814

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO



CARGA HORÁRIA DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

MODALIDADE DE CURSO	CARGA HORÁRIA
EXTERNO	948
IN COMPANY	747
ON LINE	173
CARGA HORÁRIA TOTAL	1868



Estágio Curricular

O estágio curricular constitui-se em ato educativo supervisionado, desenvolvido nos ambientes de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que visa proporcionar ao discente complementação educacional e preparação para o trabalho produtivo por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação acadêmica.

O Programa de Estágio Curricular do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão destina-se a ofertar vagas de estágio aos estudantes de cursos do ensino superior, regularmente matriculados em instituições de ensino público ou privados.

Quantitativo de estágios curriculares por instituição de ensino superior

INSTITUIÇÃO	QUANT.
CEUMA	60
FACAM	20
FAC. SÃO LUÍS	2
UFMA	34
UNIDERP	3
TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	119

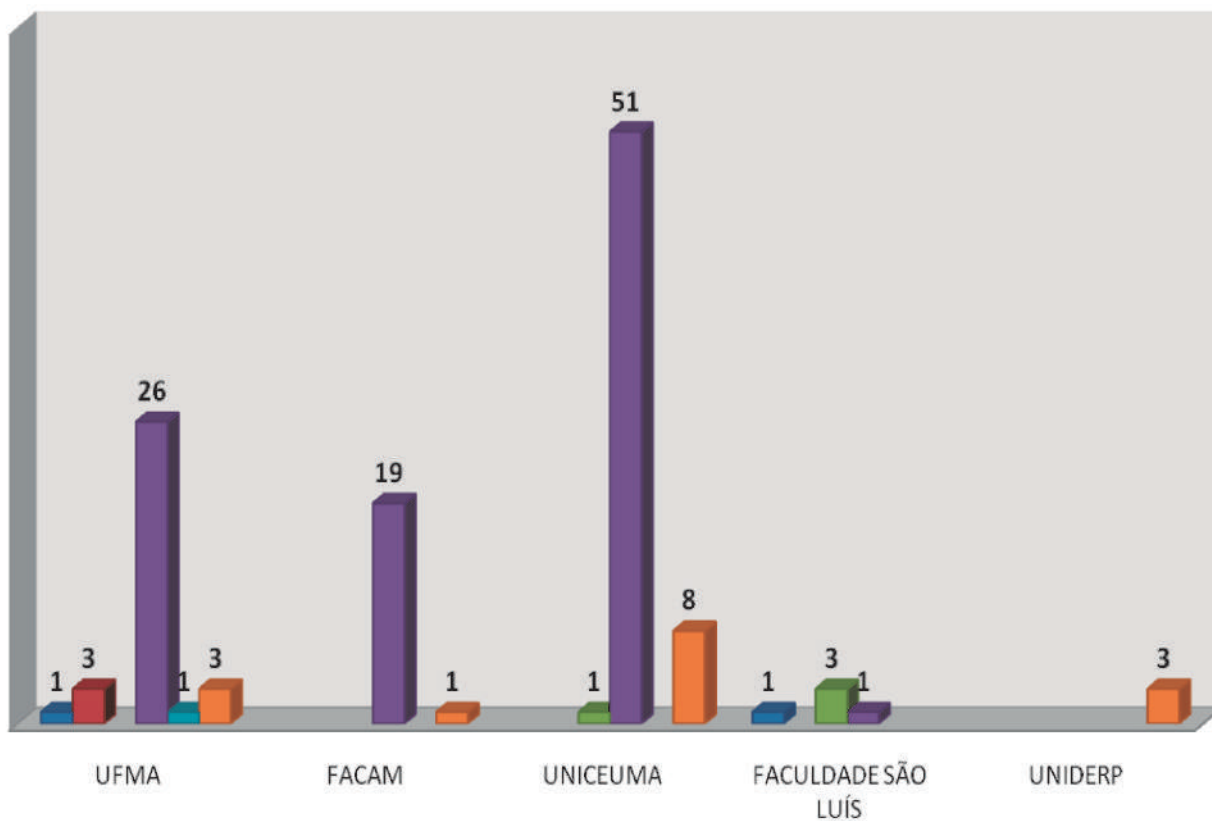


Quantitativo de estágios curriculares por curso e instituição de ensino superior

CURSOS	UFMA	FACAM	UNI CEUMA	FAC SÃO LUÍS	UNIDERP
ADMINISTRAÇÃO	1			1	
BIBLIOTECONOMIA	5				
CIÊNCIAS CONTÁBEIS			1	3	
DIREITO	26	19	51	1	
PSICOLOGIA	1				
SERVIÇO SOCIAL	3	1	8		3
TOTAL ESTAGIÁRIOS	31	20	60	5	3

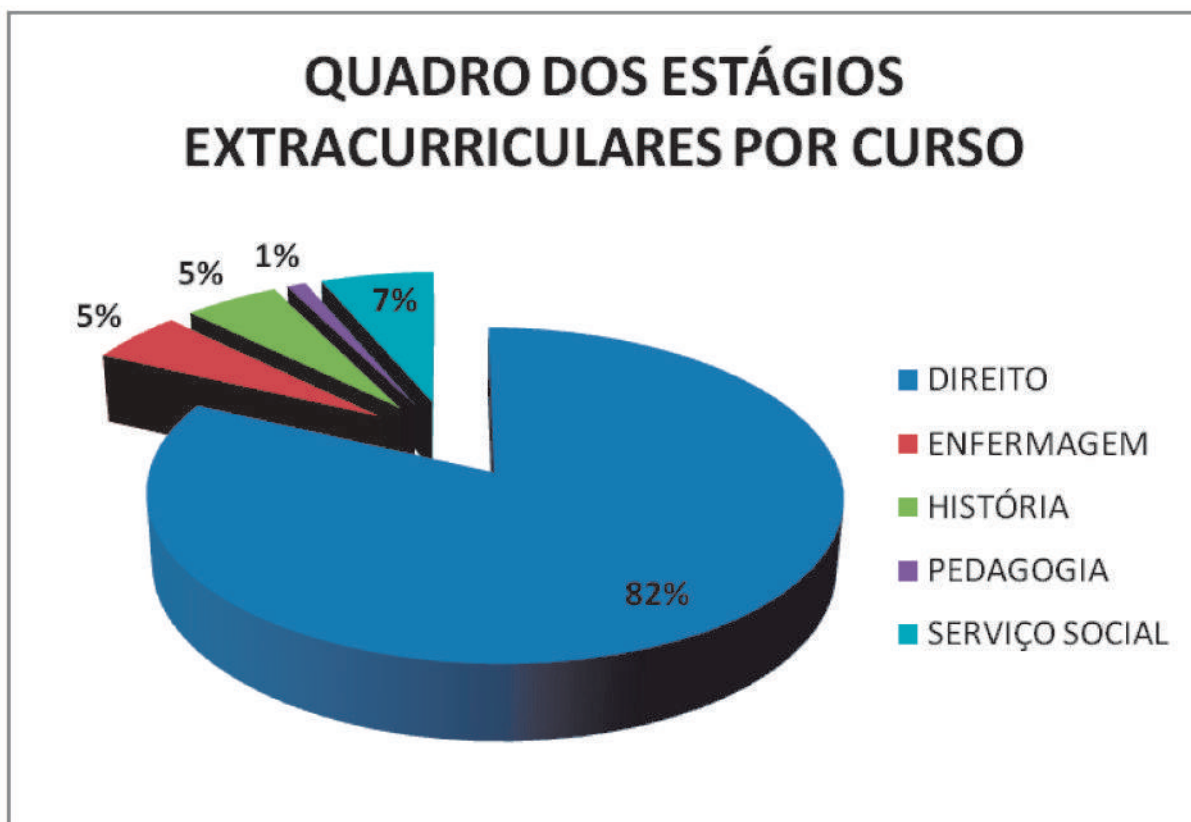
ESTÁGIOS CURRICULARES POR CURSO E INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

■ ADMINISTRAÇÃO ■ BIBLIOTECONOMIA ■ CIÊNCIAS CONTÁBEIS ■ DIREITO ■ PSICOLOGIA ■ SERVIÇO SOCIAL



Quantitativo de estágios extracurriculares por curso

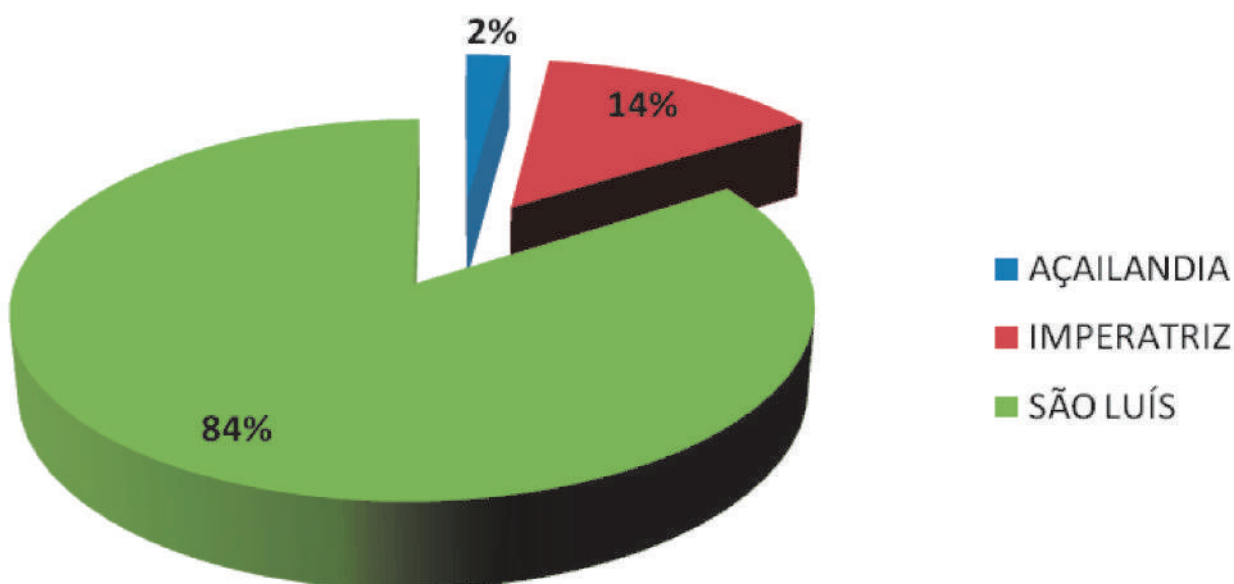
CURSO	QUANT.
DIREITO	78
ENFERMAGEM	5
HISTÓRIA	5
PEDAGOGIA	1
SERVIÇO SOCIAL	6
TOTAL ESTAGIÁRIOS	95



Quantitativo de estágios extracurriculares por comarca

CIDADE	QUANT.
AÇAILANDIA	2
IMPERATRIZ	13
SÃO LUÍS	80
TOTAL ESTAGIÁRIOS	95

QUADRO DOS ESTÁGIOS EXTRACURRICULARES POR COMARCA



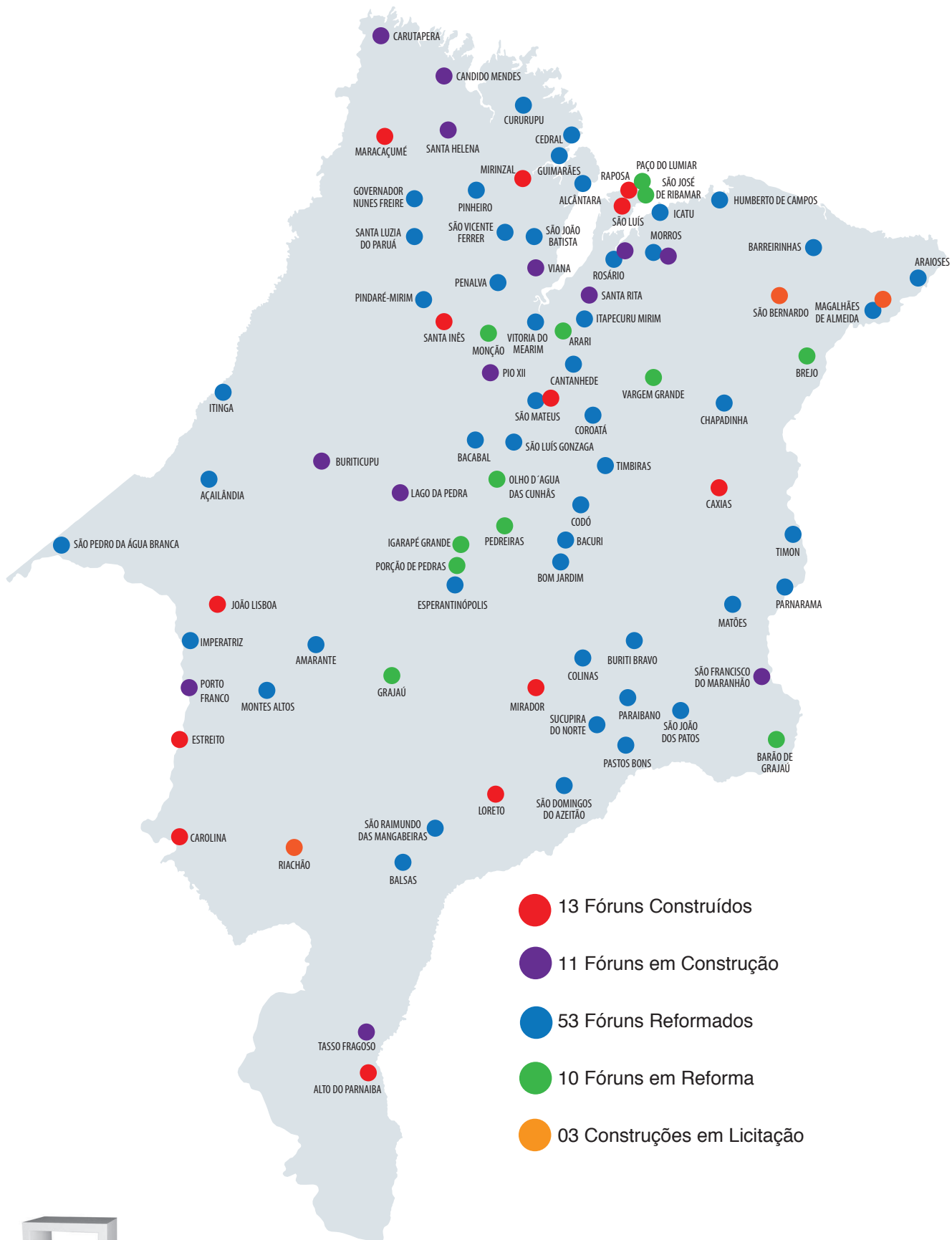
CONVÊNIOS

A Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira foi responsável pela celebração de convênios com empresas da área de educação (graduação, pós-graduação, línguas, etc.), e com academias de ginástica visando tanto o crescimento intelectual quanto o desenvolvimento físico saudável dos servidores.

CONVÊNIOS FIRMADOS

CONVENIENTE	DESCONTO/BENEFÍCIO
ISAN-INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	5% NAS MENSALIDADES
WIZARD – ESCOLA DE IDIOMAS	15% NAS MENSALIDADES
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS DE HABILIDADES - CEDECON	15% NAS MENSALIDADES
COMPLEXO EDUCACIONAL DAMÁSIO DE JESUS	25% NAS MENSALIDADES
UNDB - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	DE 10 A 37% A DEPENDER DO CURSO
EF EDUCATION FIRST – ESCOLA DE IDIOMAS E INTERCÂMBIO	100% NAS INSCRIÇÕES NOS CURSOS E PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO

6.6. DIRETORIA DE ENGENHARIA



DIRETORIA DE ENGENHARIA

O Tribunal de Justiça possui, atualmente, 152 unidades prediais, distribuídas nas comarcas do Estado. Das 111 comarcas instaladas, 38 estão instaladas em imóveis próprios, as demais em prédios cedidos ou alugados. Os imóveis em poder do Judiciário Maranhense contabilizam cerca de 73.746,67m² de área construída, incluindo fóruns judiciais e unidades administrativas.

Nos anos de 2010 e 2011, o Tribunal executou o Projeto de Construção e Revitalização de Fóruns, no qual foram aplicado R\$ 69 milhões em investimentos do Ferj – Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário. Os fóruns construídos seguem o padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais.

FÓRUNS CONSTRUÍDOS



1. Fórum da Comarca de Raposa

Estrutura física: vara única

Área construída: 373,61m²

Terreno: 800m²

Dependências: secretaria judicial, salas de conciliação e de audiência, gabinete de juiz e da assessoria, oficiais de Justiça, arquivo, protocolo, depósito, Centro de Processamento de Dados (CPD), OAB e Ministério Público. Atendendo aos parâmetros de acessibilidade, o imóvel possui rampa na entrada principal, bem como banheiros adaptados aos portadores de necessidades especiais.

Construtora: D.L. Engenharia LTDA

Valor: R\$ 434.773,65

Data de entrega: 08/10/2010



2. Fórum da Comarca de Maracaçumé

Estrutura física: vara única e Salão do Júri

Área construída: 408,88 m² Terreno: 2.742,54m²

Dependências: gabinete de juiz, secretaria judicial, recepção, sala de audiência, contadoria e distribuição, almoxarifado, CPD, salas para OAB, Ministério Público e oficiais de Justiça, arquivo, depósito, copa e estacionamento.

Salão do Júri: 331,52m² de capacidade para 108 pessoas, com sala secreta, sala do réu, sala de testemunhas e copa.

Alojamento para magistrado: 108,54m² com varanda, garagem, sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço e 2 suítes.

Construtora: Viluma Engenharia LTDA

Valor: R\$936.498,16

Data de entrega: 10/12/2010



3. Fórum da Comarca de Estreito

Estrutura física: vara única e Salão do Júri

Área construída: 540,64m²

Terreno: 1805,33m²

Dependências: estacionamento próprio; salas para testemunhas e réus, gabinetes para juiz, sala para secretário judicial, arquivo, depósito, almoxarifado, processamento de dados, recepção e sala para OAB.

Salão do Júri: 331,52m² com capacidade para mais de 100 pessoas. Alojamento para juiz: 151m² com garagem, sala de estar/jantar; 2 suítes, lavabo, cozinha e área de serviço.

Construtora responsável: Silveira Engenharia LTDA

Valor: R\$635.632,45

Data de entrega: 26/11/2010



4. Fórum da Comarca de Carolina

Estrutura física: vara única e Salão do Júri

Área construída: 540,64m²

Terreno: 1805,33m²

Salão do Júri: 331,52m² com capacidade para mais de 100 pessoas

Dependências: salas para testemunhas e réus; gabinetes para juiz; sala para secretário judicial, arquivo, depósito, almoxarifado, processamento de dados, recepção e atendimento para OAB e estacionamento próprio.

Construtora: Silveira Engenharia LTDA

Valor: R\$578.729,14

Data de entrega: 26/11/2010



5. Fórum da Comarca de Mirinzal

Estrutura física: vara única

Área construída: 373,61 m²

Terreno: 990,52 m²

Dependências: gabinete para juiz, salas para o Ministério Público e OAB, recepção, secretaria judicial, CPD, distribuição, arquivo, sala de audiência, banheiros para portadores de necessidades especiais e público em geral, estacionamento para visitantes e garagem privativa para magistrado.

Construtora: Átila Engenharia LTDA

Valor: R\$ 575.556,07

Data de entrega: 22/09/2011



6. Fórum da Comarca de João Lisboa

Estrutura física: 02 varas judiciais e Salão do Júri

Área construída: 872,62m²

Terreno: 1842,00m²

Dependências: recepção, almoxarifado, depósito, CPD, secretarias judiciais, copa, arquivo, salas para a OAB e Ministério Público, gabinete de juiz anexo às salas de audiência, banheiros públicos adaptados para portadores de necessidades especiais e estacionamento.

Salão do Júri: 309,35 m²

Construtora: Dinamarca Engenharia LTDA

Valor: R\$ 1.271.018,60

Data de entrega: 06/10/2011



7. Comarca de Santa Inês

Estrutura física: 03 varas judiciais, 01 juizado e Salão do Júri

Área construída: 857,33m²

Terreno: 1.237,64m²

Salão do Júri: 380,31m²

Dependências: recepção, secretarias judiciais, CPD, setor de distribuição, copa, arquivo, área destinada aos advogados e ao Ministério Público, banheiros, estacionamento público para 30 vagas, dentre outras dependências. Rampas de acesso para portadores de necessidades especiais.

Construtora: Dinamarca Engenharia Ltda.

Valor: R\$ 1.276.103,50

Data de entrega: 21/10/2011



8. Fórum da Comarca de Caxias

Estrutura física: 05 varas judiciais, 01 Juizado Especial Cível e Criminal e Salão do Júri

Área construída: 6.300 m²

Terreno: 23.000 m²

Dependências: gabinetes para juízes, recepção, almoxarifado, depósitos, dois elevadores, centro de processamento de dados, copa/refeitório, salas para arquivos, audiências e oficiais de justiça, espaço para OAB e Ministério Público; sanitários, inclusive adaptados para portadores de necessidades especiais, estacionamento para 135 veículos, dentre outras dependências.

Salão do Júri: 434,70 m² com capacidade para 179 lugares.

Construtora: Lotil Engenharia LTDA

Valor: R\$ 8.920.332,17

Data de entrega: 03/11/2011



9. Fórum da Comarca de São Mateus

Estrutura física: 01 vara judicial e Salão do Júri

Área construída: 689,89m²

Terreno: 2.400,00m²

Salão do Júri: 204,38 m² com capacidade para 108 lugares

Dependências: gabinete pra juiz; sala para OAB, Ministério Público, arquivo, centro de processamento de dados, recepção; banheiros, depósito, copa; estacionamento privativo e área de urbanização, com acessibilidade.

Construtora: Atila Engenharia LTDA

Valor: R\$ 1.050.950,43

Data de entrega: 17/11/2011



10. Fórum da Comarca de Mirador

Estrutura física: 02 varas judiciais e Salão do Júri

Área construída: 1.098 m²

Terreno: 2.416 m²

Salão do Júri: 371,38 m²

Alojamento para juiz: 141,65 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.

Construtora: Atila Engenharia LTDA

Valor: R\$ 1.152.606,71



11. Fórum da Comarca de Loreto

Estrutura física: 01 vara

Área construída: 373,61m² Terreno: 1.320m²

Dependências: A unidade possui gabinete para juiz, salas para o Ministério Público e OAB, recepção, secretaria judicial, centro de processamento de dados, distribuição, arquivo, sala de audiência, banheiros para portadores de necessidades especiais e público em geral, estacionamento para visitantes e garagem privativa para magistrado. O imóvel encontra-se localizado na Rua do Campo, Bairro Anjo da Guarda, Loreto/MA.

Construtora: Dinamarca Engenharia LTDA

Valor: R\$ 537.354,47



12. Fórum da Comarca de Alto Parnaíba

Estrutura física: 02 varas judiciais

Área construída: 525,61 m²

Terreno: 2072 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.

Construtora: Dinamarca Engenharia LTDA

Valor: R\$ 855.430,62



13. Anexo do Fórum da Comarca de São Luís – 2ª ETAPA*

Estrutura física: 80 varas judiciais, 02 salões do júri e 02 auditórios com capacidade para 390 pessoas, cada.

Área construída: 52.770,57m²

Dependências: espaço físico para 80 varas, secretarias judiciais, estacionamento com cerca de 700 vagas na área externa e 250 na área interna. No subsolo, funcionam o CPD e celas para abrigar presos que comparecerem às audiências. Foram construídos acessos exclusivos aos juízes para os gabinetes e os visitantes vão dispor de restaurante e lanchonete, dentre outros serviços.

* A construção da segunda etapa do fórum da Capital contemplou a realização das obras complementares de execução das instalações hidro-sanitárias, elétricas, lógica e de telefonia, ar-condicionado, forros, pisos, esquadrias, divisórias internas, fachada, pavimentação do estacionamento, praças, urbanização e paisagismo. A antiga sede recebeu serviços de reforma visando a adaptação aos setores administrativos.

Construtora: Lotil Engenharia LTDA

Valor: R\$ 57.876.472,93

FÓRUNS EM CONSTRUÇÃO

1. Fórum da Comarca de Buriticupu

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Área construída: 872,62m²

Terreno: 4140,47m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outras.

Construtora: Dinamarca Engenharia LTDA

Valor: R\$1.242.189,36

2. Fórum da Comarca de Carutapera

Estrutura física: vara única

Área construída: 373,61 m²

Terreno: 1.500 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.

Construtora: LTM Construções LTDA

Valor: R\$ 694.426,42

3. Fórum da Comarca de Matões

Estrutura física: 01 vara e Salão do Júri

Área construída: 715,55m²

Terreno: 1.855,00m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.

Construtora: Dinamarca Engenharia LTDA

Valor: R\$ 997.198,56

4. Fórum da Comarca de Morros (pedra fundamental em 02/09/11)

Estrutura física: 01 vara e Salão do Júri

Área construída: 715,55 m²

Terreno: 3.840 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outras.

Construtora: L.T.M. Construções LTDA

Valor: R\$ 990.292,06

5. Fórum da Comarca de Porto Franco (pedra fundamental em 19/08/11)

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Área construída: 872,62m²

Terreno: 2.500m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outras.

Construtora: Console Engenharia LTDA

Valor: 1.154.212,25

6. Fórum da Comarca de Rosário

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Área construída: 872,62 m²

Terreno: 4.230 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outras.

Construtora: L.T.M. Construções LTDA

Valor: R\$ 1.034.121,39

7. Fórum de São Francisco do Maranhão (pedra fundamental em 1º/12/2011)

Dependências: varas; salas para recepção/atendimento, OAB, distribuição, arquivos, audiência, copa, depósitos, oficiais de justiça; gabinetes de juízes; urbanização; estacionamento privativo; acessibilidade; dentre outros.

Área construída: 515 m²

Construtora: Atimus Engenharia

Valor: R\$ 921.907,85.

8. Fórum da Comarca de Viana (pedra fundamental em 23/09/2011)

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Área construída: 1.193,58m²

Terreno com 1.299,83 m²

Dependências: dois pavimentos com gabinete para juiz, sala de audiência, atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento para 10 vagas, dentre outros. Alojamento para magistrado.

Salão do Júri: 310,52 m² com capacidade para 80 pessoas.

Construtora: Atila Construções LTDA

Valor: R\$ 1.345.385,17

9. Fórum da Comarca de Colinas (pedra fundamental em 11/11/11)

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Área construída: 872,62 m²

Terreno com 3.600 m²

Dependências: salas de atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros, depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.

Salão do Júri: 309,35 m² com capacidade para 110 pessoas

Construtora: Dinamarca Engenharia e Empreendimentos LTDA

Valor: R\$ 986.285,30

10. Fórum da Comarca de Lago da Pedra (pedra fundamental em 17/11/11)

Estrutura física: 2 varas e Salão do Júri

Área construída: 872,62 m²

Terreno de 2.653 m²

Dependências: gabinetes para juiz, recepção, sala para OAB, Ministério Público, arquivo, informática, banheiros, depósitos, copa; estacionamento privativo e área urbanizada.

Salão do Júri: 309,35 m²

Construtora: Silveira Engenharia e Construções.

Valor: R\$ 1.533.779,30,

11. Fórum da Comarca de Santa Helena (pedra fundamental em 24/11/11)

Estrutura física: 02 varas e Salão do Júri

Terreno: 1.600m²

Área construída: 872,62 m²

Dependências: atendimento/recepção, OAB, distribuição, arquivos, gabinete de juiz, sala de audiência, banheiros,

depósitos para guarda de material, copa, urbanização da área, estacionamento privativo, dentre outros.
Salão do Júri: 309,35 m²
Construtora: LTM Construções e Engenharia LTDA
Valor: R\$ 1.248.795,18

FÓRUNS EM PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONSTRUÇÃO

1. Fórum de Magalhães de Almeida
2. Fórum de São Bernardo
3. Fórum de Riachão

REFORMAS E AMPLIAÇÕES

Além das novas construções, o Tribunal de Justiça também realizou processos licitatórios para o Projeto de Revitalização (reforma e ampliação) em unidades prediais já existentes em todo o Estado, perfazendo um investimento de aproximadamente R\$ 10 milhões.

Até o final da gestão, mais de 60 fóruns terão recebidos intervenções em sua estrutura, conforme as necessidades detectadas pela Diretoria de Engenharia, por meio de levantamento, vistorias e diagnósticos das comarcas, e em atendimento às solicitações de magistrados.

FÓRUNS/JUIZADOS REFORMADOS

1. Fórum da Comarca de Açailândia*

Estrutura física: 05 varas e 01 salão de Júri

Área construída: 706,71 m²

Valor: R\$ 236.203,90

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso existente, recuperação dos banheiros, troca de luminárias, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, dentre outros.

* Este fórum foi ampliado na atual gestão, com a instalação da 5ª Vara, recebendo investimentos, para adaptação dessa unidade, no valor de Valor: R\$ 61.983,16.

2. Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia

Área construída: 239,06m²

Terreno: 293,09m²

Valor: 49.286,54

Serviços realizados: os serviços de instalações elétricas, lógicas e telefônicas, instalação de balcão de atendimento, instalação de divisórias, colocação de grades, pintura geral, instalação de ar condicionado, dentre outros.

3. Fórum da Comarca de Alcântara

Estrutura física: vara única

Área construída: 543,04m²

Valor: R\$ 118.116,48

Serviços realizados: pintura geral, colocação de forro, troca de esquadrias de madeira, troca do telhado, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e lógica, colocação de bomba de comando, instalação de ar condicionado, dentre outros.

4. Fórum da Comarca de Amarante do Maranhão

Estrutura física: vara única

Área construída: 237,59m²

Terreno: 1.149,86m²

Valor: R\$ 184.977,63

Serviços realizados: revisão geral da cobertura, com substituição de telhas quebradas, impermeabilização de calhas e instalação de manta de subcobertura, substituição de todo piso cerâmico do fórum, reforma e construção de novos banheiros, reforma e ampliação de salas, substituição de luminárias, instalação de pontos elétricos e lógicos, substituição das esquadrias existentes, ampliação, reboco e pintura do muro do fórum, instalação de dois portões de alumínio automatizados, pintura e interna e externa, limpeza e raspagem do terreno e pavimentação do estacionamento do juiz com blocos de concreto intertravados.

5. Fórum da Comarca de Araióses

Estrutura física: 02 varas

Área construída: 371,40m²

Valor: R\$ 124.578,68

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias em geral, troca de luminárias, revisão do telhado, colocação de revestimento nas paredes, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, dentre outros.

6. Fórum da Comarca de Bacabal

Estrutura física: 04 varas

Área construída: 1.386,81m²

Valor: 298.885,64

Serviços realizados: pintura geral, revisão de cobertura, revisão das instalações elétrica, lógica e telefonia, colocação de revestimento em paredes da circulação, dentre outros.

7. Fórum da Comarca de Bacuri

Estrutura física: vara única

Área construída: 313,90m²

Valor: R\$ 25.264,70

Serviços realizados: pintura geral, revisão de cobertura, elevação do muro existente, trocas de portas, dentre outros.

8. Fórum da Comarca de Balsas

Estrutura física: 03 varas e Salão de Júri

Área construída: 1.059,74m²

Valor: R\$ 595.004,47

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso existente, colocação de forro, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, construção lateral do muro, acessibilidade, dentre outros.

9. Fórum da Comarca de Barreirinhas

Estrutura física: vara única

Área construída: 294,88m²

Valor: R\$ 142.841,71

Serviços realizados: Pintura geral, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, novo layout, telefonia, balcão de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, construção do muro em torno de todo prédio, acessibilidade, dentre outros.

10. Fórum da Comarca de Bom Jardim

Estrutura física: 01 vara e Salão de Júri.

Área construída: 515,86m²

Valor: R\$ 113.909,35

Serviços realizados: construção do muro, revestimento das paredes das circulações e recepção, colocação de rodapé em perfil de alumínio, pintura geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, dentre outros.

11. Fórum da Comarca de Buriti Bravo

Estrutura física: vara única

Área construída: 550,50m²

Valor: R\$ 64.232,86

Serviços realizados: pintura geral, novas instalações elétrica, hidráulica e telefonia, revisão da cobertura, acessibilidade, colocação de balcões de atendimento, dentre outros.

12. Fórum da Comarca de Cândido Mendes

Estrutura física: vara única

Área construída: 359,34m²

Valor: R\$ 100.173,44

Serviços realizados: pintura geral, troca de todo piso existente e de luminárias, revisão do telhado, das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, colocação de balcão de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, colocação de revestimento nos corredores, pavimentação externa, colocação de portões, dentre outros.

13. Fórum da Comarca de Cantanhede

Estrutura física: vara única

Área construída: 371,40m²

Valor: R\$ 144.515,45

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado e das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, balcão de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, acessibilidade, dentre outros.

14. Fórum da Comarca de Cedral

Estrutura física: vara única

Área construída: 404,25m²

Valor: R\$ 241.371,29

Serviços realizados: pintura geral, correção nas trincas horizontais em todo prédio, colocação de forro, troca de esquadrias de madeira por esquadrias de alumínio com vidro incluindo colocação de grades, revisão do telhado, das instalações elétrica, hidráulica e lógica, ampliação da sala de audiência, construção de duas salas novas (arquivo e depósito), construção de estrutura para caixa d'água com cisterna, fossa séptica, pavimentação na área do estacionamento, dentre outros.

15. Fórum da Comarca de Chapadinha

Estrutura física: 02 varas

Área construída: 931,25m²

Valor: R\$ 184.934,11

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, elevação do muro em torno de todo imóvel, acessibilidade, dentre outros.

16. Fórum da Comarca de Codó

Estrutura física: 03 varas e 01 Juizado

Área construída: 1.667,00m²

Valor: R\$ 76.025,66

Serviços realizados: pintura geral, revisão do telhado, das instalações hidráulicas e sanitárias, elevação do muro em torno do fórum, execução de cobertura para garagem, dentre outros.

17. Fórum da Comarca de Coroatá

Estrutura física: 02 varas, 01 juizado, 01 salão do júri

Área construída: 809,79m²

Terreno: 1.969,85m²

Valor: R\$ 390.194,91

Serviços realizados: reestruturação das redes lógica, telefônica e elétrica, substituição de pisos e revestimentos cerâmicos, revisão da cobertura, troca de louças, granitos e acessórios de banheiros e cozinha, troca de forro do salão do júri, implantação de subestação aérea com tensão de 75KVA (transformador), reparos e substituição de instalações hidrosanitárias, pavimentação do estacionamento, substituição de portas, pintura geral, entre outros.

18. Fórum da Comarca de Cururupu

Estrutura física: vara única

Área construída: 931,25 m²

Valor: R\$ 84.425,90

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, construção de balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, instalação de forro, revestimento nos corredores, fechamento da entrada com muro e grades, acessibilidade, automatização do portão do estacionamento, dentre outros.

19. Fórum da Comarca de Esperantinópolis

Estrutura física: vara única

Área construída: 299,14 m²

Valor: R\$ 69.992,04

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações hidráulicas e elétricas, incluindo troca de cabeamento e acessórios, colocação de revestimento em paredes na circulação, revisão da cobertura, dentre outros.

20. Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire

Estrutura física: vara única

Área construída: 365,46 m²

Valor: R\$ 157.677,31

Serviços realizados: pintura geral, troca de divisórias em geral, mudança no layout, reforma dos banheiros, criação de banheiro feminino, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, balcão de atendimento na recepção, instalação de aparelhos de ar condicionado, construção de um depósito, trocas de todo forro, luminárias, piso cerâmico e revestimento, acessibilidade, incluindo reforma na residência do magistrado.

21. Fórum da Comarca de Grajaú

Estrutura física: 02 varas

Área construída: 563,05m²

Valor: R\$ 216.302,28

Serviços realizados: pintura geral, adequação de layout, acessibilidade, revisão de esquadrias, revisão das instalações lógicas, elétricas e hidráulicas, iluminação em geral, dentre outros.

22. Fórum da Comarca de Guimarães

Estrutura física: vara única

Área construída: 285,35 m²

Valor: R\$ 98.283,93

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias danificadas, colocação de forro, revisões do telhado, instalações elétricas, hidráulicas e lógica, telefonia, balcão de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, dentre outros.

23. Fórum da Comarca de Humberto de Campos

Estrutura física: vara única

Área construída: 288,70 m²

Valor: R\$ 76.631,04

Serviços realizados: pintura geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétricas,

hidráulicas e lógicas, telefonia, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, acessibilidade, dentre outros.

24. Fórum da Comarca de Icatu

Estrutura física: vara única

Área construída: 371,40 m²

Valor: R\$ 142.364,86

Serviços realizados: pintura geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e lógicas, telefonia, troca do piso cerâmico, colocação de revestimento na área de circulação, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionado, acessibilidade, dentre outros.

25. Fórum da Comarca de Igarapé Grande

Estrutura física: vara única

Área construída: 196,45 m²

Valor: R\$ 53.754,34

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações hidráulicas, troca de assessorios sanitários, colocação de balcão de atendimento, revisão do telhado, troca de esquadrias, colocação de revestimento em circulações, dentre outros.

26. Fórum da Comarca de Imperatriz

Estrutura física: 12 Varas e 01 Salão do Júri

Área construída: 1.808,91 m²

Valor: R\$ 1.082.449,51

Serviços realizados: retiradas e demolições, cobertura, alvenaria e divisórias, esquadrias e ferragens, revestimento, pavimentação, infraestrutura, instalações elétrica e de lógica, instalação hidráulicas, louças, metais e aparelhos, pintura, forro e limpeza da obra.

27. Anexo do Fórum da Comarca de Imperatriz

Estrutura física: Turma Recursal, Vara Especial de Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher, Vara da Infância e Juventude e Central de Penas Alternativas.

Área construída: 892,70m²

Valor: R\$ 337.368,13

Serviços realizados: pintura geral, adequação de layout, acessibilidade, revisão de esquadrias de alumínio, execução de balcões de atendimento, revisão das instalações lógicas (aumento link), iluminação interna e externa, colocação de balcões de atendimento, climatização de ambientes, revisão das instalações elétricas e hidráulicas, colocação de grades, dentre outros.

28. Fórum da Comarca de Itapecuru-Mirim

Estrutura física: 03 varas

Área construída: 834,63m²

Valor: R\$ 461.857,74

Serviços realizados: recuperação da cobertura incluindo troca de telhas, rufos, bingadeiras, troca de manta protetora, reparos em lajes pré-moldadas; recuperação da fachada principal incluindo serviços de paisagismo, recuperação de jardineiras, calçadas, placas de granito e pastilhas, entre outros elementos; recuperação da fossa, sumidouro e caixa de inspeções; colocação de grades de proteção nas portas de alumínio e vidros; serviços de recuperação de bancadas em granito cinza andorinha, localizadas na recepção e copa; colocação de rodapé cerâmico em todos os ambientes do fórum; colocação de nova bomba e construção de nova cisterna; desentupimento e troca de tubulações dos banheiros, troca de bacias sanitárias, pias, ralos e recuperação de revestimento cerâmico (infiltrações); ampliação das salas das secretarias e arquivos; construção de laje pré-moldada; revisão geral das instalações elétrica, lógica e hidráulicas e instalação de subestação elétrica.

29. Fórum da Comarca de Itinga

Estrutura física: vara única

Área construída: 373,61m²

Valor: R\$ 55.262,27

Localização: Av. JK, nº 27, Jardim Planalto.

Serviços realizados: pintura geral, locação de novos banheiros, troca de esquadrias, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e lógica, revisão da cobertura, fechamento de vãos, reforma da cantina e do alojamento do magistrado, dentre outros.

30. Fórum da Comarca de Magalhães de Almeida

Estrutura física: vara única

Área construída: 250,47m²

Valor: R\$ 33.340,77

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações elétrica, hidráulicas e lógica, revisão da cobertura, fechamento de vãos, revisão da cobertura, acessibilidade, dentre outros.

31. Fórum da Comarca de Matões

Estrutura física: vara única

Área construída: 289,21m²

Valor: R\$ 71.646,25

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, recuperação da estrutura de sustentação da cobertura, dentre outros.

32. Fórum da Comarca de Montes Altos

Estrutura física: vara única

Área construída: 676,71m²

Terreno: 792,29 m²

Valor: R\$ 69.756,66

Serviços realizados: revisão na cobertura (troca de telhas), troca de calhas de zinco e imunização do madeiramento da cobertura, recolocação do forro de PVC que havia desabado com troca de peças danificadas, troca de portas danificadas, instalação de molas em portas, colocação de vidro temperado no jardim de inverno do prédio, descupinização de salas e pintura interna e externa do fórum.

33. Fórum da Comarca de Morros

Estrutura física: vara única

Área construída: 253,75m²

Valor: R\$ 90.673,17

Serviços realizados: pintura geral, colocação de forro, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, construção do muro, acessibilidade, dentre outros.

34. Fórum da Comarca de Paraibano

Estrutura física: vara única

Área construída: 271,00m²

Valor: R\$ 21.684,33

Serviços realizados: pintura geral, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica, hidráulica e telefonia, troca de luminárias, recuperação de drenos de ar condicionados, dentre outros.

35. Fórum da Comarca de Parnarama

Estrutura física: vara única

Área construída: 349,14m²

Valor: R\$ 374.811,80

Serviços realizados: pintura geral, adequação de layout, troca de piso, colocação de forro, troca de esquadrias, recuperação do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e de lógica, execução de balcões de atendimento, instalação de ar condicionado, colocação de grades, acessibilidade, dentre outros.

36. Fórum da Comarca de Pastos Bons

Estrutura física: vara única

Área construída: 400,49m²

Valor: R\$ 435.278,16

Serviços realizados: pintura geral, troca de piso, colocação de forro, troca de esquadrias, revisão do telhado, abertura de vãos, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, dentre outros.

37. Fórum da Comarca de Penalva

Estrutura física: vara única

Área construída: 295,60m²

Valor: R\$ 93.769,83

Serviços realizados: pintura geral, troca de luminárias, mudança de local do registro de medição, revisão do telhado, impermeabilização da laje da entrada, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, capina no terreno, troca das louças acessórios e metais dos banheiros, construção de caixas de inspeção na rede sanitária, instalação de aparelhos de ar condicionado, instalação de grades na entrada principal gerando segurança em torno do fórum, piso cimentado e reparos nos canteiros na entrada, construção de calçada na área lateral, acessibilidade, dentre outros.

38. Fórum da Comarca de Pindaré

Estrutura física: vara única

Área construída: 366,14 m²

Valor: R\$ 101.061,56

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações hidráulicas, troca de acessórios sanitários, revisão do telhado, troca de esquadrias e fechaduras danificadas, urbanização, dentre outros.

39. Fórum da Comarca de Pinheiro

Estrutura física: 02 varas

Área construída: 752,98m²

Valor: R\$ 124.353,96

Serviços realizados: pintura geral, adequações no espaço físico para melhor atender o público, construção de rampa de acesso a garagem, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, balcão de atendimento, acessibilidade, dentre outros.

40. Fórum da Comarca de Rosário

Estrutura física: 02 varas

Área construída: 288,70 m²

Valor: R\$ 116.237,62

Serviços realizados: pintura geral, construção de banheiros, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionados, dentre outros.

41. Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá

Estrutura física: vara única

Área construída: 455,36 m²

Valor: R\$ 89.566,37

Serviços realizados: pintura geral, adequação de banheiros, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, telefonia, balcões de atendimento, instalação de aparelhos de ar condicionados, dentre outros.

42. Fórum da Comarca de Santa Rita

Estrutura física: vara única

Área construída: 286,70m²

Valor: R\$ 33.186,45

Serviços realizados: recuperação da cobertura, desobstrução de banheiros, revisão das instalações elétricas, revisão da cobertura, dentre outros.

43. Fórum da Comarca de São Domingos do Azeitão

Estrutura física: vara única

Área construída: 566,00m²

Valor: R\$ 217.668,51

Serviços realizados: pintura geral, adequação de layout, acessibilidade, colocação de forro, execução de balcões de atendimento, troca de piso, troca de esquadrias, revisão das instalações elétrica e hidráulica, novas instalações lógicas, revisão da cobertura, dentre outros.

44. Fórum da Comarca de São João Batista

Estrutura física: vara única

Área construída: 366,14,00m²

Valor: R\$ 178.884,64

Serviços realizados: pintura, colocação de revestimento em paredes da circulação, troca de luminárias, colocação de grades de proteção, colocação de rodapé cerâmico nas salas, instalação de pontos de elétricos, lógicos e telefonia, revisão de instalações hidráulicas, ativação do sistema de bomba para cisterna d'água, nova estrutura de sustentação para caixa d'água, pavimentação da área livre, adequações no alojamento do magistrado, dentre outros.

45. Fórum da Comarca de São João dos Patos

Estrutura física: vara única

Área construída: 338,54 m²

Valor: R\$ 326.795,28

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso existente, colocação de forro, troca de esquadrias, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, construção de muro, dentre outros.

46. Fórum da Comarca de São Mateus

Estrutura física: vara única

Área construída: 281,78m²

Valor: R\$ 133.616,22

Serviços realizados: pintura geral, colocação de forro, troca de esquadrias em geral, colocação de grades, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, balcão de atendimento, acessibilidade, dentre outros.

47. Fórum da Comarca de São Pedro da Água Branca

Estrutura física: vara única

Área construída: 237,42m²

Terreno: 358,04m²

Valor: R\$ 135.581,86

Serviços realizados: adequação para instalação da comarca, instalações elétricas, lógicas e telefônicas, recuperação das instalações hidráulicas, revisão de cobertura, construção de garagem, construção de muro, na fachada, pintura geral, dentre outros.

48. Fórum da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras

Estrutura física: única vara

Área construída: 338,54m²

Valor: R\$ 237.162,54

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso, recuperação de calçadas, pavimentação área externa, troca de caixa d'água, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, dentre outros.

49. Fórum da Comarca de São Vicente Ferrer

Estrutura física: vara única

Área construída: 223,12m²

Valor: R\$ 137.964,16

Serviços realizados: redistribuição de salas, colocação de revestimento em paredes da circulação, balcão de atendimento em alvenaria, troca de parte do forro, troca de luminárias, revisão da cobertura, novas instalações elétrica, lógica e telefonia, revisão de instalações hidráulicas e reformas de banheiros, dentre outros.

50. Fórum da Comarca de Sucupira do Norte

Estrutura física: vara única

Área construída: 352,97 m²

Valor: R\$ 35.416,33

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso, recuperação de calçadas, pavimentação área externa, troca de caixa d'água, revisão do telhado, revisão das instalações elétricas, hidráulica e lógica, dentre outros.

51. Fórum da Comarca de Timbiras

Estrutura física: vara única

Área construída: 374,58m²

Valor: R\$ 40.116,97

Serviços realizados: pintura geral, recuperação de calçadas, pavimentação área externa, troca de caixa d'água, revisão do telhado, revisão das instalações elétricas, hidráulica, rede lógica e telefonia, dentre outros.

52. Fórum da Comarca de Timon

Estrutura física: 07 varas e 01 Salão de Júri

Área construída: 2.581,65m²

Valor: R\$ 349.322,55

Serviços realizados: pintura geral, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica e hidráulica, sistema de esgoto, fossa, sumidouro, instalação de aparelhos de ar condicionado, troca de acessórios dos banheiros, dentre outros.

53. Fórum da Comarca de Vitória do Mearim

Estrutura física: vara única

Área construída: 416,85 m²

Valor: R\$ 78.476,71

Serviços realizados: pintura geral, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica e hidráulica, troca de luminárias, dentre outros.

FÓRUNS EM REFORMA

1. Fórum de Arari

Estrutura física: vara única

Área construída: 478,94m²

Valor: R\$ 197.715,19

Serviços: Troca de coberta, substituição de todo forro e piso, construção de novos banheiros, troca de reboco, recuperação das instalações elétrica, hidráulica e lógica, instalação de ar condicionado e pintura geral interna e externa.

2. Fórum da Comarca de Barão de Grajaú

Estrutura física: vara única

Área construída: 196,77m²

Valor: R\$ 85.432,84

Serviços: pintura geral, recuperação estrutural, revisão do telhado, revisão das instalações elétrica, hidráulica e lógica, execução de nova estrutura para caixa d'água, troca de luminárias, recuperação dos banheiros, dentre outros.

3. Fórum da Comarca de Brejo

Estrutura física: 01 vara e 01 Salão de Júri

Área construída: 616,13m²

Valor: R\$ 115.432,60

Serviços: pintura geral, revisão das instalações elétrica, hidráulica e telefonia, revisão da cobertura, instalação de transformador, colocação de balcões de atendimento, instalação de ar condicionado, adequação de layout, ativação do salão de júri, dentre outros.

4. Fórum da Comarca de São José de Ribamar

Estrutura física: 03 varas, 01 Juizado e 01 Salão de Júri

Área construída: 610,05m²

Área de ampliação: 628,90m²

Salão do Júri: 337,52 m²

Valor: R\$ 1.197.376,82

Serviços: construção de duas varas, salão do júri e estacionamento para 30 veículo, além de pintura geral, adequação do layout, revisão da cobertura, instalação de esquadrias e grades, instalação de forro, substituição de pisos, revisão geral das instalações prediais (elétrica, lógica, telefonia e sonorização, climatização, hidráulicas e combate à incêndio), substituição de louças, metais e acessórios, aumento da capacidade da subestação de energia, entre outros.

5. Fórum da Comarca de Paço do Lumiar

Estrutura física: 03 varas e 01 Salão de Júri

Área construída: 441,31m²

Área de ampliação: 1.115,86m²

Salão do Júri: 287m²

Valor: R\$ 1.899.192,58

Serviços: construção de três varas, três depósitos, salão de júri, setor Psicossocial, estacionamento, além de pintura geral, adequação do layout, revisão da cobertura, instalação de esquadrias e grades, revisão geral das instalações prediais (elétrica, lógica, telefonia e sonorização, climatização, hidráulicas e combate à incêndio), substituição de louças, metais e acessórios, aumento da capacidade da subestação de energia, entre outros.

6. Fórum da Comarca de Monção

Estrutura física: vara única

Área construída: 248,32m²

Valor: R\$ 52.043,45

Serviços: pintura geral, novo layout, distribuição, revisão das instalações elétrica, hidráulica e telefonia, revisão geral da cobertura, colocação de grades de proteção, execução de copa para servidores, elevação do muro existente, colocação de portões, pavimentação externa, dentre outros.

7. Fórum da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs

Estrutura física: vara única

Área construída: 190,48m²

Valor: R\$ 85.902,16

Serviços: pintura geral, novo layout, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica, hidráulica e de telefonia, troca de piso (locais pontuais) e de luminárias, adequação para funcionamento de salão de júri, colocação de revestimento nos corredores, dentre outros.

8. Fórum da Comarca de Pedreiras

Estrutura física: 03 varas e 01 Salão de Júri

Área construída: 871,16m²

Valor: R\$ 159.087,13

Serviços: pintura geral, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica, hidráulica e telefonia, troca de luminárias, colocação de revestimento nos corredores, dentre outros.

9. Fórum da Comarca de Poção de Pedras

Estrutura física: vara única

Área construída: 162,22m²

Valor: R\$ 51.314,15

Serviços: substituição das instalações elétricas e telefônicas, execução de instalações de lógica e ar condicionado, revisão geral da cobertura, divisórias, reparos e adaptações no sistema de abastecimento d' água, reparos na rede de esgoto, colocação de placa de identificação, pintura geral, colocação de balcão e visor de vidro.

10. Fórum da Comarca de Vargem Grande

Estrutura física: vara única

Área construída: 338,54m²

Valor: R\$ 113.276,10

Serviços: pintura geral, troca de todo piso existente, revisão da cobertura, revisão das instalações elétrica e hidráulica, instalação de ar condicionado, troca de acessórios dos banheiros, colocação de revestimento nos corredores, construção de muro frontal de proteção com grades, dentre outros.

REFORMA DO PRÉDIO SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SEUS ANEXOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS

A unidade predial sede do TJMA é constituída pelo Palácio da Justiça Clóvis Bevilácqua e 04 anexos. Encontra-se localizado na Avenida Pedro II, s/nº (Centro).

Com o objetivo de garantir aos usuários, segurança e comodidade para a prestação jurisdicional, foram realizadas intervenções que incluem serviços de recuperação estrutural, além de diversas reformas e adequações de setores, gabinetes de desembargadores, visando melhorar a estrutura física dos espaços.

Para melhorias e segurança nas condições prediais, o Tribunal investiu cerca de R\$ 1,1 milhão no Prédio Sede do Tribunal e de seus anexos localizados na Praça Pedro II, Rua de Nazareth e Rua do Egito, onde funcionam os setores Administrativos do TJ.

Paralelamente às obras realizadas nas comarcas, a Diretoria de Engenharia encarregou-se da realização de pequenas reformas que ampliaram e otimizaram o espaço físico nas seguintes unidades.

Prédio sede

A unidade predial sede do TJMA é constituída pelo Palácio da Justiça Clóvis Bevilácqua e 04 anexos. Encontra-se localizado na Avenida Pedro II, s/nº (Centro). Com o objetivo de garantir aos usuários, segurança e comodidade para a prestação jurisdicional, foram realizadas intervenções que incluem serviços de recuperação estrutural, além de diversas reformas e adequações de setores, gabinetes de desembargadores, visando melhorar a estrutura física dos espaços.

Para melhorias e segurança nas condições prediais foram contratados serviços especializados de avaliação da estrutura em concreto armado existente no Prédio Sede do Tribunal e de seus anexos localizados na Praça Pedro II, Rua de Nazareth e Rua do Egito, onde funcionam os setores Administrativos do TJ.

Biblioteca

Valor: R\$ 10.536,11

Pintura geral, revisão de esquadrias em geral, colocação de novas portas, nova iluminação, revisão das instalações elétricas, lógicas e telefonia, climatização, dentre outros.

Vice-presidência

Valor: R\$ 13.809,99

Pintura geral, troca de esquadrias danificadas, colocação de novas portas, troca do revestimento do banheiro, troca de louças e metais em geral, colocação de rodapé em madeira, troca do forro existente, nova iluminação, dentre outros.

Câmaras Cíveis – Pavimento Térreo

Valor: R\$ 32.263,12

Pintura geral, troca de esquadrias danificadas, colocação de novas portas, recuperação de banheiro, troca de louças e metais em geral, troca de todo piso cerâmico, troca do forro existente, nova iluminação, novas instalações elétricas e telefonia, dentre outros.

Gabinetes dos Juizes Auxiliares da Presidência

Valor: R\$ 1.543,72

Pintura geral, revisão das instalações elétricas e telefonia, troca de luminárias queimadas, recuperação de rodapé, pintura das esquadrias, dentre outros.

Gabinete do Desembargador José Bernardo

Valor: R\$ 13.011,44

Pintura geral, revisão das instalações elétricas e telefonia, troca de luminárias, troca de todo piso existente por porcelanato, colocação de rodapé em madeira, pintura das esquadrias, dentre outros.

Gabinete do Desembargador José Luís Almeida

Valor: R\$ 74.517,18

Novo layout das instalações incluindo colocação de piso em porcelanato, revestimento do banheiro e copa, colocação de divisória e forro de gesso acartonado, pintura geral, colocação de pontos hidráulicos, sanitários, elétricos e lógicos, novas louças e metais, troca de portas, dentre outros. Estrutura: sala do desembargador, assessoria jurídica, copa, recepção e banheiros, dentre outros.

Sala das Sessões Cíveis e Criminais

Valor: R\$ 20.573,97

Pintura geral, substituição do carpete existente por piso porcelanato, revisão das instalações elétricas e telefonia, troca de luminárias, colocação de rodapé em madeira, pintura e revisão das esquadrias, colocação de persianas, dentre outros.

Divisão do Telejudiciário

Valor: R\$ 39.118,04

Pintura geral, revisão das instalações elétricas, lógicas e telefonia, colocação de novas luminárias, recuperação da cobertura, revisão das esquadrias, colocação de novas portas, troca do forro existente, revisão das instalações hidráulicas e sanitárias, troca de louças e metais, dentre outros.

Assessoria Jurídica da Presidência

Valor: R\$ 38.006,12

Pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, colocação de novas luminárias, recuperação da cobertura, revisão das esquadrias, colocação de novas portas, troca do forro existente, colocação de persianas, dentre outros.

Clinica Odontológica

Valor: R\$ 170.169,23

Colocação de piso em porcelanato, revestimento das paredes dos consultórios e banheiros, colocação de divisórias e forro de gesso acartonado, colocação de novas portas e janelas, pintura geral, revisão do telhado, colocação de pontos hidráulicos, sanitários, elétricos, lógicos e de ar, construção de casa de máquinas, climatização, dentre outros. Estrutura: três consultórios dentários, sala de esterilização e lavagem, recepção/atendimento, banheiros para PNE, depósito, sala da divisão, dentre outros.

Coordenadoria do Plenário e Coordenadoria de Jurisprudência.

Valor: R\$ 78.944,11

Pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, colocação de novas luminárias, revisão das esquadrias, colocação de novas portas, troca do forro existente, troca do piso, retiradas de focos de infiltrações, instalação de divisórias, climatização, dentre outros.

Diretoria Judiciária

Valor: R\$ 52.990,43

Pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, colocação de novas luminárias, revisão das esquadrias, colocação de novas portas, troca do forro existente, troca do piso, instalação de divisórias, climatização, colocação de persianas, dentre outros.

Auditório

Valor: R\$ 73.369,03

Pintura geral, revisão das instalações elétricas, troca de luminárias, troca do piso existente, revisão nas instalações hidráulicas e sanitárias, troca de louças e metais, dentre outros.

Assessoria de Comunicação da Presidência

Valor: R\$ 61.803,53

Novo layout, pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, recuperação de reboco, colocação de novas luminárias, revisão das esquadrias, colocação de novas portas, troca do forro existente, troca do piso, climatização, colocação de persianas, dentre outros.

Copa dos desembargadores – Anexo II

Valor: R\$ 37.205,28

Pintura geral, novas das instalações elétricas, colocação de novas luminárias, colocação de revestimento cerâmico nas paredes, colocação de bancadas em granito, novas instalações hidráulicas, colocação de novo forro, climatização, dentre outros.

Diretoria Geral

Valor: R\$ 198.048,29

Novo layout, pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, nova iluminação, instalação de copa para servidores, novas instalações hidráulicas e sanitárias, troca de louças e metais, colocação de novo forro, troca de todo piso existente, colocação de rodapé em madeira, instalação de balcão de atendimento, climatização, dentre outros.

Gabinete da Presidência

Valor: R\$ 21.784,55

Pintura geral, revisão das instalações elétricas, lógicas e telefonia, revisão das esquadrias em geral, recuperação do piso em madeira existente, dentre outros.

Copa da Presidência

Valor: R\$ 59.296,96

Pintura geral, novas instalações elétricas, revisão das esquadrias em geral, troca do piso existente, colocação de revestimento nas paredes, nova iluminação, novas instalações hidráulicas, troca de louças e metais, instalação de bancadas de apoio em granito, criação de depósito para guarda de material, climatização, dentre outros.

Protocolo Geral

Valor: R\$ 30.007,53

Novo layout, pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, nova iluminação, novas instalações hidráulicas e sanitárias, troca de louças e metais, instalação de balcão de atendimento, climatização, dentre outros.

Protocolo Judicial

Valor: R\$ 32.325,75

Pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, nova iluminação, novas instalações hidráulicas e sanitárias, troca de louças e metais, instalação de balcão de atendimento, climatização, dentre outros.

Coordenadoria Criminal

Valor: R\$ 54.453,27

Novo layout, pintura geral, novas das instalações elétricas, lógicas e telefonia, nova iluminação, instalação de divisórias, troca do piso existente, colocação de novo forro em PVC, climatização, dentre outros.

Anexo V - Alemanha

Área: 3.700 m²

Valor: R\$ 121.080,65

Localização: Rua Viveiros de Castro, nº 257 – Alemanha.

Serviços realizados: pintura geral, substituição das divisórias danificadas, instalação e recuperação de portões, revisão do telhado, revisão nas instalações hidráulicas, elétricas, dentre outros.

Anexo VII – Centro Administrativo

Área: 3.700 m²

Valor: R\$ 2.263.050,60

Localização: Rua do Egito, nº 183, Centro.

Serviços realizados: reforma e adequação do prédio onde funcionava a antiga Assembléia Legislativa, incluindo os serviços de pintura geral, recuperação da cobertura, instalação da rede elétrica, lógica e telefonia, colocação de piso cerâmico, colocação de revestimento em corredores, nova iluminação, dentre outros.

Auditoria da Justiça Militar

Área: 111,78 m²

Valor: R\$ 71.880,35

Localização: Rua do Egito, s/nº, Centro.

Serviços de reforma e adequação para fins de funcionamento da Auditoria da Justiça Militar, englobando os serviços de pintura geral, revisão da cobertura, instalação de divisórias em PVC, instalação da rede lógica, elétrica e telefonia, revisão das instalações sanitárias e hidráulicas, dentre outros.

Corregedoria Geral da Justiça

Área: 1.180 m²

Valor: R\$ 251.987,26

Localização: Rua Couto Fernandes, Centro.

Serviços realizados: pintura geral, troca de esquadrias, revisão da cobertura, troca de luminárias, revisão das instalações elétricas, lógica e telefonia, revisão das instalações sanitárias, troca de divisórias, instalação de novos pontos, dentre outros.

Escola Superior da Magistratura - ESMAM

Área: 687,69 m²

Valor: R\$ 49.804,15

Localização: Rua das sucupiras, nº 27, Jardim Renascença.

Serviços realizados: pintura geral, revisão do telhado, revisão nas instalações hidráulicas, elétricas, recuperação do reboco, recuperação de forro existente, dentre outros.

Coordenadoria Especial de Acompanhamento aos Encarcerados

Área: 173,84 m²

Valor: R\$ 26.609,38

Localização: Travessa Couto Fernandes, nº 65, Centro.

Serviços realizados: pintura geral, revisão do telhado, revisão nas instalações hidráulicas, elétricas, recuperação do reboco, recuperação de forro existente, troca de luminárias, recuperação do piso existente, troca da caixa d'água, troca de portas e assessórios, dentre outros.

UNIDADES JUDICIAIS DA CAPITAL QUE RECEBERAM REFORMAS E ADEQUAÇÕES

Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Área: 249,90 m²

Valor: R\$ 59.939,89

Localização: Avenida Getúlio Vargas, nº 87 – Monte Castelo

Serviços realizados: pintura geral, substituição do piso existente na área externa, instalação e recuperação de esquadrias, colocação de grades, colocação de portão em alumínio, revisão do telhado, retirada de cupins, impermeabilização de paredes, substituição de louças, bancada e revestimento do banheiro da assessoria, adequação das instalações hidráulicas, dentre outros.

1º Juizado Cível das Relações de Consumo

Área: 411,94

Valor: R\$ 58.605,87

Localização: Rua do Egito, Centro.

Serviços realizados: pintura geral, revisão das instalações elétricas, lógica e telefonia, troca de esquadrias, revisão da cobertura, retirada de infiltrações, dentre outros.

2º Juizado Especial Criminal

Área: 287,81 m²

Valor: R\$ 24.884,12

Localização: Av. Casemiro Junior s/n Anil.

Serviços realizados: pintura geral, esquadria de alumínio, climatização e luminárias dentre outros.

4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo

Área: 175,13 m²

Valor: R\$ 107.469,32

Localização: Avenida 13 s/nº - CSU, Cohab-Anil

Serviços realizados: troca do piso, colocação de revestimento dos banheiros e copa, colocação de novas divisórias e forro de pvc, troca de portas e janelas, pintura geral, recuperação da cobertura, descupinização, colocação de pontos hidráulicos, sanitários, elétricos e lógicos, dentre outros.

6º Juizado Cível e das Relações de Consumo

Área: 458,27 m²

Valor: R\$ 106.001,25

Localização: Rua Raimundo Correa, nº 86, Monte Castelo.

Serviços realizados: pintura geral, instalação da rede lógica, elétrica e telefonia, revisão da cobertura, revisão das instalações sanitárias, dentre outros.

7º Juizado Cível e das Relações de Consumo e Turma Recursal - CEUMA

Área: 208,90 m²

Valor: R\$ 99.293,45

Localização: Rua Josué Montelo lote 01 – loteamento Bela Vista, Renascença

Serviços realizados: pintura geral, troca do piso existente, revisão do telhado, instalações elétrica e lógica, entre outros.

6.7. DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO



As ações realizadas pela Diretoria de Informática e Automação do abrangeram projetos e serviços das áreas de Sistemas de Informação, Infraestrutura de Rede e Telefonia, Banco de Dados, Manutenção de Equipamentos e Atendimento ao Usuário, relacionadas abaixo:

1. Elaboração do Plano de Trabalho de Tecnologia da Informação da Diretoria de Informática e Automação, com previsão dos projetos para o período 2010/2014, que permitiu o planejamento a médio e longo prazo das ações de tecnologia da informação, previstos investimentos e ações;

2. Elaboração e implantação do Plano de capacitação dos servidores de tecnologia da informação, conforme a Resolução N° 90 do CNJ, permitindo a capacitação e o melhor aproveitamento da mão de obra e eficiência na realização das tarefas;

3. Elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;

4. Instalação de Aceleradores de Rede, equipamentos que se destinam a otimizar o tráfego de internet, permitindo o acesso mais rápido a sistemas e demais serviços) nas comarcas do interior, com o aumento da velocidade de acesso a serviços e sistemas, nas seguintes comarcas:

1. Raposa;
2. Rosário;
3. Santa Rita;
4. Araiões;
5. Buriti;
6. São Bernardo;
7. Tutóia;
8. Urbano Santos;
9. Arari;
10. Bom Jardim;
11. Monção;
12. Pindaré-Mirim e
13. Vitória do Mearim.
14. Definição e contratação da Nova Rede de Dados do Judiciário* para aumento da velocidade de acesso a serviços e sistemas nas seguintes unidades jurisdicionais e administrativas;
15. Distribuição de Certificação Digital a magistrados e servidores, agregando segurança nos procedimentos eletrônicos, como pré-requisito para a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJE);
16. Implantação do sistema Spark, comunicador instantâneo para troca de mensagens no âmbito do Poder Judiciário, facilitando a comunicação entre setores e comarcas;
17. Elaboração da Política de Gerenciamento de Sistemas de Informação do TJMA, permitindo

- uma gestão profissional dos ativos de software. Melhoria na gestão dos sistemas do Judiciário com criação dos comitês gestores, organização e priorização dos projetos;
18. Implantação de nova versão do Sistema de Registro Civil – REGESTA nas serventias extrajudiciais no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, em conformidade com o novo modelo de certidões padronizadas pelo CNJ;
 19. Implantação de numeração única de processos nos sistema de controle processual do Tribunal de Justiça, em cumprimento à Resolução N° 65 do CNJ;
 20. Implantação do Sistema Hermes (Malote Digital) para controle de cartas precatórias em cumprimento à Resolução N° 100 do CNJ, facilitando as comunicações oficiais com outros tribunais;
 21. Aquisição de solução de antivírus corporativo para o Poder Judiciário do Maranhão para proteção das estações de trabalho do TJMA, CGJ e Comarcas. A medida trouxe segurança no uso dos computadores, prevenção contra perda de dados no Tribunal, Corregedoria e Esmam;
 22. Implantação de nova versão do sistema SIAFERJ para adequação ao novo Fundo de Registro Civil (FERC). Adequação do Fundo, visando a melhoria na arrecadação;
 23. Publicação no Portal do Judiciário do inteiro teor das decisões cadastradas no sistema de controle de processos de 1º grau na internet. Esta ação permitiu maior facilidade de acesso às informações e a diminuição do fluxo de pessoal nas secretarias das varas;
 24. Desenvolvimento e implantação da nova Intranet do Poder Judiciário do Maranhão, em parceria com a Assessoria de Comunicação da Presidência;
 25. Desenvolvimento e implantação do sistema JurisConsult, que permite a consulta de dados on-line das distribuições, movimentações e demais dados processuais das ações de 1º grau;
 26. Execução do Programa Comarca On-line, com visita de equipes da Informática para manutenção de equipamentos, configuração de rede, instalação de antivírus e realização de inventário nas comarcas. Melhoria do funcionamento das unidades, satisfação de magistrados e servidores nas seguintes comarcas.

- Coelho Neto,
- Coroatá,
- Pedreiras,
- Matinha,
- Santa Luzia,
- Brejo,
- Olinda Nova,
- Turiaçu,
- São Bernardo,
- Penalva,
- Viana,
- Santa Inês,
- Pinheiro,
- Alto Parnaíba,
- Magalhães de Almeida,
- S. J. Batista,
- Caxias,
- São Mateus,
- S. Vicente Ferrer,
- Pindaré-Mirim,
- São Bento e
- Tasso Fragoso.

27. Recuperação de equipamentos de informática através de manutenção ou acionamento de garantia do fornecedor. Melhoria do funcionamento das unidades, satisfação de magistrados e servidores;
28. Implantação do Sistema DIGIDOC para virtualização dos processos administrativos no âmbito do Tribunal, Corregedoria e Esmam. Com acesso pela intranet/internet, permite, além das funções de abertura e movimentação de documentos e processos administrativos, a elaboração de documentos, despachos, pareceres, decisões e demais diligências, por meio de seu editor de texto;

29. Implantação de nova versão do Themis SG no Tribunal de Justiça, com Tabelas Processuais Unificadas no 2º grau em cumprimento à Resolução Nº 46 do CNJ. Dentre outras funcionalidades, agregou qualidade e velocidade na execução dos procedimentos processuais, com a disponibilização de informações às partes e aos advogados, por meio eletrônico, no site do Tribunal;
30. Implantação de novo serviço de correio eletrônico com atualização da versão do sistema. Mais modernidade, facilidade e segurança à troca de mensagens eletrônicas no âmbito do Tribunal, Corregedoria e Esmam;
31. Implantação do sistema ProMéritus, para controle de promoções por merecimento e perfil dos magistrados. Modernização, facilidade e segurança a esse procedimento da Corregedoria;
32. Publicação automática de decisões, sentenças e despachos do Themis SG no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça;
33. Projeto Básico e contratação do Novo Centro de Dados do Poder Judiciário do Maranhão, que trará modernização, facilidade e segurança ao tráfego da informação;
34. Recuperação do Data Center atual, com reparo de no-breaks, reativação do gerador e refrigeração. Segurança e confiabilidade ao controle de dados;
35. Implantação de virtualização dos serviços de tecnologia do TJMA, com diminuição dos servidores, trazendo benefícios em economia de energia elétrica, confiabilidade, maior capacidade de processamento e continuidade de serviços;
36. Aumento da capacidade de armazenamento de dados do TJMA através da aquisição de novos storages, para uso do Tribunal, Tribunal, e Esmam;
37. Contratação do desenvolvimento do novo Sistema de Material e Patrimônio, ocasionando melhor controle de material e eficiência operacional ao atendimento às unidades jurisdicionais e administrativas, em todo o Judiciário;
38. Cadastramento dos ativos de TI (computadores) existentes nas unidades. Melhoria no controle de equipamentos, gerenciamento do parque, estabelecimento de critérios técnicos para encaminhamento de computadores para as unidades.

*NOVA REDE DE DADOS

- | | |
|-------------------------------------|------------------------------|
| 1. Almojarifado central; | 16. Fórum de Bequimão; |
| 2. Arquivo Judicial; | 17. Fórum de Bom Jardim; |
| 3. Casa da Criança; | 18. Fórum de Brejo; |
| 4. Escola Superior da Magistratura; | 19. Fórum de Buriti; |
| 5. Fórum de Açailândia; | 20. Fórum de Buriti-Bravo; |
| 6. Fórum de Amarante; | 21. Fórum de Buriticupu; |
| 7. Fórum de Anajatuba; | 22. Fórum de Cândido Mendes; |
| 8. Fórum de Araioses; | 23. Fórum de Cantanhede; |
| 9. Fórum de Arari; | 24. Fórum de Caxias; |
| 10. Fórum de Bacabal; | 25. Fórum de Cedral; |
| 11. Fórum de Bacuri; | 26. Fórum de Chapadinha; |
| 12. Fórum de Balsas; | 27. Fórum de Codó; |
| 13. Juizado de Balsas; | 28. Fórum de Colinas; |
| 14. Fórum de Barra do Corda; | 29. Fórum de Coroatá; |
| 15. Fórum de Barreirinhas; | 30. Fórum de Cururupu; |

31. Fórum de Dom Pedro;
32. Fórum de Esperantinópolis;
33. Fórum de Estreito;
34. Fórum de Governador Nunes Freire;
35. Fórum de Guimarães;
36. Fórum de Humberto de Camops;
37. Fórum de Icatu;
38. Fórum de Imperatriz;
39. Fórum de Itapecuru;
40. Fórum de Itinga;
41. Fórum de João Lisboa;
42. Fórum de Lago da Pedra;
43. Fórum de Loreto;
44. Fórum de Magalhães de Almeida;
45. Fórum de Maracaçumé;
46. Fórum de Matinha;
47. Fórum de Mirinzal;
48. Fórum de Monção;
49. Fórum de Montes Altos;
50. Fórum de Olho D'Água das Cunhas;
51. Fórum de Olinda Nova;
52. Fórum de Paço do Lumiar;
53. Fórum de Parnarama;
54. Fórum de Pastos Bons;
55. Fórum de Paulo Ramos;
56. Fórum de Pedreiras;
57. Fórum de Penalva;
58. Fórum de Pindaré-Mirim;
59. Fórum de Pinheiro;
60. Fórum de Pio XII;
61. Fórum de Porto Franco;
62. Fórum de Presidente Dutra;
63. Fórum de Riachão;
64. Fórum de Rosário;
65. Fórum de São Vicente de Férrer;
66. Fórum de Santa Helena;
67. Fórum de Santa Inês;
68. Fórum de Santa Luzia;
69. Fórum de Santa Luzia do Paruá;
70. Fórum de Santa Quitéria;
71. Fórum de Santa Rita;
72. Fórum de Santo Antonio dos Lopes;
73. Fórum de São Bento;
74. Fórum de São Bernardo;

75. Fórum de São Domingos do Maranhão;
76. Fórum de São João Batista;
77. Fórum de São José de Ribamar;
78. Fórum de São Luís;
79. Fórum de São Luís Gonzaga;
80. Fórum de São Mateus,
81. Fórum de São Pedro da Água Branca;
82. Fórum de São Raimundo das Mangabeiras;
83. Fórum de Senador La Roque;
84. Fórum de Timbiras;
85. Fórum de Tutóia;
86. Fórum de Tuntum;
87. Fórum de Turiaçu;
88. Fórum de Urbano Santos;
89. Fórum de Vargem Grande;
90. Fórum de Viana;
91. Fórum de Vitória do Mearim;
92. Fórum de Vitorino Freire;
93. Fórum de Zé Doca.
94. Juizado Especial de Açailândia;
95. Juizado Especial de Balsas
96. 2º Juizado Especial Cível de Imperatriz;
97. 10º Juizado Especial Cível de São Luís;
98. 11º Juizado Especial Cível de São Luís;
99. 12º Juizado Especial Cível de São Luís;
100. 13º Juizado Especial Cível de São Luís;
101. 1º Juizado Especial Cível de São Luís;
102. 2º Juizado Especial Cível de São Luís;
103. 3º Juizado Especial Cível de São Luís;
104. 4º Juizado Especial Cível de São Luís;
105. 5º Juizado Especial Cível de São Luís;
106. 6º Juizado Especial Cível de São Luís;
107. 7º Juizado Especial Cível de São Luís;
108. 8º Juizado Especial Cível de São Luís;
109. 9º Juizado Especial Cível de São Luís;
110. 2º Juizado Especial Criminal de São Luís;
111. 3º Juizado Especial Criminal de São Luís;
112. Juizado de Trânsito de São Luís;
113. Turmas Recursais de São Luís;
114. 11ª Vara Criminal de São Luís;
115. 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís;
116. 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís;
117. 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís;
118. Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher.

6.8. DIRETORIA DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO



Modernizar e reaparelhar o Judiciário maranhense é o principal objetivo do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), criado pela Lei Complementar n.º 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução n.º 02/2001-TJ.

Em conformidade com os limites estabelecidos pela legislação e de forma transparente na gestão dos recursos, o FERJ caminha na direção de tornar-se uma instituição de excelência, mostrando-se atualmente uma referência para os fundos especiais do Poder Judiciário no Norte-Nordeste.

Na gestão do presidente Jamil Gedeon (2010-2011) o FERJ foi de extrema importância para viabilizar o alcance das metas estabelecidas pelo Judiciário, pois disponibilizou um volume de recursos recorde na história da Justiça estadual, resultante de um intenso processo de controle dos atos praticados, auxiliado pelo procedimento de emissão de selos, e através das atividades de fiscalização nas serventias extrajudiciais.

Nesse período, a diretoria do FERJ promoveu cursos de aperfeiçoamentos, buscou aproximação com os titulares dos cartórios e com os secretários judiciais. Atuou em parceria com a Diretoria de Informática e Automação no desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas Siaferj-Web e Gerador de Custas, o que tornou mais rápido e eficaz no gerenciamento das informações administrativas e financeiras, no controle da administração de selos, dos relatórios gerenciais dos valores arrecadados e auditados, bem como no controle da compensação dos atos gratuitos do Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC).

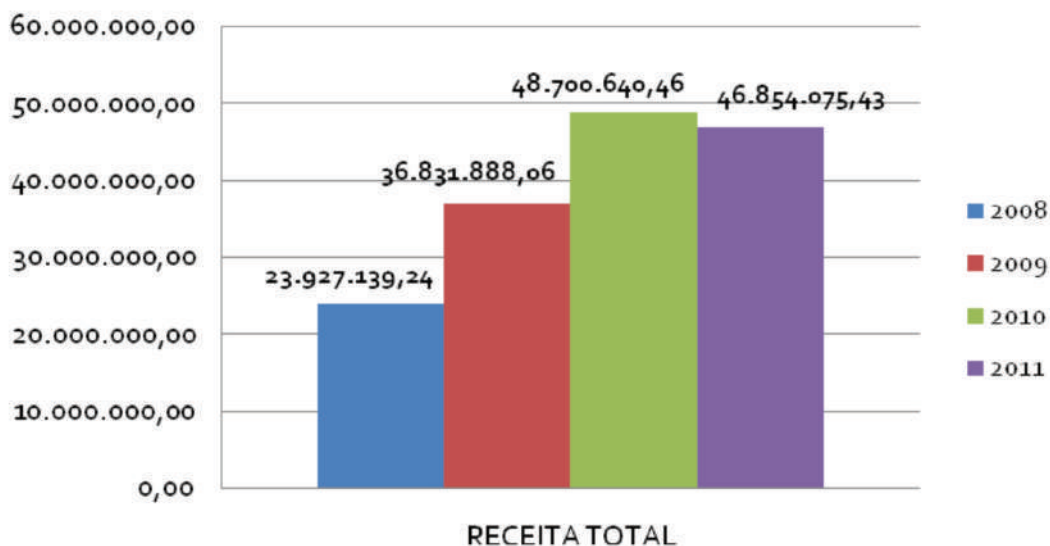
Há 30 tipos de fontes de receita do Fundo, dentre as quais, destacam-se principalmente dois grupos mais expressivos: as receitas oriundas do recolhimento de custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças (100%); e as derivadas da taxa dos emolumentos das serventias extrajudiciais (12%).

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

A diretoria do FERJ conseguiu que o crescimento da arrecadação se tornasse sustentável ao longo dos anos. Em 2011, a arrecadação mensal foi superior em referência à dos mesmos meses no ano de 2010. Em média, a receita mensal de 2011 foi 49,74% acima do que foi arrecadado no ano anterior. A receita média do FERJ ultrapassou a casa dos 5 milhões de reais. Para ser mais preciso, ficou em R\$ 5.206.008,38, enquanto que no ano passado era de R\$ 3.553.229,68.

A Diretoria do FERJ, nos últimos dois biênios (2008-2011), promoveu otimização das atividades, o que possibilitou um crescimento sustentável nesse período. O resultado dos inúmeros trabalhos foi o significativo aumento de 95,82% na receita em 2011, apenas nos nove primeiros meses do ano, comparado à arrecadação total de 2008.

Gráfico 1 - Receita Total - 2008 / 2011



Fonte: Banco do Brasil

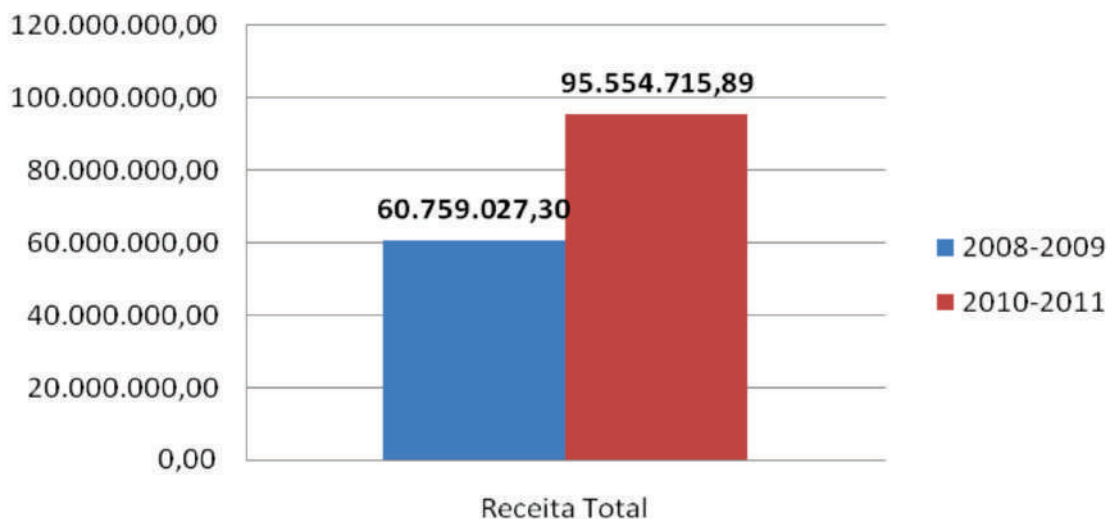
A seguir as principais conquistas durante os anos de 2010-2011, nos campos da arrecadação, da fiscalização, do FERC, entre outros.

ARRECADAÇÃO NO BIÊNIO 2010-2011

A arrecadação do biênio 2010-2011, até o mês de setembro de 2011, alcançou a cifra de R\$ 95.554.715,89.

O gráfico 2 contém as informações das receitas agrupadas por biênio.

Gráfico 2 - Receita Total - Biênios



Fonte: Banco do Brasil

Na gestão atual, o FERJ superou o montante do biênio 2008-2009 em 57,27%. A cada nova gestão, a Diretoria do FERJ busca aumentar sua arrecadação, a fim de oferecer mais recursos financeiros, de forma que a modernização do Judiciário aconteça com celeridade e todos sejam beneficiados – magistrados, servidores e cidadãos.

No ano de 2011, os emolumentos e as custas tiveram seus valores atualizados monetariamente através da Resolução 55/2010. O acréscimo foi de 4,75% nos valores a partir de 1º de janeiro de 2011.

FISCALIZAÇÃO

Os focos das atividades de fiscalização do FERJ, realizada tanto nas serventias extrajudiciais quanto nas secretarias judiciais, são a apuração de fraudes, evasão de receitas e possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos.

No ano de 2010, as atividades de fiscalização nas serventias extrajudiciais foram concluídas no mês de novembro, alcançando o valor de R\$ 306.509,79, referente aos processos de ano-base 2009.

Em 2011, a fiscalização ocorreu apenas na região metropolitana de São Luís (capital, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar) compreendendo 19 serventias extrajudiciais. Os trabalhos renderam o montante de R\$ 82.106,67, relacionados ao FERJ, e R\$ 21.587,69, ao FERC. Vale ressaltar que é o primeiro ano de fiscalização do Fundo de Compensação. Neste último ano da atual gestão, fiscalizando apenas 8,15% das serventias do Estado, o FERJ arrecadou o total de 103.694,36 que corresponde a 33,83% do valor arrecadado no ano anterior.

A realização da fiscalização contribui de forma importante ao fiel cumprimento da legislação na cobrança de emolumentos, garantindo ao Poder Judiciário o valor correto de arrecadação, bem como ao usuário do serviço a importância real a ser paga, por examinar os possíveis emolumentos cobrados indevidamente ao cidadão.

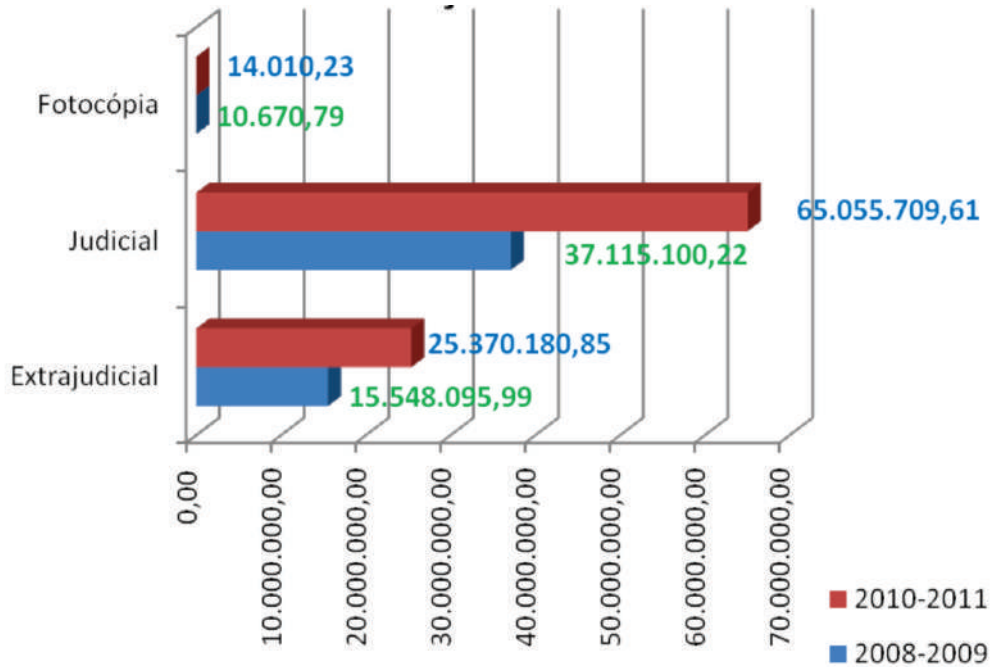
No caso das serventias judiciais, o trabalho de fiscalização é realizado mediante solicitação prévia dos juízes de direito responsáveis pela comarca e funciona como um verdadeiro controle interno, pois além de focar o uso correto dos selos de fiscalização, atua também no sentido de corrigir falhas na cobrança de custas pelos secretários e contadores judiciais.

CURSOS

Em 2010, o FERJ iniciou um novo projeto ao promover cursos nas esferas extra e judicial. No ano de 2011, essas atividades continuaram a ser executadas e o resultado desses trabalhos realizados por esta Diretoria é revelado através do aumento da arrecadação.

O gráfico 3 demonstra como a arrecadação total foi distribuída por tipo de receita (extrajudicial, judicial e fotocópia) durante os biênios 2008-2009 e 2010-2011.

Gráfico 3 - Receita Total - por tipo de arrecadação - Biênios



Fonte: Banco do Brasil

Verifica-se no gráfico 3 que os valores do biênio 2010-2011 superaram os do biênio anterior. O crescimento da arrecadação extrajudicial excedeu em 63,17% em relação à dos anos 2008-2009; já a arrecadação judicial cresceu 75,28%.

A Diretoria do FERJ acredita que é fundamental o contínuo aprimoramento de servidores e cartorários para que haja uma cobrança justa ao cidadão e maior eficiência nos valores destinados aos cofres públicos. A seguir, as principais atividades (cursos e palestras) disponibilizadas para o serviço extrajudicial e para os secretários judiciais durante o biênio 2010-2011.

Os cartorários receberam em março de 2010 o “I Curso de Capacitação em Emolumentos e Fundos Especiais” que abordou os seguintes tópicos: nova tabela de emolumentos, o novo programa SIDSFERJ e o FERC.

No mês de novembro de 2010, numa parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, ESMAM, FERJ e ANOREG (Nacional e Estadual) foi promovido aos titulares de serventias extrajudiciais o “Curso de Direito Notarial”.

Neste ano, o FERJ e a ESMAM convidaram os registradores e tabeliães do Estado a participarem do “Ciclo de Debates sobre Direito Imobiliário Brasileiro”, ocorrido no mês de setembro.

Os secretários judiciais, desde o ano passado, começaram a receber cursos de aperfeiçoamento, sendo que esse trabalho possibilita um contato mais direto com os secretários e com os demais servidores que trabalham diretamente com as cobranças de custas processuais. Além de munir os serventuários das Secretarias de Varas da Justiça Comum, dos Juizados Especiais e das Contadorias Judiciais de um conhecimento

eficiente para realização de cálculos de custas judiciais e para minimização das dificuldades de interpretação da legislação estadual a respeito.

A Diretoria do FERJ já está no segundo ano com esse trabalho pioneiro de cursos no âmbito judicial. As comarcas visitadas pela equipe do fundo com o I e com o II Curso de Capacitação de Custas Judiciais, foram: Imperatriz, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Arame, Barra do Corda, Grajaú, Bacabal, Balsas, Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Pinheiro, São Domingos do Azeitão, Timon, Tuntum, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca, Timbiras e Santo Antonio dos Lopes .

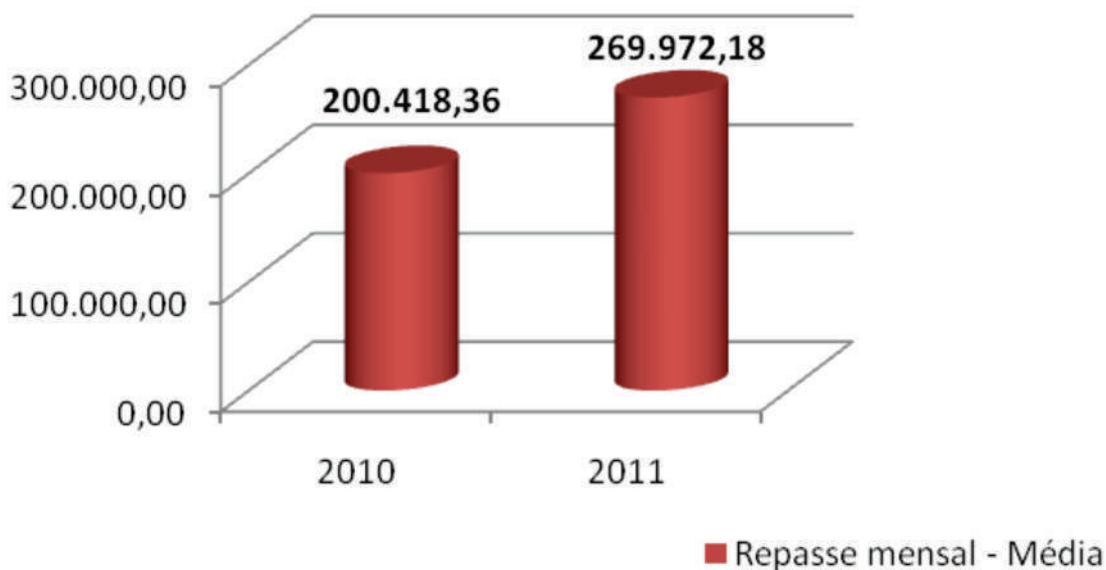
FERC

O FERC foi instituído por meio da lei complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com o objetivo de prover a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e de Óbito prevista na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como de atender as determinações do art. 8º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Com o início das atividades do FERC, em 2010, os registradores civis passaram a receber a quantia de no máximo R\$ 10,00/ato, como forma de compensar os atos gratuitos praticados. No ano de 2011, houve uma atualização monetária, regulamentada pela Resolução n.º 56/2010-TJ, alterando o limite unitário máximo para compensação, que passou a vigorar desde o início do ano no valor de R\$ 10,50 por ato gratuito.

O FERC iniciou seus trabalhos em abril de 2010 e a média mensal de repasses foi de R\$ 200.418,36. Este valor foi pago aos registradores do Estado do Maranhão pela prática de atos gratuitos no referido ano. Em 2011, até o mês de setembro, o repasse aumentou 34,70% atingindo o montante de R\$ 269.972,18.

Gráfico 4 - Repasse mensal do FERC - Média (em R\$)



Fonte: Banco do Brasil

6.9. DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



A Diretoria de Segurança Institucional foi criada por meio da Lei Complementar nº 9.488/2011, sancionada pelo desembargador presidente quando do exercício da interinidade do cargo de Governo do Estado, em 4 de novembro, e regulamentada pela resolução nº 52/2011.

A criação do órgão visa ao cumprimento do Objetivo Estratégico do Poder Judiciário de nº 13- “Adequar estrutura física e segurança”, contribuindo para garantir a segurança do patrimônio humano e material do Poder Judiciário, bem como zelar pela integridade física de magistrados e servidores e proporcionar ambiente de trabalho seguro.

Também vai ao encontro da Resolução Nº 104, de 06 de abril de 2010, dispondo sobre medidas administrativas para a segurança e criação de Fundo Nacional de Segurança dos Magistrados.

Entre os anos de 2010 e 2011, a chefia de gabinete da presidência foi informada sobre 35 casos comunicados pelos magistrados das comarcas relacionadas à área da segurança. Desse total, a Diretoria resumiu as notificações a 21 ocorrências que representam risco real à magistratura, listadas abaixo.

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS

Nº	COMARCA	ASSUNTO	ANO
01	Olho D'Água das Cunhãs	Invasão	2010
02	Codó	Invasão	2010
03	Turiáçu	Invasão	2010
04	Alcântara	Ameaça a juiz	2010
05	São Domingos do Azeitão	Assalto a Banco em frente ao Fórum – ameaça de sequestro	2010
06	São Luís (Vara de Execuções Criminais)	Ameaça a juiz	2010/2011
07	São Bento	Invasão	2010
08	Passagem Franca	Assalto a Banco próximo ao Fórum – ameaça de sequestro	2010
09	Timon	Ameaça a juízes	2010/2011
10	São Luís (Auditoria da Justiça Militar)	Furto	2011
11	Tuntum	Atentado à casa de juiz	2011
12	São Mateus	Invasão e furto	2010/2011
13	Penalva	Fórum atingido por projétil de arma de fogo	2011
14	Buriti Bravo	Invasão e furto	2011
15	Estreito	Invasão e incêndio	2011
16	Cururupu	Ameaça a juíza	2011
17	Santa Quitéria	Ameaça a Juíza	2011
18	Rosário	Invasão	2011
19	São Bernardo	Ameaça a Juíza	2011
20	São Luís (Coordenação de Material e Patrimônio)	Furto	2010/2011
21	São Luís (Câmara Recursal)	Invasão e furto	2011
22	Grajaú	Invasão e furto	2011

Segurança Pública do Estado para utilização de policiais militares da reserva remunerada na vigilância e segurança dos edifícios-sede da Justiça estadual.

Conforme as medidas adotadas, o quadro de distribuição do efetivo de pessoal da segurança na Justiça estadual demonstra que, de 111 comarcas existentes, apenas 34 não dispõem de pessoal de segurança, o que corresponde a cerca de 30% do total:

DISTRIBUIÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Nº	Comarca	PM's R/R	Vigilância	PM/BM - Ativa
01	Açailândia	03	04	-
02	Alcântara	03	-	-
03	Alto Parnaíba	01	-	-
04	Amarante do Maranhão	-	-	-
05	Anajatuba	03	-	-
06	Araioses	01	-	-
07	Arame	-	-	-
08	Arari	-	04	-
09	Bacabal	02	04	-
10	Bacuri	-	04	-
11	Balsas	-	04	-
12	Barão de Grajaú	01	-	-
13	Barra do Corda	-	04	-
14	Barreirinhas	-	-	-
15	Bequimão	-	04	-
16	Bom Jardim	01	-	-
17	Brejo	-	-	-
18	Buriti	-	-	-
19	Buriti Bravo	-	-	-
20	Buriticupu	-	-	-
21	Cândido Mendes	01	-	-
22	Cantanhede	03	-	-
23	Carolina	-	-	-
24	Carutapera	-	04	-
25	Caxias	-	08	-
26	Cedral	02	-	-
27	Chapadinha	03	-	01
28	Codó	02	-	-
29	Colinas	-	-	-
30	Coelho Neto	-	04	-

31	Coroatá	-	04	-
32	Cururupu	01	04	-
33	Dom Pedro	01	-	-
34	Esperantinópolis	-	-	-
35	Estreito	-	04	-
36	Governador Eugênio Barros	01	-	-
37	Governador Nunes Freire	01	-	-
38	Grajaú	-	04	-
39	Guimarães	-	-	-
40	Humberto de Campos	03	-	-
41	Icatu	03	-	-
42	Igarapé Grande	01	-	-
43	Imperatriz	04	12	-
44	Itapecurú Mirim	03	-	-
45	Itinga	-	-	-
46	João Lisboa	03	-	-
47	Lago da Pedra	01	04	-
48	Loreto	-	04	-
49	Magalhães de Almeida	-	04	-
50	Maracaçumé	01	-	-
51	Matões	-	04	-
52	Matinha	-	-	-
53	Mirador	-	-	-
54	Mirinzal	01	-	-
55	Monção	03	-	-
56	Montes Altos	01	04	-
57	Morros	-	-	-
58	Olho D'Água das Cunhas	-	04	-
59	Olinda Nova do Maranhão	-	04	-
60	Paço do Limiar	-	04	03
61	Paraibano	-	-	-
62	Parnarama	-	04	-
63	Passagem Franca	-	-	-
64	Pastos Bons	01	-	-
65	Paulo Ramos	-	-	-
66	Pedreiras	-	04	-
67	Penalva	01	04	-
68	Pindaré-Mirim	03	-	-
69	Pinheiro	01	04	-
70	Pio XII	03	04	-

71	Poção de Pedras	-	-	-
72	Porto Franco		04	-
73	Presidente Dutra	-	-	-
74	Raposa	-	-	03
75	Riachão	-	-	-
76	Rosário	05	-	-
77	São Bento	03	-	-
78	São Bernardo	-	-	-
79	São Domingos do Azeitão	-	04	-
80	São Domingos do Maranhão	-	-	-
81	São Raimundo das Mangabeiras	-	-	-
82	São Vicente de Ferrer	01	-	-
83	Santa Helena	-	-	-
84	Santa Inês	03	04	-
85	Santa Luzia	01	04	-
86	Santa Luzia do Paruá	-	04	-
87	Santa Quitéria do Maranhão	-	-	-
88	Santa Rita	03	-	-
89	Santo Antonio dos Lopes	-	-	-
90	Senador La Roque	-	-	-
91	Sucupira do Norte	-	-	-
92	Tasso Fragoso	-	-	-
93	Timbiras	-	-	-
94	Timon	01	08	-
95	Tuntum	03	-	-
96	Turiaçu	-	04	-
97	Tutóia	02	-	-
98	Urbano Santos	01	-	-
99	Vargem Grande	-	-	-
100	Viana	02	-	-
101	Vitória do Mearim	-	-	-
102	Vitorino Freire	-	04	-
103	Zé Doca	02	04	-
104	São Francisco do Maranhão	-	-	-
105	São João Batista	01	-	-
106	São João dos Patos	03	-	-
107	São José de Ribamar	06	-	02
108	São Luís	13	12	105
109	São Luís Gonzaga do Maranhão	-	-	-
110	São Mateus do Maranhão	-	04	-
111	São Pedro da Água Branca	-	-	-
-	Total	113	180	112